

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
Departamento de Geografia
Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana

Maria Rita de Castro Lopes

Seção São Paulo da AGB e o Boletim Paulista de Geografia (1949-1987):
uma história do saber escolar

Versão corrigida

2021
São Paulo

Maria Rita de Castro Lopes

**Seção São Paulo da AGB e o Boletim Paulista de Geografia (1949-1987):
uma história do saber escolar**

Versão corrigida

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Doutor em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Manoel Fernandes de Sousa Neto

2021
São Paulo

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

L864s Lopes, Maria Rita de Castro
 Seção São Paulo da AGB e o Boletim Paulista de
Geografia (1949-1987): uma história do saber escolar
/ Maria Rita de Castro Lopes; orientador Manoel
Fernandes de Sousa Neto - São Paulo, 2021.
 253 f.

 Tese (Doutorado)- Faculdade de Filosofia, Letras e
Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
Departamento de Geografia. Área de concentração:
Geografia Humana.

 1. Geografia. 2. Saber escolar. 3. História da
educação. 4. Associação dos Geógrafos Brasileiros. I.
Sousa Neto, Manoel Fernandes de , orient. II. Título.

ENTREGA DO EXEMPLAR CORRIGIDO DA DISSERTAÇÃO/TESE

Termo de Anuência do (a) orientador (a)

Nome do (a) aluno (a): Maria Rita de Castro Lopes

Data da defesa: 06 / 08 / 2021

Nome do Prof. (a) orientador (a): Manoel Fernandes de Sousa Neto

Nos termos da legislação vigente, declaro **ESTAR CIENTE** do conteúdo deste **EXEMPLAR CORRIGIDO** elaborado em atenção às sugestões dos membros da comissão Julgadora na sessão de defesa do trabalho, manifestando-me **plenamente favorável** ao seu encaminhamento e publicação no **Portal Digital de Teses da USP**.

São Paulo, 22/09/2022



(Assinatura do (a) orientador (a))

LOPES, Maria Rita de Castro. **Seção São Paulo da AGB e o Boletim Paulista de Geografia (1949-1987)**: uma história do saber escolar. Tese (Doutorado) apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutora em Geografia.

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Maria Adailza Martins de Albuquerque.

Instituição: Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

Julgamento: Aprovada.

Profa. Dra. Maria do Carmo Martins.

Instituição: Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

Julgamento: Aprovada.

Profa. Dra. Núria Hanglei Cacete.

Instituição: Universidade de São Paulo (USP).

Julgamento: Aprovada.

Dedico esta pesquisa à memória de Nídia Pontuschka, Therezinha Rego Vianna, José Mariano Gusmão Pinto e todos os geógrafos e geógrafas que fortaleceram a formação política na geografia, contribuindo com o encadeamento de lutas em favor da educação pública em nosso país.

Agradecimentos

É impossível não iniciar agradecendo aos meus pais, Daisy e Belmiro, que sempre me deram coragem para seguir nos estudos; com o amor e a dedicação de vocês, a vida fica muito mais fácil. Ao meu companheiro, Vitor, por sua vasta paciência, diversas ajudas técnicas e carinho. Aos meus irmãos, Belmiro e Ernesto, que me apresentaram ao universo das Ciências Humanas e me inspiraram ao estudo. À minha cunhada Raquel, outra parceira na vida das humanidades.

Agradeço à orientação de Manoel Fernandes de Sousa, pela oportunidade de desenvolver esta pesquisa e por depositar confiança no meu trabalho. Às professoras Marísia Buitoni e Maria do Carmo Martins (Carminha), que participaram da qualificação, trazendo contribuições essenciais para a trajetória que a pesquisa tomaria. Às professoras Maria Adailza Martins de Albuquerque (Dadá) e Núria Hanglei Cacete, por participarem da banca de defesa.

Às professoras Maurilane Biccas e Maria Angela Salvadori pelas aulas e ao grupo do Niephe (do qual infelizmente participei por pouco tempo em decorrência do trabalho docente) pela contribuição com os referenciais, além de realizarem a leitura do projeto e oferecerem sugestões generosas para a pesquisa.

A Ariovaldo Umbelino, Léa Francesconi, José Conti, Gloria Assunção e Ana Mastrangelo. Durante a pesquisa, procurei esses professores em busca de alguns documentos e informações sobre o período estudado e todos eles me atenderam com prontidão e compartilharam seus conhecimentos e memórias.

Ao meu amigo Daniel Bruno, que me incentivou a participar do processo de seleção do PPGH-USP e durante toda pesquisa sempre se manteve com a mão estendida para ajudar em qualquer dúvida ou angústia. Ao meu outro amigo Daniel, este Mendes, um geógrafo da história da Geografia escolar, pelas valiosas consultas e contribuições na produção do projeto e da tese. Às minhas amigas Bea Moreto e Fabi Bergamin, que realizaram a revisão do *abstract*.

Aos meus colegas da direção da AGB-SP e do GT de Educação e Ensino, por enriquecerem a minha formação. Na AGB-SP agradeço em especial ao Airton Cerqueira Leite, que organizou diversos documentos importantes para a pesquisa, além de realizar outras contribuições essenciais. Ao Caito da DEN, por ajudar com diferentes esclarecimentos. À Camila Alves da AGB-RJ, que generosamente me enviou todos os BCG digitalizados.

À minha amiga Graça Brune, pela ajuda no cotidiano da escola e depois na pesquisa, realizando a sua leitura integral, sempre oferecendo um apoio fraternal. Em relação ao trabalho,

agradeço aos colegas de profissão da EMEF Aníbal Freire (SME-SP), em especial às minhas amigas do grupo “É NOIS!!!” (risos)! Às direções, Célia Cassiano e Elder Magalhães, que sempre aceitaram meus pedidos de licença para participar dos eventos acadêmicos.

À toda atenção cordial que recebi dos funcionários da secretaria do PPGH-USP, com minhas dúvidas e pedidos diversos. Aos funcionários do CAPH Sergio Buarque de Holanda e do IEB-USP pela atenção, foram acervos indispensáveis para a pesquisa.

Às amigas de Osasco, da frente sindical do Resistência e Luta e da USP, que tornaram essa pesquisa mais leve e bem-humorada. À família de Rio Claro por todo o carinho e incentivo.

A todos que de alguma maneira contribuíram com uma palavra de incentivo ou de outra forma para conclusão desta pesquisa.

Resumo

O objetivo desta pesquisa consistiu em uma compreensão histórica dos posicionamentos do saber escolar na Seção São Paulo da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), de 1949 até 1987. Com a criação dos primeiros cursos de formação de professores de Geografia na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (FFCL-USP), fundaram a AGB, sendo uma instância aglutinadora de pessoas interessadas pelo conhecimento geográfico com caráter acadêmico. Em 1945, a entidade passou por uma reforma estatutária, com objetivo de irradiar a sua atuação pelo território brasileiro, quando criaram a Seção Regional São Paulo. Em 1949, essa seção lançou o *Boletim Paulista de Geografia* (BPG), no qual circulavam e se divulgavam os conhecimentos, as práticas e os valores da entidade. Na década de 1970, impulsionados por demandas do contexto político e social do país, ocorreram tensionamentos que levaram a mudanças epistemológicas e políticas que fizeram AGB romper com a sua estrutura estritamente acadêmica. Assim, passaram a emergir outras pautas, como o saber escolar, possibilitando o primeiro evento temático da associação, que ocorreu em 1987, conhecido como Fala Professor. O recorte temporal compreende o início do BPG, que foi a principal fonte desta pesquisa. Nele circularam e estão registradas as concepções geográficas e educacionais das diferentes diretorias da Seção paulista ao longo de vários anos. Já o ano de 1987 foi quando ocorreu o I Fala Professor, momento em que houve um reposicionamento do saber escolar na entidade. Utilizou-se como referencial Ivor Goodson (1990, 2001, 2018) no que concerne seus estudos de caráter sócio-histórico da disciplina escolar e Horácio Capel (1977, 1989, 1999) para compreender a história das associações científicas. Na trajetória da entidade, a princípio a sua preocupação com o saber escolar era colocá-lo em conformidade com os preceitos teórico-metodológicos da Geografia Moderna. Com as mudanças epistemológicas e políticas, a AGB se tornou um lugar de aglutinação de professores da rede básica, estudantes e acadêmicos para representar e realizar enfrentamento político em relação ao ensino de Geografia no país.

Palavras-chave: AGB; Seção São Paulo; Saber escolar; Periódicos.

São Paulo Section of the Association of Brazilian Geographers (AGB) and the *Boletim Paulista de Geografia* (1949-1987): a history of school knowledge

Abstract

The object of the research consisted of a historical understanding of the positions of school knowledge in São Paulo Section of the Association of Brazilian Geographers (AGB), from 1949 to 1987. With the creation of the first Geography teacher training courses at the Faculty of Philosophy, Sciences and Letters of the University of São Paulo (FFCL-USP), founded the AGB, being a uniting instance of people interested in geographic knowledge with academic character. In 1945, the entity underwent a statutory reform, with the objective of spreading its activities throughout the Brazilian territory, when they created the São Paulo Regional Section. In 1949, this section launched *Boletim Paulista de Geografia* (BPG), in which circulated and were published the knowledge, practices and the organization's values. In the 1970s, driven by demands of political and social context of the country, there were tensions that led to epistemological and political changes that made AGB break with its strictly academic structure. So another agendas begin to emerge, the school knowledge, enabling the first thematic event of the association, which occurred in 1987, known as *Fala Professor*. The time frame comprises the beginning of BPG, which was the main source of this search. In it circulated and are registered the geographical and educational conceptions of the different boards of São Paulo Section over several years. The year of 1987 was when the first *Fala Professor* occurred, time in which there was a repositioning of school knowledge in the entity. Ivor Goodson (1990, 2011, 2018) was used as a reference regarding his studies of socio-historical character of the school discipline and Horácio Capel (1977, 1989, 1999) to understand the history of scientific associations. In the course of the entity, at first its concern with school knowledge was to put it in conformity with the theoretical-methodological precepts of Modern Geography. With the epistemological and political changes, the AGB has become a place of assemblage of teachers from the basic education, students and academics to represent and carry out political confrontation in relation to the teaching of geography in the country.

Keywords: AGB ; São Paulo Section ; School knowledge ; Periodicals.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. revista Geografia	40
Figura 2. Anverso do cartão da biblioteca da SRSP, década de 1970	43
Figura 3. Verso do cartão da biblioteca da SRSP, década de 1970	43
Figura 4. Cartão de retirada de material da biblioteca.	44
Figura 5. Revista Brasileira de Geografia.	47
Figura 6. Boletim da AGB.	47
Figura 7. Boletim Paulista de Geografia.	48
Figura 8. Publicidade no BPG .	58
Figura 9. Publicidade no BPG.	58
Figura 10. Publicidade no BPG.	58
Figura 11. Publicidade no BPG.	58
Figura 12. Publicidade no BPG.	59
Figura 13. Publicidade no BPG.	59
Figura 14. Carta de Geografia da UFJF	65
Figura 15. Boletim Paulista de Geografia (1976)	77
Figura 16. Seleção de Textos (1977).	79
Figura 18. Mapa-Múndi de Soukup (1949)	142
Figura 19. Os cartogramas e sua aplicação em Geografia (SOUKUP, 1953b)	145
Figura 20. Boletim do III Encontro Local de Professores de Geografia	185
Figura 21. Folder do I Fala Professor	191

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico -1: Boletim Paulista de Geografia (1949-1987)	37
Gráfico -2: Número de textos publicados no BPG por ano (1949-1987)	38
Gráfico -3: Publicação de autores estrangeiros no BPG (194-1987)	72

LISTA DE MAPAS

Mapa 1. Representante de venda do BPG por cidade (1961)	64
Mapa 2. Representante de venda do BPG por cidade (1987)	64

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Geógrafos paulistas que participaram da diretoria da AGB Nacional e da Seção São Paulo (1945-1979)	49
Quadro 2. Diretores do Boletim Paulista de Geografia (1949-1987)	53
Quadro 3. Artigos da revista Geografia que tratam do saber escolar (1935-1936)	123
Quadro 4. Temas do concurso para geografia nos ginásios e escolas normais paulistas de 1946	133
Quadro 5. Texto da Seção de Ensino do BPG (1950-1966)	136
Quadro 6. 1º Encontro Local de Geografia da AGB-São Paulo (1983)	181
Quadro 7. Mesas-redondas do III Encontro Local de Professores de Geografia, 1987	184
Quadro 8. Painéis do III Encontro Local de Professores de Geografia, 1987	186
Quadro 9. Cursos oferecidos pela Comissão de Ensino da Seção São Paulo (1985-1986)	187
Quadro 10. Eixos temáticos do I Fala Professor (1987)	193

LISTA DE SIGLAS

- AI-5** Ato institucional número cinco
- AGB** Associação dos Geógrafos Brasileiros
- ALESP** Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo
- ANPUH** Associação Nacional dos Professores de História
- APEEEM** Associação dos Professores e Especialistas em Educação no Município de São Paulo
- APEOESP** Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo
- BCG** Boletim Carioca de Geografia
- BPG** Boletim Paulista de Geografia
- CAPH** Centro de Apoio à Pesquisa Histórica/USP
- CCC** Comando de Caça aos Comunistas
- CECISP** Centro de Ciências de São Paulo
- CEE-SP** Conselho Estadual de Educação de São Paulo
- CENP** Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas
- CERHUPE** Centro de Recursos Humanos e Pesquisas Educacionais
- CFE** Conselho Federal de Educação
- CNG** Conselho Nacional de Geografia
- CNPq** Conselho Nacional de Pesquisa.
- DEN** Diretoria Executiva Nacional
- DEPLAN** Departamento de Planejamento Territorial e Geoprocessamento
- DG** Departamento de Geografia
- EMC** Educação Moral e Cívica.
- ENEGE** Encontro Nacional de Ensino de Geografia
- ENPEG** Encontro Nacional de Prática de Ensino de Geografia
- ENG** Encontro Nacional dos Geógrafos
- FAPESP** Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo
- FE** Faculdade de Educação
- FEA** Faculdade de Economia e Administração
- FENEP** Fórum Estadual em Defesa da Escola Pública
- FFLCH** Faculdade de Filosofia, Ciências Humanas e Letras
- FFCL** Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras
- FNEP** Fórum Nacional da Educação Pública
- FUNBEC** Fundação Brasileira para o Desenvolvimento do Ensino de Ciências

GT Grupo de Trabalho
IBECC Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura
IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IEB Instituto de Estudos Brasileiros
IHGB Instituto Histórico Geográfico Brasileiro
LDB Lei de Diretrizes e Bases
OSPB Organização Social e Política do Brasil
PUC Pontifícia Universidade Católica
RBG Revista Brasileira de Geografia
SBPC Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência
SME-SP Secretaria Municipal de Educação de São Paulo
SEE-SP Secretaria Estadual de Educação de São Paulo
SGRJ Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro
SINPEEM Sindicato dos Profissionais em Educação do Município de São Paulo
SINPRO-RJ Sindicato dos Professores do Município do Rio de Janeiro
SLSP Seção Loção São Paulo
SRRJ Seção Regional Rio de Janeiro
SRSP Seção Regional São Paulo
UDF Universidade do Distrito Federal
UGI União Geográfica Internacional
UNESP Universidade Estadual Paulista

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	16
2. CICLO DE VIDA DO <i>BOLETIM PAULISTA DE GEOGRAFIA</i>	38
2.1 TABELAMENTO DO CONTEÚDO	38
2.2 OS BPG: SURGIMENTO, DIRETORES E PUBLICAÇÕES	40
2.3 PERIODICIDADES DO <i>BOLETIM PAULISTA DE GEOGRAFIA</i> (1949-1987).....	59
2.4 AROLDO DE AZEVEDO	68
2.5 REFORMULAÇÃO DO BPG.....	77
2.6 CONSIDERAÇÕES SOBRE O CAPÍTULO.....	91
3. SABER ESCOLAR NA SEÇÃO SÃO PAULO	95
3.1 O LUGAR DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES NA FFCL-USP	96
3.1.1 MOVIMENTO ESCOLA NOVA E A GEOGRAFIA ESCOLAR OFICIAL DO GOVERNO FEDERAL.....	105
3.1.2 HISTÓRIA DO DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA DA USP E FORMAÇÃO DE PROFESSORES	108
3.2 COMPREENSÃO ACERCA DA GEOGRAFIA ESCOLAR A PARTIR DAS NARRATIVAS HISTORIOGRÁFICAS	117
3.3 SABER ESCOLAR: REVISTA <i>GEOGRAFIA</i> , <i>BOLETIM DA AGB</i> E BPG.....	123
3.3.1 REVISTA <i>GEOGRAFIA</i> E O SABER ESCOLAR.....	124
3.3.2 <i>BOLETIM DA AGB</i> E O SABER ESCOLAR.....	135
3.3.3 <i>BOLETIM PAULISTA DE GEOGRAFIA</i> E O SABER ESCOLAR	139
3.3.4 CARTOGRAFIA.....	142
3.3.5 ESTUDOS SOCIAIS.....	149
3.4 BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE O CAPÍTULO	152
4. NOVOS PONTOS ACERCA DO SABER ESCOLAR NA SEÇÃO SÃO PAULO (1970-1980)	156
4.1 IMPASSES COM A LEI Nº 5.692 DE 1971	157
4.1.1 PUBLICAÇÕES DA SEÇÃO SÃO PAULO E OS ESTUDOS SOCIAIS.....	163
4.2 ABERTURA POLÍTICA, SEÇÃO SÃO PAULO E PERSPECTIVAS EDUCACIONAIS	169
4.2.1 CURRÍCULO DA CENP E INSERÇÃO DA GEOGRAFIA CRÍTICA NA REDE: QUAL A CONTRIBUIÇÃO DA SEÇÃO SÃO PAULO NO DEBATE DESSA CONSTRUÇÃO?	171
4.3 NÍDIA PONTUSCHKA	177
4.3.1 SURGIMENTO DA COMISSÃO DE ENSINO.....	181
4.3.2 COMISSÃO DE ENSINO: ENCONTROS, SABERES E POSICIONAMENTO POLÍTICO.....	184
4.4 ENCONTRO NACIONAL DE ENSINO EM GEOGRAFIA – FALA PROFESSOR... 194	
4.4.1 ENCONTRO NACIONAL DE PRÁTICA DE ENSINO DE GEOGRAFIA.....	201
4.5 BREVES CONSIDERAÇÕES DO CAPÍTULO	204
CONSIDERAÇÕES FINAIS	208
REFERÊNCIA BIBLIOGRAFIA	214
FONTES SELECIONADAS	214
JORNAIS	215
BPG, REVISTA <i>GEOGRAFIA</i> E <i>BOLETIM DA AGB</i>	216
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS NO GERAL	220
ANEXO I	230
ANEXO II	253

1. Introdução

Em julho de 1987, em Brasília, era realizado o primeiro Encontro Nacional de Ensino de Geografia (ENEGE) da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), mais conhecido como “Fala Professor”¹, que surgiu como uma tentativa da associação de consolidar um espaço de discussão da situação da educação e do ensino de Geografia com dimensão nacional, com a intenção de também aproximar a universidade e o ensino básico. A AGB reconheceu que o I Fala Professor foi um marco para a comunidade geográfica pelos aprofundamentos e questionamentos realizados durante o encontro, reunindo cerca de dois mil participantes entre brasileiros e estrangeiros (AGB, 1987, p. 1). Entende-se que o Fala Professor possibilitou um espaço de discussão que buscou reposicionar o saber escolar dentro da própria entidade.

O Fala Professor tem periodicidade quadrienal e o último encontro² realizado até a conclusão desta pesquisa recebeu o título “IX Fala Professor – A prática do(a) professor(a) à margem: resistência, saberes, poderes”. O referido evento ocorreu na capital mineira, na Escola Municipal Belo Horizonte. Como é possível observar no nome e no tema do encontro, ele não se constitui estritamente como um evento acadêmico. Isso porque ele surgiu com o objetivo de aglutinar professores do ensino básico, graduandos, professores de licenciatura e outros participantes interessados em debater o ensino de Geografia. No geral, o encontro visa discutir, refletir e realizar troca de experiência sobre as orientações teórico-metodológicas das práticas pedagógicas e do saber escolar geográfico, além de políticas educacionais. Ao longo do tempo, o evento sofreu diversas modificações, tanto em sua estrutura básica quanto no seu conteúdo. No entanto, ele sempre se constituiu como um dos principais encontros nacionais voltado para o ensino de Geografia no país.

O Fala Professor surgiu logo após a 34ª Assembleia Geral Ordinária, realizada no 6º Encontro Nacional de Geógrafos (ENG)³ em 1986, na cidade de Campo Grande, que discutiu

¹ De acordo com França Filho *et al.* (2015, p. 353), “[...] em função de um encontro construído para os professores, as propostas iniciais surgiram em torno de um Encontro Nacional de Professores de Geografia. Porém, a partir dos debates internos da AGB, o título foi modificado para o de ENEGE – Encontro Nacional de Ensino de Geografia. [...]. Conforme Ruy Moreira, em sinal de discordância à decisão votada sobre o nome do evento, surge o Fala Professor, elaborado como contraponto pelo grupo de ‘agebeanos’ do Rio de Janeiro. Desta forma, garantiu-se o perfil do encontro como um espaço privilegiado feito para os professores ‘falarem’ e participarem da sua construção. Será o ‘espírito’ oferecido pelo nome de Fala Professor, o grande princípio orientador de seu surgimento”.

² O evento ocorreu entre os dias 17 e 21 de julho de 2019, contando com 357 inscritos e 275 credenciados (AGB-DEN, 2019, p. 517).

³ Em 1971, a reforma estatutária que ocorreu na AGB substituiu as assembleias gerais ordinárias anuais pelos ENG, que ocorrem a cada dois anos, simultaneamente com a assembleia geral, que é uma reunião de caráter administrativo. E decenalmente a entidade realiza o Congresso Brasileiro dos Geógrafos (CBG).

a necessidade de a associação realizar reuniões com maior periodicidade, principalmente de alguns assuntos mais específicos e urgentes. De todos os temas levantados, o ensino de Geografia foi eleito como prioritário. Essa temática, provavelmente, emergiu como prioridade em decorrência das políticas públicas que, desde a década de 1960, colocavam em risco a manutenção da Geografia nos currículos do ensino escolar. Existia o indício de extinção das disciplinas de Geografia e História do currículo do ensino de 1º grau, sendo substituídas pelo ensino da matéria Estudos Sociais. Consequentemente, havia preocupação também com a permanência dos cursos de licenciatura em Geografia em diferentes instituições no ensino superior, com a abertura dos cursos de licenciatura curta.

Além disso, ocorreram mudanças significativas iniciadas na associação na década de 1970, como resultados de sucessivos debates e embates sobre as suas políticas internas que influenciaram significativamente na construção de novas diretrizes e da revisão de posicionamentos políticos e epistemológicos que, de certo modo, contribuíram para o surgimento do Fala Professor.

Para compreender os diversos debates e embates que ocorreram na AGB na década de 1970, é necessário penetrar camadas e camadas da sua história; estas serão apresentadas e analisadas ao longo da pesquisa. Apesar da sua complexidade, julga-se pertinente, neste momento, apresentar sucintas considerações sobre esse período.

Após anos de ditadura militar no Brasil, acentuou-se a luta por garantia democrática na vida política e em várias esferas brasileiras na década de 1970. Dentro da AGB e em diversos departamentos de Geografia nas universidades surgiram críticas às perspectivas teóricas geográficas que se ausentavam de um posicionamento político. Na AGB, o estopim do embate ocorreu no movimento de 1978, na realização do 3º ENG, em Fortaleza – o qual, por sua vez, desdobrou-se no ano seguinte em uma mudança estatutária da entidade e no fortalecimento do movimento de renovação⁴ da Geografia. De acordo com o relato de diferentes geógrafos, foram principalmente os estudantes e os professores do ensino básico que impulsionaram o movimento ao criticarem a estrutura hierárquica e demasiadamente acadêmica da AGB (ANTUNES, 2008; ANTUNES *et al.*, 2008; OLIVEIRA, 2008; SANTOS, 2008; SCARIM, 2000)⁵. Ademais, o movimento realizou inúmeras críticas à ciência geográfica aplicada,

⁴ Ao longo da pesquisa, o movimento de 1978 e a renovação da geografia serão retomados.

⁵ De acordo com o Ariovaldo Umbelino (2008) e Douglas Santos (2008), em depoimento ao *Boletim Paulista de Geografia* (2008) comemorativo de trinta anos do movimento de 1978, expõe-se que a participação dos professores foi significativa após a mudança estatutária da AGB, em 1979, propiciando um alargamento dos espaços com debates relativos à educação.

desenvolvida em alguns departamentos de Geografia e instituições de pesquisa, pelas suas teorias sistêmicas e locais e, principalmente, por servir aos interesses dos governos militares⁶.

Desde 1934 até 1971, a AGB tinha passado por quatro reformas estatutárias, sendo que as de 1936 e 1945 foram as mais significativas, porque ambas definiram normas e regras que propiciaram um perfil mais acadêmico para a associação. As reformas estatutárias de 1963 e 1971 não realizaram transformações nas estruturas e na organização da associação, apenas promoveram ajustes de percurso em relação às reformas anteriores (ANTUNES, 2008). Desde o estatuto de 1945, com a inserção do artigo 3º dos objetivos⁷, a AGB impôs um limite de atuação dos seus associados, pressupondo uma suposta neutralidade política, religiosa e científica, fato que não permitiu questionamentos ou posicionamento sobre determinadas situações vigentes no país. Além disso, existiu a presença marcante de categorias hierárquicas entre os associados, com a distinção entre seus membros de acordo com o seu desempenho acadêmico. Eram quatro categorias de associados: os sócios-titulares, constituídos pelos geógrafos com titulação acadêmica e trabalho com reconhecido valor científico; os sócios-cooperadores, que eram os professores auxiliares, estudantes universitários e professores secundários; os sócios-honorários, que eram os membros beneméritos da associação; e os sócios-correspondentes, que residiam no exterior, mas estavam de alguma forma vinculados à geografia brasileira. Apenas os sócios-titulares tinham direito ao voto e à participação nos pleitos para a composição do Conselho Diretor Nacional da AGB. Já os sócios-cooperadores estavam vinculados apenas a seções regionais ou núcleos municipais.

De acordo com o primeiro estatuto da AGB, os novos membros da associação deveriam ser indicados e aprovados em comum acordo pelos associados efetivos. Assim, a associação era constituída por um grupo restrito de intelectuais, principalmente acadêmicos. A reforma estatutária de 1970 extinguiu a necessidade da aprovação em assembleia para todos os estudantes ou pessoas formadas em geografia, ou seja, automaticamente, ao mostrar interesse

⁶ A ciência geográfica aplicada tem como base a utilização dos dados científicos a partir de uma racionalidade administrativa, muito utilizados nos trabalhos de planejamento urbano ou regional, tanto no domínio público quanto no privado. Para saber mais sobre a Geografia Aplicada/Quantitativa no Brasil, procurar a pesquisa de Lamego (2010), que mostra o quanto essas Geografias produzidas no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e na Universidade Estadual Paulista (UNESP) de Rio Claro foram caricaturadas na história da Geografia no país. De acordo com Albuquerque (2011, p. 22), “a geografia quantitativa não teve grande repercussão e aplicação nas práticas escolares no Brasil”. Até o momento da conclusão desta pesquisa, nenhum trabalho acadêmico mostrou que a Geografia Quantitativa teve repercussão direta no ensino escolar.

⁷ “Art. 3º – A Associação não poderá tomar parte em manifestação políticas ou religiosas, nem tratar de qualquer assunto estranho aos seus objetivos” (Estatuto AGB, 1945, p. 1).

tornava-se sócio. Apesar das categorias continuarem existindo entre os associados, Andrade (2002) considerou essa reforma “altamente liberalizante”, por viabilizar mais acessos à AGB.

Entre 1934 e 1945, a AGB possuía um funcionamento modesto e era composta por um grupo relativamente limitado de sócios, concentrados principalmente na cidade de São Paulo⁸, seguida pela cidade do Rio de Janeiro⁹. Entretanto, em 1945, com a sua segunda reforma estatutária, a associação visou a uma projeção nacional com a criação das seções regionais e dos núcleos municipais¹⁰. Era permitido apenas uma seção regional em cada estado e um núcleo por município. A partir desse momento, ficou estabelecido que o Conselho Diretor da associação teria sua sede e seu foro na cidade de São Paulo, junto com a Seção Regional São Paulo (SRSP)¹¹. Também foi formalizada a Seção Regional Rio de Janeiro (SRRJ). Além disso, ficou estabelecida a realização anual de uma Assembleia Geral Ordinária, destinada a congregar todos os associados e discutir temas de interesse geográfico, mas apenas os sócios-titulares tinham direito de votar.

Na Seção São Paulo, desde o início da década de 1970, os sócios-titulares, principalmente os mais novos, incentivaram os estudantes de graduação a terem uma participação mais ativa na sede regional, tanto nas suas assembleias quanto nas eleições de diretoria. Certamente, essa necessidade de mudança também ocorreu em outras seções regionais ou núcleos municipais da associação.

No ano seguinte ao 3º ENG, em 1979, aconteceu uma assembleia extraordinária da AGB na Universidade de São Paulo (USP), local da sua sede nacional. Na ocasião, realizou-se uma reforma estatutária, momento de significativa ruptura interna na entidade. Durante a assembleia ocorreram vários debates e embates¹² em diferentes pontos para que houvesse a aprovação do novo estatuto. Isso porque havia resistência de alguns professores universitários à

⁸ Atualmente, as sedes da AGB Nacional e da Seção São Paulo estão localizadas na mesma sala na FFLCH-USP, Cidade Universitária, por isso, muitas vezes elas são confundidas.

⁹ Existiam também os núcleos de Amparo (SP) e Curitiba (PR). Consta a tentativa de criação do núcleo de Florianópolis (SC).

¹⁰ “Art. 30 – As Seções Regionais poderão organizar-se desde que, por requerimento de pelo menos dez pessoas, o Conselho Diretor da Associação assim o delibere. [...] Art. 31 – As Seções Regionais terão existência autônoma em tudo o que disser respeito ao peculiar interesse, nos termos dos presentes Estatutos. [...] Art. 32 – Cada Seção Regional será dirigida por uma Diretoria, composta de um diretor, um secretário e um tesoureiro, com mandato anual e eleitos na última reunião do ano. [...] Art. 35 – Compete às Seções Regionais fixar as normas para a organização de Núcleos Municipais, nos termos dos presentes Estatutos. Parágrafo único – Nenhuma cidade poderá conter mais de um Núcleo Municipal” (*Anais da AGB*, 1949, p. 11).

¹¹ Na reforma estatutária de 1979, são extinguidas as seções regionais e os núcleos municipais. Ambos passam a ser reconhecidos como seções locais. Para facilitar e não gerar confusões ao leitor, optou-se em usar a denominação Seção São Paulo em vez de SRSP ou SLSP.

¹² A assembleia iniciou com dois pontos polêmicos: o direito à consulta e/ou voto de todos os presentes, mesmo não sendo sócios-titulares, e a votação ou não de um anteprojeto em bloco. Por fim, a mesa decidiu que apenas os sócios-titulares teriam direito à votação e aprovou a deliberação de um anteprojeto em bloco.

implementação de mudanças, especialmente os sócios mais antigos, que mantinham o desejo de que a associação continuasse com a mesma estrutura interna, portanto, privilegiando o perfil acadêmico. Duas mudanças foram significativas no novo estatuto: a possibilidade de a AGB se envolver em atividades e ter posicionamento político¹³ e o fim das categorias de associados.

Em suma, o movimento de 1978 foi essencial para as mudanças que ocorreram na associação, tanto política quanto epistemologicamente. O fim da categoria entre os sócios da AGB em 1979 seguramente, permitiu a realização de assembleias com diálogo mais democrático, portanto, envolvendo mais os geógrafos e as geógrafas que não eram sobretudo acadêmicos, propiciando a emergência de debates e envolvimento dos seus sócios com temas que antes não eram vistos como de tanta relevância – por exemplo, o saber escolar. Possivelmente, com o passar do tempo, o acúmulo de debate e o envolvimento da associação com o ensino de Geografia consolidaram a dimensão da importância do tema para a efetivação do o I Fala Professor:

O I ENEGE foi estruturado em painéis e grupos de trabalho, o que permitiu, através da troca de experiência de e entre professores e alunos, uma melhor compreensão da realidade do ensino de Geografia, fornecendo assim subsídios para a sua reformulação. Mas, por que reformulação? Porque a Geografia que se ensina está distante da realidade atual, é descritiva, é compartimentada, é reforço para a manutenção de uma análise fragmentada de espaço.

Assim, o grande objetivo do Encontro foi debater e elaborar uma estratégia capaz de transformar o ensino de Geografia do 1º e 2º Graus, com base em uma ciência que, dialeticamente, busque a integração do arranjo espacial com as relações sociais existentes em cada momento histórico. (I Fala Professor, 1987, p. 1)

No I Fala Professor existiu uma mudança significativa, ocasionada pela preocupação dos associados em aproximar os debates realizados na AGB e nas universidades com as escolas. Antes de 1979, os encontros da AGB eram voltados prioritariamente para o saber acadêmico, tanto que apenas os sócios-titulares realizavam apresentações de trabalhos. Assim, a criação do Fala Professor ampliou o espaço de discussão e reposicionou o saber escolar dentro da própria entidade. Atualmente, nas seções locais e na própria diretoria nacional, a partir dos Grupos de Trabalhos de Educação¹⁴, o ensino de Geografia é uma das principais demandas e pautas de lutas da AGB.

¹³ Após a primeira reforma estatutária, em 1945, acrescentou-se o seguinte objetivo: “Art. 3º – A Associação não poderá tomar parte em manifestação políticas ou religiosas, nem tratar de qualquer assunto estranho aos seus objetivos” (Estatuto AGB, 1945, p. 1). Na reforma estatutária de 1979, o artigo 3º foi reformulado e recebeu outro caráter: “A AGB poderá manifestar-se publicamente partindo do conhecimento da realidade nacional, no sentido de equacionar e esclarecer problemas sociais, econômicos, políticos e do espaço físico brasileiro” (Estatuto AGB, 1979, p. 1).

¹⁴ “O GT (Grupo de Trabalho) pretende agregar geógrafos (estudantes, professores e técnicos) sendo aberto para não geógrafos, cujo objetivo principal é repensar ações e intervenções na sociedade. Visam fortalecer o trabalho permanente e atuação política das Seções Locais da AGB, debates e as atitudes demandadas pela sociedade,

Desse modo, o objetivo basilar da pesquisa consistiu em fazer um esforço de compreensão histórica dos posicionamentos do saber escolar na Seção São Paulo da Associação dos Geógrafos Brasileiros, de 1949 até 1987. A delimitação da periodização da pesquisa se inicia em 1949, ano de publicação do primeiro *Boletim Paulista de Geografia* (BPG), que será a principal fonte desta pesquisa. Nele circularam e estão registradas as concepções geográficas e educacionais das diferentes diretorias da seção paulista, ao longo de vários anos. E 1987 porque pode-se afirmar que, no âmbito nacional, houve um importante reposicionamento do saber escolar na AGB, consistindo no ano que ela oficializou seu compromisso com o saber escolar a partir do I Fala Professor.

Entende-se que as publicações do BPG serviram para divulgar os saberes, determinadas práticas e os valores que eram legitimados pela Seção São Paulo. Por isso, a partir dos longos anos de publicação, admite-se que seja possível identificar e analisar o posicionamento das diferentes gestões da Seção São Paulo em relação ao saber escolar. Portanto, indaga-se: no conjunto de publicações do BPG, quais são as concepções presentes acerca do saber escolar? Por quais lugares o BPG circulou, divulgando os pensamentos e as práticas da Seção São Paulo? Quais práticas de leitura foram incentivadas e disseminadas no BPG e que podem ter influenciado no saber escolar, seja a partir da formação de professores ou na atuação da associação em políticas públicas? Além disso, serão investigados e analisados os debates, os manifestos e outras fontes secundárias para compreender o posicionamento da Seção São Paulo em relação às reformas educacionais. Por fim, identificaremos os sujeitos mais engajados com o ensino de Geografia e que potencializaram esse tema na Seção São Paulo.

Antes, é importante entender que no Brasil¹⁵ o saber geográfico escolar é anterior à institucionalização acadêmica da Geografia, diversas pesquisas estudaram a sua trajetória nas instituições de ensino e nos currículos escolares antes da década de 1930 (GOMES, 2016; ISSLER, 1973; MAIA, 2014; PEREIRA, 2019; ROCHA, 1996; SILVA, J. M., 2012; SILVA, M. E. F., 2018)¹⁶. No passado, a Geografia escolar era lecionada por professores que eram pessoas curiosas e autodidatas. Na República criaram o sistema escolar com definição das áreas de competência da União e dos estados, mas não houve preocupação com a formação do

incentivando e promovendo a manifestação coletiva, que expressa os entendimentos e encaminhamentos dos agebeanos e agebeanas, sobre as grandes questões da sociedade” (Disponível em: <https://www.agb.org.br/grupos-de-trabalho/>. Acesso em: 17 maio 2021).

¹⁵ No Brasil, a introdução da história das disciplinas escolares como um campo de pesquisa ocorreu na década de 1990 (MARTINS, 2002).

¹⁶ O Grupo de Pesquisa Ciências, Educação e Sociedade (GPCES), um dos grupos mais reconhecidos no país na área de Geografia Escolar, desenvolve principalmente pesquisas do cotidiano escolar da Paraíba a partir da transição republicana.

profissional que lecionaria no ensino secundário. Apenas na década de 1930 criaram os primeiros cursos superiores de Geografia. O reconhecimento social da Geografia enquanto disciplina escolar presente em diferentes currículos no país, desde o século XIX, contribuiu para que se tornasse uma disciplina acadêmica. Os cursos superiores tinham o objetivo de oferecer uma formação científica aos professores do ensino secundário, além da formação dos futuros professores de Geografia das Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras.

Foi em 1934 que ocorreu a institucionalização do primeiro curso de Geografia no país, em São Paulo, com a fundação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras¹⁷ (FFCL) da USP, ministrado em conjunto com o curso de História. No mesmo ano da sua criação foi fundada a AGB¹⁸ por Pierre Deffontaines¹⁹, professor da missão francesa²⁰ responsável pela cadeira de Geografia na FFCL-USP. No ano seguinte, em 1935, após a saída de Pierre Deffontaines, outro geógrafo francês, Pierre Monbeig²¹, assumiu a cadeira de Geografia na FFCL-USP e a direção da AGB em São Paulo. Nesse mesmo ano foi criado o curso de Geografia na Universidade do Distrito Federal (UDF)²². Em 1936, Pierre Deffontaines novamente se responsabilizou por inaugurar a cadeira de Geografia, na qual permaneceu até 1938. O geógrafo francês fundou também a Associação dos Geógrafos Brasileiros no Rio de Janeiro. Apesar de a AGB surgir concomitante e em sintonia com os cursos superiores pioneiros nas duas capitais, a princípio,

¹⁷ Em 1969, ocorreu uma reforma universitária que modificou o nome de algumas unidades e determinou a criação de outras. A FFCL passou a se chamar Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH).

¹⁸ De acordo com a ata de fundação da associação, de 17 de setembro 1934, ela surgiu com o propósito de aprimorar e aprofundar o desenvolvimento de pesquisas e estudos geográficos no Brasil. Foi criada por Pierre Deffontaines, juntamente com o historiador, já formado em Direito e estudante do curso de Geografia e História, Caio Prado Júnior (1907-1990), além do geólogo e professor da Escola Politécnica Luiz Flores de Moraes Rego (1896-1940) e do historiador, bibliógrafo e biblioteconomista Rubens Borba de Moraes (1899-1986), que em seguida convidaram outros estudiosos para serem sócios efetivos (CUSTÓDIO, 2012).

¹⁹ Pierre Deffontaines (1894-1978) estudou Direito, em 1916, e História e Geografia, em 1918. Era discípulo de Jean Brunhes. Aos quarenta anos, em 1934, participou da primeira “missão francesa” que comporia o quadro de professores FFCL-USP. No mesmo ano, junto com Caio Prado Júnior, Rubens Borba de Moraes e Luís Flores Rego, fundou a AGB na casa de Deffontaines, na Avenida Angélica, nº 133.

²⁰ Os fundadores da USP realizaram uma aliança com a diplomacia francesa. Houve a vinda de professores franceses para a construção/transformação de uma cultura local, o que ficou conhecido como “missão francesa”. O segundo capítulo tratará sobre a fundação da USP e a missão francesa.

²¹ Assumiu a cadeira de Geografia na FFCL-USP aos vinte e sete anos. Em 1938, ficou responsável pela cadeira de Geografia Humana, na qual permaneceu até 1946, quando retornou ao seu país de origem. Durante onze anos permaneceu como diretor da AGB. Também, contribuiu para a criação do CNG.

²² Em 1935, pelo decreto municipal nº 5.513, criou-se a UDF, a partir da direção do escolanovista Anísio Teixeira. Diferentemente da USP, a UDF implantou separadamente os cursos de Geografia e História. Contudo, em 1939, a UDF foi extinta e o curso de Geografia passou a ser ofertado junto com o curso de História na Universidade do Brasil. Apesar de a UDF despontar como um centro de ensino inovador no Brasil, ela enfrentou dificuldades políticas que foram provocadas pelo governo Vargas. Em 1935, o secretário da Educação Anísio Teixeira, o reitor da UDF Afrânio Peixoto e outros professores foram demitidos, criando uma grave crise no interior da universidade. Com a instauração do Estado Novo, a UDF foi extinta e seus professores passaram a pertencer ao quadro docente da Faculdade de Filosofia da Universidade do Brasil, em 1939. A nova universidade possuía um estreito controle doutrinário da Igreja Católica (MACHADO, 2002).

deve-se reconhecer que a entidade era autônoma e particular, não sendo um órgão oficial do poder público (PETRONE, 1994, p. 144).

O surgimento da AGB está atrelado à institucionalização do conhecimento geográfico no país, ocasionado a partir de uma tradição acadêmica. A associação dos geógrafos foi criada com o princípio de ser um lugar de produção, de divulgação e de formação científica, assim como para desenvolver e aprofundar pesquisas e estudos geográficos do Brasil, sendo a princípio constituída por um grupo restrito de intelectuais de diferentes áreas do conhecimento e que tinham interesse pelos temas geográficos. Conforme seu primeiro estatuto:

Estatutos da Associação dos Geógrafos Brasileiros

Art. 1 – A Associação dos Geógrafos Brasileiros, sociedade civil com sede em São Paulo (Brasil), tem por fim a pesquisa e divulgação de assuntos geográficos. Para isto realizará reuniões periódicas, excursões em conjunto de seus membros e manterá uma publicação periódica. (BPG, 1949, p 54)

Após um ano da sua fundação, em 1935, o conhecimento produzido na AGB e pelos seus associados era divulgado nos seus periódicos²³. Com o passar do tempo, as Seções Regionais também lançaram os seus próprios periódicos, que em grande parte divulgavam pesquisas dos seus respectivos sócios. A partir dos periódicos publicados pela associação nacional e pelas seções regionais, é possível compreender suas tradições geográficas com base no conhecimento científico selecionado e legitimado nas suas publicações. Compreende-se que muitas dessas publicações circularam no âmbito acadêmico, enquanto materiais de referência na formação de professores e em cursos promovidos pelas secretarias de ensino ou pela própria entidade dos geógrafos.

Nos arquivos da Seção São Paulo foi encontrada uma carta de 1968, de resposta de Bernardo Issler, naquele momento diretor da seção²⁴, para Cândido de Oliveira (1918-1978), Chefe do Ensino Primário do Estado de São Paulo, o qual autorizou a reprodução mimeografada de um capítulo do BPG. A partir dessa carta é possível constatar que o texto solicitado²⁵ do

²³ De acordo com Silva e Araújo (2003), os periódicos consistem em publicações com uma sequência contínua de intervalos regulares pré-fixados, com colaboração, mais habitualmente, de diversos autores, sob a direção de uma ou mais pessoas, e sob a responsabilidade de uma ou mais entidades. Os materiais impressos mais utilizados entendidos como periódicos são: revistas, jornais, boletins informativos, científicos ou de divulgação, atas e anuários. Os periódicos são publicações essenciais na área de ciências e tecnologia, porque contêm as informações mais atualizadas, ao contrário dos livros, cujo processo editorial demanda mais tempo.

²⁴ Diretor da seção São Paulo de 1967 a 1968.

²⁵ O nº 23 do BPG, de julho de 1956, consistiu em uma edição especial comemorativa para o XVIII Congresso Internacional de Geografia, que foi realizado no Rio de Janeiro. O objetivo do periódico foi oferecer aos geógrafos estrangeiros, que participariam do evento, estudos geográficos do estado de São Paulo realizados pelos próprios sócios-titulares da Seção São Paulo. O texto requisitado pelo chefe do ensino primário é do geógrafo Aziz Ab'Saber, intitulado "A terra paulista", que apresentou a geologia, a pedologia e a geomorfologia do planalto paulista, além de tratar do domínio da Mata Atlântica nesse território.

periódico foi um material de referência que circulava na formação ou para estudo dos professores da rede pública paulista:

Of. nº /68

Senhor Chefe do Ensino Primário do Estado de São Paulo

Respondendo ao ofício de V. S. solicitamos autorização para reproduzir o 1º capítulo do Bol. Geográfico nº 23 temos a informar o seguinte:

– nada há a opor, dado os fins a que a publicação se destina;

– esta diretoria autoriza a reprodução mimeografada do referido Boletim desde que na publicação, conste informação da fonte e a devida autorização aqui concedida.

Sem mais apresentamos nossas cordiais saudações.

São Paulo, 28 de outubro de 1968.

Bernardo Issler

Diretor da Seção Regional de S. Paulo

Ao Exmo sr. Prof. Cândido de Oliveira

M.D. Chefe do Ensino Primário do Estado de São Paulo

N/Capital.

(FONTE: Acervo AGB-SLSP)

A carta se refere ao BPG, criado em 1949 pela Seção São Paulo, após quinze anos da fundação da AGB, sendo até o momento a publicação de mais longa duração de toda a associação e da Geografia brasileira. Para o geógrafo Aroldo de Azevedo, que foi durante muito tempo diretor do BPG, os periódicos da AGB²⁶ foram como “os porta-vozes da A.G.B., que levam aos geógrafos do Brasil e do Mundo os resultados de seus estudos e de suas pesquisas, realizados dentro das modernas diretrizes da Geografia” (AZEVEDO, 1954, p. 53).

Quando se pensa em estudar os saberes escolares de determinado período, é também necessário compreender o seu contexto, os diferentes poderes envolvidos e os interlocutores que influenciaram em sua história, os motivos pelos quais estão submetidos a diferentes influências externas – como do Estado, das universidades, das associações científicas ou profissionais e outras.

Para compreender melhor a respeito do saber escolar e da associação científica, optou-se por utilizar Ivor Goodson (1990, 2001, 2018)²⁷ e Horácio Capel (1977, 1989, 1999) como referenciais teóricos. O primeiro é um pesquisador inglês que, a partir dos seus estudos de caráter sócio-histórico acerca do conhecimento e ao investigar as práticas passadas, contribui para pensarmos a escola como um espaço de produção do saber, que também mantém relação

²⁶ Entre 1935 e 1944, a Associação dos Geógrafos Brasileiros Nacional teve duas revistas. A revista *Geografia*, primeiro periódico da AGB, de 1935 a 1936, teve seis publicações. A segunda foi o *Boletim da Associação dos Geógrafos*, de 1941 a 1944, com cinco publicações. Outras seções também tiveram suas próprias publicações: o *Boletim Mineiro de Geografia* (1957-1966), o *Boletim Baiano de Geografia* (1960-1962), o *Boletim Paranaense de Geografia* (1960-1963) e o *Boletim Gaúcho de Geografia* (1974 – produção interrompida). Por esses boletins apresentarem uma temporalidade relativamente pequena de publicação, em relação ao Boletim Carioca e ao Paulista, optou-se por não os abarcar como principais fontes de pesquisa.

²⁷ Goodson utiliza o termo “matéria escolar” para se referir ao termo “disciplina escolar”.

com agentes externos que podem ser responsáveis por redefinir os saberes escolares. Por exemplo, normalmente, os agentes externos são os responsáveis por prescrever os currículos e os livros didáticos, que passam a ser considerados os saberes escolares a serem ensinados. Já Capel é um pesquisador espanhol que possui uma ampla bibliografia envolvendo a história da disciplina científica Geografia, em que se buscou uma análise a partir de diversas dimensões, como a intelectual, o conhecimento e os aspectos sociais, institucionais e da comunidade científica. Os dois pesquisadores, a partir de estudos historiográficos, demonstraram que primeiro existiu a Geografia no interior das escolas, para depois se tornar uma disciplina acadêmica.

Goodson, utilizando o modelo de David Layton²⁸, analisou três estágios do saber geográfico nas escolas inglesas no final do século XIX: 1) o conhecimento desenvolvido no processo de escolarização apresenta-se mais pertinente e útil aos estudantes e, por sua vez, estes se sentem atraídos pela disciplina (nesse momento, não existia professor com formação superior, mas algo próximo a um autodidata); 2) a disciplina escolar apresentou o seu conhecimento mais organizado, com formação de professores e interesse do Estado em desenvolvê-la; 3) o conhecimento escolar constitui-se com valores e regras acadêmicas e, com isso, os alunos se tornaram mais passivos e desencantados com o cotidiano escolar.

Durante o segundo estágio, um grupo de profissionais que buscavam *status* se articulou na inserção do conhecimento geográfico nas universidades, com os seguintes interesses:

[...] melhores *ratios* docentes, salários mais elevados maiores subsídios *per capita*, empregos mais qualificados, perspectivas de carreiras mais aliciantes. A ligação entre o *status* acadêmico e a distribuição de recursos fornece o principal quadro explicativo para compreender a aspiração imperativa da aquisição do estatuto acadêmico. (GOODSON, 2001, p. 142)

A fundação da *Geographical Association*, em 1893, teve um papel considerável para a inclusão da disciplina de Geografia nas universidades, ao traçar planos para inseri-la nos exames preparatórios. O *lobby* ativo da *Geographical Association* para o reconhecimento da Geografia a fez angariar mais associados, além de incluir essa ciência em muitos regulamentos de comissões examinadoras (certificação elementar e certificação secundária) como uma das principais matérias.

Esta estratégia se parece muito com os apelos dos sindicatos em favor da oficina fechada. O professor de geografia deve estabelecer os exames e escolher exames que sejam os melhores para a ‘aceitação geral’ da matéria – não existe nem mesmo a fachada de que o interesse dos alunos deveria ser critério central; o ensino de geografia

²⁸ “Layton analisou a evolução da matéria ‘ciências’ a partir do século dezenove, sugerindo um modelo provisório para a evolução de uma matéria escolar no currículo escolar secundário” (GOODSON, 1990, p. 233).

deve estar exclusivamente nas mãos de geógrafos treinados e as universidades devem ser encorajadas a estabelecer escolas de geografia 'onde os geógrafos possam ser formados'. (GOODSON, 1990, p. 238)

Ao tornar a Geografia uma disciplina acadêmica, os professores escolares foram incentivados “a renderem-se, solícitos, às definições dos conhecimentos válidos formulados pelos universitários” (GOODSON, 2001, p. 99). Assim, o historiador, a partir dos seus estudos de caráter sócio-histórico acerca do saber escolar, mostrou o quanto a *Geographical Association*, a partir dos exames, contribuiu com a profissionalização do professor e para forjar os conteúdos a serem ensinados na escola.

Deve-se entender o saber escolar como uma construção social, por isso historicamente não é um saber linear, inclusive por sofrer influências externas de forças hegemônicas, como visto no caso inglês, pela *Geographical Association*. Além disso, a pesquisa mostrou que o processo de escolarização é um importante lugar de disputa e de divulgação dos novos conhecimentos produzidos e legitimados por essas influências externas. Com apoio da investigação de Goodson, entende-se que é pertinente investigar a relação da Seção São Paulo com o saber escolar, pensando a sua influência na formação de professores, na divulgação de conhecimentos nos periódicos e por outras práticas.

Horácio Capel (1977, 1989, 1999) também contribuiu para pensar no segundo estágio apresentado por Goodson. Ao estudar a institucionalização e a aparição da comunidade da ciência geográfica em diferentes países europeus durante o século XIX, deparou com a expansão do processo de escolarização que contribuiu para a difusão e o reconhecimento social da Geografia nesses países. A demanda pela modernização da escolarização fez com que institucionalizassem a disciplina de Geografia nas universidades para formar os professores do ensino básico. Tudo isso contribuiu para o surgimento das comunidades científicas que, em seguida, seriam as responsáveis em forjar o conhecimento que era válido a ser ensinado aos futuros professores e geógrafos.

Para essa compreensão histórica, Capel se utilizou de uma abordagem a um só tempo internalista e externalista, abordagens antes vistas como irreconciliáveis. A visão internalista, a princípio, está mais relacionada (embora não seja exclusiva) ao empirismo lógico e neopositivista, próximo ao Círculo de Viena. Ela analisa o desenvolvimento progressivo de ideias científicas, teorias e métodos a partir do ponto de vista dos cientistas. Em contraponto, a externalista está mais associada à tradição marxista ortodoxa e, muitas vezes, reduz o desenvolvimento do conhecimento científico ao reconhecê-lo apenas como resultado de exigências externas à comunidade científica, ou seja, as exigências políticas, econômicas e

sociais. Para Capel, não existem duas histórias separadas, uma internalista e a outra externalista, pois ambas as perspectivas históricas não se opõem, mas sim se completam. Por isso, o autor optou por compreender a trajetória da ciência geográfica a partir de duas dimensões, a intelectual e a social (institucional e comunidade).

Não se trata de duas dimensões separadas, porém de dois aspectos de uma mesma realidade, que se destacam segundo os objetivos e/ou interesses com que se aplicam. O desenvolvimento de uma ou outra dimensão está geralmente vinculado, mas também pode ser – ao menos durante algum tempo – relativamente autônomo. O desenvolvimento intelectual cognitivo possui sua lógica e se apoia em ideias prévias, propostas formuladas e debates, mas por sua vez se sustenta em estruturas e num ambiente social que as incentiva ou permite – instituições científicas, carreiras ou incentivos profissionais, programas de estudo, investimentos públicos ou privados etc. Somente quanto as duas dimensões se desenvolvem simultaneamente, é que se produz um verdadeiro e durável desenvolvimento científico. Sem dúvida, o debate a respeito das razões do avanço ou do atraso relativo de alguns países no desenvolvimento da ciência deve levar em consideração, por sua vez, uma e outra dimensões. (CAPEL, 1999, p. 12)

A partir da Sociologia da ciência, o geógrafo contribui para compreender a importância da comunidade científica influenciando o desenvolvimento e a trajetória intelectual de determinada ciência e o seu conhecimento:

A existência de uma comunidade científica especializada modela o pensamento de seus integrantes e, com o tempo, origina o que se tem denominado estilos de pensamento, que determinam a eleição dos problemas científicos, as perguntas que são feitas, guiam as observações, estabelecem as regras para se trabalhar e ainda predeterminam o vocabulário que se há de utilizar. O que em muitas disciplinas científicas se denominou de ponto de vista, talvez não seja mais que uma aplicação do estilo próprio de pensar da comunidade. (CAPEL, 1999, p. 21-22)

Capel auxiliou tanto na compreensão da influência da comunidade científica na trajetória do conhecimento de referência quanto em estratégias na sua valorização e reconhecimento em relação a outras ciências, ao Estado e à sociedade. Assim, é possível pensar a Seção São Paulo enquanto um desses lugares de aglutinação de geógrafos, atuando como uma comunidade científica, criando regras e exercendo influências – em alguns momentos com mais força e em outros, menos. A partir do seu reconhecimento e da sua autoridade, enquanto uma comunidade aglutinadora de geógrafos, a pesquisa também buscou compreender as visões e as ações da Seção São Paulo em relação ao saber escolar geográfico.

Entende-se que o saber científico e o saber escolar atendem finalidades diferentes. O primeiro é de um problema para o qual a ciência deve tratar de dar resposta, que é submetido a um procedimento metodológico próprio da ciência para ser reconhecido entre os seus pares enquanto legítimo (LESTEGÁS, 2002, p. 174). Enquanto o segundo “não decorre apenas dos objetivos da ciência de referência, mas de um complexo sistema de valores e de interesse

próprios da escola e do papel por ela desempenhado na sociedade letrada e moderna” (BITTENCOURT, 2011, p. 39). Na atualidade, admite-se uma relação de troca entre os saberes produzidos na academia e na escola, “numa dinâmica de mão dupla”, não apenas a determinação da primeira instituição sobre a segunda (ALBUQUERQUE, 2011, p. 20).

A pesquisa tem como suposição que a AGB surgiu como uma comunidade científica, sem uma preocupação com relação ao saber escolar, por entendê-lo apenas como uma transposição didática do conhecimento científico. O *Boletim Paulista de Geografia*, a partir de sua escrita e da sua circulação, serviu como um dispositivo de divulgação, principalmente, de saberes científicos e normatização de práticas para a Geografia Moderna que estava se institucionalizando no ensino superior do país. A Seção São Paulo, a partir do seu lugar de reconhecimento científico, expôs por meio dos impressos aquilo que acreditou e queria que fosse reconhecido como o mais adequado academicamente para a disciplina de Geografia. Mas, na década de 1970²⁹, a distância entre a entidade e o saber escolar foi reduzida em decorrência das reformas educacionais no ensino básico, que também prejudicaram os cursos superiores. A transformação também teve relação com a mudança epistemológica do que era debatido na Geografia e, conseqüentemente, do posicionamento político, que passaram a ocupar um lugar importante dentre os geógrafos que participaram do BPG e da Seção São Paulo.

É importante reforçar que a pesquisa centrou sua investigação nos posicionamentos do saber escolar na AGB, tendo como recorte a Seção São Paulo. Apesar de o BPG não ser uma revista pedagógica, mas sim de divulgação científica, em decorrência da pouca produção geográfica brasileira existente no início da sua publicação, acredita-se que o saber divulgado por ela era utilizado nos cursos de graduação e de qualificação de professores. A pesquisa vai transitar entre a história do saber escolar, da associação e da academia. O estudo aqui feito não terá como objetivo compreender a influência da Seção São Paulo dentro das escolas, tendo em vista que entraria no campo de pesquisa da cultura escolar³⁰, exigindo o esforço de investigar aspectos internos à escola, como tradições e regularidades que são produtoras de práticas e organizações do ensino e da aprendizagem.

²⁹ A partir da LDB 5.296/1971, o Conselho Federal de Educação (CFE) prescrevia indicativos e pareceres que tornaram o ensino de Estudos Sociais mais presente no currículo, enquanto fragilizavam o ensino de Geografia e História. Todas essas ações de ataque à disciplina no ensino escolar reverberaram negativamente no ensino superior. A pesquisa no capítulo três tratará desse tema.

³⁰ Ao estudar os aspectos internos das escolas, de acordo com Chervel (1990), é possível entender que as instituições escolares não são apenas passivas, isto é, um mero lugar de reprodução dos conhecimentos impostos, mas elas também apresentam espontaneidade, autonomia e resistência às intervenções externas. Assim, as disciplinas escolares devem ser analisadas como um elemento pertencente à cultura escolar e que paralelamente mantém relações com os saberes externos à escola.

Por estar consciente do extenso trabalho historiográfico a que esta pesquisa se propõe e das limitações que uma pesquisa de doutorado possui atualmente, optou-se por utilizar os periódicos Seção São Paulo (no caso, o *Boletim Paulista de Geografia*³¹) como principal fonte de pesquisa, pois ele apresenta um longo período de publicações, possuindo um significativo reconhecimento na comunidade geográfica e em outras áreas científicas. Além disso, seu impresso consistiu em um lugar de produção e de circulação dos conhecimentos e valores da associação dos geógrafos. Catani (1999 *apud* BICCAS, 2008, p. 24) afirmou que, substancialmente, os repertórios dos impressos “podem fornecer materiais básicos, dados que funcionam como ponto de partida para localização de informações para pesquisa sobre história da educação, das práticas ou das disciplinas escolares e dos sistemas de ensino”. Desde a década de 1980, os impressos são utilizados como uma modalidade de fonte de pesquisa entre os historiadores da educação no Brasil (MARTINS, 2002).

Capel (1989), nos seus trabalhos, ressaltou a importância das revistas científicas como um lugar de difusão de pesquisas e ideias, que mostra a vitalidade de uma ciência, sendo indispensável para o seu desenvolvimento e reconhecimento diante a comunidade científica. Portanto, entende-se que a partir do BPG, que difundiu o saber geográfico, seja possível entender as ideias e os valores da Seção São Paulo no que concerne ao saber escolar.

Pontuschka e colaboradoras (2007) afirmaram que o BPG, desde a década de 1940, foi se constituindo como uma fonte bibliográfica obrigatória “a formação dos professores na USP e nas faculdades particulares e públicas do país” (PONTUSCHKA *et al.*, 2007, p. 49).

Apesar do período estudado parecer longo, de 1949 até 1987 (no total, 38 anos), sua escolha foi necessária para recuperar e interpretar os posicionamentos e reposicionamentos do saber escolar na entidade geográfica. Isso porque “as séries longas possibilitam que a pesquisa encontre o posicionamento majoritário do período estudado ou suas modificações. O que, ao menos a princípio, reduziria substancialmente o risco de se tomar o todo pela parte” (TOLEDO *et al.*, 2012, p. 263). Sendo assim, o período investigado garantiu que o movimento de reposicionamento não fosse visto apenas de forma pontual, tornando suficiente o entendimento

³¹ Cabe destaque ao fato de que o extenso acervo do BPG está disponível para consulta na sala da Seção São Paulo-AGB, localizada no prédio da FFLCH-USP. Esse impressionante acervo, desde 2017, passou a ser disponibilizado pela Seção Local São Paulo no formato digital na sua página na internet: <https://www.agb.org.br/publicacoes/index.php/boletim-paulista/issue/archive>. Acesso em: 19 maio 2021. No entanto, durante a pesquisa priorizou-se a utilização das fontes do acervo físico na sala da Seção São Paulo-AGB, porque disponibilizou-se em rede eletrônica apenas os editoriais e os artigos do BPG, sendo que existem mais conteúdos para serem analisados nos periódicos, como propagandas, notícias sobre reuniões da entidade e congressos, entre outros. Ressalta-se que é importante a digitalização dos periódicos mais antigos na íntegra e sua disponibilidade em rede eletrônica, facilitando as pesquisas no campo da história da Geografia, por eliminar vários entraves de ordem prática.

dos momentos de continuidades e descontinuidades do saber escolar ao longo da trajetória da Seção São Paulo da AGB.

Realizou-se um levantamento bibliográfico para identificar os estudos historiográficos dedicados à Associação dos Geógrafos Brasileiros, que permitiu traçar melhor o rumo da pesquisa pretendida, nos *sites* de âmbito acadêmico, tais como o banco de teses da Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)³², as bibliotecas virtuais de diferentes universidades estaduais e federais, a plataforma Scientific Electronic Library Online (SciELO) e, por fim, as publicações de periódicos como *Terra Livre*, *Boletim Paulista de Geografia*, *Terra Brasilis*, *GeoUSP*, *Revista do Departamento de Geografia-USP* e outros.

Os trabalhos voltados para compreender a história da AGB estão localizados, principalmente, a partir da década de 1970, quando ocorreram os movimentos de renovação epistemológica e política, que passou a ser alvo de artigos, dissertações de mestrado e teses de doutorado³³. Anteriormente a essa década, existe um número menor dessas contribuições. Todas as obras foram analisadas e serão resgatadas ao longo da pesquisa, mas aqui destacam-se duas teses de doutorado, uma desenvolvida por Antunes (2008) e a outra por França Filho (2018). A primeira porque tratou dos periódicos da AGB e a segunda porque analisou a trajetória do ensino de Geografia na década de 1980, tendo a associação dos geógrafos como uma das suas principais influências externas.

Antunes (2008, p. 10) fez “uma história sobre as origens, as ideias e as transformações vividas e passadas na/da AGB entre 1934 e 1979”. Como fonte, o autor utilizou-se de diferentes documentos, dentre os principais estão: estatutos, atas de reuniões e de assembleias, impressos, cartas e outros. Também utilizou a memória por meio de entrevistas “abertas e livres”. No segundo capítulo da pesquisa desenvolvida por Antunes (2008), “Ideias: os primeiros debates e as publicações pioneiras da AGB”, a partir do conceito de campo³⁴, desenvolvido pelo

³² A partir dos cursos de mestrado e doutorado presentes na plataforma Sucupira (CAPES).

³³ Artigos de Del Gaudio (2019) e Cavalcanti (1995). Periódicos: Seção São Paulo, 1978 + 30: AGB em Movimento, *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, nº 88, p. 158, 2008; Associação dos Geógrafos Brasileiros, 70 anos: trajetórias e contribuições, *Terra Livre*, São Paulo, nº 22, p. 272, 2004. Dissertações de Zusman (1996), Antunes (2001) e Scarim (2000). Teses de França Filho (2018), Aranha (2017), Lira (2017), Nogueira (2013), Pedrosa (2013) e Antunes (2018). Pesquisa de Monteiro (1980). Livro eletrônico de Custódio (2012). Livro de Iumatti (2008). Esses trabalhos serão apresentados ao longo do corpo do texto ou em nota de rodapé, mostrando como eles contribuíram para esta pesquisa.

³⁴ “Os campos são lugares de relações de força que implicam tendências imanentes e probabilidades objetivas. Qualquer que seja o campo, ele é objeto de luta em sua representação quanto a sua realidade. Todo campo, o campo científico por exemplo, é um campo de forças e um campo de lutas para conservar ou transformar esse campo de forças” (BOURDIEU, 2003, p. 25).

sociólogo Pierre Bourdieu, ele analisou os periódicos e os anais da associação como produções que buscaram criar ou reafirmar um campo:

Sendo assim, o estudo de periódicos é uma das formas mais privilegiadas de apreensão dos modos de funcionamento de um campo. Quais os temas mais recorrentes? Quais os autores que mais publicaram? Esses autores e seus temas permitem visualizar a formação de uma forma própria de pensar/fazer a Geografia no Brasil? Alguns desses questionamentos podem ser tentados respostas através da análise dos periódicos publicados pela AGB e suas Seções Regionais [...]. (ANTUNES, 2008, p. 98)

Toda a forma de periodização faz um recorte histórico dos eventos ou das rupturas mais valorizados pelo seu elaborador, isto é, destaca aquilo que entende ser significativo na trajetória da sua narrativa. Antunes (2008) apresentou uma longa listagem com as publicações da associação; em seguida, realizou um mapeamento dessas produções e dos seus respectivos autores, concluindo com uma periodização das publicações da associação:

A história da Geografia no Brasil é também aquela acumulada, e socializada nos anais das reuniões e congressos da AGB, nos boletins e demais periódicos, nos manuais, nos livros e revistas, nos símbolos, nos rituais, nos estatutos e regimentos etc., e que contribuem para a conformação da história da cultura deste campo. Quando avaliamos a existência da AGB através das suas ideias (segunda nota dessa tese), encontramos quatro momentos. Nos anos de 1935 e 1936, com a publicação da Revista “Geografia”, procurando demonstrar a força inicial da Associação e seus sócios, e nos anos 1934 e 1944 com a realização das muitas sessões científicas e culturais. O segundo momento vai de 1945 até 1965 com a publicação de diversos Boletins e dos Anais da AGB. As reuniões culturais das Seções Regionais e dos Núcleos afirmam a vitalidade da apresentação e trocas dessas ideias, e que agora não são mais restritas ao Estado de São Paulo. O terceiro momento começa aproximadamente na metade da década de 1960 com o esvaziamento das publicações da AGB – a extinção da maioria dos Boletins (sobrevivendo apenas o Carioca e o Paulista) e dos Anais da AGB. O quarto momento vai de 1965, com a publicação dos resumos do II CBG (não mais os textos completos), até 1979 com a ampliação do caráter de debate e diálogo mais comprometido da AGB. Esse último período tem por marco inicial o início do fim das publicações da AGB e como marca de sua extensão a fragilidade teórica dos seus debates, realizados nas Assembleias Gerais. (ANTUNES, 2008, p. 295)

Apesar da periodização³⁵, contudo, o pesquisador não apresentou uma análise qualitativa que explorasse os diversos dados quantitativos apresentados no capítulo. A pesquisa de Antunes (2008) desenvolveu uma história linear de análise e mais internalista da AGB, mostrando os conflitos ocorridos no âmbito da ciência geográfica brasileira, ou seja, principalmente, entre a associação e a academia. Em suma, o pesquisador teve como preocupação a elaboração de uma proposta de periodização da trajetória da entidade, enquanto uma instituição que contribuiu para a consolidação de uma ciência geográfica. Por conseguinte,

³⁵ Monteiro (1980) e Scarim (2000) também visaram organizar a trajetória de conhecimento da ciência geográfica no país, mostrando o quanto AGB está imbricada em seus diferentes momentos de rupturas e permanências. A periodização presente no trabalho de Monteiro (1980), provavelmente, foi a base para a periodização de Scarim (2000) e, conseqüentemente, de Antunes (2008). As pesquisas não tiveram o interesse de compreender relação da AGB com o saber geográfico escolar.

não teve como interesse da pesquisa compreender os pensamentos e as possíveis influências da associação acerca do saber geográfico escolar.

França Filho (2018, p. 16), em sua tese de doutorado, teve como objetivo compreender “como a pauta política dos anos 80 orientou o debate da Geografia que se ensina no Brasil”, ao mesmo tempo em que ocorreram os debates e as mobilizações que reverberaram no “movimento de renovação crítica da Geografia”. Diferentes instituições estão presentes na análise, mas dentre elas destaca-se o papel da AGB em todos os capítulos. Durante a década de 1980, após a mudança estatutária da AGB, que foi deflagrada principalmente pelo movimento de renovação, o pesquisador identificou três transformações na associação, de ordem política, pedagógica e epistemológica:

[...] Nesse sentido, a dimensão institucional do movimento de renovação, materializada na AGB, ocupa uma função política, uma vez que propõe concretamente uma forma democrática de compor seus espaços de deliberação. Também há aqui uma função pedagógica, não exatamente na acepção dos processos de aprendizagem *stricto sensu*, mas sim por se converter em um espaço privilegiado de acesso a reflexões conteúdos que não permanecem concentrados apenas nos grandes centros de pesquisa. Por fim, há aqui também a função epistemológica: os espaços da AGB não apenas permitem o debate acerca dos temas tradicionalmente caros à Geografia (ou com os quais ela se obriga a confrontar), mas estabelecem certa ontologia, uma vez que a prática do geógrafo não se restringe a uma visão contemplativa ou interpretativa da realidade. É preciso que ela esteja vinculada a uma iniciativa de transformação efetiva da realidade. Assim, à prática política, pedagógica e teórica, exige-se da mesma forma uma prática militante, onde esta prática é posta como critério da verdade, portanto como fundamento do conhecimento e este, por sua vez, guia da própria prática. (FRANÇA FILHO, 2018, p. 134)

O início da década de 1980, até 1987, foi identificado como um momento de ruptura dentro da associação. Seu fim foi marcado pela consumação do primeiro evento voltado ao ensino de Geografia, por aglutinar um número significativo de professores para debater e realizar propostas. Assim sendo, a história do ensino de geografia na AGB passou a ter um papel preponderante de luta, militância e formação dos professores do ensino básico.

A pesquisa de França Filho (2018) corrobora a importância do I Fala Professor como um reposicionamento do saber geográfico dentro da associação dos geógrafos. Certamente, sua pesquisa e o presente trabalho terão seus temas aproximados no tratamento da década de 1980, mas com preocupações diferentes. No entanto, nesta pesquisa pretende-se construir uma história social do saber escolar na AGB, mais especificamente, a partir da Seção São Paulo, com uma temporalidade mais longa, a fim de compreender como era entendido e como ocorreu o movimento de reposicionamento do saber escolar dentro da associação.

A construção da narrativa da pesquisa consistiu em um diálogo entre o referencial teórico apresentado e as fontes históricas; dentre elas a principal é o BPG. A partir de um

significativo levantamento e do ordenamento do olhar sobre as 66 publicações do BPG, de 1949 até 1987, acredita-se que seja possível compreender e produzir uma história social sobre a AGB e o saber geográfico escolar. As publicações da Seção São Paulo consistem em fontes, como também podem ser consideradas objetos de pesquisa, não apenas pelo seu considerável acervo volumoso, mas sim por sua relevância para a própria história da Geografia no Brasil.

O trabalho historiográfico exige do pesquisador um olhar múltiplo para suas fontes documentais, não bastando apenas analisar o conteúdo nelas impressos. Isso porque os periódicos da Associação dos Geógrafos Brasileiros, enquanto fontes primárias, devem ser entendidos como resultados de diferentes ações de decisões técnicas ou mesmo de posicionamento de ideias vigentes em determinado período. É preciso examinar as relações entre os sujeitos responsáveis pelo editorial dos periódicos, identificar a equipe gestora da Seção São Paulo, a periodicidade dos lançamentos dos impressos, os autores, os temas e suas diferentes regras de funcionamento, e os objetivos que estes tinham em mente. Durante a investigação, cabe a iniciativa do pesquisador em inquirir o documento (LUCA, 2020, p. 22). Por fim, é importante compreender que não existe documento neutro, “daí a necessidade do diálogo científico com os documentos, diálogo que passa, muitas vezes, por uma relação de saudável desconfiança” (COSTA, 2010, p. 193).

De acordo com Certeau (2011, p. 50-51), em cada lugar teórico existem leis e regras que se combinam e influenciam no desenvolvimento do discurso científico do seu grupo. Por meio de regimentos, estatutos, atas de reuniões, recortes de jornais e outros documentos das diferentes direções será possível identificar e compreender o *inconfessado* no texto, o *não dito*, pela Seção São Paulo em seu periódico. Enquanto lugar de produção, a associação dos geógrafos também possuiu diferentes práticas e leis que favoreceram ou não o tema de educação e Geografia escolar nos periódicos.

De 1949 a 1987, as ações da AGB nem sempre foram homogêneas, pois fatos históricos de determinado período, com certeza, influenciaram nos seus interesses e nos seus valores. Por essa razão, os elementos externos à associação dos geógrafos também devem ser relacionados com as publicações dos impressos, como as políticas educacionais, as concepções e os currículos educacionais do período. Quando o saber escolar não tiver presente no conteúdo dos periódicos, é importante investigar e compreender os motivos que proporcionaram a sua ausência.

Parcelas significativas dos documentos estão armazenados na própria sede da AGB Nacional/Seção São Paulo, na USP, *campus* Cidade Universitária. Os documentos da entidade

não estão catalogados, estão apenas guardados em caixas-arquivo, e muitos documentos de São Paulo e da Nacional estão misturados³⁶. Existiu também a preocupação de analisar os documentos que estão no Centro de Apoio à Pesquisa em História (CAPH) Sergio Buarque de Holanda na USP, acervo que preserva anuários, programa de ensino, fotografias e outros documentos importantes da FFCL/FFLCH. Do Instituto de Estudo Brasileiros (IEB), temos o acervo Caio Prado Júnior, especificamente no dossiê AGB³⁷, já que esse intelectual é um dos fundadores da associação e participou da comissão editorial da revista *Geografia* e do *Boletim Paulista de Geografia*. Também se encontra nessa instituição um acervo do professor Pierre Monbeig, o segundo presidente da associação de 1935 até 1946³⁸.

O jornal *O Estado de São Paulo* foi tomado como uma fonte secundária, que será reportada em vários momentos na pesquisa. Júlio de Mesquita³⁹, diretor-chefe do jornal, integrou o grupo que compôs o projeto de criação da USP. Durante as primeiras décadas da fundação da AGB e da Seção São Paulo, ele manteve uma relação próxima da entidade enquanto sócio. No jornal é possível encontrar diferentes publicações relativas à FFCL e à AGB/Seção São Paulo, que consistem em desde divulgação de eventos até artigos de pesquisas acadêmicas dos membros da entidade⁴⁰. É relevante reconhecer a importância social e política

³⁶ Infelizmente, nem a AGB-Nacional e a Seção São Paulo possuem condições financeiras para contratar um profissional para dar o tratamento merecido aos seus documentos.

³⁷ “É constituído por cerca de trezentos documentos relativos ao período de 1934 a 1935” (HEIDEMANN, 2008, p. 9).

³⁸ Existia o plano de analisar outros arquivos documentais da FFLCH e do Centro de Referência Mario Covas (Acervo do Colégio Caetanos de Campos), porém deixou-se para realizar a visita após março de 2020, quando, de forma certa, essas instituições não liberaram mais acesso ao público externo como forma de conter o contágio do vírus Sars-Cov-2. Até a finalização desta pesquisa esses acervos não estavam abertos ao público, em decorrência do agravamento da crise sanitária no país, gerada principalmente pela ineficiência e pelo negacionismo político. Em outros arquivos da FFLCH, pretendia-se localizar alguns documentos das décadas pesquisadas, caso possível, para identificar como os textos do BPG ou de outro periódico da AGB eram utilizados nas aulas do curso de Geografia. A visita ao Acervo do Colégio Caetanos de Campos contribuiria para compreender mais sobre a formação de professores de Geografia na FFCL, além da possibilidade de investigar os materiais que foram preservados e que eram utilizados pelos seus professores.

³⁹ Júlio de Mesquita Filho poder ser considerado um liberal com costumes conservadores. Mesmo assim, foi um dos principais responsáveis pela construção de um quadro intelectual do país ao encapar a criação da USP. Um exemplo que ilustra a personalidade de Mesquita Filho foi o relato de Sartre quando esteve no País: “O filósofo Jean-Paul Sartre, em visita ao Brasil em 1960, esteve com ele num jantar e os dois teriam passado um tempo conversando. As impressões de Sartre sobre tal encontro foram de admiração, não pela figura do jornalista, mas pelo fato de ter visto alguém tão conservador, tão reacionário, e complementou: ‘Por vezes pareceu-me estar ouvindo alguém da Idade Média’. Questionado por brasileiros sobre o fato de uma figura de esquerda como ele permitir essa aproximação, respondeu: ‘A despeito disso (Júlio Mesquita pertencer ao patriarcado do café), a família Mesquita produziu muitos intelectuais’” (OLIVEIRA, 2018, p. 154 *apud*. ROMANO, 2002, p. 189-187).

⁴⁰ De acordo com Aziz Ab’Saber (1994, p. 230), “Por anos, antes que houvesse um conjunto de revistas especializadas no Brasil e em São Paulo, os membros da missão francesa da USP publicaram artigos e estudos prévios no tradicional jornal paulista *O Estado de S. Paulo*, razão pela qual a terceira página do referido periódico ficou famosa pela colaboração cultural freqüente de Roger Bastide, de Pierre Monbeig e de outros professores universitários. [...] A maior parte dos artigos de Monbeig sobre São Paulo e zonas pioneiras do Centro-Sul

desse veículo de informação, sendo um dos mais influentes no país e de grande circulação. Entretanto, ao investigar as fontes e analisá-las, deve-se ter em mente que o jornal não consistiu em um meio de comunicação neutro. Na escolha da sua escrita e das publicações estão registrados os projetos de poder de um grupo intelectual, político e econômico.

A pesquisa recorreu a algumas entrevistas e depoimentos de membros ou ex-membros da AGB que estão publicadas em periódicos ou trabalhos acadêmicos. Contudo, ressalta-se que não foi nossa pretensão realizar uma história oral a partir delas, visto que isso requer uma metodologia específica, por consistir em um registro das subjetividades e das objetividades da memória (THOMPSON, 2006). As entrevistas serviram como fontes que elucidaram dúvidas sobre alguns fatos e ilustraram outros que estão registrados nas fontes ou em outras pesquisas acadêmicas.

Por fim, novamente ressalta-se que, durante a leitura e a análise dos documentos, é preciso ter conhecimento do contexto histórico investigado, considerando que o objetivo da proposta de pesquisa não é construir uma história enquanto uma comunidade científica (internalista) da AGB. No caso, a dinâmica externa estará evidenciada em todo momento nesta pesquisa.

Considerando as séries de questões que envolvem a Seção São Paulo da AGB em relação ao saber escolar geográfico, desde o surgimento do BPG, ao longo da sua trajetória, até o surgimento do Encontro Nacional Fala Professor, este trabalho ficou dividido em três capítulos, além desta introdução.

A construção de uma narrativa histórica não precisa priorizar uma ordem cronológica, por isso, inicia-se com um estudo do *Boletim Paulista de Geografia*, a fonte primária da pesquisa, porque nele estão registrados saberes, determinadas práticas e valores que eram legitimados pela Seção São Paulo. Apesar de o periódico paulista possuir relevância histórica para a geografia brasileira, até o momento ele não foi objeto de pesquisa alguma, por isso se fez necessário um capítulo exclusivo para analisá-lo com mais profundidade. Assim sendo, o primeiro capítulo explicou o processo de catalogação dos dados dos 66 boletins, publicados de 1949 até 1987, que foram utilizados ao longo da pesquisa. Explicam-se também os motivos que levaram à criação e à trajetória do BPG, identificando permanências e tensionamentos que levaram a rupturas no seu conteúdo. Para isso, foram apresentados os seus editores e a sua relação com as políticas de publicação, assim como os seus círculos de influências, que tiveram

brasileiro, publicados em *O Estado de S. Paulo*, foi posteriormente reproduzida em revistas e boletins geográficos especializados”.

relação na periodicidade, no financiamento e no conteúdo do boletim. Analisou-se que a Seção São Paulo teve a preocupação de expandir tanto quanto fosse possível o acesso ao BPG, viabilizando que ele circulasse em diferentes partes do território brasileiro. Também se observa como as participações externas no financiamento das suas publicações, como de políticas e agendas de fomentos, de certo modo, influenciaram no conteúdo publicado. A década de 1970 será destacada como um momento de ruptura dentro da própria Seção São Paulo e no BPG, que contribuiu na construção do movimento de 1978 no 3º ENG, em Fortaleza.

Não é possível analisar aspectos da vida da AGB/Seção São Paulo sem compreender o papel do curso de Geografia da FFCL-USP na trajetória da entidade. Corroborar-se com Petrone (1993), que afirma que “as relações entre departamento de Geografia e a Associação dos Geógrafos Brasileiros foram tão estreitas que, sob certos aspectos, em determinados momentos, suas existências, e atividades, praticamente chegam a se confundir-se” (PETRONE, 1993, p. 9). Por isso, o segundo capítulo traz a trajetória da FFCL e do seu curso de Geografia, prioritariamente, ressaltando o *lugar* da formação de professores nessa instituição, a partir de uma revisão bibliográfica. Pela influência no pensamento educacional no país, é importante entender alguns princípios, embates e disputas do Movimento Escola Nova, tanto nas políticas públicas quanto em algumas das suas práticas pedagógicas. Em seguida, o capítulo sistematizou e analisou as práticas de leitura que eram incentivadas pelos editores do BPG: a princípio, foi analisado como a entidade concebia o saber escolar e o ensino de Cartografia nos textos dos periódicos. Realizou-se uma análise dos conteúdos da revista *Geografia* e Boletim da AGB, ambas criadas pela AGB e anterior ao BPG, para identificar se era concebido o conteúdo de ensino e se existiu alguma continuidade entre elas.

Por último, será aprofundado um embate das políticas educacionais, principalmente a partir da lei 5.296/1971 e das reformas que ocorreram nos cursos de formação de professores na área de Ciências Humanas, a partir de uma revisão bibliográfica. Será analisado como se deram os embates na Seção São Paulo em relação a esses dispositivos legais que ameaçaram a permanência do saber geográfico nos currículos escolares. A Seção São Paulo participou da proposta curricular da Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas (CENP), organizou uma Comissão de Ensino de Geografia e se mobilizou em conjunto com outras entidades e movimentos sociais para a construção de fóruns de debates em favor da educação pública de qualidade. Em decorrência da importância do tema, os sócios de diferentes seções locais escolheram o Fala Professor como o primeiro evento temático nacional da entidade, que ocorreu por uma demanda que urgia de todo um contexto social e político. Além do Fala Professor, o

Encontro Nacional de Prática de Ensino de Geografia (ENPEG) é outro encontro importante que trata do ensino de Geografia no país, que também surgiu na década de 1980. Será feita uma breve análise entre a trajetória e o propósito dos dois eventos.

2. Ciclo de vida do *Boletim Paulista de Geografia*

O objetivo deste capítulo é compreender diferentes aspectos da criação, da produção e da seleção de conhecimento do BPG, por ser uma das principais produções materiais e científicas da Associação dos Geógrafos Brasileiros, publicada pela SRSP⁴¹ desde 1949. A partir da seleção de conteúdos pela direção da Seção São Paulo para o BPG, é possível identificar as práticas de leitura incentivadas pelas diferentes diretorias ao longo dos anos, portanto, identificar a Geografia que eles desejavam desenvolver e consideraram legítimas, tanto para a comunidade acadêmica quanto para a escolar.

Primeiramente, o texto descreveu o processo de coleta e organização dos dados, para que o leitor compreenda como foi o processo de aproximação da fonte primária estudada, os BPG de 1949 até 1987. Em seguida, evidenciou-se alguns aspectos que possibilitaram a compreensão das motivações que levaram a Seção São Paulo a publicar o BPG e quais foram os diretores do periódico e suas políticas editoriais. Para contribuir com entendimento, o capítulo descreveu e analisou aspectos relacionados à produção, à circulação e ao financiamento do BPG, buscando entender as diferentes funções que o periódico assumiu durante as mudanças das suas diretorias, que possibilitaram permanências ou transformações significativas, tanto epistemológicas quanto políticas. Dentre as principais mudanças, destacou-se a década de 1970, para compreender o lugar da Seção São Paulo e do BPG no movimento de 1978, assim como o seu desfecho para o ensino de Geografia.

Para produzir uma abordagem histórica do BPG, a pesquisa utilizou as seguintes fontes documentais: as próprias revistas, anuários da FFCL, o acervo Caio Prado Júnior-IEB, o acervo do CAPH-USP, o jornal *O Estado de São Paulo*, atas de reunião da Seção São Paulo e outros documentos localizados no acervo da entidade paulista.

2.1 Tabelamento do conteúdo

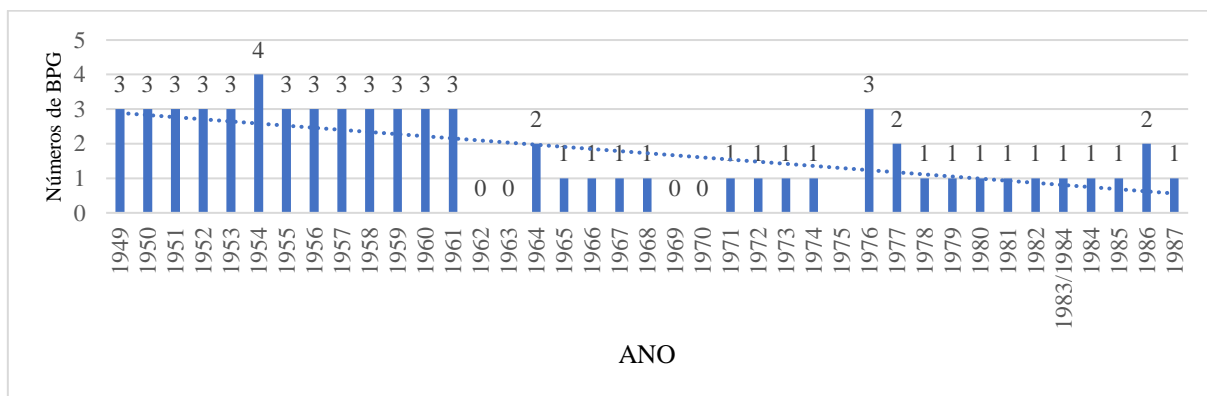
Um balanço foi realizado do conteúdo do BPG, de 1949 até 1987, para saber mais dos seus autores, dos espaços, dos temas e dos objetivos de estudos geográficos que recebiam maior

⁴¹ Na reforma estatutária de 1979, são extinguidas as seções regionais e os núcleos municipais, ambos passaram a ser reconhecidos como seções locais, adquirindo autonomia administrativa e financeira em relação à Diretoria Executiva Nacional (DEN). Cabe lembrar que, para facilitar na leitura, optou-se em usar a denominação Seção São Paulo em vez de SRSP ou SLSP.

atenção dos seus editores e, em geral, da Seção São Paulo. O levantamento contribuiu para um panorama mais amplo da extensa produção do periódico, a partir do levantamento quantitativo dos dados e do seu tabelamento, utilizados para reflexões e análises que surgiram ao longo do texto da pesquisa. Além disso, o tabelamento possibilitou analisar cada número do boletim e, ao mesmo tempo, viabilizou a identificação de suas especificidades.

Para esse procedimento, realizou-se a catalogação de todo o conteúdo dos periódicos estudados por data, ano de publicação, total de páginas do BPG, forma textual (sumário, editorial, artigo, relato, nota, propaganda e outros), título do texto, páginas do texto e seu(s) autor(es) (Anexo I)⁴². A partir do ordenamento do conteúdo na tabela, ao longo da pesquisa, ficou mais fácil acessar a extensa produção do periódico para a análise. No total, foram 66 periódicos publicados entre 1949 e 1987 (Gráfico 1), contendo 319 textos selecionados (Gráfico 2), contribuindo para a pesquisa. Esses escritos podem ter a forma textual de artigos, resenhas, notas e bibliografias; supostamente, todos poderiam ser utilizados como material durante a formação de professores. Ressalta-se que na pesquisa foram utilizados os textos dos editoriais, que contribuem para compreender a intenção da seleção do conteúdo presente em cada período e o objetivo da sua publicação.

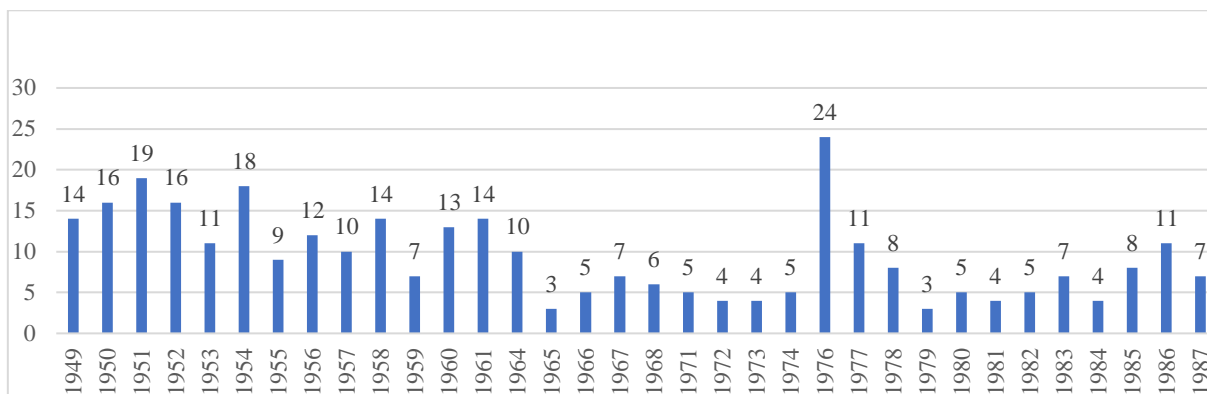
Gráfico -1: Boletim Paulista de Geografia (1949-1987)



Org. Maria Rita de Castro Lopes.

⁴² Realizada durante a pesquisa, optou-se em deixar anexa a catalogação dos periódicos, apesar de extensa. Acredita-se que essas informações podem ser consultadas ou reutilizadas por outro pesquisador que tenha interesse no conhecimento publicado pela Seção São Paulo no BPG.

Gráfico -2: Número de textos publicados no BPG por ano (1949-1987)



Org. Maria Rita de Castro Lopes.

2.2 Os BPG: surgimento, diretores e publicações

Em março de 1949, foi lançado o primeiro número do *Boletim Paulista de Geografia*, o novo periódico da Seção São Paulo. Até o momento do seu lançamento, os periódicos geográficos mais conhecidos eram o *Boletim Geográfico* (1943-1978)⁴³ e a *Revista Brasileira de Geografia*⁴⁴ (RBG), ambos do IBGE e do Conselho Nacional de Geografia (CNG); o *Boletim Carioca de Geografia* (1948-1982), da AGB-SRRJ; e os *Anais da Associação dos Geógrafos Brasileiros* (1946-1969)⁴⁵, da diretoria nacional da AGB.

Conforme o primeiro editorial do BPG, o novo periódico tinha o esforço de elaborar e difundir resultados de estudos e trabalhos de campo da associação e de pesquisadores. A produção seria fornecida para os seus associados ou pessoas e instituições interessadas no saber geográfico. Desse modo, os objetivos do BPG consistiram em:

⁴³ Todas as publicações do *Boletim Geográfico* podem ser encontradas no endereço eletrônico da biblioteca do IBGE: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/bibliotec-catalogo?view=detalhes&id=719>. Acesso em: 19 maio 2021. Para conhecer mais sobre esse periódico, sugere-se a leitura da dissertação de Prêve (1989), que analisou as concepções de ensino de Geografia no *Boletim Geográfico do IBGE* de 1943 até 1978.

⁴⁴ Uma das condições para o Brasil integrar a União Geográfica Internacional (UGI) era a criação de um periódico especializado em Geografia. Com esse objetivo, a RBG foi lançada pelo CNG em 1939 como uma publicação trimestral, com grande esforço do professor Pierre Deffontaines (MACHADO, 2002). Sua publicação ficou interrompida de 2007 a 2015, quando retornou apenas em formato digital, disponível no endereço www.rbg.ibge.gov.br. Acesso em: 20 maio 2021. Aranha (2017), na sua pesquisa, observou que os temas abordados no RBG quase sempre estão ligados a planos de desenvolvimento econômicos de diversas partes do país.

⁴⁵ A diretoria nacional da entidade tinha a responsabilidade de publicar os *Anais da Associação dos Geógrafos Brasileiros* com as produções dos principais geógrafos que participaram das assembleias gerais ordinárias, apresentadas em forma de comunicação ao longo do evento.

[...] oferecer aos seus leitores contribuições originais de valor, quer dentro do quadro da Geografia Física e Biológica, quer dentro do âmbito da Geografia Humana, em seu mais amplo sentido, sem esquecer o campo fascinante da Geografia Regional. A par disso, visará diretamente o ensino geográfico, através de debates sobre temas metodológicos, de trechos escolhidos de autores selecionados ou de comentários bibliográficos. Refletirá, enfim, como é justo, um pouco de vida e das atividades internas da Seção Regional, de que é órgão. (AZEVEDO, 1949, p.02)

De acordo com o trecho supracitado, ressalta-se um importante indício: a princípio, os geógrafos paulistas nos periódicos tiveram a proposta de pensar o “ensino geográfico”, além de expor o que seriam a produção e as atividades da Seção São Paulo. Assim, novamente, resgata-se a importância de se utilizar os periódicos como uma das principais fontes de pesquisa para entender o reposicionamento do saber escolar na AGB.

A primeira publicação produzida pela associação foi a revista denominada simplesmente de *Geografia*⁴⁶, que tinha a intenção de ser trimestral. No total, foram sete publicações da *Geografia*, quatro referentes a 1935 e três a 1936, com produção e impressão em São Paulo. Nesse período, a associação ainda não tinha completado um ano de funcionamento e, por ser tão recente, tinha algumas dificuldades para se manter, possuindo um número ainda pequeno de associados que a mobilizaram, seja participando das reuniões ou realizando pesquisas.

No edital do seu segundo volume, Pierre Deffontaines escreveu entusiasmado que o periódico estava sendo um sucesso, inclusive alguns professores do ensino secundário tiveram acesso e deram devolutiva sobre a produção:

“Geografia” obteve do público brasileiro um acolhimento inesperado. Isto prova que a lacuna preenchida era deveras sensível. Sobretudo entre os membros do magistério secundário foi grande o sucesso. Recebemos deles grande número de carta solicitando informações e animando-nos a persistir em nossos propósitos. Explica-se. Os professores de geografia do país não podiam deixar de sentir a falta de um órgão especializado; as revistas estrangeiras são praticamente inacessíveis à maioria deles. Faltava-lhes assim toda e qualquer informação regular sobre assuntos geográficos. Quanto ao grande público, “GEOGRAFIA” provou que já existe da parte dele um enorme interesse por assuntos técnicos desta natureza. (DEFFONTAINES, 1935b, p. 1)

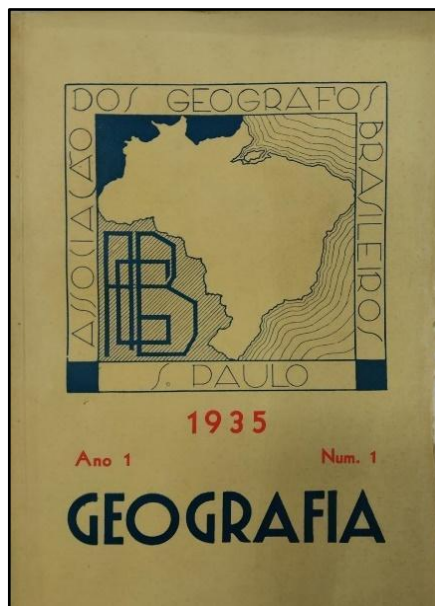
A proposta de produção da revista *Geografia* (Figura 1) iria além da sua qualidade técnica. Para Caio Prado Júnior, um dos responsáveis pela comissão de redação⁴⁷, “[...]”

⁴⁶ Em um depoimento concedido por Manuel Correia de Andrade, em 1991, para a revista *Terra Livre*, o geógrafo ressaltou que a importância da revista *Geografia* e a necessidade de estudá-la, em decorrência da sua relevância histórica na Geografia no país.

⁴⁷ Inicialmente, a comissão de redação também era composta por: Dr. Luiz Flores de Moraes Rego, Prof. Pierre Deffontaines, Dr. Geraldo Paula Souza e Dr. Agenor Machado. No ano seguinte, o Prof. Pierre Monbeig assumiu a cadeira de Geografia na FFCL-USP no lugar de Pierre Deffontaines; assim, também passou a ser membro da comissão de redação do periódico e da direção da associação. Pierre Deffontaines voltou para França, mas continuou em contato com os associados, como será visto no próximo capítulo.

despertará o interesse do grande público culto por assunto que para muita gente não passa do enfadonho desfilado de nomes e algarismos que se alinham nos cacetíssimos manuais escolares impingidos aos alunos de nossas escolas primárias e secundárias” (IEB, Doc. 02.02.50 e Doc. 02.02.51).

Figura 1. revista Geografia



Fonte: Acervo AGB-Seção São Paulo.

A produção da revista *Geografia* ocorreu em um momento no qual ainda eram poucas as bibliografias acerca do conhecimento geográfico do Brasil, principalmente as que eram na língua portuguesa, isso porque a ciência ainda estava se conformando no país⁴⁸. Aziz Ab'Saber (1994) relatou que, no início da FFCL-USP, havia um problema linguístico a ser superado pelos estudantes: além da língua em que os professores estrangeiros ministravam as aulas, uma parcela significativa das obras literárias era em francês. O acesso às obras piorou durante a Segunda Guerra Mundial, pois os artigos publicados sobre o Brasil na França chegavam ao país por via diplomática (AB'SABER, 1994, p. 226)⁴⁹. Apesar da existência de algumas instituições brasileiras⁵⁰ que desenvolviam estudos relacionados à Geografia antes da FFCL-USP, as suas

⁴⁸ No IEB, no acervo Caio Prado Júnior, encontram-se cartas dele, enquanto secretário, pedindo aos sócios-correspondentes maior participação na entidade, a partir do envio de estudos geográficos dos locais onde viviam. Inclusive, em alguns momentos expõe a possibilidade de publicar o estudo na revista *Geografia*, o que demonstrou a articulação da diretoria por mais conteúdo.

⁴⁹ Aziz Ab'Saber citou como o exemplo o artigo do francês Emmanuel De Martonne, “*Problèmes morphologiques du Brésil tropical atlantique*”. Em 1937, Martonne passou o segundo semestre na FFCL-USP colaborando com Pierre Monbeig, a partir de palestras, conferências, aulas e excursões (AZEVEDO, 1976, p. 24).

⁵⁰ Por exemplo, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), fundado em 1838, e a Sociedade Geográfica do Rio de Janeiro (SGRJ), de 1883. Para Vlach (1988), o IHGB e a SGRJ foram duas instituições importantes para forjar a ideologia nacionalista patriótica no Brasil. O conhecimento desenvolvido no IHGB estava a serviço da pátria brasileira, a partir da construção de uma história de heróis e de uma Geografia da localização. No

produções ainda eram tímidas. Portanto, a institucionalização da Geografia no ensino superior foi uma engrenagem significativa para o desenvolvimento, a produção e a divulgação de pesquisas na área.

A elaboração de estratégias de autoconfiança é importante nos primeiros anos de desenvolvimento de uma disciplina científica. Duas delas consistem em uma produção acadêmica de qualidade e a sua divulgação ativa para o exterior da comunidade, com o objetivo de conquistar reconhecimento pela relevância dos seus trabalhos teóricos (CAPEL, 1999). Por isso, quando a Geografia se institucionalizava enquanto ciência no país, tanto a criação de uma associação quanto a produção de um periódico contribuíram para o seu reconhecimento no meio acadêmico e social, nacional e internacionalmente.

No primeiro número da revista *Geografia*⁵¹, Deffontaines (1935a)⁵² apresentou a AGB como uma instituição que tem sua gênese na cadeira de Geografia da USP, surgindo aos moldes da Association de Geographie Française, como um local acadêmico no qual os cientistas socializavam, protagonizando estudos sobre São Paulo e outras áreas do território brasileiro. A geografia desenvolvida na França, reconhecida como Geografia Moderna no nível teórico e metodológico, por um longo tempo teve impacto expressivo na trajetória da Geografia⁵³

entanto, como o IHGB se dedicou mais aos estudos em História, em 1883 foi fundado a SGRJ, que conferiu maior importância à Geografia no Brasil, acompanhando os avanços da ciência geográfica, além de trabalhar no reconhecimento e no mapeamento de áreas e recursos naturais. Os pesquisadores do IHGB e da SGRJ foram os que influenciaram na estrutura curricular no Colégio Pedro II, cuja fundação tinha em vista a definição de um padrão para o ensino secundário em todo o país. É importante comentar que a Geografia e a História faziam partes dos exames para as faculdades de Direito desde 1831, fato que contribuiu para a inclusão dessas disciplinas no Colégio Pedro II. Segundo Vlach (1988, p. 29), a exigência de Geografia e História nos exames para os cursos superiores consistiu na “sua importância para a inculcação do nacionalismo patriótico nos jovens, que estavam se preparando para preencher, em breve, os quadros político-administrativos do Estado-Nação”.

⁵¹ A influência de Caio Prado Júnior permitiu significativa vantagem na produção da *Geografia*. Com as Edições Cultural Brasileira, ele conseguiu que a revista fosse toda custeada pela editora, com as seguintes condições expostas: “Provisoriamente, a Revista será trimestral, impressa em papel buffon de 2ª., no formato 16,5x24, peso 28kgs., com mais ou menos 100 (cem) paginas, das quaes, 8 serão em papel assentinado de primeira, afim de permitir perfeita reprodução das photographias, e sera posta á venda ao preço de rs: 5\$00 no varejo. [...] Toda a matéria será fornecida por essa Associação a quem nos obrigamos fornecer, de cada número, graciosamente, duzentos exemplares, que não entrarão em commercio” (IEB, Doc. 02.02.14).

⁵² No livro de atas da associação, em 17 de dezembro de 1934, existe o registro: “O Sr. Caio Prado Júnior propôs que se publicasse um boletim da Associação. Depois de alguns debates, ficou decidido que a Associação publicasse um boletim trimestral, denominado Boletim da Associação dos Geógrafos Brasileiros, ficando a Diretoria incumbida de dar neste sentido os passos necessários” (IEB, Doc. 01.02.07). Nas reuniões seguintes, não registraram o motivo de terem mudado o nome da publicação para *Geografia*. Em 6 de maio de 1935, durante a assembleia ordinária, mostrou-se o primeiro exemplar da revista *Geografia* (IEB, Doc. 01.02.14).

⁵³ Pesquisas como a do geógrafo Campos (2014) afirmam que a influência da escola francesa, marcada principalmente por uma postura lablacheana, foi mais presente até o início da década de 1970 no Brasil. Depois, por meio da influência estadunidense, a Nova Geografia esteve presente em algumas universidades e em órgãos oficiais. Na década de 1980, ocorreram influências significativas de outros geógrafos franceses, como Pierre George e Yves Lacoste. No entanto, aqui se colabora com Lira (2017, p. 380), que diz que a “automização da Geografia Brasileira em relação à Geografia Francesa só se encetará a partir de 1956, no congresso internacional da UGI no Rio de Janeiro”, não sendo uma ruptura abrupta. Com o XVIII Congresso Internacional de Geografia,

desenvolvida nas universidades brasileiras. Portanto, a produção e a circulação da revista *Geografia* foram importantes para a inserção e a difusão da Geografia Moderna, considerada científica, tanto na formação acadêmica quanto nas pesquisas ou na formação de professores. O corpo editorial propunha publicações de seus associados e de outros pesquisadores nacionais ou internacionais.

A partir de 1936, Pierre Monbeig foi imbuído na missão francesa⁵⁴ e, em seguida, assumiu a direção da associação, tendo a preocupação de circular o pensamento francês, como também de desenvolver estudos da realidade brasileira⁵⁵. Desse modo, conforme Lira (2017, p. 182), a Associação dos Geógrafos Brasileiros:

[...] teria se devotado presencialmente a uma aclimação dos geógrafos franceses à realidade brasileiras e à educação dos geógrafos brasileiros aos métodos franceses. E assim ela se integra e estimula a organização da geografia no Brasil e contribui por criar um corpo de geógrafos que partilham os mesmos métodos.

Outro proponente importante para os agebeanos na produção de um periódico pela associação consistia na possibilidade de inserir a discussão da Geografia brasileira no âmbito das comunidades científicas internacionais⁵⁶, para o seu reconhecimento e das suas produções por outros centros de pesquisas. De acordo com Prado Júnior, a revista tinha como uma das

existiu o contato com novos pesquisadores estrangeiros e iniciou-se o diálogo para a realização de intercâmbios de alguns geógrafos brasileiros para centros de pesquisa na Europa e no Estados Unidos. Scarim (2008, p. 45) coloca que a autoconfiança da AGB se materializa “em Colatina, em 1957, caracterizada pela realização de um simpósio temático (sobre ‘habitat rural’), mas também é significativo o fato de esse mesmo ano ser o da separação do curso de Geografia e História, na USP. A assembleia de Colatina também deixa perceber sinais de insatisfação e desejo de mudanças epistemológicas. Logo depois, em Viçosa, acontece um forte debate metodológico. Acentua-se, então, a busca teórica e a manifestação de várias concepções, várias influências e várias tentativas de construção acadêmica”.

⁵⁴ Pierre Monbeig, aos vinte e sete anos, participou da segunda “missão francesa” na USP. Assumiu inicialmente o contrato de dedicação exclusiva por três anos, mas sua permanência na universidade durou dez anos. A primeira assembleia ordinária da AGB que Monbeig participou foi em 18 de fevereiro de 1935 (IEB, Doc. 01.02.10). Após a reforma da AGB em 1945, ele foi eleito em duas gestões como presidente da entidade, com a primeira gestão de 1945 a 1946 e a segunda de 1946 a 1947, mas não terminou o mandato – assumiu como interino Aroldo de Azevedo. Isso porque o geógrafo retornou para França em 1946, após o término da Segunda Guerra Mundial.

⁵⁵ Pierre Monbeig desenvolvia uma tese sobre a Espanha. A vinda do geógrafo francês para o Brasil despertou novos interesses, fez ele orientar seu tema de tese em direção ao avanço pioneiro nos arredores de São Paulo. Ruy Coelho, em entrevista realizada pelo jornal *O Estado de São Paulo* em 1979, relatou enquanto aluno: “[...] a impressão que ficou desses primeiros tempos de curso é o seguinte: estávamos interessados na Europa e os professores estrangeiros interessados no Brasil. Nosso esforço era no sentido de entender o interesse que eles tinham pelo Brasil e de embutir-nos da idéia de que, como nação tínhamos que nos estudar e conhecer para podermos agir mais conscientemente sobre as coisas. [...] homens como Pierre Monbeig, Arbousse-Bastide, Roger Bastide, Jean Maugué e outros vieram aqui não só para dar cursos como também para estudar e compreender o Brasil. Consequentemente, sabíamos que afinal o nosso ensaio de compreensão do Brasil era alguma coisa que poderia ter uma repercussão maior” (*O Estado de São Paulo*, 14 de outubro de 1979, p. 180).

⁵⁶ O objetivo de visibilidade internacional estava presente desde a fundação da AGB. Antes do surgimento da revista *Geografia*, em 1935, seus associados já haviam publicado na *Annales de Geographie* uma pesquisa sobre as divisões regionais de São Paulo, realizada por Carlos Wright, Luiz Flores de Moraes Rego e Pierre Deffontaines (IBGE, 1941, p. 180).

suas finalidades “[...] constituir no Brasil uma publicação geográfica capaz de hombrear com as congêneres do estrangeiro e que honre a cultura e a ciência brasileira”⁵⁷ (Doc. 02.03.01.05).

Com a produção e o reconhecimento da qualidade da revista *Geografia*, a associação iniciou a realização de permutas com revistas nacionais e internacionais⁵⁸. Os intercâmbios de publicações também eram realizados com outras áreas do conhecimento, principalmente com materiais estatísticos e cartográficos (SEABRA, 2004). Assim, a AGB dava início à construção de um dos seus principais patrimônios, a sua biblioteca⁵⁹ (Figuras 2, 3 e 4), com produções geográficas que estavam sendo realizadas dentro e fora do país. A biblioteca era de uso dos seus associados, muitos deles alunos da FFCL-USP, que teriam mais esse espaço como contribuição para a sua formação. É importante comentar que nas primeiras décadas a associação era assiduamente frequentada pelos estudantes.

Figura 2. Anverso do cartão da biblioteca da SRSP, década de 1970



Fonte: Acervo AGB-Seção São Paulo.

Figura 3. Verso do cartão da biblioteca da SRSP, década de 1970. Fonte: AGB-Seção São Paulo.



Fonte: Acervo AGB-Seção São Pa

⁵⁷ Acervo Caio Prado Júnior AGB-IEB.

⁵⁸ No acervo Caio Prado Júnior AGB-IEB, nas documentações sobre correspondência de intercâmbio cultural da AGB, constam a distribuição do primeiro número da revista *Geografia* para os estados de Paraíba, Espírito Santo, Santa Catarina e Rio de Janeiro, e sua distribuição internacional para a França e a Itália.

⁵⁹ Na sede da Seção São Paulo existe um rico acervo de periódicos internacionais, de diversos países do globo, como França, Rússia, Estados Unidos, Inglaterra e Japão, entre outros. Na ata de 5 de novembro de 1934, colocam: “antes de encerrar a reunião, O Sr. Deffontaines participou que obtivera da Universidade um crédito de um conto e quinhentos para a constituição de uma biblioteca. O Sr. Deffontaines ficou incumbido de organizar uma lista de obras a serem adquiridas e revistas a serem assinadas” (IEB, DOC. 01.02.04). No mesmo ano, nas atas de reunião existem registros da assinatura da *Geographical Review* (American Geographical Society) e do *Journal* (Royal Geographical Society). A partir de 1935, ocorreram permutas com o *Bolletino*, da Reale Società Geográfica Italiana, e com a *Revista Geografia Americana*, de Buenos Aires, entre outras. Permutas e remessas eram realizadas em diferentes partes do território brasileiro: Biblioteca do Estado Maior do Exército (RJ), Biblioteca da Escola de Guerra Naval (RJ), Biblioteca Nacional (RJ), Clube de Engenharia (RJ), Instituto Brasileiro de Tecnologia (RJ), Museu Nacional (RJ), Biblioteca Municipal de São Paulo (SP), Faculdade de Direito-USP (SP), Politécnica-USP (SP), Instituto Histórico e Geográfico (RJ, ES, PB, PA, BA, SP), Departamento Geográfico da Secretaria de Agricultura de Belo Horizonte (MG), Escola de Minas de Ouro Preto (MG), Biblioteca Rio Grandense (RS) e Grêmio Cultural Santa Maria (RS) (IEB, Doc. 02.02.16).

Figura 4. Cartão de retirada de material da biblioteca.

SEÇÃO REGIONAL DE SÃO PAULO DA
ASSOCIAÇÃO DOS GEOGRAFOS BRASILEIROS

N.º 0072
NOME TOLEDO, Gil
Endereço de

DEVOLVER EM	ASSINATURA
19-3-75	[Assinatura]
31-10-75	[Assinatura]
6-11-75(10)	[Assinatura]
9-6-76(10)	[Assinatura]
12-8-76(2)	[Assinatura]
20-12-76(10)	[Assinatura]
10-5-77(21)	[Assinatura]
17/5/77(2)	[Assinatura]

Fonte: Acervo AGB-Seção São Paulo.

Em 1936, observa-se o interesse da associação em se aproximar do saber escolar, a partir da criação de uma nova seção na revista *Geografia*, denominada de “Cadeira de Geografia”. Essa seção tinha a intenção de registrar as atividades desenvolvida na FFCL que possuíam alguma relação com a Geografia desenvolvida no ensino secundário.

[...] ao movimento pedagógico da geografia que ficará à cargo de professores especialistas encontrando os interessados, modelos de aulas de geographia destinados ao curso secundário. Como parte subsidiaria desta secção a revista manterá informações sobre os elementos auxiliares do ensino geographico e sua applicação: gravuras, photographias, mappas, projecções luminosas fixas e animadas etc. (*Geografia* nº 4, 1936)

Existiu apenas uma revista *Geografia* com a seção “Cadeira de Geografia”, com dois⁶⁰ textos publicados. Para Manoel Seabra (2004)⁶¹, a “Cadeira de Geografia da FFCL” provavelmente foi uma proposta de Aroldo de Azevedo, assim com a criação de palestras relacionadas com o ensino de Geografia no nível secundário⁶², com o objetivo de atrair mais os professores do ensino secundário para as reuniões da associação, rumo à formação para a aprendizagem e ao desenvolvimento da Geografia com perspectiva moderna.

⁶⁰ Aroldo de Azevedo, com “Geografia no curso secundário”, João Dias da Silveira, com “A excursão no ensino de Geografia”. Essas publicações serão tratadas no próximo capítulo.

⁶¹ Pela sua proximidade com a AGB, em 2003, ele foi convidado para ser pesquisador do IEB, para lidar especificamente com o *Dossiê AGB* do Acervo Caio Prado Júnior.

⁶² No jornal *O Estado de São Paulo*, da década de 1930 até 1950, é possível identificar palestras promovidas pela AGB na seção “Momento Associativo”.

A associação dos geógrafos, principalmente no seu início, se organizou como um espaço de socialização de intelectuais de diferentes áreas do conhecimento científico, com o objetivo de almejar mais conhecimento geográfico do território paulista e do Brasil⁶³. Aqui presume-se, pelo fato de a Geografia ser caracterizada como uma “ciência de síntese e, ao mesmo tempo, ela trabalha sobre a realidade” (IBGE, 1941, p. 180-181), pela própria AGB, que ela tenha atraído ainda mais interesse desses intelectuais por permitir um diálogo com diferentes áreas do conhecimento científico.

No entanto, com o passar dos anos, os membros da associação passaram a ser majoritariamente geógrafos. A saída dos especialistas de outras áreas da associação provavelmente ocorreu por motivos externos – por exemplo, pela necessidade de aprofundar e/ou desenvolver, cada vez mais, especificamente o seu ramo do conhecimento, seja avivando o curso do ensino superior ou as especializações, bem como com a fundação da sua própria associação⁶⁴, entre outros fatores. De acordo com Monteiro (1980, p. 13), “após o entusiasmo de sua fundação em São Paulo, a saída de alguns números da revista *Geografia* a atividade da AGB foi seguida de um certo declínio”.

Em junho de 1938, Christovam Leite Costa, secretário do CNG, participou de uma reunião da AGB no Instituto de Higiene da USP, com o objetivo de tornar a revista *Geografia* um apêndice do periódico que seria lançado pelo CNG. O último número da *Geografia* tinha sido publicado em 1936 e, mesmo sem condições de dar continuidade por problemas financeiros, cordialmente os membros se manifestaram agradados com o convite, mas não se mostraram propensos a aceitá-lo. A partir do texto publicado no jornal *O Estado de São Paulo*⁶⁵, a associação expressou que haveria um sentido de perda para a cultura paulista e para a cadeira

⁶³ As reuniões da AGB circularam por diversos espaços. As primeiras ocorreram na casa de Pierre Deffontaines, na avenida Angélica, nº 133. Depois, passaram para o Instituto de Higiene de São Paulo, cujo diretor era o Dr. Geraldo Horácio de Paula Souza, também sócio da entidade, lembrado como um dos membros “mais assíduos” (IBGE, 1941, p. 178). Paula Souza, desde 1922, era diretor do Serviço Sanitário do Estado de São Paulo. Ele era um profissional de referência na saúde pública, com experiência acadêmica internacional, e acreditava na necessidade dos estudos de urbanismo higienista para pensar formas de combate às epidemias desse período. Muito provavelmente, o interesse desse médico em participar da associação era adquirir contribuições do método e do conhecimento geográfico, que seriam integrados nas suas propostas de trabalho. Ele publicou um artigo na revista *Geografia*, “Notas a uma viagem ao Espírito Santos e Baía” (ano I, v. 2, 1935). Algum tempo depois, as reuniões da AGB também ocorreram no Instituto de Educação Caetano de Campos, onde ficava parte da FFCL-USP, e na Biblioteca Municipal de São Paulo.

⁶⁴ Por exemplo, Arbousse Bastide, professor da cadeira de sociologia, que logo após a volta de Pierre Deffontaines para França foi eleito como o novo diretor da AGB, mas permaneceu pouco tempo no cargo porque foi colaborar com a recém-criada Associação Paulista de Sociologia, no cargo de secretário.

⁶⁵ O texto, que ocupa um sexto da página do jornal, recebe o longo título de “A Associação dos Geógrafos Brasileiros: a adesão dessa entidade ao Conselho Nacional de Geographia – O que será o orgam de divulgação do Conselho – caso da revista “Geographia” – A colaboração da Associação dos Geógrafos Brasileiros no Conselho Nacional”.

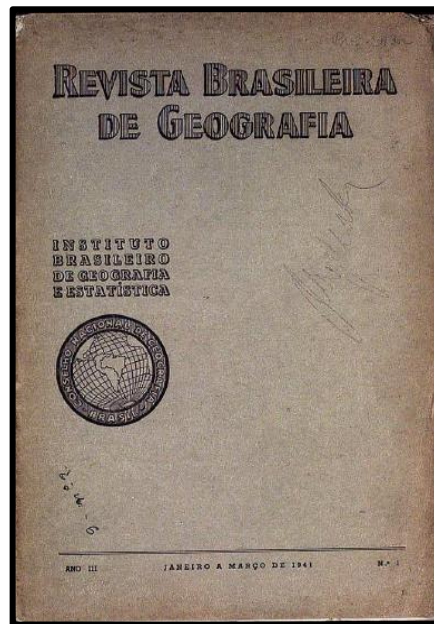
de Geografia da FFCL-USP caso a revista fosse anexada ao novo periódico do CNG, localizado no Rio de Janeiro – isso porque, existia um desejo de hegemonia paulista. Também culpabilizaram a falta de apoio de personalidades políticas paulistas e do próprio governo de São Paulo pela paralisação da revista *Geografia* (*O Estado de São Paulo*, 12 jun. 1938, p. 13).

No jornal *O Estado de São Paulo* de 28 de março de 1946 (p. 4), Pierre Monbeig escreveu que a publicação da *Geografia* foi interrompida porque “faltou o necessário apoio material”. Passado algum tempo, a associação “transformou a revista num boletim mais modesto, mas sempre estritamente científico, graças ao apoio da Universidade paulista”. Assim, surgiu a segunda publicação da entidade, chamada de *Boletim da Associação dos Geógrafos Brasileiros*, de 1941 a 1944, com cinco publicações. Dessa vez, a entidade precisou de parceria, lançando o primeiro número do *Boletim da AGB* junto com a *Revista Brasileira de Geografia*⁶⁶ (Figura 5) produzida pelo CNG. É relevante entender que a AGB e o CNG mantinham condições estruturais muito díspares. O CNG teve muito mais recursos financeiros, materiais e pessoas técnicas para a realização dos seus estudos e publicações porque era um órgão geográfico oficial do governo federal. A AGB, fundada fora da capital federal, consistia em uma instituição privada; desse modo, possuía um financiamento muito mais restrito, que vinha dos seus associados e, às vezes, da USP e de alguns políticos paulista.

Apesar de pouca verba, em 1942, a partir da segunda edição, o *Boletim da AGB* não foi mais publicado junto com a RBG. A associação conseguiu produzi-lo de forma autônoma em São Paulo com o auxílio financeiro da USP (Figura 6).

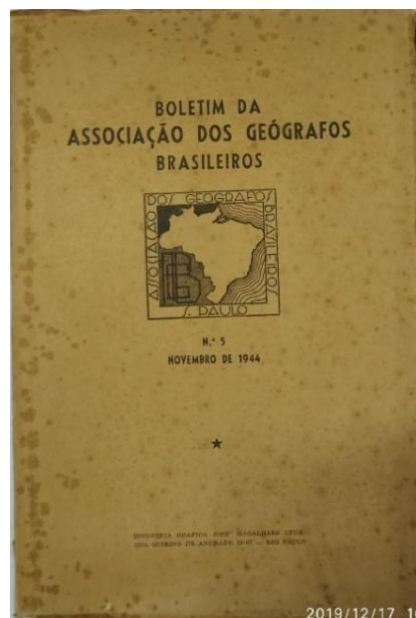
⁶⁶ O primeiro volume saiu publicado na RBG, ano III, nº 1, jan-mar 1941, ocupou poucas páginas e tinha mais o caráter de informar as atividades realizadas pela entidade. Segundo a publicação do *Boletim da AGB*: “Graças à compreensão total e à gentileza do Presidente do Conselho Nacional de Geografia e de seu secretário-geral, tornou-se possível a publicação de um Boletim da Associação dos Geógrafos Brasileiros, no qual serão resumidas as comunicações feitas, tanto no centro fundador paulista, como no núcleo do Rio de Janeiro” (IBGE, 1941, p. 181).

Figura 5. Revista Brasileira de Geografia.



Fonte: IEB.

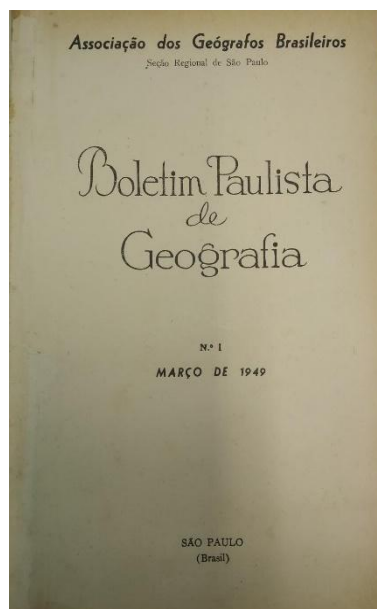
Figura 6. Boletim da AGB.



Fonte: Acervo AGB-Seção São Paulo.

Em 1949, após treze anos da primeira publicação da AGB, não deve ter sido diferente o impacto da primeira publicação do *Boletim Paulista de Geografia* (Figura 7) ao trazer pesquisas que eram produzidas tanto nos departamentos de Geografia quanto na Seção Regional São Paulo, acerca do Brasil e do exterior.

Figura 7. Boletim Paulista de Geografia.



Fonte: Acervo AGB-Seção São Paulo.

Em 1945, “ocorreu um marco decisivo na vida da própria AGB” (MONTEIRO, 1980, p. 13). Como resultado de uma reforma estatutária, criaram-se as seções regionais e os núcleos municipais⁶⁷. A partir desse momento, ficou estabelecido que o Conselho Diretor da associação teria sua sede e seu foro na cidade de São Paulo, junto com a recém-criada Seção São Paulo, que se constituiu com o quadro de associação inicial, e no Rio de Janeiro, onde as atividades da UDF e do CNG já haviam formado um número significativo de associados (MÜLLER, 1961, p. 46). A formação das seções regionais e dos núcleos municipais visou propiciar o atendimento das especificidades de cada estado ou município e o alargamento do intercâmbio de ideias pelo território brasileiro, acentuando o processo de produção, organização e difusão do saber geográfico pelo país. Conjuntamente, estabeleceu-se a figura das assembleias gerais pensadas como encontros de todos os membros do país para discutir teses e estudos das produções geográficas, que depois eram publicados nos *Anais*. As assembleias gerais ocorriam

⁶⁷ “Art. 30 – As Secções Regionais poderão organizar-se desde que, por requerimento de pelo menos dez pessoas, o Conselho Diretor da Associação assim o delibere. [...] Art. 31 – As Secções Regionais terão existência autônoma em tudo o que disser respeito ao peculiar interesse, nos termos dos presentes Estatutos. [...] Art. 32 – Cada Secção Regional será dirigida por uma Diretoria, composta de um diretor, um secretário e um tesoureiro, com mandato anual e eleitos na última reunião do ano” (*Anais da AGB*, 1949, p. 11). Até 1945, a associação tinha cinquenta e seis sócios (SEABRA, 2014). Segundo Monteiro (1980, p. 17), “as seções regionais se ampliam pela criação de núcleos: o de Pernambuco, que logo passou à Seção Regional, o da Bahia (filiados ao Rio de Janeiro) e aqueles de Minas e do Paraná (filiados a São Paulo)”. Para Manuel Corrêa de Andrade (1991, p. 145), “a Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), apesar da denominação, durante muitos anos foi uma instituição paulista, uma vez que ela promovia reuniões de seus sócios em São Paulo, discutia problemas e publicava artigos sobre geografia, sobretudo da população, agrária e urbana”.

preferencialmente nos períodos de férias escolares, uma vez que a maioria dos associados eram professores (IBGE, 1945, p. 126).

Compreende-se que não existiu “um enfraquecimento dos laços institucionais existente[s] desde o início entre a cadeira de Geografia da USP e a AGB”, corroborando com Nogueira (2013, p. 100). Nesse processo de nacionalização da entidade, a partir da reforma de 1945, os geógrafos paulistas pretendiam continuar com uma projeção nacional com a Seção São Paulo e atuando também na AGB. Até o início da década de 1970, os geógrafos paulistas da USP se alternaram entre a composição da diretoria nacional da AGB e da Seção São Paulo (Quadro 1). Além da Seção São Paulo, a SRRJ também se manteve por um longo tempo alternando diretoria com a AGB Nacional. Existia uma certa disputa entre os geógrafos acadêmicos de São Paulo e do Rio de Janeiro, que pendurou por anos⁶⁸. Apenas após meados da década de 1970 ocorreu uma presença maior dos outros estados na diretoria da AGB (MAMIGONIAN, 1991).

Quadro 1. Geógrafos paulistas que participaram da diretoria da AGB Nacional e da Seção São Paulo (1945-1979)

Direção	AGB ano/cargo	SRSP ano/cargo
João Dias da Silveira	1946-48/Diretor 1966-67/Diretor 1969-70/Diretor	1949-50/Diretor 1956/Comissão consultiva 1957/Diretor 1959/Comissão consultiva
Aroldo de Azevedo	1946-47/Secretário 1953-54/Diretor	1949-61/Diretor do BPG
Dirceu Lino de Mattos	1955-57/Diretor	1949-50/Secretário 1953/Comissão consultiva 1958/Diretor
Ary França	1957-58/Diretor	1950/Comissão consultiva 1951-53/Diretor
Pasquale Petrone	1960-61/Diretor	1952-54/Secretário 1956- 57/Diretor 1965-67/Comissão consultiva
José Ribeiro de Araújo Filho	1970-72/Diretor	1957-58/Comissão consultiva 1964-68/Diretor do BPG 1971-72/Comissão consultiva 1976-??/?/Diretor
Armen Mamigonian	1979 (jul./dez.)/Diretor	1976-77/Comissão redatorial BPG 1979/Vice-Presidente

Org. Maria Rita de Castro Lopes.

⁶⁸ A pesquisa não compreenderá a disputa entre a Seção São Paulo e a Rio de Janeiro, para não desviar tanto do seu objetivo. Para saber sobre esse tema, sugere-se a pesquisa de doutorado de Patrícia Matinho Aranha (2017), que trata com profundidade da disputa de São Paulo e Rio de Janeiro na constituição do campo científico-disciplinar de 1935 até 1955. Com base na pesquisa de Antunes (2008) e Aranha (2017), observa-se uma falta de articulação entre BCG e BPG nas primeiras décadas de criação de ambos, em relação à troca de textos entre os geógrafos paulistas e cariocas.

A relação dos geógrafos paulistas permaneceu influente na direção nacional da AGB. A publicação de um periódico contribuiu para a Seção São Paulo continuar sendo uma das principais seções agebeanas, em decorrência da sua abrangência nacional, como será aprofundado ao longo deste capítulo. Todos esses geógrafos tiveram na sua origem uma significativa atuação acadêmica na USP. Conforme visto anteriormente, o surgimento da associação está imbricado na própria criação do primeiro curso superior de Geografia do país, na Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da USP.

O desenvolvimento da ciência no estado de São Paulo, na década de 1930, foi determinado por sua estrutura econômica. Após a derrota paulista de 1932, uma parte da elite cultural paulistana, com tendências liberais, iniciou a proposta de criação da Universidade de São Paulo⁶⁹ como um projeto de modernidade, sendo uma estratégia política de fazer embate ao governo federal, com o objetivo de alcançar uma notoriedade científica e buscar novamente um destaque nacional e até mesmo internacional. Para isso, foram contratados professores estrangeiros, no intuito de propiciar uma organização acadêmica de excelência, principalmente de intelectuais vindo da França. Tal fato ficou conhecido como “missão francesa”⁷⁰. De acordo com Perla Zusman (1996)⁷¹, com o surgimento da USP, a elite paulistana resgatou a ideia do bandeirante pioneiro e desbravador, tendo em vista construir uma imagem de São Paulo como o centro radiador de conhecimento especializado no país. Como o surgimento da AGB está atrelado com a criação da FFCL, mais especificamente com o seu curso de Geografia, de certo

⁶⁹ “A criação da USP se deu por meio do decreto estadual nº 6.283, do interventor federal do Estado de São Paulo, Armando de Salles Oliveira, que reuniu as escolas de nível superior preexistentes em São Paulo – Faculdade de Direito, Escola Politécnica, Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Faculdade de Medicina, Faculdade de Medicina Veterinária, Faculdade de Farmácia e Odontologia e Instituto de Educação – e criou a então Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL), como um foco de cultura e de pesquisas científicas”. Disponível em: <https://jornal.usp.br/institucional/fflch-comemora-85-anos-de-criacao-como-patrimonio-inestimavel-da-usp/>. Acesso em: 10 fev. 2020.

⁷⁰ Existiu um esforço diplomático francês de construir áreas de influência francesa, uma delas foi no Brasil, a partir da aliança com a elite paulista e a vinda da missão francesa. Para saber mais, consultar Lira (2017), Nogueira (2013), Zusman (1996) e Limonge (1988).

⁷¹ Na pesquisa de Perla Zusman (1996), *Sociedades geográficas na promoção dos saberes a respeito do território: estratégias políticas e acadêmicas das instituições geográficas na Argentina (1879-1942) e no Brasil (1838-1945)*, o governo paulista e a criação da USP e da AGB são bastante explorados. A pesquisadora analisou a centralidade das instituições científicas no contexto da revolução de 1930 e no Estado Novo. Zusman (1996) compreendeu que as ações desenvolvidas pela associação dos geógrafos, a partir do seu discurso geográfico como um discurso legítimo sobre o território, contribuíram para legitimar as políticas estatais paulistas. A pesquisa de Nogueira (2013) corrobora com Zusman (1996), expondo que a questão da psicologia bandeirante ganha centralidade nas frentes pioneiras na obra de Monbeig, tendo também representatividade nas pesquisas geográficas na USP ao longo das décadas de 1940 e 1950. Para Nogueira (2013, p. 217), o trabalho intelectual do geógrafo francês também contribuiu para o projeto do “grupo do Estado” que considerou “seus escritos como uma justificativa de cunho científico que visaria legitimar os anseios hegemônicos de classe do grupo que intermediou sua vinda ao Brasil”.

modo, o “espírito radiador do conhecimento” também estava presente na associação dos geógrafos.

O incentivo para o desenvolvimento da AGB, a partir do curso de geografia na FFCL-USP, em parte está relacionado com o projeto político paulista de conhecer melhor o território e, subsequentemente, o desenvolvimento regional, que *a priori* consistiu em disputas econômicas e políticas do período, como é observado no texto de Luís Flores de Moraes Rego (1935, p. 8) ao apresentar os objetivos da entidade no jornal *O Estado de São Paulo*⁷² – nesse período, um dos principais veículos de informação que publicava as ideias e os interesses desse grupo paulista:

A Associação de Geógrafos Brasileiros, fundada em São Paulo, tem por objetivo geral o desenvolvimento dos estudos geográficos do país, especialmente de São Paulo e das regiões adjacentes. Concorrendo para o conhecimento das regiões de influência econômica de São Paulo, permitirá a sistematização de esforços para o desenvolvimento dessas regiões. Promoverá o conhecimento dessas regiões sobre diversos pontos de vista, mas o método geográfico baseado nos princípios bem conhecidos de extensão, coordenação e da causalidade. Servirá como coordenadora e animadora dos esforços no sentido de valorizar vastos territórios brasileiros. A Associação, além de ser órgão de desenvolvimento da cultura paulista, desempenhará um papel relevante de caráter prático na evolução moderna da vida econômica do Brasil. De um lado fará a propaganda das regiões a desenvolver junto ao capital e seu comércio, tomando conhecidos seus recursos e suas possibilidades. De outro cooperará com os governos da União e estaduais para a resolução das questões ligadas ao progresso desses territórios. A influência da Associação far-se-á sentir junto às populações locais, mostrando-lhes o interesse que dedicam ao melhoramento de suas condições econômicas as classes esclarecidas do Brasil.

No entanto, não se pode descartar que esse conhecimento científico desenvolvido tanto na FFCL-USP quanto na AGB também tenha contribuído para as urgências sociais do momento, como a necessidade de formar professores de Geografia qualificados para ingressar no ensino secundário, conforme será investigado e analisado no próximo capítulo.

A estrutura acadêmica e cultural da AGB era reconhecida e tinha forte apoio institucional da FFCL-USP, como é possível se observar nos anuários desta. Apesar de citarem e agradecerem a colaboração de diferentes associações científicas e culturais⁷³, apenas a AGB recebeu maior atenção, como mostra o fragmento a seguir:

⁷² É possível encontrar diversos assuntos relacionados com a AGB e seus membros nos jornais *O Estado de São Paulo* e *Correio de São Paulo*, principalmente nas primeiras décadas da entidade. Ambos os jornais possuíam um apelo liberal e regionalista, assumindo as ideias constitucionalistas. Os seus textos demonstram que havia uma complacência dos jornais em relação à associação dos geógrafos. Enquanto grandes empresas de comunicação, esses jornais divulgaram as ideias e ações da AGB, contribuindo para a elaboração de uma opinião pública em relação à entidade do geógrafo.

⁷³ No anuário de 1950, a FFLC agradeceu as seguintes instituições: Academia Brasileira de Ciências, Associação Paulista de Educação, Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas, Fundação Getúlio Vargas, Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, Sociedade Brasileira de Biologia, Sociedade Brasileira de Botânica, Sociedade Brasileira de Geologia, Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, Sociedade Brasileira de Química,

Esta sociedade científica com sede em São Paulo e de âmbito nacional, vem prosseguindo incessantemente em seus trabalhos, destacando-se as Assembleias Anuais realizadas em diferentes Estados brasileiros, e a atividade das suas Seções Regionais, cujos núcleos mais vigorosos encontram-se em São Paulo e no Distrito Federal.

O ano de 1952, o 18º da existência da Associação dos Geógrafos Brasileiros, assinalou-se por novos e substanciais progressos, que contribuíram para consolidar o prestígio no país e no exterior da mais ativa Associação de Geografia do Continente e a que nos é mais cara, por ter nascido sobre o agasalho desta Faculdade e aqui haver encontrado, junto ao Departamento de Geografia, a mais ampla colaboração e o amparo mais decidido. (*Anuário FFCL*, 1953, p. 445⁷⁴)

Outro elemento importante para se destacar é que a USP forma doutores em Geografia desde 1944. A associação com caráter acadêmico também era mais significativa porque ajudava na divulgação das pesquisas concluídas pelos alunos ou pelos próprios professores. O BPG passaria a ser um importante elemento para a divulgação da produção acadêmica de seus sócios, e a divulgação dessas pesquisas poderia influenciar na Geografia que estava sendo desenvolvida no ensino superior do país. Deve-se lembrar que, durante um longo período, existiu uma hierarquia entre os sócios da AGB: apenas os sócios que possuíam uma titulação acadêmica e trabalho com reconhecimento científico poderiam publicar no periódico paulista.

O interesse de realizar uma publicação própria da Seção São Paulo está presente em seu primeiro estatuto, de 1945, quando apresentou seu quarto artigo dedicado à regularização das suas publicações:

Título VI – DAS PUBLICAÇÕES

Artigo 21º – A S.R.S.P. manterá uma publicação periódica, intitulada Boletim Paulista de Geografia (B.P.G.), que será seu órgão oficial.

Artigo 22º – A direção do B.P.G. caberá a um Diretor, que deverá ser sócio efetivo da Associação e será eleito na última reunião administrativa de cada ano.

Artigo 23º – Auxiliará o Diretor do B.P.G. uma Comissão Redatorial composta de três sócios, indicados pelo primeiro e nomeados pelo Diretor da S.R.S.P.

Artigo 24º – As despesas decorrentes da publicação do B.P.G. correrão por conta dos recursos financeiros da S.R.S.P. (BPG nº 2, 1949, p. 56)

Após quatro anos, em 1949, a Seção São Paulo conseguiu lançar o seu primeiro BPG. No lançamento, Aroldo de Azevedo apresentou o novo periódico da Seção São Paulo como sucessor do extinto *Boletim da AGB*:

Com efeito, o BOLETIM PAULISTA DE GEOGRAFIA nada mais é do que uma continuação do Boletim da Associação dos Geógrafos Brasileiros, publicado nos anos de 1941 a 1944. Com a reforma dos Estatutos da A.G.B., processada em junho de 1945, seu núcleo original veio a se transformar na atual Seção Regional de São Paulo.

Sociedade Brasileira de Filológicos, Sociedade de Estudos Históricos, Sociedade de Psicologia de São Paulo e Sociedade Brasileira de Sociologia (*Anuário FFCL*, 1950, p. 443). Conforme comentado, apenas a AGB possui um destaque no *Anuário*, com a presença de um subcapítulo.

⁷⁴ Documento do CAPH-USP.

tendo sido suspensa a publicação daquele Boletim, por motivos óbvios. (AZEVEDO, 1949, p. 2, grifo nosso)

Ressalta-se que o BPG foi como uma continuidade dos periódicos anteriores, a revista *Geografia* e o *Boletim da AGB*, por terem sido produzidos pelos geógrafos paulistas, como é possível observar o logotipo de “São Paulo” em ambos os periódicos da entidade. Muitos dos geógrafos que participaram do núcleo original do *Boletim da AGB* também estavam presentes na fundação do BPG. Semelhantemente quando eram da AGB, esses geógrafos paulistas traziam consigo a mesma concepção para a Seção São Paulo, que seria um centro irradiador do saber geográfico para o restante do país. Essa difusão do conhecimento que seria realizado pela Seção São Paulo a partir do BPG também serviria como extensão da própria FFLC.

Aroldo de Azevedo pode ser reconhecido como uma das principais influências do BPG. Além de ser um dos principais geógrafos que contribuíram para o surgimento da publicação, também foi diretor do periódico durante doze anos, sendo sucessivamente reeleito pelas direções da Seção São Paulo, de 1949 a 1961, período em que lançaram trinta e nove publicações.

A existência do cargo de diretor do BPG (Quadro 2), desde o seu início, mostra a intenção da Seção São Paulo de construir uma política editorial para o periódico.

Quadro 2. Diretores do Boletim Paulista de Geografia (1949-1987)

Membros do BPG	Anos de 1949-1987			
	Diretoria do BPG	Comissão redatorial do BPG	Outros cargos no BPG	Cargo na diretoria da seção SP
Aroldo de Azevedo	1949-1961	-----	-----	-----
José Ribeiro Araújo Filho	1964-1968	-----	Secretário 1967* Conselho consultivo 1979-1987	CCR** 1949-1950 1957-1958 1968-1972 Secretário 1951 Dir. executivo 1976 - ????
Gil Sodero de Toledo	1971	1964-1968 1972-1974	Conselho consultivo 1977-1985	-----
Vicenzo Raffaele Bochicchio	1972-1974	-----	-----	CCR** 1968
Myrna Therezinha Rego Viana	1976 1980-1981	1976-1979	-----	Dir. de publicação 1976 Dir. de publicação 1980-1981
José Marino de Gusmão Pinto	1976-1979	1976 1980-1986	-----	Tesouraria 1979
Ariovaldo Umbelino de Oliveira	1982-1984	1978-1979	-----	Dir. de intercâmbio 1979 Vice-Diretor 1980-1981 Coord. de publicação

				1982-1984 Dir. executivo 1986-1987
Manoel Fernando Gonçalves Seabra	1985-1987	1971-1974 1982-1984	Conselho consultivo 1976-1984	CCR** 1965-1966 Dir. executiva 1967 1973-1974 1980-1981 Secretário 1968 Vice-Diretor 1976 Coord. de publicação 1984-1987

*Nos anos de 1967 e 1968, existiu a função de secretário do BPG.

** Comissão consultiva regional.

Org. Maria Rita de Castro Lopes.

A partir de 1964, o geógrafo José Ribeiro Araújo Filho, discípulo de Aroldo de Azevedo, assumiu a direção do BPG até 1968. Formado nas primeiras turmas na FFCL-USP, também em 1968 foi professor da cadeira de Geografia do Brasil. Antes, em 1949, lecionou no magistério secundário as disciplinas Geografia Geral e do Brasil em um ginásio estadual na cidade de São Vicente-SP até o ano de 1952, concomitantemente ao cargo que exercia de professor assistente da cadeira de Geografia do Brasil na FFCL-USP. Araújo foi um sócio efetivo que participou intensamente da vida da AGB. Além de diretor do BPG, também ocupou cargos nas direções executivas da Seção São Paulo.

A partir de 1971, a direção da revista ficou marcada por um diferencial, não passou a ser mais composta apenas por professores do departamento da FFLCH⁷⁵ da USP. Em 1971, Gil Soderro de Toledo, na condição de doutorando na UNESP, foi diretor por um ano do BPG. Na década de 1980, Gil foi um dos responsáveis pela implantação do emblemático currículo da CENP de Geografia da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo (SEE-SP). Em seguida, Vincenzo Raffaele Bochicchio assumiu o cargo de diretor, em 1972, onde permaneceu por três anos, quando era doutorando também da UNESP⁷⁶.

Myrna Therezinha Rego Viana realizou mestrado e doutorado no Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da USP. Em 1978, ingressou como docente no Departamento

⁷⁵ Em 1969, com a reforma universitária e a instituição do novo estatuto da USP, os antigos cursos de Física, Química, Matemática e Estatística, Biociências, Geociências, Psicologia e Pedagogia separaram-se da FFCL para se constituírem em institutos e/ou faculdades autônomas. Assim, a FFCL passou a ser denominada de Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH).

⁷⁶ Tanto Toledo quanto Bochicchio depois se tornaram professores do Departamento de Geografia na USP.

de Planejamento Territorial e Geoprocessamento (DEPLAN) da UNESP-Rio Claro⁷⁷. Além de diretora, participou de 1976 até 1979 da comissão redatorial do BPG.

Em 1976, no editorial do BPG nº 51, durante a primeira direção de Myrna Therezinha Rego Viana, é possível identificar uma fala que expõe ruptura na produção do periódico ao propor mudança na sua política editorial, como será possível ver melhor neste capítulo.

José Marino de Gusmão Pinto, além de diretor entre 1976 e 1979, também participou por muitos anos da direção da BPG – na comissão redatorial no ano de 1976 e, depois, novamente, de 1980 até 1986. Há poucas informações em documentos oficiais sobre a formação e a vida profissional de Gusmão Pinto. Ele não atuou como professor universitário, como os outros diretores do periódico, mas sim como professor das redes estadual e municipal de São Paulo. Entre os anos de 1985 e 1986, colaborou na elaboração da proposta do currículo do Departamento de Planejamento e Orientação (DEPLAN)⁷⁸, vinculado à Secretaria Municipal de São Paulo, e da CENP⁷⁹.

Ariovaldo de Oliveira, diretor entre 1982 e 1984, teve toda sua formação acadêmica na USP e ingressou como professor dessa mesma universidade no início da década de 1980. Em 1978 e 1979 participou da comissão redatorial do BPG. Também teve uma participação ativa na Seção São Paulo, assumindo diferentes cargos. Na área educacional também é reconhecido por participar da construção do currículo da CENP para Geografia.

Em 1985, Manoel Seabra assumiu a direção do BPG. Ele era um professor renomado no departamento de Geografia da Universidade de São Paulo. Foi uma pessoa proativa na associação, exercendo diferentes cargos tanto na direção da Seção São Paulo quanto na produção do BPG, tendo também participado da proposta do currículo da CENP.

Apesar de os textos do BPG tratarem de diferentes abordagens geográficas, a partir de tema, teoria e método, observa-se uma identidade comum construída nele. Em quase quatro décadas de publicação, independentemente da gestão, existiu a presença marcante de divulgação de textos desenvolvidos pelos geógrafos formados pela USP. Foram identificados 229 textos produzidos por esses estudiosos, sendo que muitos deles também atuaram na direção da própria associação e do BPG, por exemplo: Aroldo de Azevedo, Aziz Ab'Saber⁸⁰, Nice

⁷⁷ Seu mestrado foi defendido em 1983 e o doutorado em 1991. Permaneceu como docente do DEPLAN até 31 de dezembro de 1995.

⁷⁸ Na função de assessoria específica do currículo de Geografia do 5º ao 8º ano.

⁷⁹ Informação presente no *Boletim* do III Encontro Local de Professores de Geografia, realizado pela Seção São Paulo em 3 e 4 de abril de 1987. O documento está arquivado na sede da Seção São Paulo.

⁸⁰ Aziz Ab'Saber, ainda estudante de graduação, realizava pesquisas que surpreendiam pela sua qualidade. “No número de estreia do Boletim Paulista de Geografia (março de 1949), Aziz Ab'Saber publicara um dos seus artigos básicos a compartimentação geomorfológica do Brasil” (MONTEIRO, 1980, p. 19).

Lecocq Müller, Dirceu Lino de Matos, Renato da Silveira Mendes, João Dias da Silveira, Odilon Nogueira de Matos, José Ribeiro de Araújo Filho, Pasquale Petrone, Léa Goldenstein, Manoel F. Gonçalves Seabra, Gil Sodero de Toledo, Rosa Ester Rossini, Armen Mamigonian, José Bueno Conti e Ariovaldo Umbelino de Oliveira⁸¹. Aqui, é importante lembrar que por um longo tempo apenas os sócios com reconhecimento acadêmico poderiam publicar no BPG e, por isso, várias de suas publicações eram dos pós-graduandos que tinham concluído sua pesquisa; alguns deles depois se tornaram professores da FFLC ou de outras faculdades da USP.

Pasquale Petrone confirmou a sociabilidade de um grupo restrito de profissionais da USP nas publicações do BPG ao afirmar que não é possível entender a história do Departamento de Geografia da USP sem vinculá-la com a da AGB. Tanto que, durante muito tempo, seus docentes não se preocuparam em criar uma publicação do próprio departamento, posto que suas produções eram publicadas nos periódicos e anais da associação dos geógrafos (PETRONE, 1993, p. 9). Apenas em 1982 criaram a *Revista do Departamento de Geografia da USP*⁸². É apropriado colocar que, em 1967, o Instituto de Geografia da USP⁸³ lançou a *Revista Orientações*, que tratou do saber geográfico com matérias de interesse do ensino em todos os níveis. Após os quatro números da revista, sua publicação foi interrompida por quinze anos. No ano seguinte à sua retomada, em 1985, ela foi incorporada pelo Departamento de Geografia da USP. Apesar de os editores da *Revista Orientação* transitarem em funções no Departamento de Geografia e na Seção São Paulo, a pesquisa não estudou o periódico, visto que sua produção e elaboração não era responsabilidade da Seção São Paulo.

⁸¹ Os autores do BPG não se limitavam apenas ao curso de Geografia, foi possível identificar autores da Escola Politécnica, da Faculdade de Economia e Administração (FEA) e, principalmente, da FFLC, dos cursos Geologia/Paleontologia, História e Letras. Cabe destacar que a participação de profissionais de outras áreas foi importante também para a difusão da produção geográfica acreditada pela AGB nos institutos desses pesquisadores. Em seguida, identificaram-se cinquenta autores de textos geográficos que não tiveram formação acadêmica na USP, sendo que vinte deles tinham relação com a UNESP-Rio Claro e doze com estado do Rio de Janeiro, atuando no CNG/IBGE.

⁸² É interessante fazer a comparação: o departamento de História da FFCL, em 1950, criou o seu primeiro periódico, intitulado *Revista de História*.

⁸³ O Instituto Geográfico surgiu em 1963. Era uma entidade científico-cultural, que contou com um orçamento próprio. Em decorrência do dispositivo centralizador da reforma universitária de 1969, cada vez mais, o Instituto de Geografia passou a ter dificuldade de se manter e gradativamente foi incorporado pelo Departamento de Geografia.

2.3 Periodicidades do *Boletim Paulista de Geografia* (1949-1987)

O Boletim Paulista de Geografia (BPG) teve início em 1949 e, desde então, nunca parou de ser publicado. Um primeiro aspecto a ser levantado referente à periodicidade do BPG é que ele surgiu como um periódico de publicação quadrimestral, normalmente com lançamento nos meses de março, julho e outubro. No entanto, a partir da década de 1960, a revista não conseguiu manter mais o seu caráter quadrimestral: em alguns anos publicou duas, uma ou nenhuma edição. Nos anos de 1962, 1963, 1969, 1970 e 1975 nenhuma edição do BPG foi publicada (Gráfico 1, p. 37).

De acordo com o estatuto de 1945, era responsabilidade da Seção São Paulo arcar com o custo dos periódicos, que eram distribuídos gratuitamente para os seus sócios. À vista disso, eles seriam o principal público leitor do boletim. Ao observar a materialidade do periódico, como o seu formato de livro, o tipo de papel e a impressão de boa qualidade, nota-se que certamente a sua produção teve um custo financeiro que não era barato para a entidade. Por isso, em algumas atas de reuniões há registros de sugestões que contribuiriam na diminuição do custo da produção do periódico, a partir de um papel de menor qualidade ou de uma publicação com menos artigos, que exigiria menos gasto com a impressão de folhas⁸⁴. A AGB, apesar de ter vínculo com o departamento de Geografia da USP, deve ser entendida como uma instituição privada, por isso encontrou diferentes modos de financiar as suas publicações, modos que serão vistos neste subcapítulo.

Da primeira até a nona publicação, em 1951, com exceção apenas do número seis, existiram no BPG áreas direcionadas para a publicidade de produtos de diferentes interesses do profissional formado em Geografia ou da área de Ciências Humanas: lojas de esporte, revistas de Sociologia, editoras de livros, livrarias, rádios e outras (Figuras 8, 9, 10 e 11). As publicidades ora estão localizadas no final dos boletins, ora no início deles. Provavelmente as publicações pagas contribuíram para a associação arcar com o financiamento dos periódicos para os seus associados.

⁸⁴ Por exemplo, em 1965, existiu o registro de despesas elevadas, em decorrência de uma publicação expressa, quando a Seção São Paulo ficou sem dinheiro para publicar o número seguinte. Devido a essa situação, elencaram-se formas de arrecadação, que consistiam em de pedidos de financiamento para o Instituto de Geografia-USP e para a Comissão de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, que seriam realizadas pelo Prof. Aziz Ab'Saber.

Figura 8. Publicidade no BPG⁸⁵.

**A FRANÇA CONTINUA NA LIDERANÇA,
NO CAMPO DA GEOGRAFIA**

CHOMBART DE LAUWE — *La Découverte aérienne du Monde.*
 EMMANUEL DE MARTONNE — *Géographie aérienne.*
 PIERRE DEFFONTAINES — *Géographie et Religions.*
 GEORGES CHABOT — *Les Villes (Aperçu de géographie humaine).*
 MAX SORRE — *Les Fondements Techniques de la Géographie Humaine.*
 PIERRE GEHUCQ — *Géographie Agricole du Monde.* — *L'Essaim de l'U. R. S. S.* — *L'Économie des États-Unis, etc.*
 J. LEUBA — *Introduction à la Géologie.*
 C. FRANCIS-BOKUF — *Les Océans.*
 RENE LEGENDRE — *La Découverte des Mers.*
 MARCEL GRIAULE — *Les Grands Serpents.*
 A. THOMAZI — *Les Républiques Populaires.*
 P. DEFFONTAINES e A. LEROI-GOURHAN — *La Revue de Géographie Humaine et d'Ethnologie.*
 VIDAL DE LA BLACHE e L. GALLOIS — *Nouvelle Géographie Universelle, en 23 volumes (que podem ser adquiridos separadamente).*

ADQUIRA ESTAS E OUTRAS NOVIDADES
BIBLIOGRÁFICAS NA



LIVRARIA FRANCESA

SOCIEDADE DE INTERCÂMBIO
FRANCO-BRASILEIRA LTDA.

R. BARÃO DE ITAPEATINGA, 275 AVENIDA PRESIDENTE ANTÔNIO
4.º andar — Telefone: 6-6451 CARLOS, 54-A — Telefone: 42-4847
SÃO PAULO RIO DE JANEIRO

Fonte: BPG nº 3, 1949

Figura 10. Publicidade no BPG⁸⁷.

Todo Geógrafo deve ser um esportista



★
CASA DE ESPORTISTAS PARA ESPORTISTAS.

★
COMPLETO MATERIAL PARA "CAMPING" E EXCURSÕES EM GERAL.

★

Esportes **MAGALHÃES PADILHA**

RUA BRÁULIO GOMES, 50 LARGO DO OLVIDOR, 48
TELEFONE: 6-5000 — SÃO PAULO — TELEFONE: 2-8130

Fonte: BPG nº 2, 1949.

Figura 9. Publicidade no BPG⁸⁶.

MAPA MÚNDI
EM PROJEÇÃO AZIMUTAL EQUIDISTANTE E OBLIQUA,
TENDO POR CENTRO A
CIDADE DE SÃO PAULO
INDISPENSÁVEL AO ENSINO DA GEOGRAFIA E AO USO
DA AVIAÇÃO E DA RÁDIO-DIFUSÃO

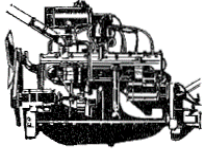

Encontra-se à venda na
**TESOURARIA DA FACULDADE DE FILOSOFIA DA
UNIVERSIDADE DE S. PAULO**
Rua Maria Antônia, 294 **SÃO PAULO**

Fonte: BPG nº 4, 1950

Figura 11. Publicidade no BPG.

MARIEN S/A
INDÚSTRIA E COMÉRCIO
Alameda Cleveland, 509
Tel. 51-4714 e 51-8172 — SÃO PAULO

Recondicionamento de motores e lubrificação de cilindros e virabrequins
 Retificação de válvulas e eixos e Calagem de cones e fechamento e montagem de bielas e manivelas centrais

Fonte: BPG, nº4, 1950.

Existiram algumas publicidades que eram direcionadas aos profissionais do ensino escolar (Figuras 12 e 13). Se existia investimento privado dessas empresas na divulgação dos seus produtos nos boletins, isso leva a crer que parcela do público leitor era de profissionais da educação escolar ou de formação de professores. De 1958 até 1961, com exceção de 1960, os BPG retornam apenas com uma propaganda: da Companhia Nacional, que publicava livros dos docentes FFCL e, conseqüentemente, dos próprios sócios titulares da AGB-Seção São Paulo

Figura 12. Publicidade no BPG.

**Atualidades
PEDAGÓGICAS**

Com a publicação de *Atualidades Pedagógicas* a Companhia Editora Nacional tem em vista um programa de maior e melhor aproximação entre os educadores brasileiros. Respeitando-se as peculiaridades de formação regional resultante de fatores históricos, sociológicos, econômicos e geográficos, *Atualidades Pedagógicas* se coloca ao serviço da unidade nacional tomando a educação como denominador comum desta mesma unidade solicitada, hoje, até mesmo, no plano supra nacional quando fazemos apelos às aproximações continentais baseadas na cooperação e na inteligência entre povos, governo e nações.

Atualidades Pedagógicas, veículo de divulgação dos educadores brasileiros, é um espelho das aspirações, das experiências, dos anseios da escola brasileira reivindicando para si o lema de *bem servir e bem informar* a quantos, nos setores do poder público ou da iniciativa privada, se incluem entre os lavradores dos campos da educação e do ensino em nossa terra.

Não se trata de uma revista de doutrina, de técnicas, de processos ou de ciência educacionais. Para bem servir e bem informar *Atualidades Pedagógicas* se coloca no plano da boa divulgação abrangendo, em suas páginas, a palavra do pesquisador e do especialista, do teórico da educação, a do que concluiu uma experiência objetiva e a do que traz consigo, por mais modesto que seja, uma notícia ou uma comunicação daquilo que realizou e que reflete sua experiência e seus trabalhos.

★

Publicação bimestral da

COMPANHIA EDITORA NACIONAL

Redação e Administração:
Rua dos Gusmões, 639 — Caixa Postal. 32-A
São Paulo

Fonte: BPG nº 4, 1950

Figura 13. Publicidade no BPG.

Obras indispensáveis à pedagogia

ATUALIDADES PEDAGÓGICAS
Série 3.ª da Biblioteca Pedagógica Brasileira
(FUNDADA POR FERNANDO DE AZEVEDO)

Direção de
J. B. DAMASCO PENNA

ÚLTIMAS EDIÇÕES:

ED. CLAPARÈDE — *A Educação Funcional*, tradução de J. B. Damasco Penna, 3.ª edição, Cr\$ 30,00.

ANÍSIO TEIXEIRA — *Educação Progressiva*, 3.ª edição, Cr\$ 25,00

PROXIMAS PUBLICAÇÕES:

A. ALMEIDA JÚNIOR — *A Escola Pitoresca e outros trabalhos*, 2.ª edição aumentada.

LORENZO LUZURIAGA — *A Pedagogia Contemporânea*, tradução de Idel Becker.

M. A. BLOCH — *Filosofia da Educação Nova*, tradução de Luiz Damasco Penna.

CAMILLE MÉLINAND — *Noções de Psicologia aplicada à Educação*, tradução de Nathalia Vouinif.

A. M. AGUAYO — *Pedagogia Científica — psicologia e direção da aprendizagem*, 5.ª edição, revista pelo tradutor.
Diários da Escola Nova, 7.ª edição.

HENRI PIÉRON — *Psicologia do Comportamento*, 2.ª edição, revista pelo tradutor.

A. CARNEIRO LEAO — *Adolescência e sua Educação*.

EM TODAS AS LIVRARIAS

★

EDIÇÕES DA

COMPANHIA EDITORA NACIONAL
RUA DOS GUSMÕES, 639 ★ SAO PAULO

Fonte: BPG nº 5, 1950

⁸⁵ Durante muito tempo, a principal bibliografia utilizada no curso de Geografia foi de origem francesa.

⁸⁶ Essa propaganda será tratada no próximo capítulo.

⁸⁷ Em 2004, para uma “edição histórica” do BPG nº 81, em uma entrevista cedida por Eloy Araújo, é possível observar que a publicidade de loja de esporte fazia sentido em um periódico de Geografia, porque na década de 1950 existia o hábito de se usar roupas sociais, o que influenciava no trabalho de campo: “No trabalho de campo os professores saíam orientando o que a gente tinha nas aulas. Vamos supor, com o Monbeig, logo no primeiro ano, fizemos muitas excursões. Eu me lembro muito bem uma que a gente fez em Paranapiacaba: pegamos o trenzinho, descemos no alto da serra ali e andamos por aquelas trilhas, aqueles caminhos. Eu me lembro que Monbeig ficava bravo que algumas das alunas, por exemplo, inexperientes, iam de salto alto (risos), era difícil! Uma delas era muito elegante, muito bonita. Acabou até se casando com Mainardi de Araújo, que foi um antropólogo. Ela estava muito bonita na excursão e o Monbeig escuchou com ela (riso). Que ela estava vestida de forma extrovertida. E ele ficava bravo porque aquele não era jeito de se fazer excursão, tinha que se meter de uma forma mais esportiva e tudo [...]” (ARAÚJO, 2004, p. 41).

De maneira geral, sabe-se que um dos principais desafios enfrentados pelo BPG era assegurar a sua periodicidade. São vários os motivos que levam à falta de frequência: pequeno número de conteúdo (artigos, resenhas, traduções e outros), falhas nas iniciativas editoriais, problemas na impressão ou de financiamento. Produzir, publicar e distribuir um periódico não é uma tarefa fácil, requer tempo e dedicação, envolvendo um número considerável de pessoas. Deve-se também pensar das dificuldades operacionais, que eram maiores no passado, quando não se dispunha de computadores, internet e outros recursos. No caso do BPG, como foi possível constatar nos seus editoriais, sua falta de periodicidade está relacionada diretamente à dificuldade da Seção São Paulo de cobrir financeiramente a produção do periódico, conforme está registrado em várias de suas atas de assembleias e de reunião de diretoria. Durante as primeiras décadas do BPG, não existia agência de financiamento para auxiliar na produção de pesquisa e de periódicos acadêmicos. Assim, a associação teve que traçar estratégias para obter vantagens sociais para conseguir verba, a fim de não frear o desenvolvimento e, principalmente, a divulgação das suas produções científicas.

Conforme comentado anteriormente, a AGB e a Seção São Paulo, desde o seu início, tiveram um “círculo de afinidade” que ultrapassava a comunidade científica dos geógrafos, incluindo especialistas e intelectuais de diversas áreas, como Direito, Geologia, Engenharia e outras, que desenvolveram pesquisas das potencialidades econômicas e da ocupação do território nacional.

Para o geógrafo francês Vincent Berdoulay (2003, 2017), a perspectiva dos estudos da institucionalização da ciência, a partir de um ponto de vista sociológico, auxilia a trazer o foco da pesquisa para um conjunto de fatores internos e externos, tais como “os fatores que influenciam o grau de aceitação de inovação, o estabelecimento de atividades profissionais (ex. periódicos), a definição do novo status associado à inovação, as etapas de institucionalização e a presença de grupos concorrentes de cientistas” (2003, p.49). O autor chama atenção para os conceitos que devem ser adotados, como o “círculo de afinidade”:

[...] a identificação de laços somente entre geógrafos pode não ser suficiente para esclarecer o contexto da pesquisa geográfica e a existência de correntes múltiplas. É necessário enfatizar mais as ideologias do que as instituições propriamente ditas. Cada geógrafo pertence àquilo que se pode chamar de “círculo de afinidades”, que ultrapassa a comunidade científica imediata. Ele inclui não somente os especialistas de diversas disciplinas como os políticos ou os intelectuais cuja posições sobre as questões da sociedade de uma época são conhecidas. É somente assim que se pode esperar certas dificuldades apresentadas em determinado período estudado. (BERDOULAY, 2017, p. 22)

A AGB, nos seus primeiros anos, teve um diálogo próximo com os políticos paulistas. Após 1950, provavelmente, as publicações do BPG foram facilitadas pela relação e pelo reconhecimento da associação por parte da elite paulista, ou seja, pelo poder político do período. Um exemplo disso é o recebimento anual de 100 mil cruzeiros para a Seção São Paulo produzir o BPG, no período de cinco anos, determinado pela Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (ALESP) a partir da lei n. 690/1950 (BPG nº 6, 1950).

As mais altas autoridades do Estado reconheceram deste modo, o valor da obra puramente cultural que a A.G.B. paulista vem realizando, quer através das suas reuniões e das suas pesquisas em trabalhos de campo, quer através das páginas do Boletim Paulista de Geografia. Fortalecidos por tão honroso apôio, seus associados não de tudo fazer no sentido de não desmerecê-lo.

Ao deputado Juvenal Lino de Mattos e aos seus ilustres colegas da Assembléia Legislativa, como também ao Senhor Governador do Estado, Doutor Adhemar de Pereira de Barros, deixamos aqui registrado o sincero agradecimento da seção regional de São Paulo da Associação dos Geógrafos Brasileiros.

São Paulo, outubro de 1950.
João Dias da Silveira
Diretor da Seção Regional
Aroldo de Azevedo
Diretor do “Boletim Paulista de Geografia

(BPG nº 6, 1950)

Juvenal Lino de Mattos⁸⁸, o deputado estadual responsável pelo financiamento do BPG, estava no seu segundo mandato. Ele era irmão do geógrafo Dirceu Lino de Mattos, fato que contribuiu para compreender a ajuda no financiamento. Dirceu foi um dos alunos das primeiras turmas da FFCL e era associado à AGB desde 1941. Além disso, teve uma longa atuação na diretoria da Seção São Paulo, primeiramente como secretário (1949 até 1950), participou da comissão consultiva regional (em 1951, 1953 e 1961) e, por fim, foi eleito diretor da Seção São Paulo (em 1958). Ele também foi presidente nacional da associação de 1955 até 1957. Dirceu tornou-se o primeiro diretor da FEA⁸⁹. Em 1951, Juvenal assumiu o cargo de secretário de Educação do estado de São Paulo. Atitudes como a que teve com a Seção São Paulo provavelmente contribuíram para o seu reconhecimento, oportunizando o convite para a função de secretário da Educação paulista.

⁸⁸ Para saber mais da trajetória política de Juvenal Lino de Mattos (1904-1991), consultar o seguinte site do CPDOC: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/juvenal-lino-de-matos>. Acesso em: 13 jan. 2020.

⁸⁹ Dirceu Lino de Mattos disputou com Ary França a cátedra de Geografia Humana nos anos de 1950. Ficou em segundo lugar. Em seguida foi contratado como professor de Geografia Econômica no curso de Administração. Suas publicações no BPG foram “Contribuição ao estudo da vinha em São Paulo: a região de São Roque” (1951, ano 2, nº 4, p. 27-47), “Bases geográficas da vida econômica do Vale do Itapecuru (Maranhão)” (1951, ano 3, nº 7, p. 20-37) e “Contribuição ao estudo da vinha no estado de São Paulo” (1952, ano 4, nº 11, p. 33-52), texto do concurso à cátedra de Geografia Humana da FFCL-USP, no qual obteve a respectiva livre docência.

Após 1961, momento que Aroldo de Azevedo saiu da direção, o BPG passou a ter uma periodicidade incerta, tanto que ficou dois anos e meio sem publicação. A falta de continuidade nas publicações foi de ordem financeira, em decorrência da crise inflacionária que ocorria no país e elevou em quase três vezes o valor da produção do periódico (BPG n° 41, 1964, p. 2). As políticas econômicas implementadas por Juscelino Kubitschek propiciaram uma inflação, em 1959 e 1960, superando os 30% ao ano, quase o dobro da inflação média anual do período de 1950 a 1958 (BORIS, 2003, p. 440). Durante a década de 1960, o problema financeiro persistiu no BPG; como consequência, em alguns anos houve poucas ou nenhuma publicação.

No BPG n° 43, em 1966, o seu editorial apresenta uma “Nota explicativa”, expondo que a publicação ocorreu em decorrência de uma rifa e da contribuição da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP):

Com um atraso de quase um ano, entregamos aos prezados agebeanos o n° 43 do Boletim Paulista de Geografia. Os mesmos problemas de ordem financeira de que já falamos na nota explicativa do n° 40, constituíram um dos motivos do referido atraso, além do assoberbamento de serviços da Gráfica da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, por onde havíamos publicado os n°s 40, 41 e 42.

Resolveu-se por um momento o problema financeiro, em função da renda auferida pela nossa Seção Regional, através da rifa de uma caneta tinteiro que a Diretoria e alguns agebeanos de boa vontade deliberaram fazer, e que rendeu 600 mil cruzeiros; e da ajuda recebida pela A.G.B. paulista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, no montante de 1 milhão e 600 mil cruzeiros para o corrente ano. (ARAUJO FILHO, 1966, p. 4)

A FAPESP, sendo uma agência de fomento à pesquisa científica paulista, ao financiar parcela significativa da publicação do BPG, demonstrou o seu reconhecimento à ciência geográfica que era desenvolvida e/ou divulgada pela Seção São Paulo na década de 1960.

Após dez anos, em 1976, no editorial do boletim paulista novamente apareceu a dificuldade financeira como um empecilho para a publicação da revista com maior periodicidade:

Se lembrarmos dos tropeços por que passam todas [as] publicações culturais, num país onde as verbas escasseiam para as coisas de espírito, e onde a vontade de colaboração espontânea ainda está sujeita a altos e baixos, foi um verdadeiro milagre a chegada do Boletim Paulista de Geografia ao seu número 50. (ARAUJO FILHO, 1976, p. 5)

Durante a década de 1980, pendurou a crise econômica dentro e fora da Seção São Paulo, permanecendo praticamente com uma publicação de BPG por ano. Algumas publicações tiveram ajuda da FFLCH, de 1982 até 1985, a partir da utilização da sua gráfica com editoração e impressão dos números 59, 60, 61 e 62. Em 1981, a coordenação de publicação realizou pedido de auxílio financeiro para as publicações do BPG número 59 e 60 junto ao Conselho

Nacional de Pesquisa (CNPq). No entanto, ambos os pedidos receberam negativas da entidade de fomento, justificando que a princípio o BPG não era uma revista científica; esse fato será retomado neste capítulo.

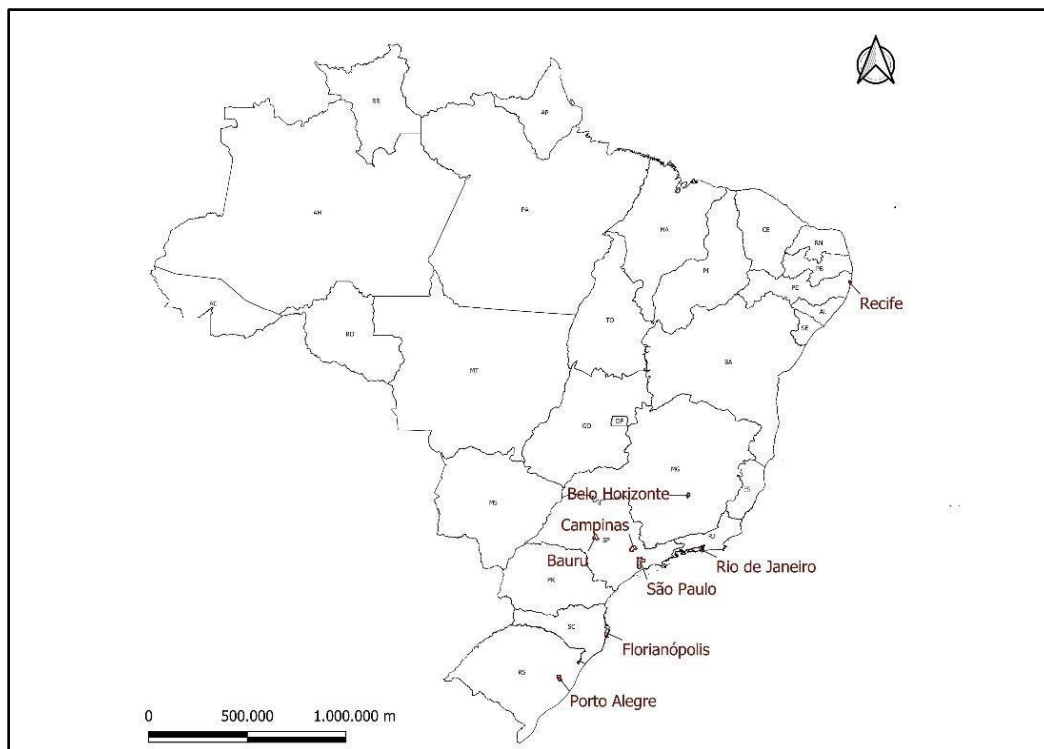
2.3.1 Circulação do *Boletim Paulista de Geografia* (1949-1987)

A Seção São Paulo teve a intenção de expandir tanto quanto fosse possível o acesso ao BPG, inclusive para os seus associados no interior ou mesmo para os não sócios. Caso uma pessoa não associada desejasse adquirir algum volume, poderia comprar na sede⁹⁰ da própria associação ou adquirir por meio de serviço postal. Depois de alguns anos, o BPG também passou a ter representantes de vendas em diferentes pontos da própria capital, como livrarias e bancas de jornais, e no interior do estado, nas cidades de Bauru e Campinas. Em 1959, ele passou a ter representantes de venda fora do estado de São Paulo: Bahia, Pernambuco, Rio de Janeiro, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Todos os representantes de vendas do BPG fora de São Paulo eram professores de Geografia ou de História, pesquisadores e sócios cooperadores da AGB⁹¹. Com o passar do tempo, foi-se estendendo o seu acesso para outras partes do território (Mapa 1 e 2).

⁹⁰ Primeiramente, a sede provisória se localizava no memorável prédio da rua Maria Antônia, nº 294, no Centro de São Paulo. Em 1959, a sede passou a ser na Cidade Universitária, no Butantã.

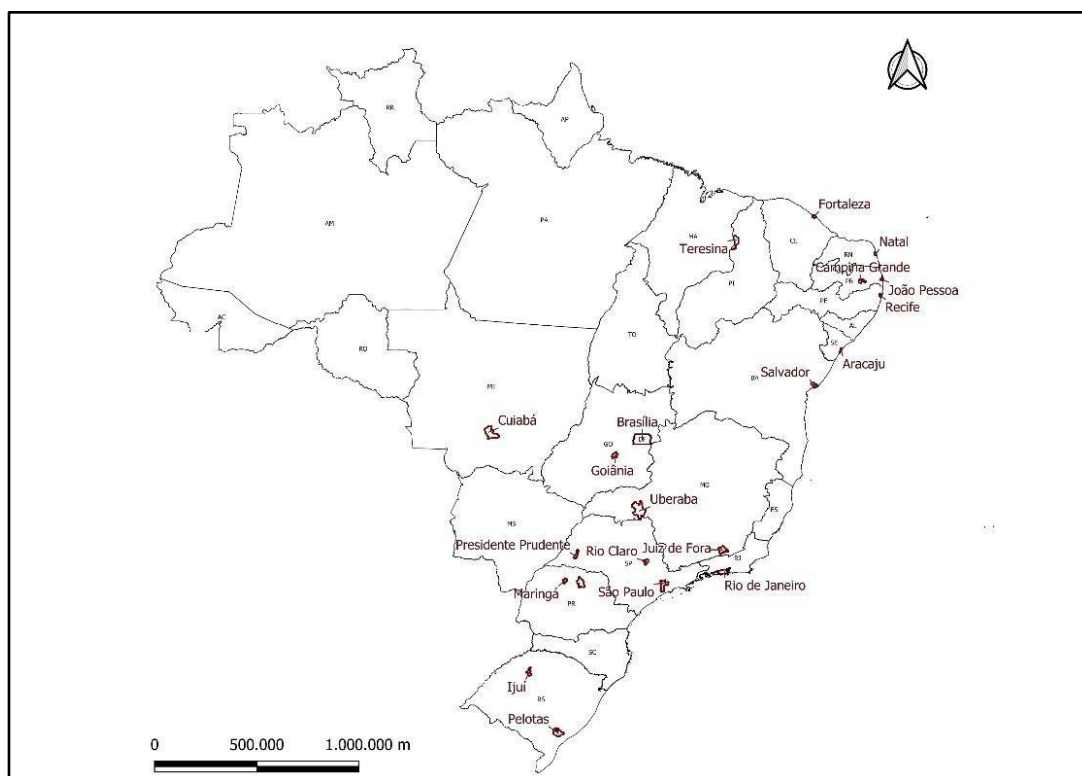
⁹¹ Tadeu Rocha, em Pernambuco, lecionou no colégio Salesiano. Em 1954, publicou no BPG o texto “A Geografia moderna em Pernambuco”. Ana Dias Carvalho, professora da Universidade Federal da Bahia, foi uma das fundadoras do Laboratório de Geomorfologia e Estudos Regionais. No Rio de Janeiro era a professora Delnida Martinez Cataldo, pesquisadora do Conselho Nacional de Geografia e uma das fundadoras do Instituto Histórico Geográfico do Distrito Federal/Brasília. Walter Fernandes Piazza era professor de História da Universidade Federal de Santa Catarina. Astrogildo Fernandes, do Rio Grande do Sul, era professor de História e historiador.

Mapa 1. Representante de venda do BPG por cidade (1961)



Fonte: BPG n° 37, 1961, p.96.
Org. Maria Rita de Castro Lopes.

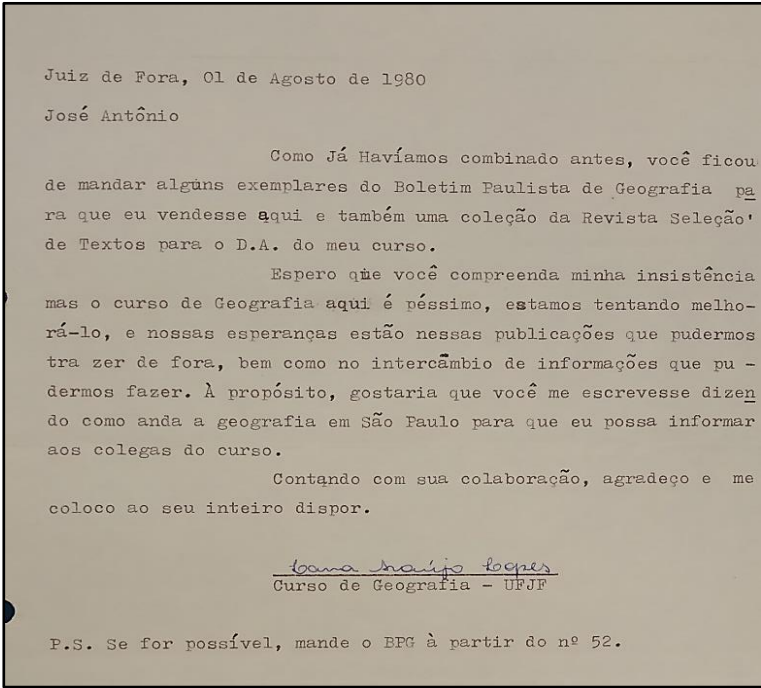
Mapa 2. Representante de venda do BPG por cidade (1987)



Fonte: BPG n° 65, 1987, p. 133.
Org. Maria Rita de Castro Lopes.

Além disso, existiram pedidos de assinatura, compra, permuta e doação dos periódicos paulistas, identificados em várias correspondências nos arquivos da Seção São Paulo, para escolas públicas e privadas, bibliotecas municipais ou de faculdades e departamento de cursos superiores. Existiam vários pedidos de doação ou compra do BPG para os cursos recém-inaugurados, principalmente os que eram distantes das grandes capitais. Os pedidos eram realizados pelos acadêmicos ou mesmo pelos próprios estudantes de graduação, que informavam sobre a dificuldade de conseguir materiais para o acervo das bibliotecas dos cursos, como é possível de observar na carta a seguir (Figura 14).

Figura 14. Carta de Geografia da UFJF



Juiz de Fora, 01 de Agosto de 1980

José Antônio

Como Já Havíamos combinado antes, você ficou de mandar alguns exemplares do Boletim Paulista de Geografia para que eu vendesse aqui e também uma coleção da Revista Seleção de Textos para o D.A. do meu curso.

Espero que você compreenda minha insistência mas o curso de Geografia aqui é péssimo, estamos tentando melhorá-lo, e nossas esperanças estão nessas publicações que pudermos trazer de fora, bem como no intercâmbio de informações que pudermos fazer. À propósito, gostaria que você me escrevesse dizendo como anda a geografia em São Paulo para que eu possa informar aos colegas do curso.

Contando com sua colaboração, agradeço e me coloco ao seu inteiro dispor.

Lana Inaljo Lopes
Curso de Geografia - UFJF

P.S. Se for possível, mande o BPG à partir do nº 52.

Fonte: Acervo AGB-Seção São Paulo

A partir das cartas é possível identificar que o periódico tinha uma circulação que iria além do regional: era uma fonte de divulgação do discurso e do saber produzido pelos geógrafos da Universidade de São Paulo, um dos maiores centros de referência dessa ciência no país, que acessava lugares distantes e com cursos novos. Por isso, pode-se afirmar que existia uma política da Seção São Paulo pela circulação e difusão do periódico no território brasileiro. A princípio, o fato de ser uma produção de qualidade e existirem ainda poucos materiais acadêmicos voltados à Geografia brasileira contribuíram para que ele fosse requisitado em diferentes lugares, como acervos de instituições públicas ou privadas. Tudo isso contribuiu para

uma projeção da Seção São Paulo, ao ter o BPG como um possível potencializador do seu discurso ao acessar outros lugares de debate geográfico.

2.4 Aroldo de Azevedo

Aroldo Edgard de Azevedo se destacou como um membro ativo da AGB, com intensa participação nas assembleias e na diretoria do BPG. Portanto, por sua longa atuação, as orientações de Aroldo de Azevedo, tanto relativas ao conhecimento geográfico quanto ao seu posicionamento político, influenciaram o periódico paulista. Por isso, é importante compreender um pouco mais da história desse geógrafo.

Azevedo, mesmo antes de ingressar na FFCL, era professor de Geografia do ensino secundário⁹² e, em 1º de junho de 1935, tornou-se sócio da AGB (IEB, Doc. 01.02.18). Na entidade exerceu cargo de secretário-geral e de presidente (1946-1947 e 1953-1954, respectivamente), além de diretor do *Boletim Paulista de Geografia* por doze anos consecutivos (1949-1961), período em que foram publicados 40 periódicos. Pode-se indagar que nas primeiras décadas da associação ele foi um dos sujeitos mais influentes, porque possuía determinado poder de escolha sobre as normas e o conhecimento que seria aceito no periódico paulista. Foi pesquisador e docente no departamento de Geografia da USP entre 1940 e 1967, sendo, em 1945, o primeiro a realizar um concurso público de cátedra na Geografia e a assumir a cadeira de Geografia do Brasil⁹³. Teve também importante atuação no ensino básico, principalmente, porque assumiu um lugar de destaque na produção de livros didáticos nas décadas de 1930 a 1960.

É importante comentar a origem social de Aroldo de Azevedo. Ele provinha de uma família tradicional da elite paulista⁹⁴, do Vale do Paraíba. Nasceu em Lorena, em 1910, e formou-se aos vinte e um anos em Direito no Rio de Janeiro. Provavelmente influenciado pela sua descendência rural aristocrática, ao longo da sua vida o geógrafo foi reconhecido pela sua

⁹² Em novembro de 1935, na 22ª reunião da AGB, Aroldo de Azevedo propôs a criação de uma comissão para elaborar uma proposta curricular de Geografia para o primeiro ciclo do ensino secundário. O próximo capítulo analisará essas duas propostas curriculares.

⁹³ A FFCL, em 1934, começou com uma única cátedra. Em 1939, criaram-se as cátedras de Geografia Humana e Geografia Física. No ano de 1942, a cátedra de Geografia do Brasil se somou às outras duas existentes. Em 1946, foi criado o Departamento de Geografia.

⁹⁴ Seu avô, Antonio Rodrigues de Azevedo Ferreira, agropecuarista, havia sido promotor e vice-presidente da Província de São Paulo, ligado ao Partido Conservador. Seu pai, Arnolfo Rodrigues de Azevedo, foi promotor, deputado federal e senador da primeira República, integrando o bloco sustentador da política café com leite até ser afastado pela Revolução de 1930.

tendência conservadora e elitista de sociedade⁹⁵. Iniciou sua carreira no magistério, durante as suas férias do curso de Direito, lecionando a disciplina Geografia em uma escola normal na cidade de Lorena.

Aroldo de Azevedo – provavelmente em decorrência do seu “círculo de afinidade”, a partir da sua origem na elite da oligarquia paulista – foi um dos principais articuladores para arrecadar recursos financeiros para a publicação do BPG; lembrando que ele esteve durante doze anos na direção do periódico, período em que as suas publicações foram contínuas. O “círculo de afinidade” de Azevedo, por contribuir financeiramente, pode ter influenciado no conteúdo do periódico, principalmente com a introdução do art. 3º na reforma estatutária de 1945, que definia um dos objetivos da AGB:

Art. 3º - A Associação não poderá tomar parte em manifestação políticas ou religiosas, nem tratar de qualquer assunto estranho aos seus objetivos. (Estatuto AGB, 1945, p. 1)

Provavelmente, a prescrição desse artigo⁹⁶ contribuiu para a consolidar ainda mais os “círculos de afinidades” da AGB com alguns intelectuais da elite e da política paulista, por exigir uma suposta “neutralidade” dos seus sócios⁹⁷. Aroldo de Azevedo, no seu texto “A Geografia a serviço da política”, compreendia a dimensão política tão insegura e pouco precisa, que chegou a considerar a Geografia Política como conhecimento menos geográfico no ramo da ciência geográfica, ao afirmar que:

⁹⁵ Sandra Lecione (2012, p. 42), no seu artigo “Aroldo de Azevedo: um geógrafo da Universidade de São Paulo”, expõe dois fatos para exemplificar o conservadorismo de Azevedo: “Aroldo de Azevedo era um homem conservador e em 1964 quem passasse pela Praça da Sé no dia 19 de março ou olhasse as fotos dos jornais do dia seguinte podia vê-lo à frente da ‘Marcha da família com Deus pela Liberdade’. Um homem da elite se misturava à multidão, aos estratos da classe média que saíam à rua temerosos do ‘perigo comunista’. [...] Ao encontrar no longo corredor do prédio de Geografia e História, ou na área do café o historiador Edgard Carone que dedicou sua vida intelectual à pesquisa do movimento operário brasileiro, era muitas vezes, bastante desafiante e insultuoso. Voltava-se para Edgard Carone e sem deixar de lhe escapar a oportunidade do exercício da provocação, perguntava ao historiador: E a Rússia? E o comunismo? Não é de estranhar que em depoimento de Edgard Carone a referência a Aroldo de Azevedo não tenha sido das melhores, tendo ajuizado que Aroldo de Azevedo era um homem reacionário e ligado à igreja”.

⁹⁶ As pesquisas de Nogueira (2013) e Antunes (2007) mostram que o artigo 3º foi uma concepção implantada na entidade principalmente por Monbeig. A concepção de uma produção apolítica se estendeu ao curso de Geografia da FFCL-USP por um longo tempo (MORAES, 1994). Corrobora-se com Nogueira (2013, p. 248), para quem a visão neutra da ciência e da política “[...] nega o conflito praticamente incontornável quando se trata de relações sociais, separava completamente o trabalho do cientista, preso à esfera neutra da produção do conhecimento, dos círculos de poder nos quais os interesses pessoais e de classe punham-se como fatores-chave no direcionamento e implementação de políticas territoriais que visavam modificar a organização espacial das paisagens nas mais diferentes escalas de intervenção”.

⁹⁷ Para saber mais sobre o discurso de neutralidade científica e concepção ideológica de Estado burguês de Aroldo de Azevedo, consultar a pesquisa de Luciana Dias Gontijo Soares (2020), “O continente que virou uma nação? Aspectos do Brasil e da Geografia Brasileira nos textos de Aroldo de Azevedo”.

[...] em nenhum outro ramo da Geografia torna-se preciso tantas cautelas; é como se estivéssemos percorrendo um campo de batalha cheio de minas ou uma área repleta de fossos camuflados. Segue-se um determinado caminho, dentro da aparente lógica de um raciocínio ou guiado pelas mãos de um autor de responsabilidade; quando menos se espera, dá-se um passo em falso e... está-se defendendo, sem saber, o ponto de vista político de uma potência ou a ideologia de certa facção partidária, aleivosa ou disfarçadamente infiltrados em obras de caráter científico. Ora, trabalhar assim, para quem pretende ser imparcial, nada tem de atraente; exige um exaustivo peneiramento das idéias, um permanente estado de alerta, uma constante preocupação em descobrir pensamentos dissimulados, que – com toda franqueza – não compensa face aos resultados finais. (AZEVEDO, 1955, p. 43)

Posto isto, o trabalho acadêmico na AGB deveria apenas informar e oferecer indicações técnicas, sem tomada de decisão e posicionamento político. Esse artigo terceiro permaneceu no estatuto até a década de 1970, sendo revogado na reforma estatutária de 1979⁹⁸. Ressalta-se que, independentemente do período, as publicações dos BPG não podem ser consideradas neutras porque foram resultado de um conjunto de escolhas dos seus membros, nos quais a Seção São Paulo se identificava, se posicionava e achava legítimo. Por esse motivo, é importante revelar os interesses políticos que estão por detrás da proclamação de neutralidade científica (GOODSON, 2001).

Em 1937, Aroldo de Azevedo ingressou na FFCL. Assim como ele, outros jovens que frequentaram a faculdade já tinham outra formação acadêmica, mas buscavam mais satisfação intelectual. Alunos com o perfil socioeconômico como de Aroldo de Azevedo eram comuns na FFCL, principalmente nos primeiros anos de implantação do curso. O quadro se modificou um pouco com a entrada dos professores comissionados do ensino primário, algo que será tratado no próximo capítulo. Aroldo de Azevedo se formou nas primeiras turmas da FFCL, teve aula com os fundadores da USP e foi um sócio ativo da AGB. Ele foi discípulo direto do professor Pierre Monbeig; assim, as suas produções acadêmicas e para o ensino escolar se caracterizam pelo seu vínculo com a Geografia Moderna, sendo um dos principais responsáveis pela difusão epistêmica dela, ao dar significativa ênfase ao trabalho de campo, à representação cartográfica e à dimensão histórica nos estudos geográficos⁹⁹.

⁹⁸ O atual estatuto da AGB-SP, de 2009, no artigo 3º diz: “A AGB-São Paulo não deverá tomar parte ativa em manifestação político-partidárias ou religiosas, podendo manifestar-se publicamente, partindo do conhecimento da realidade, no sentido de equacionar problemas sociais, econômicos, políticos, culturais e do espaço físico brasileiros” (Estatuto AGB-SP, 2009, p. 1).

⁹⁹ De acordo com Lira (2017, p. 179), para Monbeig “os princípios geográficos são apresentados junto às práticas e exercícios que se fundamentam pela valorização do concreto: ancoram-se no trabalho de campo e na descrição da paisagem: ‘Isto me leva a uma observação essencial, a saber, que o campo de estudos dos geógrafos é a paisagem’ (MONBEIG, 1940a, p. 13). Por fim, a importância de representar os fenômenos espaciais em um mapa (MONBEIG, 1940a, p.14)”.

Na aula inaugural para a FFCL aos ingressantes em 1946, desenvolvida por Azevedo (1946), é possível ter a dimensão do que ele entedia e o quanto enobrecia a Geografia Moderna enquanto princípio e método da ciência:

Não certamente. A Geografia não pode ser um simples catálogo de nomes e de números, privilégios dos que possuem boa memória e martírio dos que devem estudar. O moderno geógrafo procura dar uma interpretação viva da paisagem. Preocupa-se com o estado do relevo e da estrutura, procurando explicar-lhe as formas e reconstituindo sua evolução. Tenta distinguir as paisagens botânicas, correlacionando-as com os característicos do clima e com a natureza do solo. Examina os fatores climáticos, para tentar fixar o tipo de clima da região. Estuda a hidrografia, sem esquecer suas relações com o relevo, a estrutura, o clima e a própria vegetação. Refere-se à fauna, quando tiver algo de característico, examinando-a sob o ponto de vista de sua repartição. Ao passar ao estudo do homem, observa com cuidado como se distribui a população, com suas áreas de maior ou menor densidade, procurando explicar os contrastes; verifica as diferenças étnicas, encarando-as naquilo que repercute na paisagem: tipos de habitação, gênero de vida. Observa os aglomerados urbanos- sua localização, sua evolução, suas funções. Estuda a vida econômica, através da multiplicidade de suas manifestações e de seus problemas. Dá, enfim, uma ideia viva e falante da região estudada. Faz a verdadeira Geografia. E, no final, não vai dormir tranquilo, pois sabe muito bem que poderá sempre melhorar suas observações, tem sobre a região dúvidas que não resolveu satisfatoriamente, não ignora que a paisagem estudada evolui e fica ansiosa por voltar ao campo, a fim de notar as diferenças e encontrar novos motivos de satisfação intelectual. Há, por conseguinte, um método próprio, que caracteriza a Geografia. O moderno geógrafo vê coisa que outros não podem ver, interpreta fatos que outros dificilmente poderiam interpretar; leva consigo uma visão de conjunto, que outros especialistas não podem levar. (*Anuário da FFCL*, 1950, p. 137-138)¹⁰⁰

Para Azevedo (1950), a Geografia era concebida enquanto uma ciência de síntese que privilegiava a ação entre o ser humano e o meio. Por um longo tempo, o conhecimento elencado como científico pela Seção São Paulo e, conseqüentemente, presente nos BPG teve significativa influência dos geógrafos franceses, isto é, da Geografia Moderna. Aroldo de Azevedo, nos seus artigos, enalteceu o quanto a produção dos geógrafos franceses foi o alicerce para o desenvolvimento do conhecimento geográfico produzido em São Paulo, ou mesmo no Brasil. Em seu artigo “A Geografia em São Paulo e a sua evolução”, no BPG nº 16 de 1954, afirma a

¹⁰⁰ Documento do CAPH/USP.

existência de uma escola paulista de Geografia¹⁰¹ a partir de três características marcantes¹⁰², sendo a primeira delas a influência da orientação francesa (AZEVEDO, 1954, p. 55).

Nos anos seguintes, Azevedo continuou tributário e admirador da Geografia Moderna de tradição francesa. Em um artigo do geógrafo, “A Geografia francesa e a geração dos anos setenta”, escrito em 1974, ano do seu falecimento e 40º aniversário da AGB, e publicado dois anos depois, ele expõe que pretende demonstrar a “prova de gratidão e de filial homenagem à Geografia que se irradiou da França e que, no Brasil, deixou marcas indeléveis” (AZEVEDO, 1976, p. 9).

De acordo com Capel (1999), um conjunto de ideias aceitas pela comunidade científica em dado momento exerceu uma influência extraordinária, “à qual é muito difícil de opor” (CAPEL, 1999, p. 22). Assim, durante as primeiras décadas da AGB, como se observa nos textos supracitados, o seu interior foi um espaço de socialização e de prática científica (estudos, pesquisas e abordagens teóricas) conduzidas pela influência da Geografia Moderna, que permitia uma coerência à associação dos geógrafos. Azevedo, enquanto diretor do BPG, contribuiu com seus textos ou com a seleção de textos de outros associados para enfatizar a narrativa do protagonismo da missão francesa no desenvolvimento da “verdadeira” ciência geográfica no país, sendo os seus progenitores Pierre Deffontaines e Monbeig, além de outros geógrafos franceses que visitaram o país nesse período.

A influência francesa, seguramente, foi imprescindível, porque havia a necessidade de pesquisadores trabalharem sob os mesmos parâmetros para organizar bases que contribuíssem com a formação dos primeiros cursos de Geografia do país¹⁰³. No entanto, existiu omissão ou

¹⁰¹ Azevedo (1954, p. 57) exaltou a Geografia realizada pela USP e pela AGB, colocando a necessidade de ser identificada como uma escola de Geografia: “São fatos, que não redundam em nenhum menosprezo a outras instituições ou pessoas, porventura não referidas no presente artigo. Na realidade, o que a escola paulista de Geografia conseguiu realizar na última vintena faz desaparecer, pelo brilho e volume de seus trabalhos, tudo quanto possa ter sido feito fora de seu raio de influência. Trata-se de uma verdade que não receia contestação e que nos sentimos sumamente felizes em proclamar de público, não apenas por ser de rigorosa justiça, como porque o destino fez com que assistíssemos a todas as etapas de sua evolução, desde os passos incertos da fase ‘heroica’ até sua esplêndida realidade, que deve constituir motivo de orgulho para a gente bandeirante”. Nos dias atuais, não é usual o termo “escolas geográficas”, como se utilizava comumente no passado. Reconhece-se que não seja possível observar de única a produção de um lugar; pelo motivo que Azevedo afirmou, sempre se manterá base comum com outros lugares de produção.

¹⁰² “1 – Inspirada na orientação metodológica francesa, tem procurado aproveitar o que há de melhor noutros países; 2 – Dentro dessa orientação, dedica-se ao estudo e à pesquisa de temas ou problemas diretamente ligados à Geografia brasileira; 3 – Em virtude das circunstâncias que presidiram sua formação, tem dirigido suas preferências mais para o campo da Geografia Humana, embora sem nunca desprezar o quadro natural” (AZEVEDO, 1954, p. 55).

¹⁰³ “[...] os estudantes de Geografia estarão imersos na prática da pesquisa da geografia francesa: o ensino dos métodos franceses será conjugado à pesquisa. A Geografia brasileira – institucionalizada a partir de sua imersão nos modelos geográficos franceses – ganha a possibilidade de ingressar numa rede de pesquisas universais, partilhando, a partir de então, dos mesmos códigos” (LIRA, 2017, p. 149).

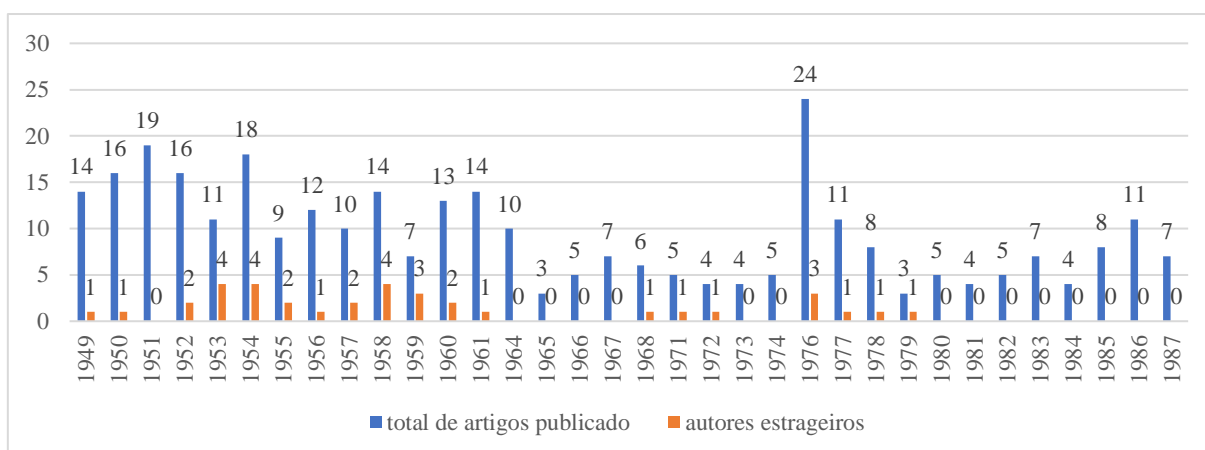
um silêncio da associação, isso porque, antes mesmo da institucionalização do ensino superior de Geografia, no final do século XIX, contribuições teóricas e metodológicas da Geografia Moderna já estavam presentes no país, por exemplo, a partir das traduções de Capistrano de Abreu, que eram utilizadas nas aulas de Geografia do Colégio Pedro II (ISSLER, 1973). Ou ainda com o geógrafo Delgado de Carvalho¹⁰⁴, a partir das suas aulas e dos seus livros didáticos.

Dentre os autores estrangeiros com publicação no BPG, existe um número significativo de textos franceses, um total 18, principalmente dos geógrafos que tiveram alguma ligação com a entidade e o próprio curso de Geografia na USP, como Pierre Monbeig (quatro artigos), Pierre Deffontaines (três artigos), Jean Trincart (três artigos) e Francis Ruellan (três artigos). A significativa presença desses geógrafos nas publicações, em relação aos outros geógrafos estrangeiros, possivelmente era uma forma de reiterar a tradição da geografia francesa no país. Após 1959, é possível identificar um número mais diverso de autores internacionais no BPG (Gráfico 3), tanto que não são mais encontradas publicações dos geógrafos franceses supracitados. Essa mudança provavelmente ocorreu em decorrência do XVIII Congresso Internacional de Geografia da União Geográfica Internacional¹⁰⁵, realizado no Rio de Janeiro em 1956, pois a partir do evento os geógrafos paulistas iniciaram um diálogo para a realização de intercâmbios para centros de pesquisa na Europa e no Estados Unidos, laços acadêmicos que iriam além da geografia francesa, colaborando para o contato com novas ideias, artigos e livros de outros pesquisadores internacionais.

¹⁰⁴ Carlos Miguel Delgado de Carvalho foi professor do Colégio Pedro II no Rio de Janeiro, autor de diversos livros didáticos que circularam por toda a metade do século XX. Em relação a esse geógrafo, consultar Issler (1973), Vlach (1988), Rocha (1996) e Scabello (2004).

¹⁰⁵ Na pesquisa de Monteiro (1980), intitulada “A Geografia no Brasil (1934-1977): avaliação e tendência”, foi realizada uma periodização. Os anos entre 1948 e 1956 são denominados pelo geógrafo de “A cruzada agebeana de difusão da Geografia”. Nela se destacou a importância da UGI, que viabilizou o envio de bolsistas para a França e os Estados Unidos, além de incentivar a vinda de professores do exterior, como visitantes, para os cursos de São Paulo e Rio de Janeiro. O XVIII Congresso Internacional de Geografia foi o único em toda história da UGI a ser realizado na América do Sul.

Gráfico -3: Publicação de autores estrangeiros no BPG (194-1987)



Org. Maria Rita de Castro Lopes.

Essas contribuições internacionais certamente colaboraram para o aumento de permutas internacionais do periódico paulista, que consistiu em uma movimentação acadêmica importante para qualquer ciência geográfica no país.

No ensino escolar, existiu também uma preocupação de Azevedo por uma renovação didática da Geografia. José Bueno Conti, o ex-aluno do curso da FFCL, escreveu que as aulas de Aroldo de Azevedo continham uma preocupação de incentivar e introduzir práticas pedagógicas consideradas inovadoras no período, como o estudo dirigido. Para Conti (1976, p. 32), Aroldo de Azevedo “auxiliado por seus assistentes, realizou magnífica tarefa educativa, concorrendo para a formação de inúmeras turmas de professores durante mais de três décadas”. Gil Sodero de Toledo (1997, p. 6), também ex-aluno de Aroldo de Azevedo e ex-diretor do BPG, em uma entrevista à *Revista Paisagem*, afirmou que a dedicação do seu professor à formação do magistério marcou a graduação do departamento de Geografia da USP.

Assim como Delgado de Carvalho¹⁰⁶, o geógrafo Aroldo de Azevedo¹⁰⁷ é reconhecido como um dos maiores produtores de livro didático, exercendo influência na Geografia do Brasil, tanto a que era desenvolvida na academia quanto a das escolas. É importante destacar que o livro didático é um instrumento de apoio para o professor e um material de aprendizagem para o aluno, sendo um dos principais responsáveis pela concretização de determinados conteúdos

¹⁰⁶ Carvalho participou da Comissão Nacional do Livro Didático em 1939, instituída pelo decreto-lei 1.006/1938.

¹⁰⁷ De acordo com Gomes (2010, p. 43), “dos trinta livros didáticos encontrados no banco de dados LIVRES destinados ao ensino ginásial na década de 1960, vinte são de autoria desse autor. Além da grande quantidade de títulos, o número de edições de seus livros é surpreendente. Livros didáticos como Geografia Geral – Segunda Série Ginásial, em 1960 chegou à sua 138 edição. Em 1961 o livro Geografia Geral Primeira Série Ginásial chega à sua 179 edição”.

escolares ao apresentar novas perspectivas e/ou padronizações de conhecimentos no processo de escolarização. De acordo com Gomes¹⁰⁸ (2010), os livros didáticos produzidos por ambos os geógrafos tinham a preocupação de ser uma transposição didática do conhecimento de referência um cunho científico. Pode-se dizer que “a apologia à ‘cientificidade’ foi um discurso presente tanto em São Paulo quanto no Rio de Janeiro, tanto que ambos denominavam-se ‘modernos’, faziam Geografia usando métodos científicos” (GOMES, 2010, p. 33). Desde o início da publicação do primeiro livro didático de Azevedo, em 1936¹⁰⁹, até o ano do seu falecimento, em 1974, foram vendidos mais de doze milhões de exemplares de todas as suas publicações didáticas.

Aroldo de Azevedo, provavelmente por ser um professor acadêmico e autor de livro didático com significativo reconhecimento, em 1960 foi convidado e passou a ser membro do Grupo de Estudo do Livro Didático, da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, criado com base na Comissão Nacional do Livro Didático. O grupo tinha o objetivo de dificultar ou impedir a adoção de livros com noções errôneas nos estabelecimentos oficiais de ensino, além de existir o discurso de modernização dos manuais didáticos paulistas.

Não compete ao Estado impôr o uso dêste ou daquele compêndio e, muito menos, a adoção de livros único para cada matéria. Tal prática seria contrária à liberdade assegurada pela Constituição da República e, se adotada, poderia ferir de morte as próprias instituições democráticas.

Bem ao contrário, deve o Estado estimular a elaboração de muitos livros sôbre a mesma matéria, favorecendo a concorrência entre vários autôres. É que, quando habilitado e cômico de suas graves responsabilidades, cada autor procurará trazer sua própria contribuição pelo bem do ensino, sua maneira particular de abordar os temas ou interpretar o programa oficial, seu critério na seleção das noções a serem transmitidas.

Se assim acontecer, poderá o Estado realizar com muito maior facilidade, através dos órgãos competentes, a imprescindível seleção do que é bom e do que é mau, separando o jôio do trigo. E, acima de quaisquer interêsse pessoais ou de preferência descabidas, deve apontar, de público e com a correspondente justificação, os livros didáticos que, por suas qualidades intrínsecas e extrínsecas, mereçam ser adotados nos estabelecimentos oficiais. (AZEVEDO, 1961, p. 39)

O trecho supracitado faz parte de um artigo do Aroldo de Azevedo publicado no BPG, em 1961, “O livro didático: sua grande missão e suas condições mínimas”, que explicou o caráter do Grupo de Estudo do Livro Didático, além de expor os princípios para a produção de um livro didático que contribuiria para a “ambicionada elevação do nível de nosso ensino, em

¹⁰⁸ Gomes (2010) na sua pesquisa *A Geografia ensinada: mudança e continuidade do conhecimento geográfico escolar (1960-1989)*, estudou rupturas e continuidade dos saberes da disciplina Geografia no período de 1960 a 1989.

¹⁰⁹ Aroldo de Azevedo escreveu seu primeiro livro logo no início do curso de licenciatura em Geografia e História, *Geographia*, para a primeira série do curso ginásial. Em decorrência da boa aceitação do seu livro, também escreveu para as outras séries do ensino ginásial e colegial, sendo o autor de livro didático que mais vendeu por três décadas.

seus graus iniciais” (AZEVEDO, 1961, p. 42). De certo modo, enquanto autor de livro didático, Aroldo de Azevedo foi privilegiado ao acessar o grupo da Secretaria da Educação, por ter o benefício de identificar precocemente falhas nos seus livros didáticos antes de eles serem publicados e passarem pela avaliação como “bom” ou “mau” pelos seus pares da comissão do governo do estado. Havia a oportunidade de o geógrafo induzir no Grupo da Secretaria, a partir do seu *status* acadêmico, o conhecimento geográfico escolar que ele acreditava ser “bom” para ser desenvolvido e publicados nos livros didáticos. Como já comentado na pesquisa de Gomes (2010), e aqui observado nos textos do BPG, para Aroldo de Azevedo o conhecimento geográfico “bom” provinha da Geografia Moderna.

Existe uma tradição brasileira em que, muitas vezes, o acadêmico é reconhecido como um especialista das questões educacionais. O fato de Aroldo de Azevedo ser um intelectual, com significativa produção acadêmica, que era lida e estudada por muitos professores de Geografia durante o curso de graduação, provavelmente também contribuiu para a projeção e aceitação de suas obras escolares pelo território brasileiro. Isso porque os professores de Geografia dispostos a adquirir os livros de Aroldo de Azevedo, certamente, teriam um reconhecimento profissional entre os seus pares, por utilizar um material que era valorizado pelos acadêmicos. Assim, certamente, a partir dos seus livros didáticos estimulou o conhecimento da Geografia Moderna nos professores secundários.

Aroldo de Azevedo, além de ser a pessoa que mais permaneceu na direção do BPG, também foi a que mais publicou no periódico, totalizando vinte sete textos¹¹⁰ de 1949 até 1975. Os temas presentes em seus escritos passam por um amplo espectro: Geomorfologia, Geologia, Geografia Regional, Geografia Urbana, Geografia Econômica, ensino, história da Geografia e crítica literária. A ideia que Aroldo tinha sobre a geografia no BPG iria além das suas políticas editoriais enquanto diretor, porque também estavam presentes em diversos dos seus textos publicados.

Logo após a saída de Aroldo de Azevedo, em 1962, o BPG ficou dois anos e meio sem publicações, voltando a ser editado em junho de 1964. A *Nota Explicativa* do BPG nº 40 expõe que Azevedo saiu por motivos particulares (ARAUJO FILHO, 1964). Apesar de Aroldo se distanciar das atividades da associação e do departamento, continuou com a produção e a edição de livros didáticos. Monteiro (1980, p. 132) descreveu a capacidade de liderança de Azevedo, que certamente contribuiu para a sua longa permanência na edição do BPG:

¹¹⁰ Ressalta-se que aqui que não foram contabilizados os textos editoriais que o geógrafo assinou.

Não há dúvida que houve uma marcante liderança de Aroldo de Azevedo bastante aglutinadora no que tange ao caráter “social” do grupo. Com seu porte de cavalheiro, fidalgo da aristocracia rural do Vale do Paraíba, sua diplomacia e senso de patriarca granjearam-lhe, sem dúvida, a liderança do grupo. Quando as mudanças se avolumaram às raias da transformação do contexto ele aposentou-se e desligou-se inteiramente da comunidade de geógrafos, recolhido ao seio familiar entregue aos estudos dos antepassados e à edição dos livros didáticos de que nunca se afastou.

Quando Aroldo de Azevedo faleceu, em 1974¹¹¹, iniciava-se um movimento que ocasionou rupturas expressivas na Geografia, inclusive na que fazia embate à Geografia de forte influência francesa defendida pelo autor. O próximo capítulo vai tratar desse evento histórico de ruptura, principalmente a partir dos sujeitos da Seção São Paulo e das publicações do BPG.

Identificar algumas características de Aroldo de Azevedo foi importante para entender os primeiros anos de produção do BPG, pois se compreende que suas concepções e valores sociais, sua tradição familiar, sua lealdade à Geografia Francesa, os seus “círculos de afinidade” com a elite e políticos paulistanos e suas produções de livros didáticos, de certo modo, influenciaram na produção e na seleção do conteúdo do periódico.

2.5 Reformulação do BPG

Em 1974, o BPG teve pela primeira vez uma geógrafa na sua direção de publicação, Myrna Therezinha Rego Viana. Logo na primeira reunião da nova comissão diretora eleita da Seção São Paulo, gestão 1974 a 1976, na ata do dia 27 de junho de 1974, está registrado que a geógrafa propôs à entidade a criação de uma nova revista, cujo conteúdo tratasse de temas relacionados ao ensino secundário, uma vez que a grande maioria dos associados era de professores do ensino básico. Após o assunto ser debatido em assembleia, chegaram à conclusão de não criar um periódico, mas sim um setor próprio para essa finalidade no BPG. Infelizmente, ao observar os BPG vemos que esse setor de ensino não se efetivou nos números seguintes, existindo poucas publicações voltadas ao tema, fenômeno que será tratado ao longo da pesquisa.

No entanto, no decorrer da década de 1970, outras mudanças ocorreram na Seção São Paulo, possibilitando um movimento de ruptura na produção do BPG em 1976, que também colaborou para a reforma estatutária de 1979. Em 1976, na segunda publicação durante a

¹¹¹ O geógrafo faleceu uma semana antes de a AGB completar quarenta anos. A entidade promoveu um dia comemorativo pelo seu aniversário, no qual homenageou os seus antigos dirigentes. Segundo uma nota de comemoração do aniversário de quarenta anos da entidade no jornal *Folha de São Paulo* (10 de outubro de 1974, p. 19), nesse momento ela contava com dois mil associados, sendo que 1.200 eram do estado de São Paulo.

direção de Myrna, ocorreram significativas mudanças na política editorial do periódico, como pode observar-se no editorial a seguir:

Uma política editorial foi definida, levando em consideração as necessidades e problemas que a Geografia e demais ciências humanas enfrentam no presente momento, bem como as contribuições que os geógrafos podem e devem dar ao conhecimento da realidade, qualquer que seja o nível ou o setor em que atuam.

O debate amplo de idéias, a crítica e a autocrítica, tão importante para o desenvolvimento de todas as ciências, costumam a se transformar numa prática dos geógrafos, especialmente dos geógrafos brasileiros. Nem mesmo os resultados de pesquisas são difundidos com rapidez.

Evidente, muitas são as causas para que tal não aconteça e muitas são as dificuldades que a ciência geográfica deverá enfrentar até chegar a um maior amadurecimento.

Acreditamos, entretanto, que uma das limitações para a superação dessas dificuldades é a inexistência de uma publicação em que essas ideias possam ser expostas e debatidas.

Nesse sentido, o Boletim Paulista de Geografia pode se transformar num instrumento de informações e debates e suprir, ao menos em parte, a uma das necessidades dos geógrafos brasileiros.

[...] O presente volume do Boletim Paulista de Geografia pretende somar-se aos anteriores no serviço que estes prestaram à Geografia. Apresenta-se, entretanto, com algumas mudanças (na aparência e na essência) em função das exigências de uma nova conjuntura.

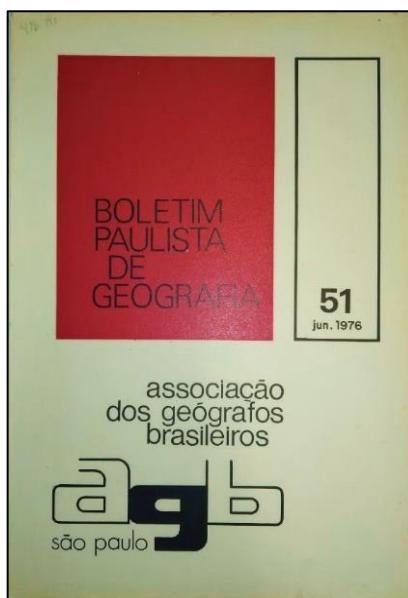
Muitos acharão audaciosos nossos objetivos.

Nós também achamos e apenas nossa crença na colaboração dos agebeanos nos fez persistir. Para nós, diretoria e comissão redatorial, está bem claro que sem colaboração esses objetivos não serão atingidos.

Para isso, ao apresentarmos mais este número do Boletim, pedimos a colaboração dos agebeanos ao mesmo tempo em que submetemos nosso trabalho ao debate e à crítica. (VIANA, BPG nº 51, 1976, p. 5-6)

O editorial do BPG nº 51 denominou como audaciosas as mudanças no periódico, que passaria a valorizar os textos que se propunham a divulgar questões metodológicas, resultados de pesquisa ou pesquisa em andamento, para submetê-los à crítica e ao debate de seus pares. A aceitação desses textos rompeu com a tradição hierárquica agebeana, existente na publicação do BPG. Anteriormente, as publicações do *Boletim* eram permitidas apenas para os sócios-titulares e de pesquisas de pós-graduação concluída. Com a reforma o periódico, passou-se a aceitar a submissão e publicação de textos dos associados-colaboradores, muitos dos quais eram estudantes de pós-graduação e ainda não tinham concluído as suas pesquisas. A ruptura foi materializada na própria capa do BPG, quando os editores criaram um *layout* e, inclusive, um novo logotipo da Seção São Paulo (Figura 15). Antes, a capa do periódico trazia apenas informações por escrito, muito semelhante à capa de um projeto de pesquisa (vide p. 48). Após 1976, incluíram na capa formas geométricas e o novo logotipo, no qual denominam a Seção São Paulo de AGB-SP.

Figura 15. Boletim Paulista de Geografia (1976)



Fonte: AGB-Seção São Paulo.

No editorial, nota-se que o tom por desejo de mudanças não era apenas no BPG, mas sim existia a vontade de transformar a própria ciência geográfica no país. O periódico serviria como um dos instrumentos para gerar debate, analisar e realizar uma crítica à ciência geográfica que vinha sendo desenvolvida na associação e, inclusive, existia a vontade de levar a Geografia a ter um posicionamento político, como será visto ao longo deste subcapítulo.

Essa ruptura do BPG não foi repentina: já se apontavam sinais de mudanças há algum tempo, a partir de diálogos que ocorriam entre os seus membros. A Seção São Paulo, desde o final da década de 1960, passou por transformações. Dentre as principais, existiu a participação mais presente dos alunos de graduação e da pós-graduação. Houve também um esforço dos novos professores dos Departamentos de Geografia, como Manoel Seabra, Nelson La Corte, Léa Goldenstein, Vincenzo R. Bochicchio, Gil Sodero de Toledo e Armen Mamigonian (professor de Presidente Prudente), entre outros, de atrair mais estudantes e tornar a participação dos sócios-colaboradores mais ativa na Seção São Paulo. De acordo com Silva (1984)¹¹², os professores organizavam reuniões culturais nas quais realizavam estudos de autores e debates de ideias em conjunto com alunos; depois, o BPG publicava alguns dos seus resultados. Desde

¹¹² Armando Corrêa da Silva (1984), no seu artigo, “A renovação geográfica no Brasil – 1972/1983 (as Geografias Crítica e Radical em perspectiva teórica)”, no BPG n° 60, reuniu trabalhos geográficos renomados que apresentavam descontentamento com a situação oficial de sua disciplina, por isso, propunham debates e/ou propostas para a sua renovação.

a Reforma Universitária de 1968, com a departamentalização¹¹³ e o regime de créditos, o número de estudantes ingressos no curso tinha aumentado e as salas de aula na FFLCH passaram a ter 80 ou 100 alunos, dificultando um contato mais pessoal e produtivo entre os professores do departamento e os estudantes. Logo, a Seção São Paulo passou a ser um lugar que possibilitou maior aproximação e contato entre alguns estudantes e professores do departamento (VERDI, 2016). Após algum tempo, o BPG publicava os textos que expunham os debates e as reivindicações desse coletivo que mobilizava a Seção São Paulo.

Na FFCL-USP, a politização vinha se acentuando desde o fim do Estado Novo e da Segunda Guerra Mundial (LEITE, 1994). No período da Guerra Fria existiu um maior aprofundamento dos debates e embates políticos e culturais. Na década de 1970, na França¹¹⁴, também germinaram rupturas em relação aos paradigmas da Geografia Moderna, “tendo como destaque uma politização do discurso” (MORAES, 1994, p. 359). Todos esses movimentos externos influenciaram a Seção São Paulo e a Geografia da USP, principalmente a geração mais nova de professores, como supracitado, e uma parcela dos estudantes de graduação.

Durante a direção da Viana, no BPG nº 52, em 1976, foi criado um conselho consultivo¹¹⁵ contando com a participação de diferentes geógrafos, principalmente, para avaliar o conteúdo que seria publicado, sendo que o conselho era composto por sócios que mantinham relação já de alguns anos com a AGB. A proatividade pela mudança também se refletiu no número de textos publicados: nesse ano, foram 24 textos em três revistas, o ano com maior número de textos publicados desde o surgimento da BPG. Mas nos anos seguintes, o volume de textos publicados anualmente voltou a diminuir¹¹⁶, como visto anteriormente, em decorrência da limitação financeira para a editoração e impressão dos periódicos.

¹¹³ Para saber mais, Saviani (2008), no texto “O legado educacional do regime militar”, explicou como o processador de departamentalização aliada à matrícula por disciplina no sistema do ensino superior trouxe prejuízo pedagógico para o professor que diretamente impactou a formação dos alunos.

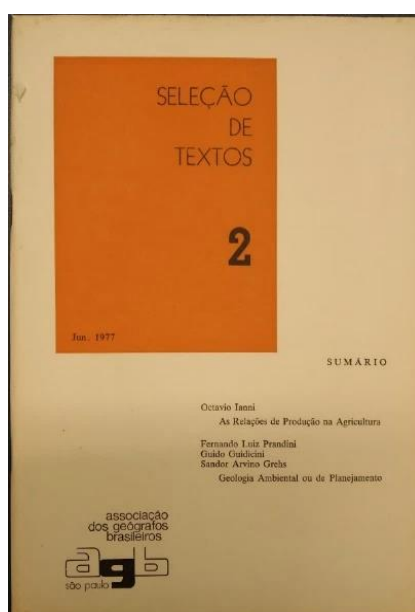
¹¹⁴ Em 1976, Yves Lacoste escreveu *La Géographie, ça sert, d'abord, à faire la guerre*. No Brasil, a obra recebeu uma tradução pirata, *A Geografia: isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra*, que gerou embates entre os geógrafos de diferentes correntes e gerações. Lacoste (1989) discute a Geografia do Estado Maior e a do professor, considerando que ambas não possuem neutralidade. A primeira é caracterizada por um conhecimento do espaço de forma integrada, como um importante instrumento para o exercício do poder, enquanto a segunda não passava de um conhecimento fragmentado e desinteressante aos alunos.

¹¹⁵ Integrantes do conselho consultivo: Alvanir de Figueiredo, Eurípedes Simões de Paula, Eva Alterman Blay, João José Bigarella, José Pereira de Queiroz Neto, José Reis, José Ribeiro de Araújo Filho, José de Souza Martins, Juergen Richard Langenbuch, Leopoldo Magno Coutinho, Luís Augusto de Queiroz Ablas, Luiz Roberto Tommasi, Manoel Fernandes Gonçalves Seabra, Orlando Valverde, Pasquale Petrone e Sérgio Estanislau do Amaral (BPG nº 52, 1976).

¹¹⁶ Gráfico 1, pág. 37.

No final de 1976, a direção de Gusmão Pinto trouxe outra novidade: a publicação denominada *Seleção de Textos*¹¹⁷ (Figura 16), uma coedição da Seção São Paulo e da AGB-Nacional, que trazia de dois a três textos de autores nacionais ou internacionais. A *Seleção de Textos* funcionou como texto avulso do BPG (OLIVEIRA, 2008). De acordo com Scarim (2008), a publicação, lançada no formato de um caderno de brochura, propunha uma maneira de circular textos de forma mais barata, com uma linha de análise voltada mais para a Geografia Crítica¹¹⁸.

Figura 16. Seleção de Textos (1977)¹¹⁹.



Fonte: AGB-Seção São Paulo.

Tais mudanças são confirmadas por Ariovaldo Umbelino de Oliveira (2008) em sua entrevista para uma edição comemorativa do BPG, após 30 anos do congresso de 1978. Oliveira (2008) confirmou que a Seção São Paulo, junto com a direção do BPG, contribuiu para o movimento de 1978, isso porque a reforma política do periódico proporcionou a publicação de artigos críticos da Geografia que eram desenvolvidos no país e que depois circularam pelo

¹¹⁷ No total, foram 20 publicações, de 1976 até 1992.

¹¹⁸ “Como no artigo ‘Relação espaço-temporais no mundo subdesenvolvido’, de Milton Santos, no número um, em 1976; ‘As relações de produção na agricultura’, de Octavio Ianni, no número dois, de 1977; ‘A questão urbana’, de Manuel Castells, no número três, também de 1977; ‘Espaço e dominação’, de Milton Santos, no número quatro, de 1978, lançado próximo ao encontro de Fortaleza; ‘Primeiras reflexões sobre a Geografia do Imperialismo’, de Steen Folke, no número cinco, também de 1978; e ‘Teoria marxista do conhecimento e método dialético materialista’, de Caio Prado Júnior, no número seis, de 1979” (SCARIN, 2008, p. 51).

¹¹⁹ Na sede da Seção São Paulo, na reserva técnica, não se encontra mais a *Seleção de Textos* nº 1. Em abril de 1987, no mesmo ano do primeiro Encontro Fala Professor, produziu-se uma *Seleção de Textos* voltada especialmente para a educação, que será vista no último capítulo.

território, principalmente nos cursos de graduação. Ao observar os editoriais do BPG, as ações da Myrna tiveram continuidade ao longo da direção de José Marino de Gusmão Pinto, Ariovaldo Umbelino e Manoel Seabra.

A partir de 1970, os temas tratados no BPG se tornaram mais diversos, um movimento importante para uma ciência que está ativa, que consistiu na ramificação de novas linhas de pesquisas, derivando em publicação de textos de sensoriamento remoto e planejamento urbano; além disso, surgiram mais estudos voltados à teoria, ao método e à história da Geografia. O BPG também começou a constituir caminhos e propostas teóricas e metodológicas mais diversas ¹²⁰. Desde o final da década de 1960, a Geografia signatária da escola francesa vinha perdendo a sua hegemonia no BPG, não sendo mais um consenso dentro da Seção São Paulo.

Como visto, Aroldo de Azevedo foi um dos principais entusiastas da Geografia de base francesa. Já as gerações posteriores na direção do periódico afincaram um desejo de mudança de perspectiva teórica e a necessidade de um posicionamento político da entidade e da ciência geográfica, que também esteve presente em parcela da direção da Seção São Paulo e dos professores do departamento de Geografia da FFLCH. É importante lembrar que o artigo 3º do estatuto não permitia qualquer manifestação política da associação e exigia uma suposta produção científica descompromissada. A partir da reforma do BPG, observa-se uma valorização de uma produção com posicionamento político, como será visto nos artigos a seguir. Para esses geógrafos, qualquer neutralidade não passava de um subterfúgio.

O BPG nº 54, uma edição especial sobre “Teoria e Método”, conforme Manuel Correia de Andrade (1991), consistiu em um “marco de resistência e afirmação” pelos geógrafos não teóricos, que já há algum tempo vinham publicando esparsamente no periódico. Essa edição reuniu textos que, pela sua relevância teórica e histórica, são lidos ainda na atualidade: “O pensamento geográfico e a realidade brasileira”, de Manuel Correia de Andrade; “Os postulados da análise funcionalista na Geografia e seus aspectos ideológicos”, de Silvio Carlos Bray; “O econômico na obra Geografia Econômica de Pierre George: elementos para uma discussão”, de Ariovaldo U. Oliveira; “Desenvolvimento de comunidade no processo de urbanização: notas para uma crítica das teorias sociológicas do planejamento”, de Henrique Rattner; e “Sociedade e espaço: formação social como teoria e como método”, de Milton Santos. De acordo com a comissão redatorial desse BPG, a seleção dos seus textos foi em decorrência de muitas

¹²⁰ É interessante comentar que Monteiro (1980, p. 29) constatou que entre 1968 e 1977, na RBG, também surgiram textos que traziam mais preocupações com “problemas teóricos, método, técnicos, onde antes era praticamente nulo”, reforçando o movimento de mudança que havia na Geografia.

produções geográficas negligenciarem a importância de compreender o espaço para explicar a realidade nacional.

O artigo publicado de Manuel Correia de Andrade (1977) no BPG nº 54 abriu um debate sobre os métodos e o objetivo da ciência geográfica desenvolvida no Brasil. Esse texto representou um primeiro sinal de ruptura com a Geografia Moderna. Para isso, ele colocou a necessidade de estudar e refletir sobre o pensamento geográfico no Brasil¹²¹ a partir do desenvolvimento de uma Geografia que não fosse nem de base antiga, como a francesa¹²², ou a que era mais recente no período, como a norte-americana¹²³. Mas sim, como havia acontecido na Sociologia, na Ciência Política e na História, a Geografia também necessitava produzir conhecimentos que contribuíssem com os grandes debates nacionais, como o problema da fome, a relação do trabalho no campo, os problemas urbanos, as preocupações metodológicas e outros. Em essencial, que não fosse puramente uma Geografia setorial¹²⁴, isto é, classificada por assuntos, mas que tivesse uma visão dialética, no qual a Geografia estudasse “a organização do espaço, interessando-lhe tanto as implicações físicas como as humanas, e, conseqüentemente, em que se interpenetram todas” as especialidades (ANDRADE, 1977, p. 22). Andrade cita alguns geógrafos que já desenvolviam pesquisas assim; no entanto, lamenta que seus trabalhos fossem pouco divulgados.

No BPG da década de 1970, antes do movimento de 1978, é possível identificar textos com temáticas que corroboram Andrade (1977), trazendo conteúdos atuais do país, com discussões políticas e sociais, refletindo sobre o espaço geográfico brasileiro. Pesquisas de cunho social passaram a ser importantes para compreender a reprodução do capital no território brasileiro, principalmente com o aumento da miséria e da desigualdade social, acentuadas após anos de ditadura militar. A presença de artigos voltados para teoria, método e história da Geografia reforçou a proposta de pensar e questionar mais sobre a necessidade de uma produção da ciência geográfica mais comprometida.

Em 1976, Armando Corrêa da Silva, no BPG nº 52, a partir do texto “Geografia e ideologia”, assim como Andrade (1977), preocupa-se com a necessidade de os geógrafos compreenderem a história do pensamento geográfico. Além disso, colocou também o espaço

¹²¹ Posteriormente voltaremos ao artigo, para debater sobre a concepção do termo “história do pensamento geográfico”.

¹²² A pesquisa geográfica de tradição francesa seguia praticamente o seguinte esquema: “o geógrafo analisava o meio físico, sobrepunha a ele os dados humanos e finalmente analisava o econômico” (ANDRADE, 1977, p. 10).

¹²³ Em relação aos norte-americanos, o geógrafo critica o uso generalizado dos modelos matemáticos como fim, a partir de modelos inflexíveis que deveriam funcionar para qualquer realidade.

¹²⁴ Segundo o autor, uma visão setorial da Geografia classifica seu conhecimento por assuntos, como geomorfologia, climatologia, pedologia, hidrografia, população, agrária, indústria e outros.

como uma preocupação geográfica, pois traria oposição às ideologias do determinismo e do positivismo.

Milton Santos (1977, p. 81), em um dos seus textos teóricos, “Sociedade e espaço: a formação social com a teoria e com o método”¹²⁵, no BPG nº 54, também afirma que o “papel do espaço em relação à sociedade tem sido frequentemente minimizado pela Geografia. O geógrafo aproximou ativamente a Geografia e o marxismo ao propor a categoria formação socioespacial, uma teoria do espaço que foi derivada da formação econômica e social.

Um dos textos mais icônicos do movimento de 1978, “A Geografia está em crise. Viva a Geografia”, de Carlos Walter Porto Gonçalves¹²⁶, escrito para uma comunicação no 3º ENG, em julho de 1978, foi publicado no BPG nº 55, em novembro do mesmo ano. O artigo lançou críticas às práticas historicamente construídas da ciência geográfica. Para a crítica, o autor se utilizou da teoria marxista. O geógrafo expõe que ciência não é um conhecimento “neutro”, por estar relacionada a uma superestrutura – isso porque, historicamente, é um conhecimento produzido que compõe o aparelho cultural e/ou político da classe hegemônica. Expôs que o espaço geográfico está subordinado ao acúmulo de capital dos países hegemônicos e o quanto as Geografias alemã, francesa e norte-americana contribuíram para essa subordinação. Para o debate, apresentou a importância de os geógrafos discutirem a categoria trabalho e divisão internacional do trabalho, além do conceito de formação social e materialismo histórico. Pontuou também a necessidade de estabelecer uma Geografia “comprometida com a afirmação de uma teoria do espaço que seja de e para o homem, e não o espaço da sua opressão” (GONÇALVES, 1978, p. 113).

O *Boletim Paulista* passou a ser um lugar importante que anunciou mudanças teóricas e metodológicas que ocorriam na Seção São Paulo e em alguns departamentos de Geografia. Uma nova geração de geógrafos começou a publicar artigos embasados no marxismo, emergindo as categorias trabalho e espaço, oferecendo uma forte oposição à concepção positivista de ciência e às reduções quantitativas, com discussões do papel político da ciência geográfica. Todas essas características somadas propiciaram o movimento conhecido como Renovação ou Geografia Crítica. Pode-se considerar que a Geografia Crítica surgiu enquanto um movimento em que as pessoas possuíam diferentes matrizes políticas e metodológicas marxistas¹²⁷, mas todas elas

¹²⁵ Inicialmente a publicação desse texto ocorreu no periódico *Antipode*, nº 1, v. 9, jan.-fev. 1977.

¹²⁶ Carlos Walter Porto Gonçalves, quando tornou o texto público, era professor de metodologia na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ) e, depois, professor titular da Universidade Federal Fluminense.

¹²⁷ Para saber mais sobre as tendências marxistas nas produções geográficas desse período no Brasil, consultar “Considerações sobre a renovação crítica da Geografia Brasileira” de Astrogildo Luiz de França Filho (2012).

estavam associadas à luta contra a ditadura militar. Com o passar dos anos, na Geografia brasileira emergiram caminhos e propostas teóricas e metodológicas diferentes: teoria crítica, anarquista, estruturalista, pós-modernista, pós-colonialista e outras.

Após a assembleia geral ordinária realizada em Fortaleza, em julho de 1978, no 3º ENG, o BPG nº 55 de novembro de 1978 publicou uma nota que reforçou a importância da participação dos seus sócios na assembleia extraordinária, na qual ocorreu a reforma estatutária. Na nota, que possui um tom de diálogo com o leitor, a Seção São Paulo lançou três aspectos básicos que deveriam ser contemplados na reforma, que pautam principalmente a coletividade e a democracia.

- promoção de uma reforma democrática, ampliando os objetivos da AGB como Entidade Cultural e Científica;
- união de todos os esforços em função do desenvolvimento científico da Geografia;
- uma AGB que reflita o pensamento dos geógrafos brasileiros em geral. (BPG nº 55, 1978, p. 154)

José Marinho de Gusmão Pinto assumiu a função de diretor do BPG de 1977 a 1978, sendo um dos principais geógrafos que contribuíram para o processo de renovação da Seção São Paulo. Ele, em conjunto com Ruy Moreira, Carlos Walter Porto Gonçalves e Ariovaldo Umbelino, formou a comissão organizadora da assembleia de 1979, a qual eliminou a diferenciação entre sócios-titulares e colaboradores.

O movimento de mudança na AGB e na produção geográfica brasileira era possivelmente recrudescido pela pressão das mobilizações sociais em favor da abertura política, que ocorreram sobretudo entre 1978 e 1979, contribuindo para o fim do ato institucional nº 5 (AI-5). A partir desse momento, a inquietação popular contra a ditadura mobilizou mais atos e manifestações, que passaram a ser mais tolerados pela ditadura militar.

Existe uma série de publicações que produzem narrativas dos anos de 1978 e 1979, algumas delas exaltam e outras colocam de forma negativa e exibicionista parte dos protagonistas do movimento na AGB. Aqui não vamos nos ater a essa discussão. No entanto, merecem uma menção especial nesta pesquisa os geógrafos Myrna e Gusmão¹²⁸. Costumeiramente, a participação deles é silenciada ou pouco explorada nas narrativas sobre o movimento de renovação da década de 1970. Ambos foram parceiros e responsáveis pela

¹²⁸ José Marinho de Gusmão Pinto e Myrna Therezinha Rego Viana participavam também do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Em 1971, Gusmão Pinto foi acusado e julgado pelo Ministério Público Militar: “Consta dos presentes autos que os denunciados organizaram uma célula do PCB a fim de atuar na Faculdade de Filosofia da USP e na Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, para o que realizaram reuniões, conferências e aulas sobre marxismo, e aliciando elementos para essa célula, chegando mesmo alguns a realizar atividades panfletagem e pichações dentro do esquema subversivo da ideologia extremista que abraçaram”. Disponível em: http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/docreader.aspx?bib=BIB_04&PagFis=24369. Acesso em: 28 jul. 2018.

mudança na política editorial do periódico paulista, um dos principais epicentros de disseminação de textos críticos à Geografia brasileira, que colaborou para uma proposta de renovação teórica, metodológica e epistemológica em 1978. O período político que o país vivia na década de 1970 estimulou vários jovens geógrafos, como Myrna e Gusmão, a participarem de movimentos ou partidos políticos¹²⁹ que se contrapunham ao autoritarismo da ditadura militar. Aos poucos, a militância desses geógrafos¹³⁰ inspirou outros membros da Seção São Paulo e do BPG. Então, ocorreu a proposta por mudanças na Seção São Paulo quanto à política interna da associação, principalmente em relação aos associados poderem expor o seu posicionamento político, por entender-se que a concepção de “neutralidade” do conhecimento era ideológica e falsa. Outra mudança consistiu na inserção de novas perspectivas teóricas no debate geográfico.

Em 1979, a reforma estatutária da AGB não foi um consenso entre os associados, gerando tensão e conflito principalmente entre os sócios-titulares, que eram acadêmicos e os únicos com direito a voto nas assembleias nacionais. A pesquisa não pretende entrar na seara da discussão se a AGB era antidemocrática ou não com as hierarquias de associados, mas compreender a visão dos titulares contrários ao fim da diferenciação entre os sócios. Talvez os titulares entendessem a AGB como uma comunidade estritamente científica, na qual, a partir da relevância dos seus trabalhos, conseguiriam ressaltar a importância da Geografia para comunidade acadêmica e para a sociedade. Para eles, era natural que um estudante de Geografia necessitasse aprender a fazer pesquisa para galgar uma participação mais efetiva na associação,

¹²⁹ Na década de 1960, os jovens tiveram protagonismo a partir da participação em movimentos e partidos políticos. Conforme relatou Florestan Fernandes (1975, p. 28): “os intelectuais dão pouca importância ao estudante, porque tendem a considerar o estudante como um aprendiz. Mas o estudante, qualquer que tenha sido a interferência de partidos ou movimentos políticos externos em sua atividade, assumiu uma posição muito importante na fermentação intelectual. E foi ele que ajudou a quebrar a acomodação conservadora e, praticamente, foi ele que se encarregou de desmascarar a condição elitista do professor. O professor teve de decidir: ou ele ficava gozando daquela autonomia que o protegia, mas ao mesmo tempo o neutralizava, ou ele desobedecia e ia além. O estudante teve muita importância nessa evolução”. Alguns exemplos de movimentos e partidos desse período: Liberdade e Luta (Libelu), de tendência trotskista; Movimento pela Emancipação do Proletariado (MEP); e PCB, entre outros. Após o AI-5, em 1968, alguns jovens que eram opositores da ditadura militar começaram a atuar na clandestinidade e na luta armada.

¹³⁰ Para saber mais, consultar o Anexo da pesquisa de Scarin (2000), no qual ele entrevistou alguns dos geógrafos que participaram desse período: Ariovaldo Umbelino de Oliveira, Heinz Dieter Heidemann, Carlos Walter Porto Gonçalves, Ruy Moreira, Antonio Carlos Robert Moraes, Odette Seabra, Roberto Lobato Correia, Armando Correia da Silva, Milton Santos e Ana Fani Alessandri Carlos. No período em que foram realizadas as entrevistas, todos eles eram professores acadêmicos de uma universidade de São Paulo ou do Rio de Janeiro, com amplo reconhecimento nacional e/ou internacional pelas pesquisas que realizaram. Outros sujeitos que também participaram do movimento de renovação da Geografia, mas não seguiram a profissão acadêmica, como no caso dos professores do ensino escolar, possivelmente narrariam de forma diferente como o movimento ecoou entre os professores de ensino básico e na Geografia escolar.

próximo ao princípio de uma hierarquia universitária. Esse fato é possível de observar em uma entrevista de Aziz Ab'Saber, realizada em 2004, sobre esse período:

Eu entrei como sócio inicial e logo depois que produzi os primeiros trabalhos diretamente me transformei em sócio efetivo. E logo depois fui guinado à condição de secretário da AGB, o que mostrava que era uma questão de hierarquia de trabalho e não de hierarquia discriminatória. Mas isso teve uma consequência muito séria porque algumas pessoas que se sentiram mal por não entrarem como sócias efetivas, mais tarde, destruíram a AGB do passado, essa de Pierre Deffontaines, de Pierre Monbeig e outros. E fizeram uma AGB bem generalizada, que passou a ser mais dos alunos que dos professores. (AB'SABER, 2004, p. 15)

É importante entender que, quanto mais esses geógrafos titulares conseguiram reconhecimento, mais produtivos e influentes eles eram na AGB. A reputação e a influência que adquiriram lhes davam a capacidade de impor o seu ponto de vista com maior facilidade dentro e fora da associação, propiciando que acumulassem ainda mais prestígio e poder (CAPEL, 1999, p. 30). Eliminar a tradição hierárquica existente nas seções e na associação nacional gerou uma instabilidade interna, em decorrência das discussões e conflitos, posto que alguns sócios ficaram satisfeitos e outros não com o rumo que tomou a reforma estatutária. Tanto que, após a reforma, alguns geógrafos se distanciaram ou pediram demissão do quadro de sócios da entidade¹³¹. Alguns deles começaram a construir e organizar outras entidades acadêmicas, sem vínculo com a AGB, como o Simpósio de Geografia Física Aplicada (1984)¹³² e o Encontro Nacional de Prática de Ensino de Geografia (1985)¹³³.

¹³¹ Nesse momento, os geógrafos do IBGE não manteriam mais relação com a AGB. De acordo com Oliveira (2008, p. 10), o IBGE boicotou a AGB após a reforma de 1979: “[...] a ruptura mais grave se deu no seio dos representantes da AGB que trabalhavam no IBGE, os quais deram um golpe, criando, no Rio de Janeiro, uma entidade chamada Comissão Nacional da União Geográfica Internacional, tirando da AGB essa possibilidade”. Inclusive, essa ruptura com a AGB impactou a frequência do periódico da Seção Rio de Janeiro, o BCG, porque parou-se de receber contribuições financeiras do IBGE. O BCG publicou de 1948 a 1978 e depois foi retomado com um número único em 1982. No entanto, apesar de a Seção Rio de Janeiro extinguir o BCG, no mesmo ano lançou uma outra publicação, *Espaço e Sociedade*. De acordo com Antunes (2008, p. 128), “para a Seção Rio de Janeiro não se tratou apenas de uma mudança de nome, uma vez que a publicação passa a se chamar ‘Espaço e Sociedade’, mas, sobretudo uma mudança de concepção no projeto da publicação. A mudança do nome significava uma oportunidade de deixar para trás o passado e tudo o que ele representava na AGB e para a Geografia brasileira e assim dar lugar as novas formas de expressão que ganharam força no final da década de 1970”.

¹³² Segundo a geógrafa Dora do Amarante Romariz (2009, p. 85), em entrevista ao BPG nº 89, em relato sobre o distanciamento de pesquisadores da Geografia Física após 1979: “Desculpa, mas não é possível generalizar! Pelo fato de ter ocorrido no Brasil, não se pode dizer que foi ‘historicamente produzido na Geografia’! O que ocorreu é que, em decorrência dos fatos desagradáveis ocorridos na reunião de Fortaleza (1978) aos quais, felizmente eu não estive presente, uma boa parte dos associados, sobretudo os mais antigos decidiram se afastar da AGB (não da Geografia!). Muitos deles, especialmente os que se dedicam aos temas de Geografia Física, passaram a realizar, de 2 em 2 anos, Reuniões de Geografia Física Aplicada [...]”.

¹³³ Com o passar dos anos, cada vez mais foi se aprofundando a segmentação entre áreas e subáreas temáticas da Geografia com a AGB, com a formação de eventos ou entidades acadêmicas próprias.

É relevante comentar que esse movimento de mudança também ocorreu na Associação Nacional de Professores Universitários de História (ANPUH)¹³⁴, criada em 1961, com caráter estritamente acadêmico. Na década de 1970, a ANPUH passou a reivindicar uma reforma estatutária que permitisse a incorporação de membros que não fossem apenas professores universitários, como professores do ensino básico, pós-graduandos e graduandos. Na associação dos historiadores também não era permitido “tomar parte em manifestações políticas ou religiosas”, mas com a reforma estatutária de 1984¹³⁵ excluiu-se esse artigo. De acordo com a historiadora Alice Piffer Canabrava (p.4 *apud* MARTINS, 2002, p. 123), “[...] em uma associação científica qualquer tema pode ser tratado desde que mantida seu caráter científico”. Assim como ocorreu na AGB, havia uma disputa na ANPUH pela permanência do seu caráter acadêmico, por parte de alguns professores universitários e pesquisadores que, ao perderem o embate e por não concordarem com as mudanças na entidade, optaram por sair e, em seguida, fundaram a Sociedade Brasileira de Pesquisa em História (SBPH).

Em contrapartida, apesar da perda de alguns sócios após a reforma estatutária da AGB, com o passar do tempo, mais estudantes e professores do ensino escolar entraram e se tornaram mais ativos na associação (OLIVEIRA, 2008). Esse novo quadro de sócios gerou a demanda para a construção do 1º Encontro de Professores de Geografia do Estado de São Paulo, sendo uma das principais metas da gestão 1982-1983. No da BPG nº 60, a comissão editorial expõe que o evento promovido pela Seção São Paulo teve participação ativa dos professores de 1º e 2º grau e “foi certamente um avanço político da Seção, a caminho em direção à maioria dos seus sócios” (BPG nº 60, 1984, p. 3). Anos depois, em 1987, a associação nacional criaria seu primeiro encontro voltado especificamente para o ensino de Geografia, o Fala Professor, que até o momento é o único evento temático organizado nacionalmente pela AGB.

O ensino de Geografia começou a ter uma presença ativa nos trabalhos realizados pelos membros da Seção São Paulo, tanto que eles participaram diretamente da construção do currículo, que ficou conhecido popularmente como currículo da CENP da SEE-SP, que teve

¹³⁴ Segundo Martins (2002, p. 177), a ANPUH “é uma associação científica, fundada por historiadores reunidos no I Simpósio de Professores de Ensino Superior, realizado na cidade de Marília, São Paulo, entre os dias 15 e 21 de outubro de 1961. Inicialmente denominado Associação de Professores Universitários de História – APUH – em seus estatutos e na documentação cartorial, a data de fundação da Associação é o dia 19 de outubro daquele ano. Visando congregar os historiadores que praticavam a pesquisa histórica nas Universidades e Faculdades, em seu primeiro estatuto estão listados os seguintes objetivos: a) o aperfeiçoamento do ensino de história de nível superior; b) o estudo, a pesquisa e a divulgação de assuntos de história; c) a defesa das fontes e manifestações culturais de interesse dos estudos históricos”.

¹³⁵ A reforma do estatuto da ANPUH teve início em 1981 e ficou pronta em 1983, sendo registrada em cartório em 1984.

início a partir da parceria da própria CENP (órgão da SEE-SP), com os professores da rede pública estadual e das universidades públicas paulistas.

Entende-se que a associação geográfica, em decorrência do contexto político do país, assim como pela própria renovação que o conhecimento geográfico passou, começou a se ocupar de temas voltados aos movimentos sociais e ao ensino escolar, angariando um destaque mais social. Para uma parte dos geógrafos cientistas, isso resultou na diminuição do prestígio acadêmico da associação. Para Andrade (1991, p. 163), os encontros da entidade “passaram a congregar milhares de associados e os trabalhos apresentados foram compulsoriamente publicados ganhando a Associação, quantitativamente, mas perdendo qualitativamente, passou, a partir daí ser também um referencial político”.

Nesse período foi a primeira vez que uma publicação fez críticas a uma política educacional. Nos BPG nº 51 (1976) e nº 55 (1978), José Bueno Conti (1978) realizou uma apresentação da reforma nº 5.692/1971 e dos pareceres do CFE, que fortaleceram o curso de Estudos Sociais, tanto no ensino básico quanto no superior, colocando em risco a permanência do saber geográfico no currículo escolar. Manoel Seabra, no BPG nº 58, em 1981, escreveu uma nota na qual problematizou a formação de professores de licenciatura plena em Estudos Sociais; posteriormente, a pesquisa voltará a esses textos.

Na década de 1970, a baixa publicação de BPG, em decorrência de problemas financeiros, provavelmente interferiu na presença de mais artigos ou outras manifestações relacionadas às políticas educacionais. Nesse período, a permanência da Geografia escolar começou a entrar em jogo no currículo do ensino básico, como será visto com mais atenção no capítulo três.

Os artigos presentes no BPG, com circulação pelo território nacional, passaram a ser um dos principais meios de levantar debates e questionamentos acerca da necessidade de desenvolver trabalhos com posicionamento político e com uma finalidade mais social. Essa mudança de perspectiva ressoou em problemas financeiros para a captação de recursos com a agência de fomento à pesquisa do governo federal. Durante dois anos, a comissão editorial do BPG realizou pedido de auxílio financeiro para as publicações dos periódicos nº 59 (1982) e nº 60 (1983/1984)¹³⁶ ao CNPq. No entanto, o pedido foi negado e a agência de fomento justificou que o BPG não era uma revista científica e não tinha expressão nacional. A Seção São Paulo enviou uma carta de recurso a CNPq, contestando e explicando que o BPG era um

¹³⁶ O BPG nº 60 tratou de dois aspectos, da produção teórica da Geografia e dos episódios de luta de classes que ocorreram no Brasil.

dos periódicos científicos mais antigos do país. Como devolutiva, o CNPq se retratou com a Seção São Paulo, mas não concedeu o recurso, justificando que eles estavam com escassez de verba para financiamento.

Os textos publicados no BPG nº 59 (1982) referem-se aos trabalhos apresentados em duas mesas-redondas realizadas pela Seção São Paulo em 1980. No editorial da BPG nº 59, a comissão editorial expõe que a negativa do CNPq era de caráter político e não científico, pois o número era especial sobre o Imperialismo:

Sobre o Imperialismo, muito se tem escrito ultimamente, mas na Geografia brasileira, acreditamos estar novamente cobrindo uma lacuna. Os artigos que compõem dão um pouco da visão atual das questões internacionais. É agora o mundo visto por olhos dos geógrafos brasileiros. É talvez mais um marco para a descolonização cultural. São os geógrafos brasileiros pensando com a sua própria cabeça. É a continuação da luta pela independência cultural e científica. (BPG nº 59, p. 3)

A mudança editorial do BPG trouxe certo distanciamento de setores do conhecimento relacionados à Geografia Física, prevalecendo o conhecimento relacionado à Geografia Humana. Alguns geógrafos ficaram incomodados e questionaram a falta de textos relacionados à Geografia Física, em decorrência de uma hegemonia da Geografia Crítica nas publicações (CONTI, 2008). Os incômodos resultaram em uma edição especial voltada a essa temática, o BPG nº 63 de 1986, no qual a geógrafa Lylian Contrinari¹³⁷ manifestou que havia uma falta de publicações voltadas à Geografia Física. Para não ser tão setorial nos temas relativos à Geografia Física, dialogando com o momento, os diretores do BPG propuseram denominar a publicação especial de “Técnica, teoria e crítica em Geografia Física”¹³⁸.

No entanto, o que pode ter ocorrido pós movimento de renovação de 1978 foi um alargamento da fragmentação que já existia entre os geógrafos da física e de humanas na entidade. É possível constatar esse fato no texto de Aroldo de Azevedo de 1954: uma das características mais marcantes desenvolvida na geografia realizada em São Paulo, tanto nos trabalhos da associação quanto na FFCL, era o direcionamento dado preferencialmente para a Geografia Humana nas pesquisas, “embora sem nunca desprezar o quadro natural”

¹³⁷ De acordo com a geógrafa Contrinari (1986, p. 3), ela foi responsável pela seleção dos textos do BPG nº 63: “Assumida a responsabilidade, solicitei a colaboração de colegas, alunos e ex-alunos de pós-graduação do Departamento de Geografia da USP. Meu universo de análise pode, talvez, ser considerado demasiado restrito; contudo, era o que oferecia menores riscos na hora de escolher temas e autores. Nessa ordem, já que optei por apresentar, nesta publicação dedicada à abordagem geográfica da Natureza, trabalhos relativos a técnicas de pesquisa e a temas que atualmente atraem a atenção dos pesquisadores, sem esquecer da reflexão voltada para questões de ordem metodológica. A escolha dos autores foi, portanto, consequência e não causa das opções feitas”.

¹³⁸ Conforme o balanço realizado por Monteiro (1980, p. 29), no RBG, nesse período, também ocorreu um declínio do número de estudos referentes à Geografia Física, “mesmo de Geomorfologia (agora 12 contra 35 no período anterior)”.

(AZEVEDO, 1954, p. 55). Convém lembrar que Pierre Monbeig, o segundo geógrafo da missão francesa, tinha grande apreço pela Geografia Humana, fato responsável por influenciar as pesquisas de seus discípulos e das gerações seguintes.

Para finalizar, é importante trazer Capel (1999), que cita três ocasiões que conduzem a mudanças nas comunidades científicas, sendo que, às vezes, elas podem coincidir:

[...] 1) mudanças sociais e problemas que demandam novas respostas científicas; 2) mudanças gerais no ambiente intelectual, como a difusão e a aceitação de novas filosofias; e 3) mudanças no seio da disciplina, com a apropriação de jovens ambiciosos dispostos a adquirir uma posição na estrutura comunitária e a questionar o consenso nas disciplinas e a autoridade dos mestres.

A Seção São Paulo e a AGB vivenciaram essas três ocasiões citada por Capel (1999), porque existia uma demanda social e política para um movimento de renovação da Geografia, que foi impulsionada principalmente por jovens geógrafos que conseguiram romper com tradições da associação e trouxeram para o debate uma Geografia de cunho mais marxista. Inclusive, proporcionou a associação um caráter que iria além do estritamente acadêmico, por exemplo, ao se aproximar mais do saber escolar.

2.6 Considerações sobre o capítulo

O capítulo teve como um dos objetivos conhecer mais sobre a produção e a edição do BPG, que consiste na fonte primária desta pesquisa, enquanto um importante impresso de circulação dos saberes e dos valores legitimados pela Seção São Paulo. Para isso, foi necessário entender sua relação com a história da criação da Associação dos Geógrafos Brasileiros e dos seus diretores. Realizou-se um tabelamento de dados coletados dos BPG, o qual permitiu o cruzamento e a interpretação de informações necessárias à análise deste capítulo e de outros que virão. Observou-se, também, mudanças conjunturais que contribuíram para uma reorientação dos temas divulgados no periódico paulista.

A criação da USP começou a ser articulada após a derrota paulista em 1930, a partir de disputas econômicas e políticas, assim como de interesses culturais e sociais. Desse modo, teve início a institucionalização da ciência geográfica no país no ensino superior, com a fundação da FFCL-USP. A partir da criação da USP e do curso de Geografia, existiu a necessidade de aglutinar um número significativo de intelectuais, com interesse de estudar e pesquisar temas que abarcavam o conhecimento geográfico, tendo em vista a escassez dos estudos sobre os territórios brasileiro e paulista. Assim foi criada a entidade AGB.

As produções dos periódicos da associação foram de extrema importância, por causa dos poucos materiais de referência presentes nos cursos superiores de Geografia. Além disso, muitos dos materiais eram estrangeiros, principalmente na língua francesa, tratando da realidade europeia e das suas colônias. Os periódicos da associação publicaram pesquisas tanto realizadas no exterior quanto, e principalmente, no Brasil. A partir dessas produções, juntamente com os materiais adquiridos por permutas, a entidade construiu uma biblioteca em sua sede, reunindo um acervo de pesquisa e estudo para graduandos, formados em Geografia ou outros interessados.

O BPG, que surgiu em 1949, apesar de ser uma produção da Seção São Paulo, teve o propósito de se constituir e se consolidar como um periódico nacional. Contribuiria para a Seção São Paulo conquistar novos *status* na própria comunidade Agebeana e na científica. Ao longo do tempo, sua circulação ficou mais acessível, processo crucial na difusão dos debates geográficos pelos outros cursos de Geografia e, em geral, por outras partes do território brasileiro. Tanto é que inúmeros cursos de geografia que surgiram pelo território brasileiro compraram ou adquiriram por meio de doação os periódicos paulistas para compor seus acervos. A partir do levantamento dos autores do BPG, constatou-se que sua produção serviu como um epicentro de difusão e prática de proposições teóricas e metodológicas da Geografia que era desenvolvida também no Departamento de Geografia da USP.

Observou-se o engajamento do geógrafo Aroldo de Azevedo, no seu trabalho de editor do periódico, no reconhecimento da Geografia Moderna como um saber eminente, além da sua significativa importância enquanto um dos maiores produtores de livro didático já existentes no país.

Em princípio, o BPG possuía uma forte influência da Geografia Moderna que era signatária da francesa e, com o passar do tempo, uma geração de novos geógrafos trouxe outros debates, até que no final da década de 1970 ocorreu uma ruptura de posicionamento político e epistemológico. Essa ruptura também catalisou os diferentes movimentos que eram contra a ditadura militar na entidade paulista.

A pesquisa buscou entender o engajamento no BPG de outros geógrafos, como Myrna Therezinha Rego Vianna e José Mariano Gusmão Pinto, em conjunto com outros parceiros, configurando uma mudança de geração dentro da associação. Eles foram parceiros na mudança editorial, sendo um material importante que conseguiu organizar e centralizar algumas ideias para o movimento que estava ocorrendo dentro da associação na década de 1970, na quebra da estrutura hierárquica da associação e no fomento dos debates epistemológicos. Ficou latente a

intenção de uma ruptura nas páginas do BPG, principalmente ao superar a concepção de neutralidade da ciência geográfica e se contrapor a um conhecimento que fosse descomprometido com o social dos geógrafos. Como já comentado, nessa década do BPG, os textos nele publicado tiveram o protagonismo de questionar a Geografia, levando ao processo de renovação em diversas dimensões, tanto em seu discurso teórico nas pesquisas acadêmicas quanto contribuindo mais ativamente para pensar o ensino escolar. Por isso, nesse período o BPG pode ser reconhecido como uma expressão do desejo de mudança entre uma parcela de agebeanos e agebeanas. Além disso, seus textos passaram a catalisar os movimentos de diferentes matrizes que se opunham de alguma forma à ditadura militar no país.

No seu início, a AGB era uma comunidade que, muitas vezes, convergia com os ideais do governo paulista, possuindo um “círculo de afinidade” que facilitou o recebimento de apoio financeiro do poder público (por exemplo, a partir da ALESP) para a publicação de algumas edições dos seus periódicos. No período do governo militar e após a saída de Aroldo de Azevedo, o BPG não teve mais a mesma periodicidade de publicação, em decorrência de problemas financeiros.

Na década de 1970, a visão coesa da associação em torno da Geografia Moderna começou a ser mais questionada. A Seção São Paulo rompeu com o descomprometimento político que antes era institucionalizado na associação, fato que dificultou o financiamento público para a produção dos seus periódicos. Na década de 1980, a entidade recebeu negativas de financiamento do CNPq, durante o governo militar, para a publicação de seu periódico, em decorrência da temática selecionada para a edição (no caso, o Imperialismo).

A Seção São Paulo-AGB surgiu como uma instituição de caráter estritamente científico, cumprindo um importante papel de estruturação e divulgação do conhecimento geográfico brasileiro e, com o passar do tempo, a sua produção científica, aparentemente desinteressada, passou a ser questionada por uma parcela de seus membros, o que contribuiu para tensões e rupturas dentro e fora da associação. Pesquisas que tinham um posicionamento de classe começaram a ganhar mais destaque nos BPG a partir de uma mudança interna que ocorria na Seção São Paulo. Foi nesse momento que a associação iniciou um envolvimento maior com os temas relacionados ao ensino, oportunizando, também, uma essência mais democrática na entidade com a entrada de mais estudantes de graduação e professores do ensino básico. A entidade deve ser compreendida enquanto uma construção social elaborada pelos seus membros, historicamente influenciada pelos contextos político, econômico e social, como visto, os quais proporcionaram rupturas significativas.

O capítulo procurou entrelaçar alguns fatores externos e internos que interferiram na produção do BPG, um dos principais meios de difusão de conhecimento geográfico pela Seção São Paulo, influenciando certos rumos da Geografia brasileira. Isso foi necessário para que, nos próximos capítulos, seja possível compreender a relação da AGB-Seção São Paulo com o saber escolar, ao levantar a hipótese de que os boletins foram um importante material de formação para professores.

3. Saber Escolar na Seção São Paulo

O conhecimento geográfico, enquanto resultado de uma construção e uma prática social, sempre esteve presente em qualquer período histórico da sociedade, uma vez que esse conhecimento “emerge em todas as épocas históricas, pois refere-se à relação inelutável dos seres humanos com o meio que os abriga” (MORAES, 2012, p. 2). Convém reiterar que a Geografia no país não surgiu com o ensino superior, posto que a história dessa disciplina escolar precedeu o curso acadêmico no Brasil. No passado, ela fora lecionada por professores que eram pessoas curiosas e autodidatas do conhecimento geográfico.

Neste capítulo, inicialmente, destaca-se um período específico do conhecimento geográfico no país, que consistiu na sua institucionalização acadêmica e, portanto, no aprofundamento da Geografia Moderna brasileira, concebida enquanto uma Geografia da ciência. Para isso, será vista e analisada a trajetória do curso de formação de professores de Geografia da FFCL-USP, sendo que nesse percurso de institucionalização do conhecimento geográfico ocorreu a fundação da AGB.

Ao longo dos subcapítulos seguintes, a pesquisa busca identificar se a associação manteve proximidade com alguns dos princípios do pensamento ou com a rede dos intelectuais do Movimento Escola Nova, principalmente observando os textos dos seus periódicos e demais documentos. À vista disso, foi necessário apresentar alguns elementos e o contexto do movimento Escola Nova no país, expondo certas disputas ocorridas na educação entre membros do referido movimento com o governo federal e o papel da Geografia no currículo oficial.

Nota-se no capítulo anterior que o BPG surgiu como uma produção que serviu como epicentro de difusão e práticas de proposições teórico-metodológicas da Geografia que era desenvolvida na Seção São Paulo e no departamento de Geografia da USP. Em continuidade, aqui será visto e analisado como o saber escolar era concebido pela Seção São Paulo nos textos publicados em seu periódico. Para isso, buscaram-se narrativas historiográficas registradas nos textos dos seus membros que ajudaram a compreender o lugar do saber escolar na associação. Analisaram-se também os periódicos da entidade antes do BPG, o *Geografia* e o *Boletim da AGB*, identificando seus conteúdos e suas preocupações em torno do saber escolar. Nessa comparação entre os três periódicos, foi possível identificar rupturas ou permanências em relação ao saber escolar.

3.1 O lugar de formação de professores na FFCL-USP

O surgimento da Associação dos Geógrafos Brasileiros em 1934 está imbricado a um período no qual o Brasil passou por intensas transformações políticas, econômicas e sociais. Dessa maneira, a transição da Primeira República para o governo varguista incentivou a institucionalização da Geografia no ensino superior e nos órgãos dos governos¹³⁹, com o intuito de conhecer e planejar melhor o território brasileiro e enquanto um saber relevante ao ensino escolar. Visou-se dinamizar a economia do país, para enquadrá-lo com mais vantagens no sistema capitalista internacional, a partir do desenvolvimento de um modelo de produção urbano industrial (MACHADO, 2002; SEABRA, 2004; SILVA, 1996; ZUSMAM, 1996).

Pode-se dizer que a partir da criação do Ministério da Educação e Saúde Pública, em 1930, o governo federal assumiu a responsabilidade de organizar e propiciar educação à população. Entre 1930 e 1932, Francisco Campos, no Ministério da Educação, realizou políticas de impacto, essencialmente, nos ensinos secundário e superior. Em 18 de abril 1931, durante o governo provisório de Getúlio Vargas, foi promulgado decreto federal nº 19.851, que dispunha sobre a organização e a regulamentação do ensino superior no país, adotando o regime universitário, sendo um desdobramento da centralização política-administrativa iniciada com a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública¹⁴⁰. O decreto regularizou a estrutura das universidades brasileiras e exigiu a congregação mínima de três institutos de ensino superior, que poderiam ser: “Faculdade de Direito, Faculdade de Medicina, Escola de Engenharia e Faculdade de Educação Ciências e Letras” (BRASIL, 1931, grifo nosso). Por conseguinte, os cursos de licenciatura nos quais seriam formados os professores secundários, a partir do novo decreto, poderiam tomar uma centralidade ao serem uma das opções de instituto do ensino superior a congregar uma universidade.

¹³⁹ A década de 1930 foi marcada por um sentimento urgente de conhecer o território brasileiro, que já tinha constituído suas fronteiras, mas era pouco conhecido. Por isso, além da institucionalização dos cursos superiores de Geografia em 1937, o governo federal fundou o CNG que, em seguida, fundiu-se com o Instituto Nacional de Estatística (1934), dando origem, em 1938, ao IBGE. Essa instituição contribuiu para o aprofundamento do conhecimento geográfico sobre o Brasil, por meio da aquisição de informações das instâncias estaduais e municipais e da realização de pesquisa de campo, que eram práticas unificadas em um conjunto de dados e informações sobre o país. Dessa forma, tratava-se uma importante instituição que colaborou com o Estado na interpretação e no planejamento do território do país, visto que o governo de Vargas, além de centralizar, tinha o plano de modernizar o aparelho estatal, por meio da constituição de uma burocracia tecnocrática amparada pela ciência, com o objetivo também de alcançar mais acúmulo de capital. Tanto o núcleo da AGB em São Paulo quando o no Rio de Janeiro contribuíram no processo de criação da CNG, que era um requisito importante para o país participar da UGI (SEABRA, 2004).

¹⁴⁰ Tratou-se a educação como questão nacional, portanto, convertendo-a em objeto de regulamentação, nos seus diversos níveis e modalidades, por parte do governo federal. Francisco Campo, nesse período, foi o responsável pela criação do Conselho Nacional de Educação (CNE).

A respeito do ensino secundário, existia a necessidade de implantá-lo, uma vez que os cursos existentes relativos a essa etapa de ensino no país eram apenas preparatórios para ingresso no ensino superior. A reforma do secundário estabeleceu um currículo seriado em dois ciclos, a frequência obrigatória e a sua conclusão necessária para o ingresso no ensino superior. Essa reforma prolongou o ciclo de escolarização e a complexidade de seu currículo, aumentando o período de cinco anos para sete anos; acima de tudo, teve como objetivo “preparar novas elites” (FAUSTO, 2003, p. 338). Em 1945, o geógrafo Pierre Monbeig descreveu a condição de desigualdade educacional vivida no país. Apesar de o texto não tecer uma crítica social, expôs o privilégio de classe da elite paulista, que tinha acesso à educação secundária e conseguia permanecer nela, investindo no seu capital cultural:

O material com o qual professores secundários de geografia devem trabalhar se apresenta em condições favoráveis. Com efeito, os alunos que fazem seus estudos secundários pertencem quase sempre a família de classes em boa situação econômica, cujo nível de cultura é nitidamente superior ao das famílias das crianças dos cursos primários. Isto significa que os alunos dos ginásios recebem no lar, pelo simples jôgo de conversação familiar, um complemento de instrução extremamente útil para a geografia: lê-se o jornal, comenta-se as notícias; viaja-se durante as férias ou a negócios ou por relações familiares; habitantes das cidades, os estudantes secundários se beneficiam dos rádios, das atualidades do cinema. Isso quer dizer que eles estão inconscientemente colocados em um ritmo de vida moderno que não é estranho à geografia. O professor tem a possibilidade de esgotar nos fatos concretos da vida cotidiana os exemplos necessários ao curso; pode facilmente interrogar seus alunos mais moços para levar à constatação por si mesmos de tal fato e dar à classe uma animação coletiva que fará uma cousa viva. (MONBEIG, 1945, p. 163-164)

A primeira fase do ensino secundário era denominada como “ciclo fundamental” e conhecida também como ginásial, com duração de cinco anos, enquanto a segunda fase era o “ciclo complementar”, com formação de dois anos, sendo propedêutico e voltado para o ingresso no curso superior. Nesse período, os cursos preparatórios foram esvaziados, encerrando-se mais de um século de aulas avulsas. Apesar da “distância entre as intenções e a prática, essa reforma teve bastante significado, sobretudo considerando-se o baixíssimo nível institucional de que se partiu” (FAUSTO, 2003, p. 338). A nova estrutura do ensino secundário “alinhava o Brasil aos países ocidentais mais desenvolvidos, que, no mínimo desde fins do século XIX, modernizaram o ensino secundário também pela criação de dois ciclos” (DALLABRIDA, 2009, p. 187).

Após a derrota paulista em 1932, como visto no capítulo anterior, parte da elite cultural paulistana oportunizou a proposta de criação da Universidade de São Paulo, como uma estratégia política de fazer embate ao governo federal, tendo por objetivo alcançar certa notoriedade científica e ressaltar uma posição liberal frente a centralização do governo federal (MACHADO, 2002; ZUSMAN, 1996), como ilustrou o texto de Júlio de Mesquita, um dos

principais mentores dessa universidade, em uma publicação do jornal *O Estado de São Paulo* (28 de janeiro de 1979, p. 178):

Vencidos pelas armas, sabíamos que só pela ciência e pela perseverança no esforço voltaríamos a exercer a hegemonia que durante longas décadas desfrutáramos no seio da Federação. Paulista até a medula, herdáramos de nossa ascendência bandeirante o gosto pelos planos arrojados e a paciência necessária à execução dos grandes empreendimentos. Ora, que maior momento poderíamos erguer aos que haviam consentido no sacrifício supremo para preservar contra o vandalismo que acabava de aviltar a obra de nossos maiores, das Bandeiras à Independência e da Regência à República, do que a Universidade?

Além do mais, em São Paulo se estabeleceu uma economia em forte acessão urbano-industrial. Com a industrialização pouco a pouco sendo desenvolvida, cada vez mais aumentou a concentração da população nos centros urbanos¹⁴¹ e, conseqüentemente, começou a aumentar a exigência pela oferta de educação escolar, motivada pela ampliação do setor terciário que exigia um maior preparo do jovem “para ocupar os novos espaços originários da ‘civilização da técnica’ urbana e industrial” (BITTENCOURT, 1990, p. 49). Progressivamente, uma parcela dos setores médios da sociedade paulistana desejou estender a escolarização dos seus filhos, objetivando ascensão social.

Desse modo, em 1934¹⁴² foram fundadas a USP e a FFCL, também chamada apenas de Faculdade de Filosofia. Era a unidade na qual se institucionalizou a ciência básica, surgindo assim o primeiro curso de Geografia do país, ministrado em conjunto com o curso de História. A FFCL surgiu com dois pilares, a fim de propiciar pesquisa e ensino: deveria incentivar os estudantes a desenvolver a pesquisa livre e desinteressada e oferecer uma formação sólida para os professores secundários. Ela era constituída de três seções autônomas que deram o nome ao instituto, sendo que a seção de Ciências era dividida em seis subseções: Matemática, Química, Física, Ciências Naturais, Ciências Sociais e, juntas, Geografia e História¹⁴³.

Intelectuais ligados ao movimento Escola Nova tiveram importante destaque na criação da USP, como Fernando de Azevedo. Para ele, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras seria o lugar com “finalidade estritamente cultural e científica”, assim inauguraria “uma nova era do

¹⁴¹ A urbanização na cidade São Paulo se intensificou no final do século XIX e nas três primeiras décadas do século XX, sendo um processo recíproco, com o aumento da densidade populacional (FERNANDES, 1975).

¹⁴² Em 25 de janeiro de 1934, um decreto estadual criou a Universidade de São Paulo, sendo a primeira a se organizar dentro da nova estrutura universitária. Ela incorporou as seguintes faculdades existentes: Escola Politécnica, Escola Superior de Agronomia, Faculdade de Direito, Escola de Veterinária e Faculdade de Medicina. Foram criadas a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, a Escola de Belas-Artes e o Instituto de Ciências Econômicas e Comerciais. Institutos técnico-científicos do governo do estado passaram a entidades complementares da universidade: Museu de Arqueologia, História e Etnografia, Instituto Butantã, Instituto Agrônomo de Campinas, Instituto Astronômico e Geofísico, Instituto de Radium, e Instituto de Pesquisa Tecnológicas. O Instituto de Educação de São Paulo foi incorporado à FFCL.

¹⁴³ No entanto, nesse curso existiram duas cátedras distintas, uma para Geografia e outra para História.

ensino secundário” com as primeiras licenças do magistério para os professores especialistas do ensino secundário, ainda que em número incipiente para atender as demandas (AZEVEDO, 1958, p. 261). Para o estudioso, os professores da escola secundária no Brasil:

Desde o Império até à fundação, em 1934, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, de São Paulo, – a primeira que se instalou no país, por iniciativa do Estado, – as escolas secundárias, como tivemos ocasião de salientar, ou eram campo de aprendizagem e de experiência de egressos de outras profissões e de autodidatas, – mais tarde, às vezes professôres ilustres à custa de seus esforços; ou tinham de ser, – o que é pior, – acampamentos de moços à procura de emprêgo, para continuarem seus estudos, e de profissionais, em início de carreira, até tomarem pé na sua profissão. (AZEVEDO, 1958, p. 261)

Durante muito tempo os professores do ensino secundário foram pessoas curiosas e autodidatas¹⁴⁴. Suas aulas de Geografia eram baseadas fundamentalmente nos livros didáticos, que eram traduções adaptadas¹⁴⁵, além das obras autorais (SILVA, 2012, p. 106). Dessa maneira, com a fundação da FFCL se inaugurou no país um novo momento da profissionalização da docência no ensino secundário, à medida que esses profissionais seriam mais valorizados por se formarem em uma universidade. Embora com o surgimento e o crescimento das faculdades de Filosofia, a falta de docentes formados no superior perdurou por um longo tempo, inclusive nos centros urbanos.

Diferentemente do que foi idealizado por Fernando de Azevedo, a FFCL priorizou a formação de pesquisadores em relação à de professores, o que era visível no próprio nome da faculdade, que não recebeu na sua fundação a seção de Educação. No início, o Instituto de Educação de São Paulo¹⁴⁶ ficou responsável por essa área, oferecendo a formação pedagógica aos estudantes que pretendiam se licenciar no magistério. De acordo com Cacete (2017), desde

¹⁴⁴ Durante o Império e a Primeira República, alguns desses professores fizeram parte de instituições que estudavam Geografia, entendidas também como lugar de formação, como o IHGB, o SGRJ e a Seção da Sociedade Geográfica de Lisboa, como no caso de Joaquim Manuel Macedo (1820-1882), professor do Colégio Pedro II, e de Thomaz Pompeu (1818-1877), o primeiro diretor do Liceu do Ceará, professor de Geografia e História e autor do *Compêndio de Geografia Geral e Especial do Brasil*. Essas instituições, por intermédio de boletins, revistas, eventos e reuniões, circularam suas ideias e realizaram investigações e explorações (SOUZA NETO, 2018).

¹⁴⁵ Muitos dos manuais e compêndios utilizados até o século XX eram importados, principalmente da França.

¹⁴⁶ O Instituto de Educação de São Paulo, também conhecido como Caetano de Campos, oferecia formação para professores primários, além de preparo técnico para diretores de escolas, inspetores e delegados de ensino. Para saber mais da trajetória desse instituto, veja as pesquisas desenvolvidas por Leonor Maria Tanuri, entre elas *O ensino normal no Estado de São Paulo* (1979), pela FE-USP. Na UDF, criada em 1935, Anísio Teixeira conseguiu defender a indissociabilidade entre os cientistas e educadores, diferentemente do que ocorreu na USP. De acordo com Libânea Xavier (2012, p. 674), “a incorporação do Instituto de Educação à estrutura da UDF garantiu a formação universitária e o aperfeiçoamento de docentes de todos os níveis de ensino. [...] o instituto passou a denominar-se de Escola de Educação, ocupando-se também da formação de especialistas em educação (tecnicos) e do aperfeiçoamento dos professores em exercício, podendo conferir ainda os graus de mestre e doutor (cf. Teixeira, 1998, p. 45). Ainda em seu âmbito, era desenvolvimento do estudo científico da educação e, conseqüentemente, para a formação de uma cultura de nível superior no ramo”.

o início da FFCL-USP a licenciatura foi posta em uma situação inferior. Não houve integração entre o Instituto de Educação de São Paulo e a FFCL – esta era responsável por oferecer o conteúdo específico da ciência geográfica. “Assim, se estabelecia uma formação em dois níveis: um superior na universidade e outra secundário ou normal no Instituto de Educação” (CACETE, 2017, p. 30), havendo uma divisão intelectual do trabalho na formação da Universidade de São Paulo (BONTEMPI, 2011). Somente em 1938 o governo estadual fundou a seção de Educação da FFCL (depois, Seção Pedagógica), transferindo os professores catedráticos do Instituto de Educação para nova seção da FFCL como uma forma de amenizar a divisão intelectual entre as duas instituições. Entretanto, ocorreram desavenças dos professores estrangeiros catedráticos da FFCL¹⁴⁷ e os professores incorporados do instituto, especialmente por parte dos catedráticos estrangeiros. Entendia-se que os professores do Instituto de Educação não tinham formação acadêmica legítima para assumirem as cátedras na universidade e, conseqüentemente, participar das suas instancias deliberativas¹⁴⁸.

No ano de 1939, a partir do decreto federal nº 1.190, distinguiu-se a formação de licenciatura e de bacharelado. Antes havia uma concepção ampla do título de licenciatura, atribuído a todos os graduandos com formação pedagógica ou não. Estabeleceu-se a obrigatoriedade de o estudante concluir todos os cursos das seções Geografia para a obtenção do diploma de bacharel, e apenas depois era possível ingressar na licenciatura. Esse modelo curricular de formação ficou conhecido como 3 + 1¹⁴⁹. O bacharel passou ser um pré-requisito para obtenção do diploma de licenciatura, “ou seja, a tendência assinalada anteriormente de

¹⁴⁷ O professor Theodoro Ramos foi enviado à Europa, em 1933, para trazer docentes para o Brasil no intuito de criar uma universidade articulada pelo governo do estado, do interventor Armando Salles de Oliveira, e patrocinada pela família Mesquita. A inspiração de uma universidade no modelo francês vinha principalmente do projeto criado pelos intelectuais Fernando de Azevedo, Sampaio Dória e Júlio de Mesquita. Desse modo, eles conseguiram aproximar Theodoro Ramos do francês George Dumas, amigo pessoal de Júlio de Mesquita e integrante do Groupement des Universités et Grandes Ecoles de France pour les Relations avec l’Amérique Latine, que foi o responsável por indicar os intelectuais que seriam contratados para serem os professores, principalmente, das seções relacionadas às Ciências Humanas. Theodoro Ramos era um engenheiro formado na Escola Politécnica do Rio de Janeiro, “um dos mais importantes matemáticos brasileiros da época” (MOTAYAMA, 2006, p. 26). Para compreender melhor a influência da cultura francesa na academia brasileira, principalmente na geografia da USP, consultar as pesquisas desenvolvidas por Nogueira (2013) e Lira (2017).

¹⁴⁸ Para elucidar melhor, Pasquale Petrone (1993, p. 8) explicou como funcionou o poder dos catedráticos na FFCL-USP: “As atividades relacionadas com os aspectos didáticos e pedagógicos dos cursos de Geografia, assim como os aspectos de natureza administrativa naturalmente, definiram-se, desde o início, umbilicalmente vinculadas à presença da cátedra. O catedrático, gozando da vitaliciedade no cargo, quando este era provido por concursos, era praticamente soberano – embora a expressão empregada fosse a de ‘liberdade de cátedra’ – no âmbito de sua cátedra. Seus auxiliares e como tal devem ser entendidos, quer fossem assistentes de (1º e 2º assistente), quer fossem instrutores, eram de sua estrita confiança. Daí serem contratados, ou dispensados, praticamente por um ato de vontade do catedrático, naturalmente ressaltava as questões relativas às disponibilidades financeiras e outras de natureza administrativa”.

¹⁴⁹ O modelo de formação conhecido como 3 + 1 ainda está presente em alguns cursos da USP e em outras faculdades e universidades do país.

predominância da formação nas disciplinas científicas sobre a formação pedagógica se consolida” (CACETE, 2017, p. 33). A nova configuração da FFCL produziu, ou mesmo reforçou, uma dicotomia entre o curso de licenciatura e o de bacharelado, sendo a formação de professores vista muitas vezes como de menor importância ou complemento a de bacharel.

A FFCL-USP inicialmente possuía uma dispersão espacial, distribuída por diversos prédios na região central da cidade de São Paulo. Sua primeira sede foi instalada nas dependências da Faculdade Politécnica e da Faculdade de Medicina. No ano de 1939, as seções de Filosofia, Letras, Geografia e História e Matemática foram transferidas para o terceiro andar do Instituto de Educação de São Paulo, onde também funcionaram a sua administração, a biblioteca central e o auditório de reuniões da congregação. Em 1949, esses cursos foram instalados no antigo prédio da reitoria, na rua Maria Antônia. Entre 1968 e 1969, houve transferência definitiva para o campus central, na Cidade Universitária Armando de Salles Oliveira, no Butantã, zona oeste da cidade de São Paulo¹⁵⁰. Nesse período, era considerada uma área distante do centro da cidade, por esse motivo os funcionários e estudantes tinham certas dificuldades de locomoção de transporte público até as suas instalações.

Em geral, nos primeiros anos da FFCL as matrículas e o número de estudantes formados foram insuficientes. Alguns poucos matriculados nos seus cursos já vinham com outras formações superiores; esses buscaram investir mais na sua preparação intelectual, porém, conforme a rotina escolar se acentuou, parcela deles desistiu do curso. Como exemplo, temos que o curso de Geografia e História que, em 1936, formou apenas oito professores (LIMONGI, 1988). Em decorrência do esvaziamento das matrículas nos seus cursos, a FFCL sofreu a ameaça de “fechar as suas portas”. Diante disso, em 1935, abriram novamente um vestibular¹⁵¹ exclusivo para os professores primários formados no curso normal. Assim surgiram os professores comissionados na FFCL, que eram dispensados de seu trabalho docente sem prejuízo de vencimento para cursarem o ensino superior. Para isso deveriam ser aprovados com boas notas. Deve-se lembrar que antes o ingresso no ensino superior era exclusivo para aqueles que tinham diploma do ensino secundário. Para o novo vestibular de 1935, “inscreveram-se 100 professores primários, sendo 85 os selecionados” (LIMONGI, 1988, p. 190-191).

¹⁵⁰ Primeiramente no Butantã, o curso de Geografia e História funcionou no prédio da antiga Reitoria. Depois foi transferido para prédio Eurípedes Simões de Paulo (homenageia o historiador que foi diretor da FFCL por um longo tempo). Esse foi o primeiro prédio da FFLCH, projetado pelo arquiteto Eduardo Corona, que também é responsável pelo Planetário do Parque do Ibirapuera. O prédio é tombado pelo Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo (CONPRESP).

¹⁵¹ Nesse período, o vestibular não era classificatório, e sim eliminatório. Foi assim até a reforma universitária de 1969, quando passou a ser classificatório.

Os professores comissionados, durante os primeiros anos da FFCL, representaram 44,5% dos formandos. O desempenho positivo desses profissionais do ensino primário ao ingressar no ensino superior, provavelmente, foi estimulado pela oportunidade de uma nova orientação profissional e, conseqüentemente, de uma mobilidade social no ingresso no ensino secundário ou uma acessão maior, como a possibilidade de ingressar como docente na própria FFCL ou em outra instituição do ensino superior¹⁵². Alice Piffer Canabrava¹⁵³, que se tornou professora de História Econômica na FEA-USP, em uma entrevista realizada pelo jornal *O Estado de São Paulo* (15 de maio de 1988, p. 24), relatou a importância da implantação da política de ingresso dos professores comissionado para a sua carreira profissional: “Devo muito a Armando Salles Oliveira. Se ele não tivesse convidado as professoras primárias para cursarem a faculdade, eu seria sempre a caipirinha do interior”.

Como visto no capítulo anterior, tanto Pierre Deffontaines quanto Pierre Monbeig, professores da Geografia da FFCL, foram fundadores e sócios ativos da Associação dos Geógrafos Brasileiros. A entidade era reconhecida por contribuir no desenvolvimento acadêmico dos estudantes universitários (PETRONE, 1994, p. 144). Diante disso, professores comissionados que desejaram ter uma ascensão acadêmica, muitas vezes, conseguiam a partir da AGB aumentar o seu contato com os professores catedráticos da FFCL, criando assim uma oportunidade para se tornarem professores assistentes e, por fim, igualmente catedráticos. O geógrafo Ary França¹⁵⁴ foi um exemplo de professor comissionado ingressante no curso de

¹⁵² Monteiro (1980, p. 24) relatou que o departamento de Geografia da FFCL-USP “foi alvo de uma série de solicitações externas às quais, à medida que cresceu o panorama do ensino superior no Estado (e na Região), ele teve que responder como se fora uma célula em partenogênese. Seus docentes, especialmente os assistentes e elementos mais novos, dividiram-se por outras universidades da capital e áreas periféricas, notadamente os centros de Campinas e Sorocaba”.

¹⁵³ Alice Canabrava, quando estudante do curso de Geografia e História na FFCL-USP, em 1936, associou-se à AGB. Ela se formou em 1938. A historiadora nasceu em 1911, na cidade de Araras, no interior de São Paulo. Em 1961, ela participou da fundação da ANPUH, inicialmente denominada APUH, assumindo a responsabilidade de ser a primeira-secretária da entidade recém-criada. Na década seguinte, assumiu a presidência da ANPUH.

¹⁵⁴ Em 1950, Ary França assumiu a cátedra de Geografia Humana no lugar de Pierre Monbeig, que voltou para a França – como já foi comentado, Dirceu Lino de Mattos disputou essa cátedra com ele. A partir de uma entrevista realizada com Ary França, em 2004, ele relata que veio do interior paulista junto com a irmã e ambos ingressaram na FFCL com o diploma de normalistas, ela na seção de Química e ele na seção de Geografia e História. Segue o trecho da entrevista em que é possível identificar o seu desempenho para ascender na universidade, em relação aos outros geógrafos que possuíam uma condição econômica mais favorável: “Eu, neste momento, era o terceiro assistente, o segundo assistente era Renato da Silveira Mendes. Passei a segundo assistente e logo em seguida a primeiro assistente. O Renato ficou para trás, não gostou muito, mesmo porque ele era bem mais velho do que eu. O Renato estava com a mentalidade já feita e não tinha muito interesse em progredir. Ele tinha um bom nível, era um sujeito inteligente, tinha formação cultural boa. Poderia ir bem longe, mas Renato era meio displicente, não fez força nenhuma para fazer carreira. Eu passei à frente dele justamente porque estava fazendo carreira, fazendo trabalhos e dando assistência ao Monbeig. Passei a ser o companheiro do Monbeig de excursões, de trabalho. Na tese do Monbeig, eu fui o colaborador principal quando ele foi para França” (FRANÇA, 2004,

Geografia e História na década de 1930 com participação ativa na AGB. Ele se tornou professor catedrático da Geografia Humana na FFCL em 1950 e foi diretor da Seção Local São Paulo de 1951 a 1953 e da AGB Nacional de 1957 a 1958.

Os documentos da AGB mostram que ocorreu um maior número de associações entre os discentes ingressantes da primeira turma de Geografia e História da FFCL da USP, em 1934, em relação aos estudantes ingressantes da segunda turma, em 1935. No anuário da FFCL, Pierre Monbeig (1936, p. 106) realizou uma caracterização das duas primeiras turmas¹⁵⁵:

Quando de sua instalação, a Faculdade atraía alguns moços já nutridos de boa cultura, alguns dos quais, graças à sua idade, já com uma soma regular de conhecimentos ou, em todo caso, com inegável maturidade de espírito. O contingente do segundo ano, composto, na sua maior parte, de professores comissionados, de moças sobretudo, mais jovens que os primeiros, ofereceu ao professor um material completamente diferente. De um lado, uma minoria desejosa sobretudo de completar a sua cultura geral, tendo o gosto das ideias e das discussões; de outro lado, um grupo jovem, animado de grande ardor para o trabalho, conhecendo perfeitamente as suas possibilidades, mas sabendo também que, antes de mais nada são professores e que é por esta razão que foram enviados à faculdade. Os desejos de uns e outros são diferentes, e esta situação formula o problema da faculdade.

A caracterização dos estudantes auxilia a compreender os motivos que ocasionaram a diferença no número de associação entre as turmas de 1934 e 1935. A preocupação de muitos professores comissionados, que compunham parcela significativa da segunda turma, era diferente daquela dos outros graduandos, principalmente daqueles que já possuíam uma primeira graduação e estabilidade financeira. Muitos desses professores comissionados, enquanto estudantes da FFCL, estiveram focados na oportunidade de conclusão do seu curso de graduação com boas notas, conforme a exigência vigente, para ingressarem logo no ensino secundário. A pesquisa de Limongi (1988), a partir da coleta de dados das matrículas e dos números de formandos nos primeiros anos da FFCL-USP, demonstrou que os cursos não serviram para atender a elite paulista, como era o desejo de parcela dos seus fundadores, mas foi usufruída principalmente pelos professores comissionados e pelos filhos de imigrantes estabelecidos na cidade.

Pierre Monbeig (1954, p. 68) corroborou a visão de que o professor deveria ter uma formação de qualidade, pois existia a necessidade da expansão do número de vagas no ensino superior para a profissionalização desses docentes, uma vez que:

p. 48-49). Era comum na FFCL um professor catedrático, antes de sair, preparar algum aluno para assumir a sua cadeira e os seus encargos (LEITE, 1994).

¹⁵⁵ Os primeiros licenciados do curso Geografia e História foram Affonso Antonio Rocco, Astrogildo Rodrigo de Mello, Eurípedes Simões de Paula, João Dias da Silveira, José de Oliveira Orlandi, Nelson Camargo e Rozendo Sampaio Garcia.

Ninguém pode improvisar-se professor. Salvo casos excepcionais, aquele que exerce uma certa profissão não está, só por isso, apto a ensinar uma disciplina científica, da qual nada aprendeu desde a juventude. Nenhum professor de geografia pensaria em improvisar-se engenheiro ou advogado. A recíproca deveria ser verdadeira. É quase um lugar comum comparar o ensino a um apostolado, mas ninguém pensaria em improvisar-se padre, e os padres que se dedicam ao ensino realizam estudos especializados e rigorosos. A qualidade do ensino lucrará com o severo preparo dos professores em cada especialidade e a proibição absoluta de ensinar toda e qualquer disciplina ao indivíduo que não recebeu essa formação científica e didática. Dir-se-á talvez que um licenciado em ciências sociais pode improvisar-se professor de geografia. Mas que conhecimento de geografia física possui êle? Que conhece a respeito das relações complexas sobre as quais já falamos longamente? Logicamente se se conceder ao sociólogo a capacidade suficiente para ensinar geografia, conviria dar a mesma possibilidade ao botânico ou ao geólogo, e, reciprocamente, a autorizar o geógrafo a ensinar sociologia, botânica ou geologia. A confusão chegaria ao auge e os alunos teriam tudo a perder. Desde que as poucas faculdades de Filosofia bem equipadas existentes no Brasil foram licenciadas em geografia, o bom senso sugere que se lhes entregue o ensino de sua disciplina e se coloque essas faculdades em condições de fornecer cada vez maior número de verdadeiros professores.

A visão de Pierre Monbeig sobre a necessidade de formar professores de Geografia veio da sua realidade francesa, onde já existia um sistema de ensino escolar estruturado. Antes de ser professor da FFCL-USP, entre 1931 e 1934, Monbeig tinha sido designado e assumiu o cargo de professor secundário no Liceu Malherbe, em Caen, na Normandia. Desde a década de 1870¹⁵⁶, o ensino francês havia passado por reformas tanto no primário quanto no secundário, com o objetivo de torná-los obrigatórios e gratuitos, como “meio de difundir uma ideologia democrática republicana, além de conhecimentos necessários a uma sociedade moderna” (BERDOULAY, 2017, p. 72). Paul Arbousse Bastide¹⁵⁷, também professor francês contratado na década de 1930 para lecionar na FFCL, responsável pela cadeira de Política, comentou rapidamente sobre o seu estranhamento ao chegar e conhecer à estrutura de ensino do Brasil: “Para nós, habituados ao rígido sistema de ensino francês, isto foi uma coisa ao mesmo tempo encantadora e assustadora” (*O Estado de São Paulo*, 14 de outubro de 1979, p. 180).

Para finalizar, é relevante lembrar que a importância e o reconhecimento social do saber escolar geográfico estimularam a profissionalização docente e contribuíram para a sua institucionalização no ensino superior no país. Com o tempo, novos cursos superiores de

¹⁵⁶ Desde 1870, na França ocorria a institucionalização do ensino superior de geografia, com criações de comunidades científicas, periódicos e, inclusive, da UGI.

¹⁵⁷ Paul Arbousse Bastide, com 35 anos, ingressou na FFCL em 1934 e permaneceu até 1945, voltando ao seu país de origem após o fim da Segunda Guerra Mundial, assim como ocorreu com Pierre Monbeig. Em 15 de abril de 1935, ele se tornou sócio da AGB (IEB, Doc. 01.02.13). De acordo com Arbousse Bastide, o risco de surgir uma outra grande guerra na Europa contribuiu para sua vinda ao Brasil: “A França vivia uma situação bastante confusa em 34. Começava um tempo duro, que ia desembocar na guerra alguns anos depois. E nós, jovens ainda, tínhamos o desejo de conhecer um povo mais vivo, um país novo em ebulição” (*O Estado de São Paulo*, 14 de outubro de 1979, p. 180). Arbousse Bastide também foi um dos primeiros sócios da AGB. Em 1935, assumiu por alguns meses a presidência da entidade, durante a saída de Pierre Deffontaines e o ingresso de Pierre Monbeig na FFCL.

Geografia foram abertos pelo território brasileiro para suprir a demanda pela profissionalização dos seus docentes.

3.1.1 Movimento Escola Nova e a Geografia escolar oficial do governo federal

O movimento Escola Nova iniciou a sua articulação na década de 1920 e se estendeu por outras décadas, produzindo pensamentos, debates e políticas notáveis à Educação. Esses intelectuais também ficaram conhecidos pela historiografia educacional brasileira como os modernizadores, por possuírem um caráter mais liberal em relação ao grupo que fazia oposição, que será apresentado posteriormente. No entanto, é preciso reconhecer que eles não se constituíram enquanto um grupo homogêneo, apesar de todos defenderem “um ‘plano de reconstrução educacional’, pelo qual o Estado prevaleceria numa ação capaz de dar ‘unidade nacional’ à educação” (BITTENCOURT, 1990, p. 24). Uma das principais pautas de luta dos escolanovistas era democratizar a educação a partir do seu acesso gratuito e com princípios laicos, sendo a formação de professores essencial para oferecer um ensino capaz de lidar com a complexidade requerida pela educação escolar.

Desde a década de 1920, Fernando de Azevedo entendia que a educação secundária também deveria ser destinada à camada média do país, oferecendo um ensino desinteressado livre e de cultura geral, no entanto, com o objetivo de atender as necessidades de modernização da sociedade brasileira (SOUZA, 2009).

Parte dos intelectuais ligados ao movimento Escola Nova atuaram nas políticas educacionais dos governos federal, estaduais e municipais. Alguns deles tiveram papéis preponderantes na criação da USP, como a participação dos intelectuais Fernando de Azevedo¹⁵⁸ e Lourenço Filho, e da Universidade do Distrito Federal, com Anísio Teixeira. Para esses intelectuais, como Azevedo e Teixeira, a criação das faculdades de Filosofia era fundamental na estruturação e melhoraria a qualidade do ensino básico, tendo em vista que elas ofereceriam a formação científica necessária aos futuros professores dessa etapa do ensino. De acordo com Nunes (2001, p. 105), em um contexto mais amplo, a política do grupo Escola Nova visou alterar “profundamente o *habitus* pedagógico, combinando a renovação da formação

¹⁵⁸ Fernando de Azevedo exerceu vários cargos administrativos na esfera educacional, parcela significativa deles na Universidade de São Paulo, entre os quais podem ser destacados: diretor do Instituto de Educação da USP (1933-1938), diretor da FFCL (1941-1943) e chefe do Departamento de Sociologia e Antropologia da FFCL (1947) (PILETTI, 1994, p. 184).

docente com uma séria tentativa de reformar os costumes das famílias. Por trás das modificações produzidas na organização escolar, o que esteve em jogo era uma reforma do espírito público”. Os escolanovistas eram defensores do método da Escola Ativa, um modelo educacional mais próximo do norte-americano que obedecia a um sentido mais regionalista e adaptado às necessidades dos estudantes.

Entretanto, no país, durante a década de 1920 e prolongado para a década de 1940, ocorreram efervescentes embates políticos e ideológicos educacionais. Além do grupo dos modernizadores, a historiografia educacional brasileira identificou os “nacionalistas”, localizados principalmente entre os intelectuais católicos.

Em 1931, o governo federal, com a reforma de Francisco Campos, organizou o ensino seriado¹⁵⁹ e permitiu o ensino religioso nas escolas. Este último gerou conflitos entre os nacionalistas e os educadores modernizadores, que lutaram pelo ensino laico e defenderam que a escola não era lugar de imposições de doutrinação; por essa razão, o ensino religioso deveria ser facultativo na proposta da lei federal. Nesse processo, cada vez mais os modernizadores ficaram isolados do governo. Francisco Campos defendia que o desenvolvimento da moralidade religiosa na educação brasileira colaboraria para o desenvolvimento de valores patrióticos na nação¹⁶⁰. O discurso dos nacionalistas foi acentuado durante o ministério de Gustavo Capanema, no regime autoritário do Estado Novo, que realizou mudanças substanciais na educação. Desse modo, os intelectuais modernizadores que articularam a concepção do movimento Escola Nova nas instituições de alguns estados brasileiros foram descartados ou tiveram dificuldade de continuar suas articulações¹⁶¹ nas secretarias de Educação.

Por conseguinte, os nacionalistas buscaram desenvolver na população brasileira uma educação patriótica, isso porque para eles os valores nacionais precisavam ser inculcados na

¹⁵⁹ Na reforma Rocha Vaz, realizada em 1925, foi proposto o ensino seriado, mas não houve êxito em decorrência da elite preferir as escolas preparatórias para os seus filhos, com o propósito de eles ingressassem rapidamente no ensino superior. Para Fernando de Azevedo, a imposição do ginásio seriado colaboraria no combate ao “produto de uma civilização de acampamento que se habituou a medir as coisas pelo seu grau de utilidade imediata e com a ausência de uma tradição cultural nos moldes europeus, era difícil para os setores médio da população, a quem aparentemente se dirigia o discurso, ter consciência da necessidade de estudos intensos e de esforços prolongados” (BITTENCOURT, 1990, p. 45-46).

¹⁶⁰ A atuação da Igreja Católica durante o governo do Estado Novo foi marcante nas políticas educacionais, tanto que cargos do Ministério da Educação e Saúde passaram a ser compostos em “boa parte pelos mineiros que representavam o catolicismo mais militante e que seriam responsáveis pela grande influência religiosa na educação brasileira durante o governo Vargas” (NUNES, 2001, p. 112).

¹⁶¹ Por exemplo, Anísio Teixeira, que pediu exoneração do seu cargo na diretoria geral de instrução pública em decorrência da repressão autoritária a que caminhava a política do país. Em dezembro de 1935, Francisco Campos assumiu o cargo na diretoria geral de instruções públicas, inseriu os católicos no governo municipal e preparou uma nova Constituinte, que foi lançada na implantação do Estado Novo em 1937.

sociedade para facilitar a aceitação da autoridade dos seus líderes. Com a implantação do Estado Novo existiu a estratégia de construção de um pensamento político legitimador da autoridade do Estado “enquanto princípios tutelar da sociedade. O Estado passou a dirigir a modernidade, eliminando aspectos potencialmente democráticos e realizando uma intervenção autoritária” (NUNES, 2001, p. 107).

Nesse contexto, a Geografia se mostrou um saber ainda mais relevante às autoridades oficiais, junto com a disciplina de História. Importantes pesquisadores da história da Geografia escolar (ISSLER, 1973; ROCHA, 1996; VLACH, 1988) analisaram a valorização da disciplina de Geografia no programa curricular pelo governo federal, tanto que na reforma de Francisco de Campos ela foi incorporada em todo programa do ciclo fundamental do ensino secundário (total de quatro anos). Em um segundo momento, na reforma Capanema, ela passou a ocupar a grade curricular do primeiro e do segundo ciclos do ensino secundário (total de sete anos).

No contexto do Estado Novo, a Geografia escolar era preponderante no programa curricular federal, com o propósito de desenvolver saberes, valores e práticas que contribuíssem para desenvolver um sentido nacionalista/patriota entre os jovens. Existiu a preocupação de estruturar um controle estatal ideológico-cultural no Brasil como forma de conter o avanço dos movimentos sociais ou políticos, como os anarquistas (SILVA, 1996), perante um governo autoritário. É possível evidenciar tal realidade na fala de Gustavo Capanema (*apud* ROCHA, 1996, p. 280), ministro da Educação durante o Estado Novo, com a concepção de “educar para a pátria”, principalmente presente no ensino secundário:

Não há a disciplina educação cívica. Há ensino de matéria que formam o espírito do cidadão, do patriota. Essas matérias serão ensinadas na Geografia e História do Brasil. [...] Nas finalidades [do ensino de cada disciplina] deve-se apontar sempre o que a disciplina visa dar ao aluno, de um modo geral, e de modo especial o que ela pode fazer para educá-lo para pátria. Frisar a nota patriótica de cada programa. [...] A educação moral [...] será principalmente prática, prática de atos de correção, de pureza, de generosidade, de dignidade.

Delgado de Carvalho é reconhecido como um dos primeiros responsáveis por introduzir a Geografia moderna no ensino do país, antes mesmo da sua institucionalização acadêmica (ALBUQUERQUE, 2011). Além disso, foi um dos intelectuais envolvidos com o movimento escolanovista e, em 1932, assinou o Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova¹⁶². Contudo, cabe

¹⁶² Em 1932, publicaram o Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova, assinado por Fernando de Azevedo, Afrânio Peixoto, Antonio de Sampaio Dória, Anísio Teixeira, Manuel B. Lourenço Filho, E. Roquette Pinto, José Getúlio Frota Pessoa, Júlio de Mesquita Filho, Raul Briquet, Mário Casassanta, Carlos de Delgado de Carvalho, Antonio F. de Almeida Júnior, J. P. Fontenelles, Roldão Lopes de Barros, Noemy M. da Silveira, Hermes Lima, Atíla Vivacqua, Francisco Venâncio Filho, Paulo Maranhão, Cecília Meirelles, Edgar Sussekind de Mendonça, Armando Alvaro Alberto, Garcia de Rezende, Nóbrega da Cunha, Paschoal Leme e Raul Rodrigues Gomes.

reiterar que o movimento não era um grupo homogêneo, de tal maneira que Delgado de Carvalho (*apud* ROCHA, 1996, p. 282) corroborou o ensino patriótico no currículo de Geografia, na perspectiva de desenvolver uma educação cívica:

O estudo do Brasil-território e do Brasil-povo é a base científica de todos os demais estudos sobre a nacionalidade. [...] [Este estudo] leva a estabelecer bases científicas de uma educação cívica esclarecida e robusta, e não apenas ingênua, superficial, “ufanista” e cega.

De acordo com Rocha (1996, p. 286), Delgado de Carvalho acreditou na necessidade de desenvolver um sentimento patriótico para a edificação de um Estado forte e interventor, mesmo que fosse a partir de um governo autoritário, considerado por ele como a única forma de “estabelecer a paz e a tranquilidade necessária de construção de uma nação moderna e forte”. Por fim, é importante reiterar que Carvalho era um intelectual influente, principalmente no Distrito Federal, sendo professor catedrático no Colégio Pedro II. Participou também da Comissão Nacional do Livro Didático, na elaboração de currículos oficiais do governo federal e em diversas palestras para formação de professores na Universidade do Ar¹⁶³.

3.1.2 História do Departamento de Geografia da USP e formação de professores

No início da FFCL-USP, foi possível identificar uma desvalorização da seção de Educação, que habilitaria para o magistério os futuros professores secundários a partir de uma divisão intelectual do trabalho. Vale ressaltar que a seção de Educação foi a única da FFCL que não recebeu professores contratados do exterior. Muitas vezes, os docentes dessa seção eram hostilizados pelos professores catedráticos estrangeiros (BONTEMPI, 2011). Os próprios professores da FFCL tinham dificuldades de colaborar com a formação no magistério, compreendendo que era uma formação menor, como é possível observar no depoimento de Paul Arbousse Bastide:

[...] o professor Fernando de Azevedo insistiu muito comigo para que eu me encarregasse, durante um ano, do curso “Metodologia do Ensino Secundário”, no Instituto de Educação Caetano de Campos. Devo confessar que para mim esta expressão “metodologia do ensino secundário” não significava nada. Nesse tempo – agora o sentido da palavra ficou mais amplo –, metodologia para mim estava ligada à própria noção de “método”. Assim, metodologia correspondia um pouco à

¹⁶³ A Universidade do Ar surgiu em 1941 com a proposta de contribuir para a formação de professores secundaristas, oferecendo conhecimento de novas metodologias das disciplinas por meio do ensino a distância, transmitido pela Rádio Nacional do Rio de Janeiro. Os professores da Universidade do Ar eram pessoas renomadas que faziam parte de uma elite intelectual durante o regime do Estado Novo, sendo parcela significativa docente do Colégio Pedro II (ROMERO, 2014).

epistemologia. E não via relação entre epistemologia e o ensino secundário. Mas, talvez por causa do meu espírito de aventura, aceitei o encargo. Alguns colegas viram nisso uma certa leviandade. Alegavam que estavam no Brasil para cuidar do ensino superior e não do secundário. (*O Estado de São Paulo*, 14 de outubro de 1979, p. 180)

Essa visão da FFCL fazia parte também do curso de Geografia. Em uma entrevista cedida por Ab'Saber (2004, p. 20), ele colocou que fez o curso de licenciatura em 1944 “com alguns educadores muito ruins, herdados do tempo que havia apenas Escolas Normais. Alguns muito ruins mesmo”.

Aroldo de Azevedo e João Dias da Silveira publicaram um texto em 1949, BPG nº 3, que explicou como estava estruturado e organizado o Departamento de Geografia na FFCL-USP para ser apresentado na 1ª Reunião Pan-Americana de Consulta sobre a Geografia. No texto, os catedráticos descreveram as subdivisões pertencentes ao curso de Geografia: seções administrativas, diretor administrativo, programas dos quatro cursos (Física, Humanas, Brasil e Cartografia), curso de especialização e teses de concurso e de doutoramento. Durante a comunicação não existiu menção à parte equivalente à formação pedagógica dos futuros docentes de Geografia. Esse texto serve para exemplificar como essa dicotomia era presente entre os professores do curso de Geografia, mostrando a falta de diálogo destes com a seção de Educação.

Monbeig em 1945, no texto “A Geografia no ensino secundário”, publicado no *Boletim Geográfico do IBGE*, expôs a importância da realização de um estudo que abordasse “o lugar da geografia no ensino superior” e, além disso, questionou o fato de a universidade colocar o curso de licenciatura enquanto uma “função secundária”. Para o geógrafo, a separação da formação do pesquisador (bacharel) e do professor (licenciatura) consistia em uma ação “arbitrária e perigosa”, uma vez que “um país grande precisa tanto de bons médicos, advogados e engenheiros quanto de bons professores” (MONBEIG, 1945, p. 170). Ele compreendia que um bom professor secundário deveria ter uma “curiosidade intelectual” e que ela só seria adquirida a partir da realização de pesquisa durante a sua formação científica (MONBEIG, 1945, p. 170).

Apesar da preocupação de Monbeig com a necessidade de os professores terem uma formação superior, não existia uma proposta concatenada entre a formação de licenciatura e a de geógrafo pesquisador, mas sim ressaltou-se a formação do cientista. A visão do geógrafo acerca da profissionalização do docente estava relacionada ao pensamento do seu período, no qual o sentido de renovação consistia em um ensino pautado no positivismo, legitimado pelo conhecimento científico. O fundamental era que o professor se apropriasse dos saberes teórico-metodológicos da Geografia Moderna, para assim superar o ensino de uma Geografia com base

na enumeração e memorização de rios, relevos, população e outros. Portanto, para o referido pesquisador, o principal era que o professor secundário conhecesse bem os saberes científico da sua disciplina.

É importante frisar que a Geografia Moderna e o movimento Escola Nova foram concomitantes no nosso país e, apesar de não possuírem pressupostos homogêneos, existia uma coesão entre eles, sobretudo com a preocupação de estimular o espírito científico, seja a partir do ensino positivista, do trabalho de campo ou outros (PEREIRA, 2019). A preocupação do movimento Escola Nova compreendia que o desenvolvimento racional-científico fosse uma opção para o desenvolvimento de uma educação mais democrática e comum a todos. Outra marca educacional do movimento era pensar em uma pedagogia ativa, na qual a aprendizagem do estudante ganharia uma centralidade no processo de escolarização. Para que o docente criasse um ambiente de aprendizagem, seria necessário que durante a sua formação tivesse contato com os saberes da Psicologia, da Filosofia, da Didática, da Sociologia e de outras áreas do conhecimento.

A vinda dos professores franceses trouxe para a FFCL a relevante concepção de um curso superior e o cuidado com a bibliografia acadêmica a partir da experiência que tinham nas universidades francesas. No entanto, de acordo com Bontempi (2011), o desprestígio pelas disciplinas pedagógicas também esteve na tradição acadêmica francesa. Assim, os professores da missão introduziram ou reforçaram essa visão na instituição paulista. Desde o início da FFCL, a pesquisa desinteressada ficou a cargo da Faculdade de Ciências Básicas, enquanto a formação de professores, considerada a parte aplicada, era de responsabilidade exclusiva dos profissionais das disciplinas pedagógicas, a princípio do Instituto de Educação – depois, Seção Educação/Pedagógica e, por fim, Faculdade de Educação. Para exemplificar esse fato, dos cinco professores que chegaram entre 1935 e 1937, três deles, dentre os quais o geógrafo Pierre Monbeig, “declararam que uma das importantes motivações para terem aceitado o convite de lecionar no Brasil foi justamente o poder fugir da condição de professor dos liceus” (PETTJEAN, 1996 *apud* BONTEMPI, 2011, p. 196).

Em 1944, o professor Aroldo de Azevedo afirmou em um texto publicado no BPG nº 5, “Os concursos de Geografia para o magistério secundário”, que a sociedade paulista via a formação do corpo discente da FFCL como de excelente qualidade, de tal maneira que a porcentagem significativa dos concursados aprovados no magistério oficial do estado de São Paulo provinham dela (AZEVEDO, 1944, p. 86). Deve-se lembrar que as provas de ingresso para docente do ensino secundário no estado de São Paulo exigiam aprovação com bom

desempenho do candidato nas quatro etapas (escrita, oral, didática e prática). O concurso não era classificatório, e sim por desempenho.

De acordo com Azevedo, em 1944, 50 candidatos compareceram para realizar o concurso para docente do estado de São Paulo, sendo 22 deles licenciados pela FFCL-USP. No total, foram 40 candidatos habilitados no concurso; destes, 19 eram licenciados pela FFCL, correspondendo a 47,5%. Em, seguida Azevedo (1944, p. 89) reforçou que “[...] entre os primeiros 20 candidatos habilitados, figuram nada menos de 15 licenciados pela Faculdade de Filosofia, isto é, 75%”. Três professores oficiais do estado e dois professores universitários participaram da comissão julgadora. Os professores universitários da FFCL-USP foram João Dias da Silveira, da cadeira de Geografia Física, e Aroldo de Azevedo, da cadeira de Geografia do Brasil. O texto relatou apenas as aprovações dos estudantes egressos da FFCL, não fez menção aos cursos dos outros 52,5% igualmente aprovados no concurso. A narrativa trazida por Azevedo reforçou a hipótese que os periódicos da AGB produzidos em São Paulo serviram também como um periódico da própria Geografia da FFCL-USP.

De acordo com a pesquisa de Bontempi (2011), na década de 1950 dificilmente os estudantes de humanas não prestavam concursos para serem professores secundário. Certamente, a qualidade do curso da FFCL tornou o ingresso no concurso do magistério mais viável. Por outro lado, é importante lembrar o fato de o curso de Geografia da FFCL ser o mais antigo do país, possibilitando a um número maior de estudantes egressos prestarem o concurso. Provavelmente, a formação científica seria o principal saber exigido pelo concurso, em decorrência do currículo propedêutico no ensino secundário, mas não cabe aqui à pesquisa se aprofundar nessa questão.

Em 1961, Aroldo de Azevedo, no BPG nº 37, publicou “Notas sôbre o ensino da Geografia em universidades dos Estados Unidos”. Entre 1960 e 1961, o professor da FFCL, por três meses e meio, visitou 18 departamentos de Geografia desse país, nos quais ele observou o predomínio de mais homens matriculados nos cursos de Geografia, diferentemente do que ocorria no Brasil, com a predominância de mais mulheres matriculadas. Para explicar essa diferença de gênero nas matrículas entre os cursos desses países, justificou que nos Estados Unidos existia uma maior valorização da profissão de geógrafo em setores públicos e no privado, assim gerando mais interesse para que os homens ingressassem no curso de Geografia e alcançassem a oportunidades além da licenciatura, visto que nos Estados Unidos:

[...] excelentes são as oportunidades que se abrem para a carreira de um geógrafo, cujos conhecimentos são devidamente apreciados que pelos poderes públicos federais (particularmente no Departamento de Estado, o Ministério da Agricultura e nas Forças

Armadas), quer pelas autoridades estaduais e municipais (que os utilizam largamente em Planejamentos, urbanos ou rurais), quer, ainda, por entidades particulares, sobretudo emprêsas comerciais (para a escolha de local adequado, por exemplo, para os chamados “shopping-centers”) e indústrias (para melhor localização dos estabelecimentos fabris). (AZEVEDO, 1961, p. 79)

Não existia no Brasil a profissão de geógrafo e sofrendo a Geografia as conseqüências de métodos, hoje completamente obsoletos, mas que são os únicos conhecidos pela atual geração de homens públicos, não há outra alternativa para o Licenciado em Geografia senão dedicar-se ao magistério, se desejar manter-se dentro da especialidade a que deu preferência. Daí a predominância do elemento feminino entre os alunos do Curso de Geografia (como também no de História), já que é com dificuldade que um chefe de família pode manter-se e aos seus com os parcos salários advindo de aulas por semana, a fim de assegurar um viver mais digno. (AZEVEDO, 1961, p. 77)

Aroldo expôs a interseção entre a desvalorização da remuneração do trabalho docente no ensino básico e a desigualdade de gênero, algo que perpassa gerações no Brasil, justificando o fato de o curso superior de Geografia atrair mais mulheres. De certo modo, o geógrafo naturalizou e não problematizou a baixa remuneração dos profissionais atuantes no ensino básico e o problema da proletarização dos trabalhos exercidos principalmente por mulheres. Apenas utilizou-se dessa situação de proletarização do trabalho docente para exemplificar a importância de valorizar o bacharel em Geografia nos cargos públicos ou no setor privado.

Lívia de Oliveira formou-se em 1958 na FFCL-USP, sendo a responsável pela primeira pesquisa de pós-graduação com o tema ensino de Geografia, e atuou enquanto docente do curso de Geografia da UNESP-Rio Claro¹⁶⁴. Em entrevista, ela comentou como as suas aulas de graduação na FFCL-USP voltaram-se em alguns momentos para o ensino escolar:

[...] não existia exatamente. O que o Carlos Augusto fazia... ele fazia blocos diagramas para dar Geomorfologia, ou ele fazia todos as representações da circulação atmosférica... ele usava uma lousa toda para fazer esses desenhos com giz colorido; quando os alunos entravam na sala de aula, encontravam já aquilo desenhado. Ele dizia pros alunos, vocês também têm que fazer desenho na lousa, para os seus alunos. O Doutor João também, quando nós saímos para as excursões ele dizia: “Vocês têm que sair com os seus alunos no campo, só que não ensinar Geomorfologia profunda”. (OLIVEIRA, 2012, p. 37)

Apesar de esses professores não trazerem uma reflexão mais profunda sobre a Geografia escolar, é indispensável reconhecer a preocupação deles como diferencial naquele momento, pelo fato de pensarem algumas práticas do trabalho docente de maneira didática, um ganho na formação docente. Como visto no capítulo anterior, Aroldo de Azevedo também mostrou uma preocupação com a didática durante as suas aulas na FFCL (TOLEDO, 1997), a partir do método de estudo dirigido. Apenas a Geografia não dá conta dos objetivos que a escola se

¹⁶⁴ Na década de 1970, a geógrafa foi pioneira no Brasil nos estudos sobre aprendizagem cartográfica e desenvolvimento da espacialidade, utilizando-se das teorias do Jean Piaget.

propõe. A formação de um docente extrapola a preparação de uma boa aula, exige outros saberes complexos, como os sociológicos e psicológicos, que contribuem para pensar a comunidade e sua prática no cotidiano da escola.

Em 1966, a partir do decreto do Conselho Federal de Educação nº 106, permitiram a criação do curso superior em Estudos Sociais com a formação de professor com duração de três anos, cuja habilitação era para Geografia e História. Diferentes legislações ou portarias foram publicadas durante o governo militar, que contribuíram na propagação da formação polivalente e aligeirada pelo território brasileiro. A formação de professores polivalentes não atingiu diretamente a formação de professores na FFCL-USP. No âmbito geral, acentuou o distanciamento entre os pesquisadores acadêmicos com os cursos de licenciaturas e colaborou para a expansão desenfreada das faculdades particulares com formações rápidas, baratas e lucrativas para os empresários da educação – conseqüentemente, em muitos casos, oferecendo uma qualidade insuficiente para a formação dos futuros professores. No capítulo seguinte, o texto discorrerá com mais detalhes sobre esse tipo de formação.

Petrone (1993) definiu os primeiros 12 anos da Geografia na FFCL, entre 1934 e 1946, como a construção da base da implementação do futuro departamento. Em 1939, a cadeira de Geografia se desdobrou em Geografia Física e Geografia Humana. Em 1942, criaram a Geografia do Brasil como terceira cadeira. O segundo período equivale de 1946 até o início da década de 1960. Em 1946, ocorreu a criação do Departamento de Geografia como um instrumento para coordenar as atividades das cátedras. Em 1955, a História e a Geografia da FFCL-USP foram desmembradas, havendo um vestibular específico para os ingressantes em cada um dos cursos¹⁶⁵. A década de 1960, um terceiro período marcado pela imposição e ascensão do governo militar dentro da universidade, instrumentalizou os seus sistemas burocráticos, perseguindo e reprimindo todos os tipos de movimentos democráticos de professores, funcionários e estudantes.

Desde o início da década de 1960, a USP discutia uma reforma universitária e um dos principais pontos era o fim das cátedras, por serem uma instância muito poderosa na instituição acadêmica (LEITE, 1994). No entanto, o fim do sistema de cátedras ocorreu na reforma universitária nº 5.540 de 1968, sendo o período mais nefasto da ditadura militar, com inúmeras críticas por ser uma cópia do modelo acadêmico produtivista americano. Segundo Cunha

¹⁶⁵ Segundo Patrícia Aranha (2017, p. 58), na Universidade do Brasil, devido a sua ligação com o IBGE, existiu uma pressão pela separação entre Geografia e História, enquanto São Paulo acontecia o inverso. Em 1944, Pierre Monbeig, Aroldo de Azevedo e João Dias da Silveira enviaram uma carta ao ministro Capanema pedindo a manutenção de curso de Geografia e História, além da sua ampliação para quatro anos.

(2007), nesse período de Guerra Fria existiu o interesse de os Estados Unidos e os militares brasileiros impossibilitarem avanços nos debates sociais do país, por acreditarem que a ordem socioeconômica pudesse ser ameaçada pelos movimentos sociais. Com o discurso ideológico de “modernização” do Brasil, o governo militar realizou os acordos e convênios assinados entre o Ministério da Educação (MEC) e a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (*United States Agency for International Development – USAID*) no período de 1964 até 1968, que visavam:

[...] “obter o máximo de eficiência na formação de profissionais de ‘recursos humanos’, para consolidação do capitalismo dependente” (MARTINS, 1982, p. 46). Nessa perspectiva, propugnava-se também a modernização da administração universitária, entendida como racionalização da organização da administração acadêmica-administrativa no âmbito de cada instituição. Essa visão, presente no programa de assistência técnica estadunidense e aceita por autoridade à frente da educação brasileira, apoiava-se no enfoque sistêmico, cujo modo de pensar gerencial se baseava numa racionalidade predominante instrumental, presente em instituições de ensino superior no país nas décadas de 1960 e 1970. (FÁVERO, 2009, p. 66)

Entre as medidas propostas pela reforma com o intuito de aumentar a eficiência e a produtividade da universidade, sobressaíram-se o sistema departamental, o vestibular unificado, o ciclo básico, o sistema de créditos, a matrícula por disciplina, a carreira do magistério e a institucionalização da pós-graduação. Dessa maneira, observa-se que a universidade serviu como um aparelho hegemônico do Estado, visto que os militares realizaram transformações que atendiam o seu próprio interesse de universidade (CUNHA, 2007)¹⁶⁶.

A crítica de Antônio Candido (1979)¹⁶⁷ é válida para exemplificar o impacto do padrão americano na universidade brasileira, com a valorização da eficiência e da produtividade acadêmica, levando muitos docentes a se preocuparem com a produção de seu próprio currículo e, conseqüentemente, trazendo prejuízo para a formação discente. Por exemplo, alguns docentes passaram a negligenciar o preparo de suas aulas em benefício da produtividade de pesquisas e palestras:

A Universidade admite um docente que seja cientista ou intelectual de certo valor, mesmo sendo professor relapso e ineficaz. Mas não admite o contrário, isto é, um professor de boa qualidade, um mestre que inspira e enriquece os alunos, mas não produz currículo.

No Brasil essas coisas são devidas em partes pelo padrão americano, que prevê currículos quilométricos como arma decisiva na competição, porque satisfaz também as necessidades publicitárias das instituições. Dizia um antigo professor francês da Universidade de São Paulo que ficava espantado quando, voltando ao Brasil, via os currículos dos seus antigos alunos, muitos mais ricos e brilhantes que o dele... E

¹⁶⁶ Outro aspecto construtivo da Reforma Universitária, foi atender aos interesses do mercado, isso se efetivou especialmente mediante as autorizações e reconhecimentos pelo Conselho Federal de Educação (CFE) de inúmeros cursos de formação de professores nas instituições privadas, que será tratado no capítulo 4.

¹⁶⁷ Palestra proferida na Associação de Professores de Língua e Literatura em 8 de dezembro de 1979.

acrescentava que não sabia como éramos capazes de fazer tanta coisa em tão pouco tempo, pois, segundo os padrões que nortearam a sua formação, ninguém é capaz de escrever mais que um bom estudo por ano. (CANDIDO, 1979, p. 84)

No ano 1968, agravaram-se as perseguições e as violências cometidas pelos agentes da ditadura militar. O prédio da FFCL na rua Maria Antônia foi invadido pelo Comando de Caça aos Comunistas (CCC). Em seguida, deslocaram a faculdade apressadamente para a Cidade Universitária, no Butantã, desmembrando-a em diversos cursos, dificultando a articulação política de professores, funcionários e estudantes. Além disso, os militares invadiram a Universidade de Brasília e o Congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE), em Ibiúna, onde ocorreram várias prisões de lideranças estudantis.

A reforma de 1968, em todo o território brasileiro, tornou o ensino universitário mais especializado com a fragmentação dos diversos saberes. Como consequência disso, em 1969 a FFCL-USP perdeu o seu caráter interdisciplinar, com a criação de novos institutos e faculdades independentes para as Ciências Exatas, as Biológicas, a Psicologia e a Educação. A FFCL passou a ser Faculdade de Filosofia, Letra e Ciências Humanas (FFLCH), propositalmente “prejudicada, segundo alguns, em instalações fechadas por barrancos, para que não pudesse crescer” na Cidade Universitária (LEITE, 1994, p. 174). Aumentaram o número de vagas, com o ingresso entre 80 e 100 estudantes por curso. Entretanto, não houve investimento na qualidade dos cursos e mantiveram o número de professores, fato que dificultou o estabelecimento de um contato mais pessoal e produtivo entre esses profissionais e os estudantes. Os membros do Departamento de Geografia, junto com a direção e a congregação da FFLCH, optaram pela sua permanência na faculdade, em vez de se anexar ao Instituto de Geociências, conforme era previsto pela reforma universitária.

Logo depois, o departamento de Geografia ingressou em uma nova etapa de sua existência, estabelecendo na vida universitária “um clima de intranquilidade e insegurança entre docentes e discentes, inibindo e frustrando iniciativas” (PETRONE, 1993, p. 11), principalmente com a instalação do AI-5¹⁶⁸, assinado em dezembro de 1968 pelo general Costa

¹⁶⁸ A partir do AI-5, em 1969, alguns professores das universidades foram afastados e compulsoriamente aposentados. Em 1969, Jarbas Passarinho, ministro da Educação e Cultura, assinou o decreto-lei nº 477, o qual previa punições, como demissão e desligamento de matrícula, aos docentes, funcionários e estudantes dos estabelecimentos públicos ou privados que fossem considerados culpados de subversão à ditadura militar. Pode-se colocar que, ao cercear o direito de lecionar desses professores, fez-se com que parcela significativa deles ganhasse mais voz, porque eles receberam uma projeção nacional e internacional. Alguns foram para as universidades privadas, como a PUC-SP ou para universidades no exterior. Nenhum professor do departamento de Geografia da FFLCH sofreu tal opressão nesse período, uma vez que parcela dos seus docentes não se posicionava. Sabe-se que alguns tinham uma tendência mais conservadora, como no caso de Aroldo de Azevedo, comentado no capítulo anterior (vide página 66). De acordo com Armen Mamigonian (1991, p. 162), alguns colegas de esquerda da Geografia da USP, nesse período, eram intimidados por outros colegas do departamento.

e Silva. No entanto, convém lembrar que a insatisfação pelo momento político conflagrou a mobilização de parcela dos professores e estudantes de Geografia, consistindo em um dos gatilhos para o movimento de renovação da Geografia e a reforma estatutária da AGB no final da década de 1970.

O editorial do BPG nº 55, em 1978, denunciou e divulgou a perseguição acadêmica do CCC na USP, mostrando um forte posicionamento da entidade contra o cerceamento político e democrático durante a ditadura militar. O texto expõe a publicação da obra *O livro negro da USP: o controle ideológico na universidade* pela Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo (ADUSP), que encabeçou o movimento de campanha para reintegração dos professores afastados compulsoriamente por oposição e questionamento ao estado de exceção sustentado pelos militares na União. É substancial lembrar o tom mais acirrado em relação à ditadura militar, possibilitado pela própria mudança de posicionamento político dos membros da Seção São Paulo, bem como pelo momento de abertura política iniciado no país:

Juntamente com outras parcelas da população, os cientistas no Brasil têm sido vítimas, principalmente após 1964, do modelo econômico e político vigente no país. Com efeito, através dos chamados “atos institucionais”, as autoridades governamentais perseguiram, demitiram aposentaram grande número de professores e cientistas das nossas universidades e instituições de pesquisa. (BPG nº 55, 1978, p. 1)

O modelo de formação de professores implantado em 1969 não solucionou os problemas anteriores, continuando a obrigar o estudante ao cumprimento da carga horária do bacharel primeiro para posteriormente ingressar no curso de licenciatura na Faculdade de Educação (FE-USP), que permaneceu com um percentual bem menor de horas, um modelo que já vinha sendo praticado anteriormente, “estabelecendo uma hierarquização dos estudos, onde a formação pedagógica tem um caráter acessório, complementar e, em alguns aspectos, desnecessários” (CACETE, 2017, p. 54). Assim, a criação da FE-USP “implicou, em muitos casos [...], na desresponsabilização das unidades de origem sobre a formação docente” (GIROTTO, 2015, p. 344).

Com o passar do tempo, a hierarquia entre os conhecimentos não se rompeu, instalada desde o início dos cursos – inclusive na seção de Geografia, na qual o saber relacionado à formação de professores deu-se de maneira inferiorizada, como um complemento na graduação. Isso frustrou o princípio original desejado no início da FFCL, em que ambas as formações estariam concatenadas.

3.2 Compreensão acerca da Geografia escolar a partir das narrativas historiográficas

A AGB-Seção São Paulo buscou reconhecimento e visibilidade acadêmica a partir dos seus periódicos. Suas publicações pretendiam influenciar a Geografia desenvolvida no país, regulamentando e normatizando o desenvolvimento de pesquisas e ensino, e consolidando-se enquanto um saber geográfico legítimo.

Em 1949, a Seção São Paulo criou o BPG com os seguintes objetivos:

[...] oferecer aos seus leitores contribuições originais de valor, quer dentro do quadro da Geografia Física e Biológica, quer dentro do âmbito da Geografia Humana, em seu mais amplo sentido, sem esquecer o campo fascinante da Geografia Regional. A par disso, visará diretamente o ensino geográfico, através de debates sobre temas metodológicos, de trechos escolhidos de autores selecionados ou de comentários bibliográficos. Refletirá, enfim, como é justo, um pouco de vida e das atividades internas da Seção Regional, de que é órgão. (AZEVEDO, 1949, p. 2)

De acordo com o trecho supracitado, observa-se um importante indício: a princípio, os geógrafos paulistas, a partir dos periódicos, tiveram a proposta de pensar o “ensino geográfico”, além de expor o que seriam a produção e as atividades da Seção São Paulo. Assim, novamente, resgata-se a importância de se utilizar os periódicos como uma das principais fontes desta pesquisa, pois são fundamentais na compreensão do posicionamento da AGB em relação ao saber escolar. Aqui, investigamos e analisamos a presença e a visão do “saber escolar” nos artigos dos periódicos da Seção São Paulo, que trataram principalmente da historiografia da Geografia no país ao longo do período proposto pela pesquisa.

Aroldo de Azevedo, em seu artigo “A Geografia em São Paulo e a sua evolução”, no BPG nº 16 de 1954, afirmou que, em 1934, ano da criação da USP e da AGB¹⁶⁹, houve um divisor de águas na história da Geografia no país, com o início de uma produção considerada moderna, ou seja, de estudos com base científica. Para Azevedo (1954), antes desse período, as obras de Geografia, intituladas também como Corografia, não passaram “de modestos compêndios destinados ao ensino primário ou secundário e aparecem eivados dos defeitos que caracterizam a velha Geografia” (BPG nº 16, 1954, p. 46), consistindo em guardar listas intermináveis de nomes e números. Em outros dois artigos do início da década de 1960, um de

¹⁶⁹ Azevedo (1954, p. 54) escreveu sobre a influência e atuação da AGB, em São Paulo: “[...] o que de melhor se tem feito, no sector da Geografia, em nosso Estado, resulta direta ou indiretamente dessas duas entidades: a Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo e a Associação dos Geógrafos Brasileiros, tendo esta última uma vantagem sobre aquela, pois não só ou congrega os professores e assistentes do Departamento de Geografia, como outros elementos de valor da própria Faculdade de Filosofia, da Escola Politécnica, da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas e Escola de Sociologia e Política, todas da Universidade de São Paulo, além de alunos, ex-alunos e geógrafos de outras procedências”.

Ab'Saber (1960) e outro de Nice Lecocq-Müller¹⁷⁰ (1961), apresentou-se uma narrativa da trajetória da Geografia no país com a mesma tônica desenvolvida por Azevedo, na qual a Geografia no país surgiu a partir da institucionalização da USP e da fundação da AGB. No entanto, Azevedo reconheceu uma produção geográfica antes de 1934, apenas a de Delgado de Carvalho¹⁷¹, justificando que era a única que se valeria de uma orientação moderna.

Nos periódicos, como já observado, de certo modo existiu o esforço de seus associados em desvalorizar as produções de Corografia. Por exemplo, Caio Prado Júnior, no artigo “A evolução da Geografia e a posição de Aires de Casal”, no BPG nº 19 de 1955, fez crítica severas ao padre Manuel Aires de Casal¹⁷² a partir da sua obra *Corografia brasílica*, de 1817. Afirmou em várias partes do texto que Aires de Casal não foi um “homem de ciências”, que a partir de um trabalho de consulta bibliográfica limitou-se a enumerar, oferecer nomenclatura e descrever a superfície terrestre.

Mas não são apenas rudimentos de ciências que faltam ao nosso autor. Não se percebe nele vocação ou instinto científico algum, isto é, qualidade de observação, análise, comparação e síntese, que fazem a base do pensamento na ciência. Nada disto êle possui; é um simples colecionador e registrador de fatos. Em regra, mesmo, de segunda mão: seu estilo não revela um observador direto. (PRADO JÚNIOR, 1955, p. 53)

A obra *Corografia brasílica* teve o mérito de ser a primeira literatura com sistematização de um quadro da Geografia geral do país¹⁷³, tendo exclusividade por um longo tempo, sendo por muitos anos utilizada na Geografia escolar (ISSLER, 1973). Ao realizar crítica a Aires de Casal, Caio Prado Júnior pode ter sido anacrônico, projetando na referida obra visões e expectativas típicas da Geografia desenvolvida no seu tempo. O autor criticou a obra de Casal por não se pautar em pressupostos modernos da ciência geográfica. Apesar de a Europa já apontar perspectivas teóricas que originariam a Geografia Moderna, com Humboldt e

¹⁷⁰ Nice Lecocq-Müller, em 1938, ingressou no curso de Geografia e História da FFCL-USP. Em 1941, concluiu o curso de especialização em didática e associou-se à AGB. Ingressou no doutorado em 1946, com Pierre Monbeig. Foi professora assistente da cadeira de Geografia Humana, além de professora adjunta da cadeira de Geografia Humana da Escola de Sociologia e Política de São Paulo e contratada da PUC-SP.

¹⁷¹ “De nada adiantaram as páginas de Delgado e Carvalho em seu *Le Brésil Meridional*, publicado em 1910, em sua pioneira Geografia do Brasil (1913) e na *Météorologie du Brasil* (1917), onde os estudiosos da Geografia paulista poderiam ter encontrado não apenas novos ensinamentos da, mas nova orientação, num verdadeiro convite à inteligência e ao bom-senso que os levasse a abandonar os velhos métodos de uma Geografia obsoleta. Tudo permaneceu, todavia, como dantes” (AZEVEDO, 1954, p. 49).

¹⁷² Padre de origem portuguesa, viveu na região do Crato, província do Ceará. Em *Corografia brasílica*, ele fez o esforço de compilar e sistematizar informações gerais sobre o território luso-brasileiro. Foi o primeiro livro editado no país, publicado pela Imprensa Régia em 1817. Constituiu-se como modelo corográfico para obras posteriores, sendo uma das obras mais copiadas e difundidas durante o Império (ISSLER, 1973).

¹⁷³ De acordo com o naturalista Johann Spix (1933, p. 24), um naturalista da Bavária, que esteve no Brasil entre 1817 a 1820, a obra de Casal por ser o primeiro compêndio de Geografia Geral do Brasil, apesar da sua imprecisão, chegou a receber uma tradução literal para a língua inglesa.

Ritter¹⁷⁴, não é possível afirmar que Casal teve contato com essa nova abordagem, visto que os três eram contemporâneos – algo que dificultaria o acesso do padre a essas produções, já que no século XIX era mais restrita a circulação do conhecimento por meio de impressos e o modelo descritivo pormenorizado da paisagem era o que orientava diversas obras desse período, inclusive *Corografia brazilica*, cuja “explicação se pauta pelo fisionômico” (SILVA, 1996, p. 24). Pode-se dizer que a obra de Casal utilizou os pressupostos teórico-metodológicos consagrados socialmente no seu período, que giraram em torno do que se concebia comumente como Geografia.

As publicações corográficas, *a priori*, não tinham finalidades educacionais, mas eram, muitas vezes, a única referência de estudo sobre o país para os professores prepararem as suas aulas. As produções corográficas, enquanto uma das tradições mais antigas de investigação da Geografia ocidental, não devem ser colocadas como menores na história da Geografia, por serem uma forma de se pensar essa ciência que se relaciona a determinado período. Elas apresentam relatos dos meios naturais e humanizados, com descrição detalhadas dos fatos, das datas e das paisagens, a partir das hierarquizações dos elementos que as compõem. Segundo Silva (2018, p. 93)¹⁷⁵, no século XIX, foi um material relevante que contribuiu na construção de uma identidade Nacional:

O relevante desta obra para esta discussão, não está apenas no teor detalhado de suas descrições, mas na apreensão de como as particularidades e cada província, mostrada como um fato dado, compunham, a partir das descrições do povo, ainda não conhecido como “Brasileiro”. Estas narrativas fossem consideradas fantasiosas, inconstantes, meras reproduções ou qualquer outro atributo que possa dela ter sido extraída, jamais negarão o caráter substancial na formação de uma representação dos habitantes de regiões do país que poucos puderam conhecer. É esta identidade “política”, circunscrita a partir do “regional”, acabou por delinear os primeiros traços identitários, dos que futuramente comporiam o brasileiro.

Os diretores e os membros mais influentes da AGB-Seção São Paulo elegeram a Geografia moderna como o conhecimento geográfico “legítimo” a ser ensinado, ao mesmo tempo, no entanto, a construção de suas narrativas desqualificou as formas anteriores de se fazer Geografia, como está escrito no texto de Aroldo de Azevedo (1954, p. 45) ao questionar quais Geografias eram desenvolvidas em São Paulo antes e após 1934:

¹⁷⁴ Manuel Aires de Casal (1754-1821), nasceu em Portugal e viveu por alguns anos no Brasil. Alexander Von Humboldt (1769-1859) nasceu na Prússia, foi um geógrafo naturalista e explorador, viajou e estudou a América do Latina em diferentes expedições, mas a Coroa Portuguesa impediu que ele entrasse no território brasileiro. Carl Ritter (1779-1859) também nasceu na Prússia.

¹⁷⁵ Maria Ediney Ferreira da Silva (2018), no seu doutorado, investigou os livros didáticos escritos no Brasil de 1842 a 1945, com o objetivo de compreender como os discursos presentes neles delimitaram uma identidade regional (baiano, gaúcho, paulista e outros) e, assim, colaboraram para a construção de uma identidade nacional brasileira.

Mas que Geografia? – poder-se-á perguntar, com toda razão. A Geografia puramente descritiva e enumerativa, tipo catálogo, que tanto horror causava e ainda causa, por ser um instrumento de martírio dos estudantes, obrigados a guardar de memória listas intermináveis de nomes e de números? Ou a Geografia que confunde com a Topografia e a Cartografia, ainda hoje admitida por alguns, em nosso país? Ou, finalmente, a verdadeira Geografia, a Geografia moderna que se estuda nos meios cultos da Europa e da América notadamente, em que a interpretação dos fatos constitui o coroamento de pesquisas realizadas no terreno e de estudos elaborados em bases científicas?

Existiu um esforço dos geógrafos da Seção São Paulo por uma ruptura, talvez uma tentativa de esquecimento ou de apagamento da história da Geografia anterior a 1930, que também se assentou sobre o conhecimento geográfico desenvolvido nas escolas. Isso ocorreu porque esses geógrafos paulistas construíram uma história da Geografia colonizada, por utilizarem como principal parâmetro na sua análise os modelos eurocêntricos de instituições, profissionais e de métodos. No entanto, atualmente, sabe-se que “a ciência nos países de passado colonial não se realizou do mesmo modo que na Europa e, logo não pode ser explicada de idêntica maneira” (SOUSA NETO, 2011b, p. 589).

Na década de 1970, quando a seção paulista passava por algumas mudanças epistemológicas, conforme já foi comentado no capítulo anterior, no artigo “O pensamento geográfico e a realidade brasileira”, de Manuel Correia de Andrade (1977, p. 9), ainda é possível observar uma tradição de narrativa que desprestigia o saber escolar antes da institucionalização do conhecimento científico:

Iniciava-se o pensamento geográfico no Brasil, profundamente marcado pela influência da escola francesa, embora lutando com condições bem diversas, de vez que não se dispunha de um conhecimento da realidade brasileira ao nível do conhecimento da realidade francesa, de dados básicos sobre condições naturais e sociais, de informações estatísticas etc. Além disto, sendo a Geografia apenas uma matéria ensinada no nível secundário e que ainda não adquirira o prestígio da cátedra universitária, era ela colocada em segundo plano, dificultando o acesso aos meios necessários às pesquisas. Daí resumir-se, até então, a um catálogo de nomes de lugares e de localizações de montes, de rios e de cidades.

No entanto, diferentemente dos geógrafos anteriores, Andrade (1977) propôs o desafio de mudar o foco no modo de se fazer a história do pensamento geográfico em relação ao que era apresentado no BPG, ao reconhecer e negar uma historiografia a partir de uma ideologia colonialista, na qual “existem povos superiores que devem dominar e povos dominados que são incapazes de elaborar os seus princípios científicos e as suas ideologias, ou que se limitam a copiar modelos de franceses, ingleses, alemães, russo ou chineses” (ANDRADE, 1977, p. 17). O geógrafo teve o objetivo de aprofundar a história do pensamento geográfico, situando o conhecimento brasileiro “face ao pensamento geográfico internacional e considerando-o como criativo, como interpretativo de uma realidade e não apenas como continuação do pensamento

geográfico de outros povos a respeito da realidade brasileira” (ANDRADE, 1977, p. 17). Mas, apesar dessa abordagem, o geógrafo recaiu no mesmo dogmatismo em relação à forma de fazer a história da Geografia, considerando como referência os centros produtores de ciências e, ao longo do seu texto, denominou como “interesse geográfico” toda produção do seu conhecimento anterior à institucionalização acadêmica da Geografia no Brasil. Assim, ele continuou com o mesmo modo de escrever a história da Geografia no país, partindo de uma perspectiva internalista da ciência.

Berdoulay (2003) contribui para compreender a problemática de uma abordagem internalista, que pode construir uma narrativa tendenciosa sob fundamentos positivistas e ser bastante enganosa, ao propiciar uma evolução linear das ideias e monolítica das tendências. A partir dessa visão de evolução internalista, existe uma valorização de determinadas tendências que se tornam dominantes, por exemplo, a de Vidal de La Blache passou a ser reconhecida como a “tendência ‘boa’, ‘superior’” (BERDOULAY, 2003, p. 48). Nesse sentido, pode-se associar a narrativa historiográfica produzida pela Seção São Paulo a partir do BPG com a eleição de “tendência boa, superior” oriunda da Geografia Moderna por ser valorizada enquanto científica. Ressalta-se uma hierarquia entre os saberes geográficos, na qual a Geografia Moderna se sobrepõe aos demais saberes geográficos. Tornam-se relevantes as pesquisas que reforçam a existência do saber geográfico e do fazer geográfico no Brasil antes da existência dos cursos universitários e da AGB.

Vale reiterar que, em 1945, com a criação das seções regionais da AGB, existiu o esforço dos geógrafos paulistas na difusão dos saberes produzidos pela Seção São Paulo, para tornarem-se influentes pelo território brasileiro e, possivelmente, ser reconhecidos pelos centros produtores de ciências internacionais. Nos BPG estão presentes artigos que valorizaram principalmente a Geografia desenvolvida em São Paulo e sua construção preferencialmente ao modo francês de se fazer a ciência geográfica (AB’SABER, 1960; AZEVEDO, 1954; MÜLLER, 1961). A narrativa construída pelos geógrafos paulistas reconheceu a inauguração da Geografia no Brasil com o princípio da missão francesa na USP e a criação da AGB. Cabe lembrar que Azevedo, Müller e Ab’Saber, responsáveis por esses artigos, participaram tanto da gestão da Seção São Paulo quanto do BPG.

Em alguns artigos, apenas citaram Delgado de Carvalho¹⁷⁶ como um dos responsáveis por introduzir a Geografia Moderna no país (ANDRADE, 1977; AZEVEDO, 1954). A Seção

¹⁷⁶ Por exemplo, para Manuel Correia de Andrade (1977, p. 8) “só com Delgado de Carvalho, nascido e formado na França – convém salientar que ele não era geógrafo de formação, mas diplomado em Ciência Política, é que se iniciaria a implantação do pensamento geográfico científico no país”.

São Paulo, apesar de reconhecer a importância de Delgado de Carvalho, não publicou nenhum texto desse pioneiro da Geografia Moderna em seu periódico, como também ignorou referências ou publicações de estudiosos que eram mais contemporâneos, como Manoel Bomfim, Raja Gabaglia e Everardo Backheuser¹⁷⁷, realizadores de notáveis trabalhos de Geografia. Provavelmente, foram ignorados por não se enquadrarem nos princípios básicos da Geografia francesa para os geógrafos paulistas.

O fato de narrar a história da Geografia no Brasil apenas após 1930 não foi uma exclusividade da Seção São Paulo. Sousa Neto (2011a, p. 120), em seu texto a “Geografia nos trópicos: história dos naufrágios de uma jangada de pedras?”, teceu uma crítica à historiografia que estabeleceu a institucionalização científica no país como o marco zero da Geografia, reconhecendo todas as possibilidades anteriores de Geografia como um fracasso:

Fracassadas pela própria impossibilidade de obter sucesso naquele momento, já que fazer ciências aqui carecia do desenvolvimento da ciência no seu centro produtor, para que então fôssemos bafejados com sua irradiação, difundindo entre nós os modos de fazer ciência. Fracassadas pela ausência de instituição onde fosse possível a prática científica permanente e a formação de uma comunidade de doutos geógrafos titulados. Fracassados enfim por não haver alguns poucos sábios, nossas honrosas exceções, tido a oportunidade de realizar uma ciência que fosse digna de ter sua história.

Azevedo (1954) denominou de “pré-história da Geografia” os estudos realizados pela Comissão de Geografia e de Geologia do Estado de São Paulo, em meados de 1871¹⁷⁸. Essa comissão fez levantamentos detalhados sobre a hidrografia, a geologia, o solo e a vegetação, com documentário fotográfico e cartas topográficas que acompanharam os relatórios e artigos. Conforme Sousa Neto (2011, p. 120), esses geógrafos, ao focarem na história da ciência a partir da década de 1930, trataram o período anterior como pré-científico, “neste caso, para fugir à

¹⁷⁷ Manoel Bomfim (1868-1932), filho de senhor de engenho, formou-se médico em 1890 e, pouco tempo depois, dedicou-se mais às áreas de Educação e Psicologia. De acordo com a pesquisa de Teresinha Oliva (1998, p. 2), as obras de Bomfim possuem um “estranho signo de ter sido esquecida ou silenciada por um longo período”. Ele escreveu livros significativos para a construção de um país realmente independente e moderno. Fernando A. Raja Gabaglia (1897-1954) foi professor do Colégio Pedro II e escreveu o livro *Prática de Geografia* (1930), material utilizado no ensino secundário e na formação de professores no ensino normal (SILVA, 2012, p. 292). Everardo Backheuser (1879-1951) era engenheiro civil; foi vice-presidente da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, catedrático de Geografia Humana e Administração Escolar na Faculdade Católica de Filosofia (1941-1948), catedrático de Geografia do Brasil na Faculdade de Filosofia Santa Úrsula durante o mesmo período e catedrático de Geopolítica no curso de Direito da Universidade Católica do Rio (1948-1951). Ele “leu Ratzel – seu mestre maior –, Rudolf Kjellén (1864-1922) e Karl Haushoffer (1869-1946) nas fontes originais, transformando-se no grande divulgador das teorias geopolíticas alemãs no Brasil. Começou a publicar estudos geopolíticos na década de 1920, sendo um dos precursores desses estudos no país” (CAMPOS, 2014, p. 252).

¹⁷⁸ “Mas houve, inegavelmente, um ponto alto nêsse longo período que poderemos chamar de ‘pré-história’ da Geografia paulista, representado pelos trabalhos da famosa Comissão Geográfica e Geológica do Estado, cujas origens remontam a 1866 e por onde [passaram] figuras ilustres, como Orville A. Derby, Teodoro Sampaio, Alberto Loefgren, Francisco de Paula Oliveira, Gonzaga de Campos, João Pedro Cardoso, Belfort de Mattos, Horário Williams, Guilherme Florence, Cornélio Schmidt, Eugênio Hussak, Joviano Pacheco e tantos outros” (AZEVEDO, 1954, p. 47).

tentação de fazer uma história da Geografia tida como inexistente, passou a se fazer uma história do pensamento geográfico”.

A Seção São Paulo, utilizando os periódicos como forma de inculcar uma visão homogênea, a partir da sua narrativa oficializou a década de 1930 como o início da Geografia no Brasil. Nessa perspectiva, a associação desconsiderou toda a forma anterior de se fazer Geografia, remetendo-se aos anos anteriores como “pré-história da Geografia” ou apenas “interesses geográficos”. Não existiu a preocupação de escrever sobre o ofício de geógrafo antes da institucionalização acadêmica. As afirmações realizadas pelos intelectuais da entidade expõem a concepção de conhecimento do período deles, uma perspectiva histórica de pensar a trajetória de um conhecimento geográfico apenas partindo da sua institucionalização enquanto ciência, com uma visão internalista. Compararam o ensino escolar à Geografia mnemônica e corográfica. Desse modo, a Seção São Paulo colocou como um saber menor a Geografia escolar, com a imposição da Geografia Moderna como o saber hegemônico, por meio das narrativas dos artigos produzidos pelos seus membros e publicados nos seus periódicos.

3.3 Saber escolar: revista *Geografia*, *Boletim da AGB* e *BPG*

A elite intelectual paulista que participou da fundação da USP optou por um vínculo mais estreito com a tradição intelectual francesa nas Ciências Humanas. Por meio de aliança com a diplomacia francesa, vieram professores para a construção/transformação de uma cultura local, conhecida como missão francesa. Convém reiterar que no início dos cursos da FFCL-USP as bibliografias, além de serem restritas, em sua maioria eram em idiomas estrangeiros, especialmente na língua francesa. Havia um obstáculo linguístico a ser superado pelos estudantes sem proficiência em francês, tanto em relação à língua que os professores ministravam suas aulas quanto às obras literárias utilizadas nos cursos.

Aziz Ab’Saber (1994, p. 222-223), que ingressou no curso Geografia e História na FFCL-USP em 1941, enquanto estudante, relatou sua experiência com o geógrafo francês Pierre Monbeig:

Havia um problema linguístico a ser superado. Não era fácil chegar a um país da então distante e marginalizada América Latina, e, de pronto, aprender o português e ministrar aulas na língua local. Enquanto aprendia e se exercitava na fala do português, Monbeig ministrava todas as suas aulas em francês. Cabia à professora Maria da Conceição Vicente de Carvalho a tarefa de paralelizar e fazer acréscimos aos temas tratados. A maioria dos alunos aceitou a solução encontrada e, certamente, beneficiou-se por ter tido a oportunidade de treinamento direto no terreno de uma

segunda língua. Na época, quase toda a bibliografia nuclear da Geografia Humana era elaborada ou divulgada em francês. As próprias obras e idéias dos grandes mestres alemães e norte-americanos das ciências geográficas chegavam ao Brasil, via língua francesa. Artigos fundamentais sobre o nosso país, publicados na França, durante a guerra de 1939 a 1945, chegavam ao Brasil por via diplomática.

A partir do relato de Aziz, pressupõe-se o quanto as produções dos periódicos da associação dos geógrafos contribuíram proporcionando uma bibliografia na língua nacional aos estudantes do curso de Geografia da FFCL-USP. Tempo depois, outros cursos surgiram e puderam usufruir dessas produções. Os periódicos produzidos pela AGB-Seção São Paulo, cujos editores eram os docentes da FFCL, catedráticos e assistentes, utilizaram essas produções para divulgar os conhecimentos que eles acreditaram ser relevantes para a formação dos estudantes de Geografia. Assim sendo, compreende-se que o currículo de FFCL formou diversos professores secundários, dialogando com os periódicos da entidade.

Deve-se assinalar que a revista *Geografia* e o *Boletim da AGB* são anteriores à segunda reforma estatutária de 1945, que visou a uma projeção nacional da entidade com a criação das seções regionais e dos núcleos municipais. O BPG surgiu em 1949, com a criação da Seção São Paulo. Apesar da diferença temporal e estatutária, alguns pesquisadores afirmam que existiu uma continuidade entre os primeiros periódicos da AGB e o BPG, uma vez que parcela dos seus membros estiveram envolvidos nas três produções¹⁷⁹ ou em pelo menos duas delas (AB'SABER, 1960; ANTUNES, 2008; ARANHA, 2017; AZEVEDO, 1949). Nesse momento, a investigação realizou uma análise entre as produções dos periódicos da AGB (*Geografia* e *Boletim da AGB*) e da Seção São Paulo (BPG), identificando o posicionamento da entidade e a ocorrência de continuidades e rupturas nesses periódicos em relação ao saber escolar de Geografia.

3.3.1 Revista *Geografia* e o saber escolar

A revista *Geografia* foi criada em 1935, antes mesmo de a AGB completar um ano de fundação. A produção de um periódico contribuiria para que a entidade pudesse se apresentar e divulgar sua produção acadêmica junto à comunidade científica nacional e internacional, projetando assim a conquista de reconhecimento e relevância de suas pesquisas e outras atividades. A revista teve uma curta duração, até 1936, com um número relevante de

¹⁷⁹ Por exemplo, Pierre Monbeig, Caio Prado Júnior, Aroldo de Azevedo, Aziz Ab'Saber, Nice Lecocq-Müller, Renato Silveira Mendes e Ary França.

publicações – no total, foram oito edições. Como visto, o segundo número diz que o material teve uma boa aceitação dos docentes do ensino escolar (vide pág. 39). Se houve certo excesso dos seus editores ao informar que a revista *Geografia* “obteve do público brasileiro uma acolhida inesperada” (*Geografia* nº 2, 1935, p. 116), não se pode descartar a relevância da publicação, porque no momento da sua inauguração eram poucos os periódicos que tratavam de Geografia e, sobretudo, do território brasileiro¹⁸⁰. A criação da revista teve a pretensão de atingir um grande público e contribuir na formação de uma escola geográfica brasileira:

A importância dos estudos geográficos é inegável em tal país; eles não foram aliás descurados; conhecem-se as admiráveis narrativas de explorações já publicadas, e contam-se também numerosos cientistas que se dedicaram ao reconhecimento geográfico do Brasil. Mas até agora estes trabalhos tinham permanecido como fatos isolados, não atingiam um grande público cultivado; sobretudo não formaram escola, e o Brasil não possui ainda uma turma de geógrafos. E este um dos objetivos principais que deve almejar o ensino de geografia na Universidade de S. Paulo; o gosto do público já está orientando neste sentido; constatamo-lo amplamente no curso de conferências que no ano passado realizamos em S. Paulo. (DEFFONTAINES, 1935, p. 8)

A publicação desse novo periódico geográfico poderia contribuir como uma referência bibliográfica nos cursos de formação de docentes no ensino superior ou na própria atualização/estudo do docente que já lecionava no ensino secundário. A comissão de redação do novo periódico era constituída pelos membros fundadores da associação dos geógrafos em São Paulo; no primeiro momento era composta por Dr. L. F. de Moraes Rego, Dr. Geraldo Paula Souza, Dr. Agenor Machado e Caio Prado Júnior. Após da saída de Pierre Deffontaines como docente da FFCL, houve o ingresso do Prof. Pierre Monbeig que, em seguida, assumiu a direção da associação e a comissão de redação do periódico.

À medida que novos números da revista *Geografia* eram publicados, a comissão de redação incorporou novas seções, como a criação do “Boletim da AGB”, “Livros” e “Notas e críticas”¹⁸¹. É importante comentar que o periódico teve também como objetivo mostrar o cotidiano da associação (reuniões, excursões e outros) e debates apresentados em suas assembleias. Os estudos apresentados nas assembleias, normalmente, eram publicados na *Geografia*. Diante disso, a partir dessa revista é possível compreender e recuperar parte do

¹⁸⁰ Na documentação do acervo Caio Prado Júnior, no IEB, existem registros de atas das assembleias ordinárias e cartas de diferentes pedidos de aquisição da revista *Geografia*, tanto para uso individual quanto de instituições particulares ou públicas.

¹⁸¹ Eram resumos e resenhas de trabalhos publicados em livros, revistas ou jornais. Divulgaram acervos documentais que seriam relevantes para os pesquisadores, como a Comissão Geográfica e Geológica do Estado de São Paulo, que havia sido extinta, mas depois voltou às atividades.

pensamento e das ações dos membros desse período, atuantes e construtores cotidianamente da entidade dos geógrafos em São Paulo.

Dentre as oitos edições da revista *Geografia*, foram destacados os seguintes textos que tratam mais diretamente do saber escolar (Quadro 3):

Quadro 3. Artigos da revista *Geografia* que tratam do saber escolar (1935-1936)

Ano	Ano/ nº	Forma textual/ seção	Título	Autor
1935	I / nº 2	Pesquisa	Regiões e paisagens do Estado de São Paulo: primeiro esboço de divisão regional	Pierre Deffontaines
1935	I / nº 4	Críticas e notas	O ensino secundário de Geografia	Pierre Monbeig, Aroldo de Azevedo e Maria Conceição V. de Carvalho
1935	I / nº 4	Livros	Aroldo de Azevedo: Geografia Humana (cursos pre-jurídicos); Geografia para quarta série. Vols. XXVI e XXXVIII da Biblioteca Pedagógica Brasileira. Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1934 e 1935	Pierre Monbeig
1936	II / nº 1	Cadeira de Geografia da FFCL	Excursão ao morro do Jaraguá e Visitas às Cia. Docas de Santos	José de Oliveira Orlandi
1936	II / nº 1		O film cinematographico na geographia	José de Oliveira Orlandi
1936	II / nº 4	Cadeira de Geografia da FFCL	O ensino da Geografia no curso secundário	Aroldo de Azevedo
1936	II / nº 4	Cadeira de Geografia da FFCL	A excursão no ensino da Geografia	João Dias da Silveira

Org. Maria Rita de Castro Lopes.

O texto escrito por Pierre Deffontaines, “O primeiro esboço de regionalização do Estado de São Paulo”, comentou a falta de pensar cientificamente o extenso território paulista. De acordo com o geógrafo francês, as divisões regionais existentes em São Paulo “[...] acham-se aqui ainda totalmente na infância. Na falta de melhor, adotou-se a divisão arbitrária criada pelas companhias de estradas de ferro” (DEFFONTAINES, 1935c, p. 119). Ao realizar a regionalização, ele teve como base as transformações da paisagem e a expansão cafeeira no território do estado. A importância de uma sistematização científica sobre o território paulista foi lembrada como uma forma de contribuição para os estudos dos secundaristas.

O trabalho do Prof. Deffontaines é a primeira tentativa científica de divisão regional do Estado de São Paulo que se faz entre nós. Será inútil encarecer a utilidade de um tal estudo: a divisão regional é um primeiro passo necessário a qualquer estudo sério de geografia local, uma base imprescindível para o conhecimento geográfico de um país. A falha até hoje existente neste terreno era sensível e tornava quase impossível uma compreensão verdadeiramente científica do nosso Estado. O Prof. Deffontaines, que em 1934 regeu a cadeira de Geografia da Universidade de S. Paulo, com sua dupla experiência de cientista e professor sentiu-a muito bem, e não quis deixar o país sem antes prestar mais este serviço á causa geográfica nacional. Há neste trabalho do Prof. Deffontaines, sem duvida, pontos a serem retocados e mesmo alterações a serem introduzidas. Mas em conjunto pôde-se dizer que é obra definitiva e que certamente prestará serviços relevante não só aos estudiosos da matéria, mas principalmente ao ensino da geografia em nossas escolas (N. da R.). (DEFFONTAINES, 1935c, p. 117, grifo nosso)

Pierre Deffontaines, após retornar à França, manteve seu diálogo com a AGB por meio de correspondência. O geógrafo francês, em uma carta a Caio Prado Júnior, escreveu sobre a sua preocupação em continuar recebendo alguns dados, fotos e pesquisas para desenvolver a primeira tentativa científica de divisão regional do estado de São Paulo¹⁸². Por último, o geógrafo preocupou-se com a repercussão do seu estudo “principalmente no ensino regional dos cursos secundários” (IEB, Doc. 02.01.01.07)¹⁸³. Na carta seguinte, Pierre Deffontaines informou a Caio Prado que a carta mural das regiões do Estado de São Paulo estava sendo impressa e logo mais seria enviada para o Brasil (IEB, Doc. 02.01.01.09).

O texto publicado na *Geografia*, apesar de ser o primeiro esboço de divisão regional de Deffontaines, “Regiões e paisagens do Estado de São Paulo”, não conta com nenhuma produção cartográfica¹⁸⁴; no entanto, o material contém fotografias de várias regiões do território paulista. Em 1936, foi publicada a continuação do estudo nos *Annales de Géographie*, “*Pays et paysages de l'état de Saint-Paul: première esquisse de division régionale*”, em que foi publicado o mapa “*Régions naturelles de l'état de Saint-Paul*”¹⁸⁵, com 19 regiões.

Realizar uma regionalização do estado de São Paulo empreendia grande esforço em decorrência da escassez de recurso financeiro para a realização de excursões e a limitação de estudos e dados sobre o território paulista; de certo modo, exigiu um esforço coletivo dos membros da entidade. Como se observou na carta que Caio Prado Júnior recebeu de Pierre Deffontaines, este estava realizando o trabalho diretamente da França, onde estruturaria o embasamento científico da regionalização a partir de informações já coletadas por ele e outras

¹⁸² Primeiramente, o esboço do trabalho foi publicado na revista *Geografia*, em 1934, “Regiões e paisagens do Estado de São Paulo- Primeiro esboço de divisão regional”.

¹⁸³ Em 1935, Caio Prado Júnior escreveu para Júlio de Mesquita falando sobre o interesse em publicar a carta mural do estado de São Paulo (IEB, Doc. 02.01.01.05).

¹⁸⁴ Infelizmente, não foi encontrada a produção cartográfica de Pierre Deffontaines no acervo da AGB-SP.

¹⁸⁵ Disponível em: https://www.persee.fr/doc/geo_0003-4010_1936_num_45_253_18590. Acesso em: 22 maio 2021.

que eram coletadas por alguns membros da associação. Desde o início da fundação da AGB, em 17 de setembro de 1934, a elaboração da regionalização do estado de São Paulo era um dos objetivos a serem tratados pela entidade, principalmente por Pierre Deffontaines, como é possível constatar na sua ata de fundação¹⁸⁶ (IEB, Doc 01.02.01, livro de atas de reuniões).

Influenciar no conhecimento da disciplina escolar também tem sua importância para os cientistas, porque ela contribui na difusão e no reconhecimento social de determinados saberes que são desenvolvidos na academia (CAPEL, 1989). O fato de Deffontaines ser um geógrafo experiente, vindo de um país no qual o ensino básico era mais estruturado, talvez permitisse a ele compreender a relevância dessa etapa do ensino para mudar certas tradições geográficas, haja vista a preocupação do geógrafo francês no desenvolvimento de estudos regionais que seriam apresentados às escolas básicas, extrapolando a academia e as demais instâncias governamentais.

É interessante constatar que a regionalização, com o passar do tempo, tornou-se uma vulgata do ensino de Geografia brasileiro (PEREIRA, 2019; SILVA, 2018). Alguns pesquisadores compreendem que a regionalização foi uma proposta de modernização do ensino de Geografia no país (PONTUSCHKA *et al.*, 2007; ROCHA, 1996) para romper com um ensino baseado na enumeração de dados.

Foi na quarta edição que surgiram os textos que trataram ou dialogaram pontualmente com o saber geográfico escolar, dentre eles se destaca a proposta curricular¹⁸⁷ “O ensino secundário de Geografia”, apresentado na seção “Críticas e notas”, escrito em 1935. Aqui, optou-se por dar mais atenção a esse texto, com respeito à proposta curricular que já foi citada em algumas pesquisas, porém ainda pouco investigada, como o seu contexto de elaboração e níveis de influência sobre os programas oficiais de ensino. A leitura da proposta curricular da AGB permitiu compreender mais profundamente sobre os saberes geográficos que eram socialmente valorizados pela entidade e selecionados por seus membros devido a sua importância no ensino e na aprendizagem nessa etapa de escolarização.

¹⁸⁶ O trabalho de regionalização de São Paulo continuou com geógrafo Pierre Monbeig e coletivamente com os seus discípulos, tanto que eles desenvolveram monografias de algumas regiões paulistas a partir da sua familiaridade. Por exemplo, Maria Conceição V. de Carvalho desenvolveu de Santos, região em que nasceram ela e seus familiares. Como já comentado, os pesquisadores franceses chegaram com fôlego para realizar estudos geográficos do Brasil. Na terceira revista *Geografia*, Pierre Monbeig também realizou um estudo regional, ocupando-se apenas em aprofundar o seu conhecimento em uma região, o norte do Paraná, identificada pelo autor como uma região economicamente paulista. Certamente, foi um dos primeiros estudos de Monbeig sobre a noção de franja pioneira, no qual analisou a expansão territorial capitalista pelo Brasil. Para saber mais, consultar a pesquisa de Carlos Eugênio Nogueira (2013), *O Lugar da fronteira na Geografia Brasileira*.

¹⁸⁷ A partir de um sentido mais amplo, para Goodson (*et. al.*, 2018, p.20) o currículo pode ser compreendido “como todo um conjunto de discursos, documentos, histórias e práticas que imprimem identidade nos indivíduos no processo escolar”.

No dia 4 de novembro de 1935, durante a 22ª reunião ordinária da AGB, Aroldo de Azevedo pediu a palavra e sugeriu a primeira proposta educacional da entidade, um projeto de programa para o ensino secundário de Geografia (IEB, Doc. 01.02.23), para ser apresentada ao Ministro da Educação. Azevedo, que ainda não tinha ingressado no curso da FFCL, possivelmente, era um dos sócios mais atentos às reformas e aos acalorados debates educacionais do período, por ser professor do ensino básico e autor de livro didático. Após a proposta ser aceita pela assembleia, Pierre Monbeig, Aroldo de Azevedo e Maria Conceição Vicente de Carvalho¹⁸⁸ ficaram incumbidos de criar o programa de ensino da disciplina de Geografia para o curso secundário, que foi aprovado na assembleia seguinte pelos outros membros e, em seguida, enviado para as seguintes autoridades:

Almeida Júnior, da Diretoria de Ensino do Estado de São Paulo; Gustavo Capanema, ministro da Educação e Saúde Pública; Cantídio de Moura Campos, secretário de Educação e Saúde Pública de São Paulo; Fernando de Azevedo, diretor do Instituto de Educação de São Paulo; Anísio Teixeira, secretário de Educação do Distrito Federal; e Nóbrega da Cunha, diretor do Ensino Secundário do Distrito Federal. (SEABRA, 2008, p. 106)

Nas cartas enviadas as autoridades redigiram o seguinte texto, assinado pelo secretário Caio Prado Júnior:

São Paulo, 16 de novembro de 1935

Exmo. [...]

Tenho a honra de passar às mãos de V. excia. o projeto de programa para o ensino da Geografia nos cursos secundários, elaborado por uma comissão designada para este fim pela Associação dos Geógrafos Brasileiros, de S. Paulo, e composta dos Srs. Pierre Monbeig, da Universidade de S. Paulo, Dr. Aroldo de Azevedo e D. M. Conceição Vicente de Carvalho.

A A.G.B. tomou esta iniciativa porque trata-se no momento atual da reforma do nosso ensino secundário, e no cumprimento do seu programa, ela não poderia deixar de trazer esta sua contribuição que ora tem a honra de submeter á esclarecida apreciação de V. Excia.

Aproveito o ensejo para apresentar a V. Excia. os protestos da minha alta estima e destinta consideração.

Caio Prado Júnior
Secretario

(IEB, Doc. 02.02.03)

A proposta curricular foi elaborada da primeira até a quinta série do ensino secundário, etapa denominada como ensino ginásial. A princípio os autores defenderam a necessidade de

¹⁸⁸ Maria Conceição Vicente de Carvalho (química pelo Mackenzie) foi professora de Geografia do ensino secundário no colégio Mackenzie de 1929 até 1945. Possivelmente por isso participou diretamente da elaboração da proposta. Ingressou na FFCL em 1936. Depois de concluída a graduação, foi professora adjunta e assistente da FFCL-USP de 1939 até 1946. Realizou o primeiro doutorado em Geografia no país, *Santos e a Geografia Humana do litoral paulista*, sob orientação de Pierre Monbeig. Após 1946, a geógrafa trabalhou em diversas instituições importantes para a Geografia brasileira: CNG (1946), Universidade do Brasil (1947-1958), PUC-RJ (1950-1953), Faculdade de Filosofia de Sorocaba (1956-1958) e Faculdade de Filosofia de Marília (atual UNESP, 1959-1972). A geógrafa participou da AGB tanto na Seção São Paulo quanto na Seção Rio de Janeiro.

modernização do ensino de Geografia para superar o ensino mnemônico, “para uma compreensão científica da matéria”. No entanto, existia uma preocupação pedagógica, alertando aos professores que a finalidade intelectual do ensino de Geografia no ensino secundário não era formar geógrafos, mas sim desenvolver uma “cultura geral e não de especialidades” (MONBEIG *et al.*, 1935, p. 77).

Os autores prescreveram, a princípio, como deveriam ser as principais características de aprendizagem em cada série¹⁸⁹. Em seguida, expuseram uma lista concisa com os conteúdos para cada uma delas. Enfatizaram a necessidade de iniciar o ensino secundário com conteúdos concretos, mais próximos da realidade dos estudantes. Sugeriram que gradativamente os estudantes fossem expostos aos conteúdos abstratos equivalentes à Geografia Geral. Essa perspectiva, partir do concreto para o abstrato, ou do local para o geral, aproximou-se à concepção de ensino que atualmente chamamos de círculos concêntricos, apesar de não usarem essa denominação ao longo do texto, que era também utilizada na disciplina de História. Pode-se dizer que, nesse período, o método de ensino a partir do círculo concêntrico não era nenhuma novidade, já havia um consenso na comunidade pedagógica sobre sua importância, inclusive era apoiado pelos entusiastas do movimento Escola Nova (DIAS, 2013).

Nas listas de conteúdos estão presentes alguns elementos que guardam cunhos típicos do ensino de Geografia na década de 1930, a exemplo do conteúdo de astronomia na primeira série, muito próximo aos currículos contemporâneos, como também existem conceitos que não são mais usuais no ensino da disciplina, por trazerem uma visão organicista sobre o social e uma perspectiva hegemônica da cultura europeia em relação às outras formas de cultura, como o estudo do “Homem e o meio: gênero de vida”, além de “Graus de civilização” e “Raças”. Esses termos demonstram a influência francesa da Geografia vidalina na proposta curricular. Para a AGB, era importante incorporar esses novos léxicos no cotidiano escolar das aulas de Geografia, com possibilidades de prescrições curriculares, formações de professores e livros didáticos, entendendo que era uma forma de modernizar o ensino da disciplina.

¹⁸⁹ Em suma, a primeira série deveria ser mais concreta e familiar, partindo da Geografia local e brasileira, para aos poucos conduzir ao geral. Na segunda série o ensino deveria ser voltado aos estudos dos continentes, apesar da proposta de trazer uma Geografia Moderna, que substituiria o antigo sistema nomenclatura e mnemônico; no entanto, não se tratou de radicalizar e eliminar qualquer tipo de nomenclatura na proposta curricular, “mas sim incorporá-lo ao ensino de modo inteligente e refletido” (MONBEIG *et al.*, 1935, p. 78). Na terceira série, propunha-se estudar a Geografia do próprio país. Na quarta série, o estudo era voltado à Geografia Geral, caracterizado pelos autores como o ano no qual os estudantes encarariam mais conteúdos científicos e abstratos para compreender o que é a ciência geográfica. Por último, no quinto ano, ressaltava-se que no ano seguinte os discentes ingressariam no ensino superior, por isso aspectos da Geografia Geral deveriam ser aprofundados, como relações políticas, cultura geral, economia e meio físico.

Apesar de a proposta curricular envolver uma aura de cientificidade, seus elaboradores reconheceram que o objetivo da Geografia no ensino secundário não era a formação de geógrafos. De acordo com Goodson (2001), uma proposta curricular não deve ser lida e compreendida como um catálogo desligado de intencionalidades. A ciência geográfica estava se institucionalizando no ensino superior paulista, sendo importante a transposição dos saberes geográficos legitimados pela associação para o ensino escolar e sua introdução na cultura escolar, para romper com o conhecimento considerado mnemônico, como foi apresentado no subcapítulo anterior. Os autores do currículo faziam parte da FFCL-USP, local em que seria formada parcela significativa dos futuros professores e, por essa razão, dariam suporte para a implementação dessa proposta curricular, caso tivesse sido viabilizada.

Deve-se lembrar que o ensino secundário possuía um caráter elitista: eram poucos os jovens que conseguiam romper com a barreira de classe social para prosseguir nele. Inúmeros necessitavam ingressar logo no mercado de trabalho; assim, não disponibilizavam de tempo para acompanhar as exigências dessa etapa do ensino. A proposta curricular da associação reconhece a erudição do ensino secundário ao apresentar, no início da quinta série, que o “estudante sonha com a Universidade e, por isso, sente de modo confuso que vai se tornar membro de uma certa comunidade intelectual” (MONBEIG *et al.*, 1935, p. 79).

A AGB era uma comunidade científica recém-criada, com apenas um ano, e ainda com poucos membros. Enviar uma proposta curricular poderia ser uma estratégia para receber mais reconhecimento de outras instâncias governamentais, que ultrapassassem o território de São Paulo. Deve-se lembrar que, nesse momento, os políticos e a elite paulista disputavam hegemonia com o governo federal¹⁹⁰, situado no Rio de Janeiro.

Foram localizadas apenas duas cartas das autoridades educacionais que são devolutivas da proposta curricular da AGB. Uma está registrada no nome do chefe da educação secundária e normal do governo federal, Eusébio P. Thomazzo, que acusou e agradeceu o envio da proposta de Geografia. A outra foi escrita por Carlos Drummond de Andrade, enquanto técnico do Ministério da Educação, que também acusou o recebimento e agradeceu, e em seguida informou que a contribuição seria considerada, com apreço, pelo órgão técnico do ministério (IEB, Doc. 02.02.46). Infelizmente, continua uma lacuna, pois não foram localizados outros documentos históricos que mostrassem mais devolutivas e continuidade de diálogo com os gestores públicos em relação ao envio da proposta curricular. Desse modo, não é possível afirmar o quanto a proposta elaborada pela AGB influenciou na elaboração do programa curricular oficial, mas

¹⁹⁰ Apenas em 1936 foi criada a AGB no Rio de Janeiro.

certamente pode-se inferir que os saberes selecionados na proposta estiveram presentes nos cursos oferecidos pela associação aos professores e nos livros didáticos de Aroldo de Azevedo.

Ao realizar uma breve comparação entre a proposta curricular da AGB e o programa curricular do governo federal, durante a gestão Francisco Campos, desenvolvida por Delgado de Carvalho e outros colaboradores, é possível identificar algumas semelhanças entre os conteúdos selecionados por ambos. Dois elementos diferenciam o saber entre eles; um é a ordenação do conteúdo, por exemplo: na proposta da AGB, a Geografia do Brasil se concentrou exclusivamente na terceira série (Geografia Geral do Brasil), enquanto no programa oficial a Geografia do Brasil está na segunda (Geografia Física do Brasil), na terceira (Geografia Política e Econômica do Brasil) e na quarta séries (Geografia Regional do Brasil), junto com outros conteúdos. A presença da Geografia do Brasil reforçada em todas as séries indica que a seleção de saberes pelo governo federal, nesse momento, já tinha o propósito de desenvolver um sentido nacionalista/patriota no ensino básico¹⁹¹, ao passo que a proposta curricular de Geografia da AGB não possuía um conteúdo de Geografia do Brasil tratado de forma tão profunda e sistemática. Existiu a presença de parte prática contemplada em todas as séries do currículo oficial, que na proposta da AGB só apareceu na quarta série (“leitura de cartas topográficas. Leituras de cartas meteorológicas. Explicação de estatística e de gráficos. Excursões”) (MONBEIG *et al.*, 1935, p. 82).

Pierre Monbeig, na quarta edição, apresentou outro texto que fez considerações positivas dos dois livros de Geografia Humana publicados por Aroldo de Azevedo¹⁹², um para os cursos pré-jurídicos e outro para a quarta série¹⁹³. Exaltou que os livros didáticos de Azevedo envolveram propostas próximas às dos livros de Delgado de Carvalho, envolvendo o ensino de Geografia Moderna, por apresentarem ao aluno uma “geografia racional e científica”. Para Monbeig, o mérito fundamental de Azevedo apoiou-se em abandonar “completamente as fastidiosas enumerações, de nomes e algarismos” (MONBEIG, 1934/1935, p. 96). No entanto,

¹⁹¹ É interessante comentar da avaliação da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro (SBRJ) em relação à proposta de ensino ginásial, para ter dimensão da preocupação em desenvolver um sentido patriótico nos jovens. Em 1941, a SBRJ publicou um texto avaliando a programa de ensino oficial, no qual destacou a necessidade da inclusão de uma “Geografia Patriota” (SBRJ, 1941, p. 200), mesmo com todas as séries do programa oficial possuindo o conteúdo de Geografia do Brasil.

¹⁹² Na quarta edição, “Reflexões sobre um trabalho inútil”, escrito por Pierre Monbeig em duas páginas, faz-se uma crítica negativa severa a um texto publicado pela *Revista do Instituto de História e Geografia do Estado de São Paulo* em 1935, de Affonso A. de Freitas, “Capítulos de Geografia Physica de S. Paulo”. O autor colocou que o texto exagerou na enumeração de nomes e dados da Geografia Física. Aproveitou também para valorizar as pesquisas geográficas desenvolvidas pelos agebeanos, classificando-as como modernas.

¹⁹³ Aroldo de Azevedo havia realizado a doação de um exemplar de cada livro para a AGB no dia 1º de junho de 1935, quando se tornou também sócio da entidade dos geógrafos (IEB, Doc. 01.02.18 e 02.01.03.07).

o geógrafo francês não se eximiu de levantar um ponto negativo nas obras, porque ambas negligenciaram os elementos da Geografia Física, tão necessários para analisar e compreender dados das atividades humanas e econômicas na Geografia Regional. Ele ressaltou que é “preciso não cair nos mesmos excessos, mas inversos, dos passados defensores de um determinismo geográfico estreito” (MONBEIG, 1934/1935, p. 97).

É substancial ressaltar novamente a importância dos livros didáticos nesse período, pois na inexistência de uma organização curricular, muitas vezes, eram os livros didáticos que unificavam as ideias do que deveria ser ensinado na escola. Tanto os professores quanto os autores dos livros didáticos não possuíam uma formação específica em Geografia (ALBUQUERQUE, 2011, p. 42), assim como Aroldo de Azevedo, quando escreveu esses dois livros, ainda não tinha ingressado como estudante do curso de Geografia.

Nas últimas revistas *Geografia*, em 1936, lançaram uma proposta voltada ao ensino, denominada de “Cadeira de Geografia”. Essa seção teve a intenção de registrar as atividades desenvolvida na FFCL, possuindo alguma relação com a Geografia desenvolvida no ensino secundário e contribuindo para uma renovação pedagógica a partir de práticas e uso de materiais didáticos.

Em 3 de junho de 1935, José de Oliveira Orlandi se tornou sócio da AGB (IEB, Doc. 01.02.15), tendo uma participação significativa na entidade em 1936, como secretário do periódico e realizando publicações na seção de ensino, no qual apresentou alguns procedimentos metodológicos e recursos didáticos para o trabalho com a Geografia nos ensinos superior e básico. Orlandi foi professor em uma escola primária pública e publicou material didático de alfabetização em 1930. Em 1937, licenciou-se na primeira turma do curso de Geografia e História da FFCL-USP. Ademais, trabalhou como jornalista no jornal *O Estado de São Paulo* e foi um dos fundadores do Museu da Aeronáutica no Parque do Ibirapuera. Orlandi parece ter sido uma pessoa versátil e, provavelmente, a sua atuação na AGB ocorreu enquanto educador e jornalista. Ele produziu dois textos publicados na seção “Cadeira de Geografia”: “Excursão ao morro do Jaraguá”¹⁹⁴ e “Visitas às Cia. Docas de Santos”, no qual fez um registro dos trabalhos de campo realizados pela entidade. Também escreveu os textos “Methodo de Geographia Humana” e “O film cinematographico na Geografia”.

Em o “Methodo de Geographia Humana”, Orlandi (1936) elencou os principais pontos da palestra proferida pelo professor Pierre Monbeig no Instituto de Educação da Universidade

¹⁹⁴ Foi realizada na assembleia ordinária de 3 de junho de 1935 uma comunicação por Orlandi, sobre um filme da excursão realizada no Morro do Jaraguá chefiada por Pierre Deffontaines (IEB, Doc. 01.02.17).

de São Paulo. Em suma, o interessante desse relato é a necessidade de apresentar a geografia enquanto “um ensino vivo, concreto”, a partir da “confecção e interpretação de mapas, interpretação de fotografias, leituras” e das excursões didática. De acordo com Lira (2017, p.179), para Monbeig “os princípios geográficos são apresentados junto às práticas e exercícios que se fundamentam pela valorização do concreto: ancoram-se no trabalho de campo e na descrição da paisagem”. A proposta curricular elaborada pela associação em 1935 já apresentou essa necessidade de trabalhar com o concreto, principalmente com as crianças mais novas, para depois introduzir os temas mais abstratos, conforme progredia no ensino secundário. A palestra foi realizada a pedido do Instituto de Educação, provavelmente o seu público fosse principalmente o de professores do ensino primário.

Em “O film cinematographico na Geografia”, escrito também por Orlandi, nota-se uma preocupação com a didática-pedagógica do ensino de Geografia nas escolas que não foi observada anteriormente em outros textos. É provável que essa preocupação seja resultado da sua experiência enquanto diretor e organizador da Biblioteca Central Pedagógica da Secretaria de Educação, cargo que assumiu em 1936, sendo idealizador do cinema educativo (GOLOMECK, 2016, p. 537) e estudando a sua melhor forma de expansão nos estabelecimentos de ensino, algo que era muito incentivado pelos escolanovistas. Orlandi, no texto, apresentou o filme como um instrumento a ser utilizado para a educação geral. O autor teve contato com uma revista francesa chamada *Film* e comentou sobre um artigo desenvolvido pela professora de Geografia Geneviève Verger-Tricom, do Liceu de Moços de Tourcoing, que escreveu sobre a sua experiência com filme em sala de aula. Orlandi ressaltou que a Geografia na escola deve contribuir com o “saber observar” e o “saber compreender”. Como os filmes são dinâmicos, o professor pode pausar ou usar uma luz para salientar no vídeo as observações necessárias aos seus estudantes. Vale comentar que o uso de filme como um recurso didático para a aprendizagem da Geografia escolar era um interesse do José Orlandi e não de outros membros da associação, porque não foi identificado outro texto que abordasse o tema nos periódicos da entidade durante o período investigado.

Aroldo de Azevedo, em sua publicação “O ensino de Geografia no ensino secundário”, iniciou com uma narrativa da Geografia escolar no país, descrevendo-a como desinteressante e cansativa, com “citações incríveis de nomes e números, sem qualquer observação de fundo científico, sem uma só dedução dos dados obtidos, sem uma conclusão tirada da observação dos fatos” (AZEVEDO, 1936, p.2). O autor distinguiu com qualidades positivas a Geografia que era proposta por Delgado de Carvalho, assim como na Europa e nos Estados Unidos. Em

seguida, o geógrafo reconheceu que para mudar a concepção de Geografia na escola, a fim de que fosse plantada “semente de boa orientação e dos novos métodos”, era necessário oferecer a oportunidade de formação dos professores. Desse modo, para ele essa semente iniciou-se com a reforma de 1934, possibilitando a criação da FFCL-USP e da AGB:

Quer-nos que, pelo caráter e pelos meios de que dispor, deve caber à ASSOCIAÇÃO DOS GEÓGRAFOS BRASILEIROS a alta missão de trazer para o bom caminho as ovelhas desgarradas que inda não quiseram se convencer das vantagens dos novos métodos. Procurar, por todos os modos, combater tal anacronismo, por em realce as modernas diretrizes do ensino geográfico e dar ânimo ao que se propõem realizar alguma coisa de última, nesse sentido. (AZEVEDO, 1936)

Azevedo citou a necessidade de recrutar uma “campanha” com ações estratégicas para divulgar e ensinar a Geografia Moderna entre os professores do secundário e, em seguida, esses profissionais ensinariam nas escolas. Para o autor, o método moderno era tão revolucionário que se fazia necessário ensiná-lo de forma prudente e por etapas, para não chocar e gerar repulsa entre os professores.

João Dias da Silveira (1936) descreveu de forma minuciosa as etapas de preparação de uma excursão didática para os professores do ensino escolar a partir da realidade francesa, na qual é conhecida como “lições das coisas”. Em seguida, comentou que tal método de ensino no Brasil é pouco utilizado. Para ele, por isso a “Geografia ai deturba, falha, desinteressante, por isso que perde seu aspecto de estudo da realidade imediata” (SILVEIRA, 1936). Conforme o relato de um aluno de Silveira de quando ele era professor do ginásio, ao realizar uma excursão didática: “Ficamos encantados com o panorama de lá divisamos e por verificarmos a realidade do que teoricamente havíamos estudado” (SILVEIRA, 1936).

É possível notar na revista *Geografia* uma preocupação com o saber geográfico escolar e sua transmissão ao abordar textos que trataram de recursos didáticos como o trabalho de campo e a utilização de filmes. De certo modo, pensando na dimensão pedagógica, eles se aproximaram do método da Pedagogia Ativa do movimento escolanovista. No entanto, quanto à preocupação de superar a Geografia Mnêmica e difundir e criar uma hegemonia da Geografia Moderna, entende-se como a preocupação central da AGB.

3.3.2 Boletim da AGB e o saber escolar

O *Boletim da AGB* teve início em 1941, primeiramente como uma seção do RBG do CNG, e nas edições seguintes como um periódico próprio. Seu diretor foi Ary França, mas

pode-se dizer que o periódico foi dirigido por várias mãos da diretoria da AGB em São Paulo. As publicações não dão continuidade à seção “Cadeira de Geografia da FFCL”. No entanto, é possível identificar dois textos nas cinco publicações do *Boletim da AGB* que mostraram o posicionamento da entidade em relação ao saber escolar, ambos publicados em novembro de 1944, no número 5: “Os concursos de Geografia para o magistério secundário”, de Aroldo de Azevedo, e “Programa de Geografia para os colégios”, de Ary França. O primeiro texto foi apresentado neste capítulo (vide p. 107), ao tratar dos estudantes egressos de Geografia da FFCL aprovados no concurso de professores para “as cadeiras de Ginásios e Escolas Normais” no estado paulista em 1943. Deve-se lembrar que o texto mostrou o quanto a AGB era uma extensão da FFCL, ao se mostrar tão dedicada na exposição do índice de aprovação dos seus egressos no concurso do estado.

Em relação ao saber escolar, Aroldo de Azevedo e João Dias da Silveira, enquanto professores universitários, participaram da organização do concurso e da avaliação dos concursados. Outros três professores catedráticos de estabelecimentos oficiais do estado participaram como examinadores: “prof. Duílio Ramos, do Ginásio de Campinas; prof. Antônio Morais Sampaio, da Escola Normal de Piracicaba; e o prof. Elisiário Martins de Melo, da Escola Normal Peixoto Gomide, de Itapetininga” (AZEVEDO, 1944, p. 86). A prova escrita apresentou um corpo de saberes selecionados do próprio programa oficial para o curso ginásial. No dia da prova foi sorteado um número contendo dois temas, sobre os quais os candidatos tiveram três horas para escrever (Quadro 4).

Quadro 4. Temas do concurso para cadeiras geografia nos ginásios e escolas normais paulistas de 1946

1º Estações. O vale do São Francisco: estudo regional.
2º A forma da Terra e suas conseqüências. A região do Baixo Amazonas.
3º O ciclo dos litorais. A baixada do Paraguai.
4º Topografia de “cuesta”. Litoral de São Paulo: estudo regional.
5º Ciclones e anti-ciclones. Zonas “pioneiras” do Brasil Meridional.
6º Climas de Monções. O vale do Paraíba do Sul: estudo regional.
7º Correntes marinhas do Atlântico. O sertão do Nordeste: estudo regional.
8º Regimes fluviais. Recôncavo baiano: estudo regional.
9º População: zonas de densidade. A planície riograndense do sul: estudo regional.
10º Tipos de colonização. As chapadas do Nordeste Brasileiro.
11º O “habitat” rural e o meio. Tipos de costas no Brasil.
12º Localização dos centros urbanos. O problema da classificação dos climas brasileiros
13º Tipos de estradas. Regime de rio Amazonas.
14º Canal do Panamá. O mestiço brasileiro.
15º Tipos de agricultura. Distribuição da população brasileira.
16º Comércio mundial do carvão. Colonização alemã no Brasil.
17º América do Sul: estrutura geológica.
18º O vale do São Lourenço: estudo regional. Os portos brasileiros.

19° Península Ibérica: regiões naturais. A siderurgia no Brasil.
--

20° Austrália: paisagens vegetais. A cidade de São Paulo.

Fonte: Boletim da AGB nº 5, 1944.

A lista não pediu enumeração de nomes de rios e relevos, como ocorria na tão criticada Geografia dita Clássica ou Mnemônica pela associação dos geógrafos. Os pontos apresentaram normalmente um tema contemplando assunto da Geografia Física e outro da Geografia Humana. Na lista é possível mencionar alguns pontos que provavelmente foram influenciados pelos professores universitários, como a presença significativa das regionalizações e concepções como “*habitat* rural e o meio”. Outro elemento que chamou a atenção é que a lista supracitada não abordou diretamente a Cartografia, um conhecimento tão caro à Geografia. Apesar disso, indiretamente, entende-se que o candidato teria condições de abordar questões cartográficas em cada item da lista. No entanto, na prova prática a Cartografia foi o tema central da avaliação.

É relevante ressaltar que Azevedo e Silveira tiveram o controle de dois momentos importantes no concurso, tanto na seleção do corpo de conhecimentos quanto na avaliação dos candidatos. Na conclusão do texto, observa-se o controle que os professores da FFCL visaram exercer no interior do sistema de ensino, ao avaliarem nos candidatos o conhecimento culturalmente válido pela academia no ingresso do ensino secundário, que consistiu no domínio dos saberes da dita Geografia Moderna, visando a difusão e a consolidação dessa tendência teórico-metodológica:

Mas há um fato que não podemos deixar de pôr em destaque: a vitória da moderna Geografia nessa pugna decisiva, travada pelo bem de nossa cultura. Inegavelmente, o ensino geográfico só teve a lucrar com as provas realizadas; a Geografia saiu enaltecida e um sangue novo veio fortalece-la, nas principais cidades do estado. E isto já foi alguma cousa. (AZEVEDO, 1944, p. 89)

Em 1942, a divisão do ensino secundário criada por Francisco Campos foi reajustada na Reforma Capanema, com o estabelecimento do ciclo ginásial em quatro anos¹⁹⁵ e do ciclo colegial em três anos, divisão que permaneceu na estrutura do ensino brasileiro até o início de 1970. Em 1944, como ainda não havia o decreto do programa de Geografia para as três séries do 2º ciclo do curso secundário, novamente, a associação aproveitou o momento da reforma para elaborar e apresentar uma proposta curricular, assegurando suas concepções geográficas para essa etapa do ensino e enviando-as para o ministro da Educação. Diferentemente da

¹⁹⁵ Na programação curricular do ginásio, a disciplina de Geografia se dividiu da seguinte forma: 1ª e 2ª séries com duas aulas de Geografia Geral; e 3ª e 4ª séries com duas aulas de Geografia do Brasil.

proposta curricular de 1935, essa praticamente não foi citada em outras pesquisas acadêmicas relacionadas à história da Geografia escolar ou da associação.

Os debates para a elaboração da proposta se iniciaram em abril, com publicação em novembro no periódico da AGB. Diversos autores a redigiram: Pierre Monbeig, Maria Conceição Vicente de Carvalho, José R. Araújo, Renato Silveira Mendes e Ary França. Existiram duas sessões nas quais professores de Geografia das escolas da capital paulista foram convidados para dar sugestões. Não foi possível identificar quantos professores do ensino básico participaram dessas sessões.

A primeira série era voltada para a Geografia Geral, a segunda série trataria de Geografia Humana e a terceira série da Geografia do Brasil, com a preocupação de tecer os conhecimentos de Geografia Física, Humana e Regional para os estudos sobre o país. Ao contrário da proposta curricular apresentada em 1935, essa possui uma listagem maior de conteúdo. Para exemplificar, na terceira série propôs-se 37 tópicos para serem ensinados, apesar de afirmarem não ser “um programa de grandes Unidades, como os outros” (FRANÇA, 1944, p. 92). Nesse período, provavelmente as propostas eram mais extensas, porque o ensino secundário no país tinha perdido pouco do seu caráter elitista, mantendo-se um privilégio social, sendo difícil o seu acesso e a sua conclusão. Muitos jovens precisavam ingressar no mercado de trabalho precocemente para contribuir com a renda familiar e não dispunham de tempo para acompanhar o ritmo escolar, ainda mais a partir de um currículo de “cultura geral” extenso e amplo de disciplinas e conteúdos no ensino colegial. Como visto, no curso de Geografia da FFCL-USP perpetuou-se uma tendência academicista, que levou os autores da proposta curricular a prescreverem e privilegiarem essa característica no um ensino secundário.

Os temas voltados ao 1º ciclo se repetem no 2º ciclo, a diferença é que este possui um grau de detalhamento e aprofundamento maior, inclusive termos como “gênero de vida” e “raça” continuam presentes, sendo característicos da Geografia de tradição francesa. Existiu certo esforço da associação em São Paulo em direcionar a Geografia Moderna para a escola, a partir do currículo prescrito, como um saber dominante no ensino secundário, no sentido de ser incorporada e transmitida pela cultura escolar. Não houve um cuidado com a dimensão pedagógica, como visto na proposta curricular anterior, por exemplo, na tentativa de partir do concreto para o abstrato e da utilização dos recursos didáticos. A preocupação anterior existiu tendo em vista que a proposta curricular tratou das séries iniciais do ensino secundário, sendo

os estudantes mais novos¹⁹⁶. Já a nova proposta destinou-se aos estudantes das séries finais do ensino secundário; talvez houvesse o interesse de aproximá-los de um ensino mais abstrato e próximo ao acadêmico.

3.3.3 *Boletim Paulista de Geografia* e o saber escolar

Em 1949, a Seção São Paulo lançou o *Boletim Paulista de Geografia*, após seis anos da finalização do *Boletim da AGB*. Fora os textos já comentados que narram a história da Geografia no país, identificaram-se poucos textos destinados ao saber escolar. De 1951 até 1966, a Seção São Paulo dividiu setorialmente o BPG, classificando os trabalhos dos seus associados por tema; dentre eles existiu a Seção de Ensino (Quadro 5). Em seguida, apenas na década de 1970 identificaram-se dois textos publicados que discutem as reformas educacionais durante a ditadura militar.

Quadro 5. Texto da Seção de Ensino do BPG (1950-1966)

Mês /ano	nº	Título	Págs	Autor	Quem são
jul. 1951	08	Traços essenciais da Geografia Física do Perú	45-58	Alfonso Trujillo Ferrari	Pós-graduação na Escola Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo. Antropólogo graduado pela Universidad Nacional Mayor de San Marcos, de Lima.
jul. 1952	11	Textura da drenagem e sua aplicação geomorfológica	53-57	Ruy Ozório de Freitas	Sócio-efetivo da AGB. Professor da cadeira de Geologia e Paleontologia da Faculdade de Filosofia da USP.
jul. 1953	14	Os diagramas geográficos e sua aplicação	38-49	João Soukup	Sócio-cooperador da AGB. Professor de Cartografia na Faculdade da USP e na PUC-SP.
out. 1953	15	Os cartogramas e sua aplicação em Geografia	52-61	João Soukup	Sócio-cooperador da AGB. Professor de Cartografia na USP e na PUC-SP.
jul. 1955	20	Levantamentos expeditos em Pesquisa de Geografia	77-97	João Soukup	Sócio-cooperador da AGB. Professor de Cartografia na USP e na PUC-SP.
out. 1955	21	A prancheta e sua utilização em trabalhos geográficos	69-79	João Soukup	Sócio cooperador da AGB. Professor de Cartografia na USP e na PUC-SP.
jul. 1958	29	Contribuição para um vocabulário Geológico (A-L)	65-99	Aroldo de Azevedo	Professor da cadeira de Geografia do Brasil da USP.

¹⁹⁶ Tanto que a hipótese é confirmada a partir do texto de Monbeig (1945, p. 164), “Geografia no ensino secundário”, publicado na *Boletim Geográfico*: “Mas os alunos dos cursos secundários não constituem uma matéria prima uniforme: a separação entre ginásio e colégios concretiza sabiamente a enorme diferença que separa as crianças dos adolescentes. É muito cômodo falar em ensino secundário como se os espíritos com os quais trabalham os pedagogos são os mesmos durante tôda a duração do ensino secundário! De um ano para outro, e sobretudo nas vizinhanças de doze e treze anos, mentalidade e a capacidade intelectual dos alunos se modifica prodigiosamente. Nas primeiras séries ginasiais, são ainda crianças cuja capacidade de abstração é ainda muito limitada, e com as quais, em consequência, o ensino da geografia não pode se afastar do concreto e da linguagem familiar. [...] Quanto ao segundo ciclo, sem dúvida o professor pode permitir uma maior ambição, mas sem esquecer que os alunos não possuem ainda cultura filosófica, sem a qual as posições dogmáticas das diversas ciências tornam-se incompreensíveis”.

out. 1958	30	Contribuição para um vocabulário Geológico (M-Z)	63-93	Aroldo de Azevedo	Professor da cadeira de Geografia do Brasil da USP.
mar. 1961	37	Notas sobre o ensino de Geografia em Universidades dos Estados Unidos	66-90	Aroldo de Azevedo	Professor da cadeira de Geografia do Brasil da USP.
jul. 1961	38	O livro didático: sua grande missão e suas condições	43-56	Aroldo de Azevedo	Professor da cadeira de Geografia do Brasil da USP.

Org. Maria Rita de Castro Lopes.

A Seção de Ensino no BPG contribuiu mais especificamente para a formação no ensino superior, como será observado posteriormente nos textos de João Soukup e Aroldo de Azevedo. Não eram artigos de pesquisas acadêmicas, pois possuíam uma estrutura textual mais próxima de relatos, por exemplo: “Notas sobre o ensino de Geografia em universidades dos Estados Unidos”¹⁹⁷ e “O livro didático: sua grande missão e suas condições”¹⁹⁸. Os textos do Quadro 5 foram retratados ao longo da pesquisa.

O periódico aparentou um caráter ainda mais acadêmico em relação aos dois anteriores. É relevante comentar que, ainda nesse período, os temas relacionados ao saber escolar não recebiam valor para se transformarem em uma pesquisa, não só para ser publicados no periódico, mas praticamente em toda a comunidade acadêmica da Geografia. A pesquisa de pós-graduação em Geografia teve início em 1944, na USP, com a tese de doutorado de Maria Conceição Vicente de Carvalho, “Santos e a Geografia Humana no litoral”. Já no país, a primeira pesquisa acadêmica voltada para o tema Geografia Escolar, como já visto, foi o doutorado desenvolvido pela professora Lívia de Oliveira, apenas em 1967, *Contribuição ao ensino de Geografia*¹⁹⁹, realizado na UNESP-Rio Claro, com a orientação do geógrafo José

¹⁹⁷ São observações realizadas por Aroldo de Azevedo, já comentadas na segunda parte deste capítulo (vide pág. 108). O objetivo da viagem consistiu em conhecer a organização interna (cursos programados e técnicas de ensino e de pesquisa) dos Departamentos de Geografia no maior número possível de universidades, durante três meses. No total foram 18 departamentos visitados. Em geral, o texto é descritivo, expondo desde o número de professores até a estrutura física e material dos departamentos. Também expõe, de forma generalizada, como funcionavam as aulas. A partir do contato e da experiência nos departamentos estadunidenses, concluiu que seria necessário implantar no departamento de Geografia da USP dedicação em tempo integral dos docentes e dos estudantes, aumento do espírito de equipe (reuniões, grupos de estudos e pesquisas) e mais ênfase em Geografia Regional, Geografia Econômica e conservação dos recursos naturais.

¹⁹⁸ Esse texto tratou do Grupo de Estudo do Livro Didático da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, que Aroldo de Azevedo integrou. O grupo tinha o objetivo de dificultar ou impedir a adoção de livros com noções errôneas nos estabelecimentos oficiais de ensino (vide pág. 73).

¹⁹⁹ A pesquisa teve o objetivo de levantar a situação da disciplina Geografia para “verificar a distribuição por série nos currículos de escolas médias, obter informações sobre os conteúdos dos programas e, principalmente, constatar como a geografia é ensinada como matéria autônoma ou subordinada aos estudos sociais. Foram realizados levantamentos em escolas nas cidades de Santos, Rio Claro, Americana, Brotas e Guarujá, todas no estado de São Paulo”. Ao final do estudo, a autora considerou que “as noções gerais serão alcançadas através do estudo da localidade, enquanto meio para a compreensão dos princípios gerais” (PINHEIROS, 2005, p. 245). Para conhecer mais sobre as pesquisas desenvolvidas na área do ensino de Geografia brasileira entre 1972 e 2000, segue como sugestão a tese de doutorado de Pinheiros (2005), que se configura como um trabalho de “estado da arte”.

Ribeiro de Araújo Filho. Destarte, existiu uma larga lacuna de tempo, de 23 anos, entre a primeira pesquisa de pós-graduação em Geografia no país, uma monografia de Santos e a primeira pesquisa desenvolvida com o tema geografia escolar.

Na USP, por muitos anos, sem dúvida inaugurada por Monbeig, existiu uma preocupação em desenvolver teses de doutorado que eminentemente fossem monografias²⁰⁰ que se enquadrassem na tradição francesa. Essa influência pode ser notada no fato de que as pesquisas de doutoramento e de cátedra realizadas na USP entre as décadas de 1940 e 1950 tiveram como base o estudo regional, no qual o geógrafo analisava o meio físico e, em seguida, sobrepunha a ele os dados humanos e as atividades econômicas (ANDRADE, 1977, 1991; MONTEIRO, 1980; NOGUEIRA, 2013). Para o período, existiu uma produtividade de pesquisa importante para a definição da Geografia no espaço universitário e na produção de conhecimentos a serem considerados legítimos na comunidade geográfica.

Embora a pesquisa de Livia de Oliveira seja de 1967, a área da Geografia escolar demorou para ser reconhecida nas academias como um tema eminentemente de pesquisa da pós-graduação em Geografia. Por um longo tempo, alguns geógrafos que desejaram desenvolver pesquisa sobre o ensino da sua área precisaram realizá-la na pós-graduação em Educação.

A seguir, optou-se em tratar da cartografia no BPG, uma das principais vulgatas do ensino da Geografia. Por esse motivo, acredita-se ser relevante se ater à visão dos membros da associação sobre o tema. Além disso, existe a contribuição dos textos publicados por João Soukup, presentes na seção de ensino do BPG, sendo uma série de produções preocupadas com a Cartografia e a formação de professores. Em seguida, serão analisados textos relativos às políticas da matéria Estudos Sociais, de José Bueno Conti (1976) e Manoel Seabra (1981).

²⁰⁰ Os quatro primeiros doutorados tiveram a orientação de Pierre Monbeig. De acordo com Ab'Saber (1994, p. 227), Monbeig “incentivou alunos e ex-alunos a realizarem monografias sobre os núcleos urbanos que melhor conheciam: ou, por terem neles nascidos, ou porque neles desenvolveram atividades”. Conforme foi comentado neste subcapítulo, os discípulos de Monbeig tiveram que continuar com os estudos regionais de São Paulo a partir de realização de monografias de algumas regiões, como versa o tema das pesquisas de Maria Conceição Vicente de Carvalho (1944), *Santos e a geografia humana do litoral*; Ary França (1945), *Estudo sobre o clima da região de São Paulo*; João Dias da Silveira (1946), *Estudo geográfico dos contrafortes ocidentais da Mantiqueira*; e Nice Lecocq-Müller (1946), *Sítios e sitiantes no Estado de São Paulo*. Todos esses pós-graduandos se tornaram professores catedráticos ou assistentes nas universidades paulistas.

3.3.4 Cartografia

A Cartografia é uma forma de linguagem e comunicação importante para a prática do professor em sala de aula, no desenvolvimento da noção espacial dos estudantes e para a espacialidade dos fenômenos estudados. Nesse sentido, é essencial que o profissional, durante a sua formação, tenha certo domínio do conhecimento cartográfico para utilizá-lo de forma técnica, criteriosa e crítica durante a sua prática docente.

Embora seja anterior ao BPG e à inauguração do curso de cartografia na FFCL, é importante comentar sobre a preocupação dos membros fundadores da associação dos geógrafos em publicar materiais cartográficos para os professores secundaristas utilizarem durante as suas aulas. Como visto, em 1935, Pierre Deffontaines, em “Regiões e paisagens do Estado de São Paulo”, tinha a intenção de realizar uma produção cartográfica a ser utilizada no ensino secundário, sendo um esboço de divisão regional.

Pierre Monbeig, no artigo “O ensino secundário”, lançado em 1945, no *Boletim Geográfico do IBGE*, reconheceu que a função de qualquer disciplina dos ensinos primário e secundário não era formar especialistas, mas principalmente oferecer uma formação intelectual. A Geografia deve ser “modesta”, mesmo no ensino secundário, contribuindo para que o estudante desenvolva um conjunto de intelectos que “criem habilidades razoáveis de trabalho e pensamento” (MONBEIG, 1945, p. 165). Dessa maneira, Monbeig explicou três princípios básicos da Geografia Moderna (a localização, a descrição e a comparação) que contribuem para a formação do intelecto a partir de Albert Demongeon²⁰¹, uma espécie de guia metodológico, sendo o primeiro princípio a localização geográfica. Como a Geografia ensina o lugar dos fenômenos na Terra, a Cartografia passou a ser uma linguagem importante utilizada na produção desse conhecimento. Para o geógrafo francês, a Cartografia é o ponto de partida do estudo geográfico:

[...] não o mapa que é uma obra prima de arte, mas o mapa organizado com símbolos cuidadosamente escolhidos para serem bem representativos, suscetíveis a atrair e reter a imaginação viva dos jovens alunos; não o mapa servilmente copiado, mas composto inteligentemente. (MONBEIG, 1945, p. 165)

Monbeig compreendeu que a Cartografia contribuiria para valorizar o exercício do concreto, como visto na proposta curricular de 1935, na qual existia uma preocupação em iniciar o ensino de Geografia a partir do concreto e depois partir para o abstrato. O segundo princípio básico era o exercício de observação, sendo uma fase descritiva, iniciada com uma reflexão

²⁰¹ Pierre Monbeig foi aluno e discípulo de Albert Demongeon na Sorbonne.

sistemática. O terceiro princípio consistia na comparação, considerada a de maior valor científico e mais próxima da Geografia Geral, permitindo comparações entre localizações, como suas formas, gêneses e constâncias de fenômenos. Por fim, para Monbeig, a Cartografia era uma característica essencial para o ensino da Geografia Escolar, visto que atravessaria as três etapas (localização, descrição e comparação) como uma importante instrumentação contribuindo para o seu ensino e, conseqüentemente, para o “desenvolvimento intelectual e a formação de um espírito razoável e racional” dos estudantes secundaristas (MONBEIG, 1945, p. 166).

Apesar de Pierre Monbeig ser um dos fundadores da Geografia na FFCL e ressaltar a importância da Cartografia para o ensino geográfico, apenas em 1947 criou-se na faculdade oficialmente o curso Elementos de Cartografia, logo após a criação do Departamento de Geografia; junto também inseriram a disciplina Geografia Regional. O surgimento do curso Elementos de Cartografia na FFCL-USP expõe o reconhecimento e a importância do aprimoramento técnico cartográfico para a formação do geógrafo, antes diluído nas três cadeiras do departamento: Geografia Humana, Geografia Física e Geografia do Brasil. O curso teve início com o seguinte programa:

1. Estudo da Carta da França.
2. Os processos de engenharia necessário à Cartografia: noções gerais.
3. Representação gráfica da “situação” ou parte planimétrica.
4. Representação gráfica do relevo.
5. Os letreiros dos mapas.
6. Leitura de cartas e possibilidades da cartometria em cartas de pequena escala.
7. Projeções cartográficas: estudo sintético.
8. O material de desenho e o manejo dos utensílios indispensáveis à Cartografia.
9. Desenho de mapas fisiográficos e construção de blocos-diagramas e de perfis hipsométricos. Esbôços panorâmicos e “croquis” topográficos. (AZEVEDO *et al.*, 1949, p. 83)

No primeiro item do programa de aula é possível notar a presença marcante da tradição francesa, influenciada pelo intercâmbio cultural franco-brasileiro a partir da vinda de professores e de acervos. Tanto o trabalho de campo quanto os trabalhos cartográficos foram predileções da Geografia desenvolvida por Vidal de La Blache, continuada entre os seus discípulos e influenciando outras gerações (NOGUEIRA, 2013, p. 124), permitindo que a França construísse um amplo acervo cartográfico.

O curso oferecia diversas habilidades técnicas, capacitando o estudante a produzir diferentes materiais cartográficos a serem utilizados no exercício do bacharelado ou da licenciatura. É sabida a inexistência no curso de um tópico voltado para o ensino escolar. Nesse período, os professores do ensino superior não indagaram sobre o processo de construção dos

saberes escolares; como visto, a preocupação acadêmica com a Cartografia escolar no país surgiu por volta da década de 1970, a partir das pesquisas da geógrafa Lívia de Oliveira.

O professor responsável pelo curso Elementos de Cartografia na FFCL foi João Soukup, nascido em Viena, que era desenhista e topógrafo. Anteriormente à FFCL-USP, desde 1943 ele lecionou Cartografia no curso de Geografia da Faculdade de Filosofia Sedes Sapientiae²⁰². Em 1947, ingressou na FFCL no cargo de técnico de laboratório, mas assumiu a função de docente da disciplina Elementos de Cartografia, oferecida no primeiro ano de graduação²⁰³. No período, ambos os cursos de Geografia em que Soukup lecionou pertenciam às maiores universidades paulistanas.

Soukup foi responsável pela elaboração de um mapa-múndi²⁰⁴ (Figura 17), em 1949, que colocou a cidade de São Paulo no seu centro – uma produção cartográfica acurada, considerada uma novidade além de moderna para o período; a propaganda desse mapa está presente no primeiro capítulo (vide pág. 58). Publicou um artigo no BPG nº 3, em 1949, no qual minuciosamente explicou os processos de produção e a funcionalidade de um mapa com projeção azimutal, equidistante e oblíquo. Soukup (1949, p. 3) iniciou a elaboração do mapa em 1946, mas em decorrência de uma série demorada de cálculos e dos seus afazeres profissionais, a sua finalização ocorreu apenas em 1949, “publicando-o sob os auspícios do Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo”.

O mapa também foi denominado pelo seu criador como aero-mapa, porque a carta em projeção azimutal era comum para contribuir no planejamento do transporte aéreo. Ao longo da apresentação, o autor expõe outras finalidades do uso do mapa, dentre elas a educacional. Para Soukup (1949, p. 15), o mapa azimutal proporcionou uma perspectiva diferente, uma visão panorâmica do mundo a partir do seu centro, oferecendo “aos alunos uma compreensão mais real das distâncias e das direções”. Em decorrência desse fato, incentivou a produção desse tipo de carta em outras capitais do país, com elucidações detalhadas acerca dos procedimentos de elaboração dela em seis quadros sinóticos²⁰⁵. De acordo com Soukup (1949, p. 16), nos atlas

²⁰² A FFCL São Bento e a Sedes Sapientiae, a partir de 1946, passaram a ser parte da PUC-SP.

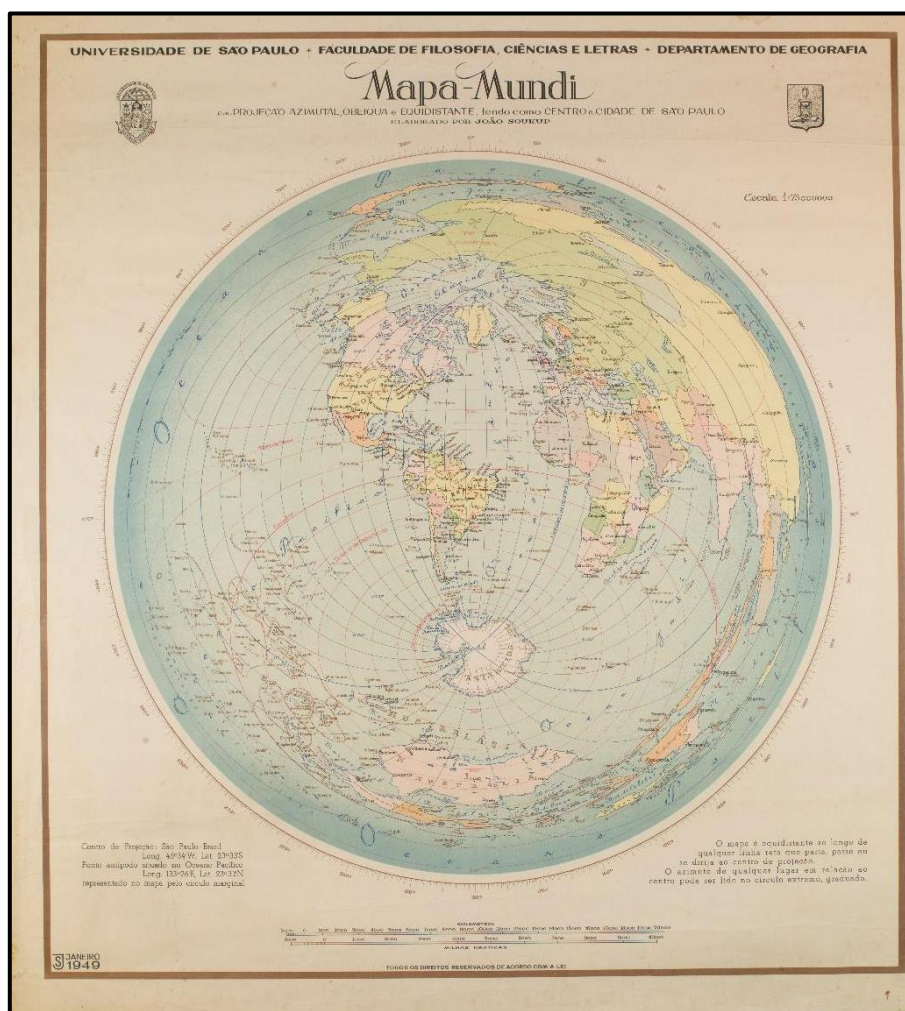
²⁰³ De acordo com Nogueira (2013), Soukup lecionou no departamento de Geografia USP, mas seu cargo era de técnico de laboratório, uma “posição subalterna”, assim permanecendo em uma condição menor na hierarquia acadêmica durante toda a sua docência na FFCL. Em 1960, ele foi arbitrariamente afastado do Departamento de Geografia, a partir de manobras regimentais, “a despeito de sua imensa contribuição aos geógrafos uspianos, que sempre requisitavam seus mapas nos artigos, teses e livros” (NOGUEIRA, 2013, p. 93). Em 1949, Aroldo de Azevedo expõe que existia o interesse de tornar o curso de Geografia Regional a quarta cadeira do departamento (já existiam as cadeiras de Geografia Humana, Física e do Brasil), mas não comentou nada sobre o curso de Cartografia.

²⁰⁴ O mapa tinha projeção azimutal, equidistante e oblíqua, em oito cores e na escala de 1:75.000.000.

²⁰⁵ Os quadros foram elaborados por João Soukup.

escolares da Grã-Bretanha e dos Estados Unidos existia esse tipo de mapa, com uma “orientação moderna e intuitiva”, que além de apresentar “sua admirável rêde de linhas aéreas” contribuiu na preparação da “juventude para a resolução dos problemas da hora presente”. Ao final do texto, existe uma reprodução do seu mapa, encontrado dobrado entre as páginas do periódico, no tamanho de 29 × 22 centímetros.

Figura 17. Mapa-Múndi de Soukup (1949)



Fonte: Acervo do Museu Paulista da USP.
Disponível em: <https://commons.wikimedia.org/wiki/MainPage>. Acesso em: 12 maio 2020.

A produção cartográfica azimutal de Soukup é a primeira produção desse tipo no país, proporcionando contribuições para os setores de planejamento na cidade de São Paulo, fato que rendeu uma nota de agradecimento no jornal *O Estado de São Paulo* (4 setembro de 1949, p. 12), que engrandeceu o Departamento de Geografia da FFCL pela produção única:

Para o nosso País não fôra até agora elaborado nenhum mapa desse genero. Daí decorrem toda a importancia do mapa agora publicado pelo Departamento de

Geografia da Universidade de São Paulo e o interesse que desperta a quem venha a consultá-lo.

Este mapa ilustra de modo expressivo o sentido e a importância dos trabalhos que o Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da Universidade de São Paulo vem desenvolvendo. De fato, realizando as suas pesquisas de campo em diversas regiões do país e alcançando, por intermédio de seus professores e assistentes, apreciável nível de ensino, aquele departamento não deixou de corresponder a tarefa que lhe compete dentro da Universidade.

Antes da institucionalização da Geografia no ensino superior, as produções cartográficas eram um domínio sobretudo dos engenheiros militares, estando mais relacionadas com as demarcações e identificações dos limites fronteirizos (SOUKUP, 1961). Como visto, Soukup não tinha formação superior em Geografia, mas durante sua carreira se preocupou em pensar a Cartografia como um conhecimento e uma técnica que auxiliasse no aprimoramento do saber geográfico. Além disso, era um estudioso da história da Cartografia mundial.

No Brasil, Soukup (1961)²⁰⁶ foi referência na produção que ele denominou como cartográfica geográfica ou Geocartografia, mapas em pequena escala, avulsos ou em atlas, muitos dos quais eram utilizados no ensino. Ele se dedicou à Cartografia Temática ou Aplicada, um ramo novo da Cartografia no país cujo objetivo era identificar graficamente fatos e fenômenos referentes às diversas atividades da ocupação humana, “põe-se a serviço de quase todas as ciências, desde que a posição geográfica tenha valor funcional, permitindo uma rápida e fácil compreensão do assunto” (SOUKUP, 1953a, p. 38); na atualidade, esse tipo de mapa é frequentemente utilizado também no ensino escolar.

Soukup foi também o responsável pelo desenho da primeira capa do BPG e contribuiu com a produção e a edição de mapas e cartogramas presentes em diversos artigos de geógrafos. Em decorrência do seu conhecimento técnico e da sua habilidade com o desenho, era requisitado pelos geógrafos da associação. Por exemplo, produziu os mapas e os gráficos da laureada obra coletiva “A cidade de São Paulo: estudo de geografia urbana”²⁰⁷, organizada por Aroldo de Azevedo em 1956, em comemoração ao IV centenário da cidade de São Paulo.

²⁰⁶ “A geocartografia é a cartografia que se ocupa com a representação de maiores porções do nosso planeta, indo até a representação total da sua superfície, sob forma de planisférios e mapas-mundi, servindo-se por compilação da cartografia original e da literatura geográfica no que se refere à composição e generalização do conteúdo. Como a definição deixa clara, os mapas, oriundos desse ramo da cartografia são de escala pequena. A precisão matemática neles é relativa apenas à sua construção, sobressaindo as características da geografia, dando por essencial em função da extensão da parte representada, isto é, dentro das possibilidades da escala do mapa. A geocartografia geralmente de cultivo particular é representada pelos seus produtos, como mapas geográficos avulsos ou em coleção sob forma de atlas, mapas murais de fins didáticos, cartazes para propaganda, ilustrações cartográficas de livros didáticos e de revistas, para mencionar apenas os mais difundidos na vida cotidiana” (SOUKUP, 1961, p. 61).

²⁰⁷ A coletânea *A cidade de São Paulo: estudos de Geografia Urbana* possui quatro volumes e foi editada pela Companhia Nacional do Livro. Pela qualidade dos estudos presentes na obra, ela recebeu o prêmio Jabuti, conferido pela Câmara do Livro de São Paulo.

Na divisão setorial do BPG, com a classificação dos artigos por temas, a seção “Ensino” recebeu o maior número de publicações de João Soukup entre 1953 e 1955, totalizando quatro artigos. O primeiro artigo de Soukup (1953a), “Diagramas geográficos e suas aplicações”, apresentou o uso de diagramas com a diferenciação entre os tipos existentes por ponto, linha superfície e espaço (volume). Na introdução, é possível notar que o artigo consistiu em um material destinado às aulas dos cursos de Cartografia, tanto na Sedes Sapientiae da PUC-SP quanto na USP:

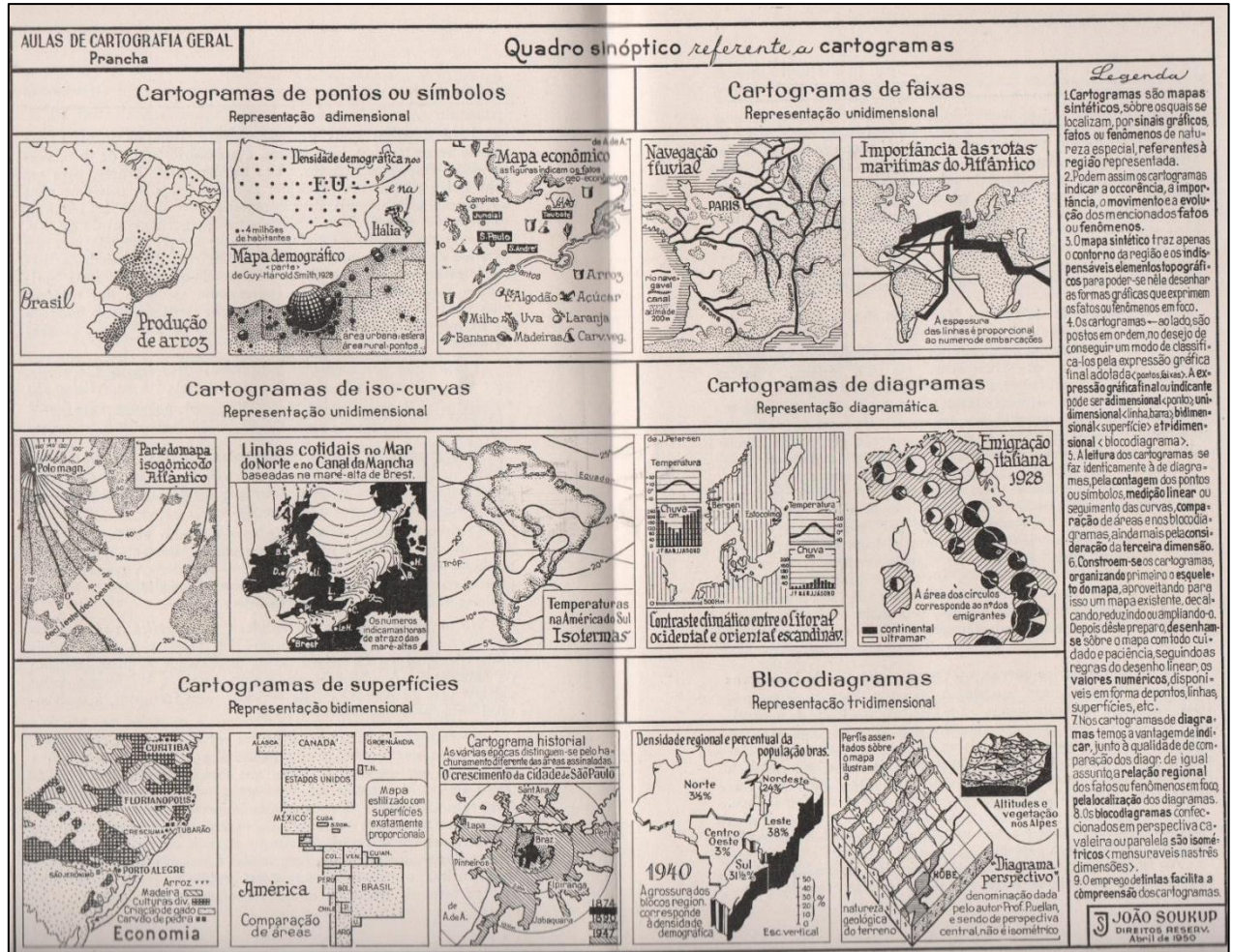
O aspecto prático da Cartografia, especialmente a Geo-cartografia Aplicada parece não apenas na elaboração de mapas em pequena escala, como também na confecção e leitura de gráficos, sejam estes diagramas ou cartogramas. Por isso mesmo, não temos nenhuma dúvida em incluir, no programa de nossos cursos, o estudo desses gráficos, de alto interesse e variada aplicação no campo de Geografia. (SOUKUP, 1953a, p. 38)

Esse artigo, publicado na seção “Ensino” do BPG, justificou-se por se tratar de um material de referência para as aulas no ensino superior, formando bacharéis e/ou licenciados. Ao observar o programa do curso Elementos de Cartografia da FFCL, o texto provavelmente era apresentado no tópico nove do curso, “Desenho de mapas fisiográficos e construção de blocos-diagramas e de perfis hipsométricos”. Desse modo, confirmou-se a hipótese de que alguns dos artigos do BPG eram também preparados e publicados com o objetivo de ser utilizados na formação dos futuros geógrafos da FFCL e em outras universidades.

Considera-se que o segundo artigo de Soukup (1953b) no BPG, “Os cartogramas e sua aplicação em Geografia”, teve o mesmo objetivo que o primeiro, pela sua organização textual muito próxima, em apresentar os tipos de cartogramas²⁰⁸ e suas diversidades de aplicação no campo da Geografia. Outro elemento que demonstrou o fato de os artigos serem publicados como material para formação dos futuros professores é que ambos possuíam quadros sinópticos (Figura 18) detalhados, elaborados desde 1950 pelo autor para as suas aulas nas universidades.

²⁰⁸ Cartograma de pontos ou símbolos, cartograma de faixa, cartograma de isso-curva, cartograma de superfície, cartograma de diagrama e bloco de diagrama.

Figura 18. Os cartogramas e sua aplicação em Geografia (SOUKUP, 1953b)



Fonte: *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, nº 14, 1953b, p. 38-49.

Os outros artigos publicados na seção “Ensino” do BPG em 1955, “Levantamentos expeditos em pesquisa de Geografia” (BPG nº 20) e “Pranchetas e suas utilizações em trabalho de Geografia” (BPG, nº 21), foram materiais de referência para a formação no curso superior. Aqui, os textos deveriam ser trabalhados nos tópicos oito e dez do curso da FFCL-USP: “O material de desenho e o manejo dos utensílios indispensáveis à Cartografia” e “Esbôços panorâmicos e ‘croquis’ topográficos” (vide p. 140).

Todos os artigos publicados por João Soukup na seção “Ensino” não trataram de resultados de pesquisas desenvolvidas por ele, como era comum encontrar no BPG. Eram textos

elencados pelo autor na tentativa de explicar didaticamente os conteúdos relacionados à Cartografia, por provavelmente entender sua relevância para a aprendizagem dos estudantes de graduação, a partir da sua própria prática enquanto docente e profissional topógrafo. Como é possível observar na introdução de cada texto, Soukup (1955, p. 77-78) faz um resgate da sua prática em sala de aula:

No Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo já funcionam estas aulas práticas de campo, desde 1953. Tal fato aconselhou-nos a elaborar o presente artigo, que se destina a auxiliar os estudantes no manejo de instrumentos simples e nos conhecimentos do modo de proceder no levantamento.

O conhecimento cartográfico é um saber fundamental para a Geografia Moderna, assim como para a Geografia escolar. João Soukup teve um protagonismo na Cartografia paulista, sendo professor de dois cursos importantes de Geografia, e produziu diversos textos, como visto, contribuindo com a formação dos estudantes de Geografia, haja vista que parcela significativa deles seria futuramente professor do ensino secundário. Outro ponto relevante de Soukup é que, apesar de não ter formação e não ser reconhecido como geógrafo, ele nos seus textos demonstrou uma preocupação teórica de traçar diálogos entre a Geografia e a Cartografia.

3.3.5 Estudos Sociais

Desde a década de 1960, reformas nocivas passaram a ser mais facilmente aprovadas no ensino básico durante a ditadura militar. Na década de 1970, o BPG publicou textos acerca do saber escolar com um novo posicionamento, iniciando uma preocupação da associação referentes às novas legislações que tentaram escamotear o saber geográfico do ensino básico e, conseqüentemente, impactaram negativamente os cursos de formação de professores no ensino superior.

Em 1976, publicou-se no BPG um artigo escrito por José Bueno Conti, “Reforma do ensino de 1971 e a situação da Geografia”, que apresentou uma cronologia da inserção da matéria Estudos Sociais e da licenciatura curta no país, utilizando suas repercussões principalmente no estado de São Paulo. O geógrafo problematizou a inexistência de um consenso a respeito dos Estudos Sociais nos currículos escolares; assim, eles tornaram-se um conteúdo que misturou de forma simplista os conhecimentos das disciplinas da área de Ciências Sociais, sem finalidade definida. Junto ao texto está anexado um memorando assinado por 21

professores da USP, escrito em 11 de agosto de 1971, expondo ao Conselho Federal de Educação (CFE) alguns problemas acerca da lei nº 5.296/1971.

A implantação dos Estudos Sociais no ensino escolar, após alguns anos, gerou impactos no ensino superior. O geógrafo questionou a qualidade do curso superior de Estudos Sociais, oferecido como uma formação em menor tempo (com duração mínima de três anos), realidade que não permitiria ao aluno um contato com a produção de pesquisa. Para Conti (1976, p. 65), “[...] sem pesquisa, não há ensino em nível superior porque as duas atividades são indissociáveis”. A ideia do geógrafo sobre formação de professores estava muito próxima à de Pierre Monbeig, em 1945, que ressaltou a formação científica sobre a de professor.

A reforma federal nº 5.692 de 1971 diminuiu drasticamente a disciplina Geografia no currículo do ensino escolar. Apesar disso, publicaram sobre essa reforma no BPG apenas em 1976, no mesmo ano da reforma editorial desse periódico. No entanto, não se sabe ao certo quando o texto foi escrito, por isso, chama-se a atenção para a sua data de publicação no periódico. A iniciativa de escrever o texto, com os questionamentos pertinentes ao saber dos Estudos Sociais e da licenciatura curta em Geografia, certamente deu-se em decorrência dos impactos sofridos pela Geografia no ensino superior, além de incentivada pela mudança de posicionamento político que ocorria na direção do BPG.

Em 1981, foi publicado no BPG um texto do Manoel Seabra, “Estudos Sociais e vulgarização do magistério e do ensino de 1º e 2º graus”, que teceu críticas ao projeto de Paulo Nathanael Pereira de Souza²⁰⁹, pertencente ao CFE, que visou a criação do curso de licenciatura plena em Estudo Sociais para todo o território brasileiro. Seabra (1981) colocou que o simples fato de aumentar a carga horária do curso superior de Estudos Sociais não garantiria uma formação ao docente com qualidade, tendo em vista que o curso não possuía uma especificidade delineada pelo seu caráter polivalente. Assim, comparou a formação com uma “colcha de retalhos” com “caráter caótico da formação deformação do professor” (SEABRA, 1981, p. 213). O autor criticou, de modo geral, as formações de professores por conterem baixa qualidade, acentuando-se o problema nos cursos de licenciatura curta. Para o geógrafo, o conhecimento científico e o ensino, a parte pedagógica, deveriam estar interligados na formação docente, para que o profissional tivesse a oportunidade de oferecer uma educação adequada, que consistia em:

²⁰⁹ Paulo Nathanael Pereira de Souza foi professor primário. Formou-se economista. Exerceu o magistério secundário como professor de História. Foi professor universitário de Fonética Econômica e História. Foi Conselheiro Estadual de Educação por São Paulo. Era membro do IHGB por São Paulo. Foi presidente do Centro do Professorado Paulista (CPP) e presidente da Comissão Especial de Moral e Civismo de São Paulo (*curriculum vitae* publicado na revista *Documenta*, nº 131, outubro de 1971 *apud* MARTINS, 2002, p. 227-228).

[...] não apenas preparar o sujeito para estar no mundo, para refletir passivamente os estímulos a que este submete cada ser humano (mesmo porque esta preparação limitada é a negação da condição humana, da condição do sujeito), mas, sobretudo, prepará-lo para agir no mundo, para participar da construção da futura realidade social em que vive. Se este tem que ser objeto social maior do processo de aprendizado, é absolutamente inaceitável esta separação inconsistente entre o conhecimento científico e o Ensino. (SEABRA, 1981, p. 126)

O texto de Seabra rompeu com as visões anteriores em relação à formação docente. O geógrafo mostrou sua preocupação e criticou o fato de a licenciatura ter sido escanteada, em detrimento à valorização do curso bacharel. Ele propôs uma formação profissional mais concatenada entre o conhecimento científico e o ensino, diminuindo a visão anterior, na qual distinguia-se o valor da formação de pesquisador científico e atribuía-se à formação pedagógica um *status* inferior. Além disso, criticou as políticas educacionais promovida pelos governos, aprofundando os problemas da formação docente, ao buscar “[...] a desvalorização, a vulgarização do ensino fundamental a que é submetida a maioria da população brasileira induz à desvalorização e à vulgarização da formação docente” (SEABRA, 1981, p. 125).

Nos textos de Conti (1976) e Seabra (1981), houve uma mudança em relação aos textos anteriores, porque ambos ressaltaram a importância do saber geográfico no currículo escolar e seu valor social. Como visto, alguns textos anteriores produziram a tradição de uma narrativa historiográfica, a princípio inaugurada por Aroldo de Azevedo, que ressaltou o saber escolar, relacionando-o a uma aprendizagem de memorização e enumeração de rios, relevos e outros, como uma tradição negativa herdada da Corografia, e valorizou o saber geográfico realizado no país com a inauguração do curso superior, sendo a ciência geográfica inserida com os primeiros professores franceses e produzida na universidade e na associação dos geógrafos.

Uma hipótese aqui levantada é que a mudança de visão sobre o saber escolar nos textos publicados no BPG provavelmente ocorreu porque a Geografia vinha perdendo espaço no currículo escolar e, conseqüentemente, nos cursos superiores. Apesar de os Estudos Sociais trazerem vários problemas para o ensino de Geografia e a formação de docente quando se tornaram obrigatórios, reconhece-se que no BPG publicaram poucos textos sobre o assunto nas décadas de 1970 e 1980. O periódico tinha a tradição de se preocupar mais com as publicações de pesquisas científicas e, como visto, os temas relativos à educação, durante um longo tempo, não eram considerados tão relevantes para a academia. Em função da necessidade do debate, a Seção São Paulo não se ausentou completamente: é possível observar em outras fontes a sua preocupação com a inserção dos Estudos Sociais; elas mostram a trajetória de mobilização e conflito da entidade – no entanto, serão tratadas no próximo capítulo, devido a sua importância para entender o reposicionamento do saber escolar na entidade.

3.4 Breves considerações sobre o capítulo

As reformas de Francisco de Campos no ensino básico implicaram a necessidade de formação de professores. Por conseguinte, a Geografia acadêmica se institucionalizou no ensino superior devido à demanda existente da profissionalização de docentes e pesquisadores; estes ocupariam funções em outras universidades e formariam os futuros professores. É relevante assinalar que a formação de pesquisadores também contribuiu para a edificação de um corpo técnico e científico, necessário para compor os quadros dos órgãos estratégicos do Brasil, principalmente os federais, como o IBGE, a partir da produção de estudos sobre o território brasileiro.

Após a derrota paulista de 1930, as suas organizações políticas e parcela dos seus intelectuais deram início à formação da Universidade de São Paulo, atendendo o interesse de projetar o estado como pioneiro no desenvolvimento acadêmico no país. Para os intelectuais fundadores da USP, a vinda da missão francesa para a inauguração dos cursos da FFCL os deslocaria de uma condição periférica²¹⁰ de conhecimento científico em relação a outras partes do mundo, com a contribuição francesa para a formação de uma intelectualidade local. É possível afirmar que os professores franceses tiveram papel crucial na formação da Geografia da USP, assim como nos cursos de Ciências Humanas dessa instituição.

Outra necessidade pungente era a ampliação do ensino secundário para atender as novas demandas de modernização dos centros urbanos industriais, exigentes de mão de obra mais qualificada. Assim sendo, era essencial oferecer formação superior aos professores secundários, de acordo com Fernando de Azevedo, um dos principais fatores que provocaram o surgimento da seção de Geografia e História na FFCL. Por fim, a institucionalização do ensino superior de Geografia no país propiciou a organização e a fundação da Associação dos Geógrafos

²¹⁰ O artigo de Aroldo de Azevedo de 1976 exemplifica essa afirmação. O geógrafo brasileiro colocou o país na condição de periferia do conhecimento, porém, para ele, a AGB contribuiu com algum progresso ao difundir a Geografia desenvolvida pelo francês Paul Vidal de La Blache: “[...] o Brasil está distanciado de cerca de 40 ou 50 anos em relação a países como os Estados Unidos, a França ou a Grã-Bretanha, pelo menos no que se refere a certos assuntos ou problemas” (AZEVEDO, 1976, p. 8-9). De acordo com Moraes (2012, p. 4), a condição periférica do Brasil marcou profundamente a sua história econômica, política e cultural: “[...] tal condição, que melhor se traduz na periódica necessidade de ajustes internos para adequar o país a padrões e ritmos desenvolvidos no centro da economia-mundo capitalista. Esse caráter reativo manifesta-se como condicionante histórico também no campo das ideias e mentalidades, gerando uma cultura erudita que tem seus estilos e conteúdos definidos no exterior. A busca de legitimação pela adoção de modelos gerados noutros contextos ocasiona certo descolamento entre o mundo das ideias e a vida prática brasileira, característica já apontada por várias interpretações da cultura nacional. Enfim, a cada onda modernizante no país corresponde a importação de novas teorias de centro pela intelectualidade mimética da periferia, que nesse processo realiza também o seu ajuste de mentalidade”.

Brasileiros, a princípio enquanto uma comunidade científica inspirada nos moldes da *Association de Geographie Française*.

Os professores da missão francesa trouxeram para os cursos da FFCL-USP uma natureza hegemônica do conhecimento acadêmico sob o curso de licenciatura. Por isso, logo no seu início, analisou-se o curso de Geografia na FFCL, constituído com caráter científico e desinteressado e sem destinação profissional determinada, além de possuir pouca consideração por um dos seus objetivos iniciais, a formação de professores.

Nos primeiros anos da FFCL, devido ao baixo número de ingresso ou à desistência dos estudantes, a universidade optou pela política dos professores comissionados. Apesar da importância do ensino escolar para o surgimento da FFCL-USP e da presença desses professores comissionados para a permanência dos cursos, na sua trajetória se observou continuamente uma dualidade entre a formação para ciências específicas e para o magistério, na qual a formação em pesquisa era mais valorizada pela instituição. Parcela dos ingressantes comissionados entendia que a oportunidade de estudar na FFCL-USP era uma forma de ascensão profissional ao se tornarem professores do ensino secundário ou de algum curso superior. Além disso, os estudantes de Geografia e História buscaram a AGB como um espaço de formação para contribuir na sua carreira acadêmica.

Com base na leitura dos textos dos periódicos, é possível afirmar que a AGB-Seção São Paulo se responsabilizou por ser porta-voz do conhecimento moderno, concebendo o saber escolar como um conhecimento requerente de uma conformidade com o científico. Nesse período não existia a concepção de cultura escolar: a entidade entendia a escola como um lugar de reprodução cultural da academia. É importante ressaltar que o saber da Geografia escolar, nos textos do BPG até a década de 1960 (AB'SABER, 1960; AZEVEDO, 1954; MÜLLER, 1961), sempre era comparado à memorização e à enumeração, um ensino que deveria ser superado pelo saber científico, emergente do fundamento positivista, intitulado de Geografia Moderna.

O conhecimento que a associação desejou transmitir não era “aleatório e inocente”. Entende-se que, enquanto uma comunidade científica no processo de consolidação no país, os membros da associação estrategicamente sabiam da importância da escola como um lugar de transmissão do conhecimento, contribuindo para a ruptura com a Geografia mnemônica, em defesa de um modelo da Geografia dita como moderna. Corroborando Bittencourt (2011), a articulação do saber escolar e científico é complexa, não pode ser entendida como um processo mecânico e linear, em que necessariamente o que se produz na academia será (ou deva ser)

incorporado instantaneamente pela escola. Por tanto, a Geografia denominada mnemônica permaneceu e ainda alguns elementos dela permanecem, em certo modo, nas práticas cotidianas das aulas de Geografia.

As preocupações pedagógicas que consiste nos “movimentos, ações e iniciativas para a transformação do conhecimento em conhecimento que possa ser aprendido” (GOODSON *et al.*, 2018, p.18), estiveram mais presentes nos anos iniciais da entidade, principalmente na revista *Geografia*, com as sugestões de práticas partindo da concretude ao abstrato e da utilização de alguns materiais didáticos (principalmente mapas, filmes e trabalhos de campo). Porém, a pouca preocupação com o processo de ensino e aprendizagem não era apenas da AGB- Seção São Paulo. Pesquisas mostraram, em geral, que a prática do professor não era uma preocupação do ensino secundário; por exemplo, o interesse pelos métodos ativos do movimento escolanovista estiveram mais presentes nas ações do ensino primário (BITTENCOURT, 1990; ISSLER, 1973; PEREIRA, 2019²¹¹). Observa-se esse fato também na entidade dos geógrafos, tanto que a recomendação de trabalhar com o concreto ou mais familiar com os estudantes era para os anos iniciais do ensino secundário, de acordo com a proposta curricular de 1935.

Apesar de os periódicos da associação não surgirem com o propósito de serem uma revista pedagógica, mas sim científica, possivelmente foram utilizados em diferentes momentos como material de referência para a formação de professores tanto na universidade quanto nas secretarias de ensino. Além de trazer os saberes que os professores da FFCL-USP legitimaram, existe a publicação de textos como os de João Soukup (1949, 1953a, 1953b, 1955) no BPG, os quais foram desenvolvidos para serem utilizados nas aulas de graduação, valorizando a Cartografia enquanto uma linguagem para os estudantes se apropriarem.

A permanência da obrigatoriedade da disciplina escolar no currículo e no ensino superior entra em xeque a partir da década de 1970, condicionada por fatores político. A Seção São Paulo se articulou para manter a disciplina de Geografia no ensino escolar, mostrando a importância social do seu conhecimento, em detrimento dos Estudos Sociais. Seabra (1981) enfatizou na sua crítica as dinâmicas políticas e econômicas que permearam e nortearam as reformas educacionais, cujos objetivos eram a diminuição da qualidade do ensino brasileiro e o favorecimento de uma classe social dominante. Deve-se lembrar que Seabra foi um dos

²¹¹ Pereira (2019 p. 157), em sua pesquisa, também notou uma falta de sincronia entre o Movimento Escola Nova e a Geografia Moderna na realidade dos livros didáticos de Geografia de 1905 até 1941. Ao final, ele considerou que os materiais didáticos foram reduzidos a ministrar conteúdos.

principais responsáveis pela mudança na Seção São Paulo, buscando um posicionamento político da entidade.

Os conhecimentos presentes no BPG não foram selecionados por acaso, mas sim por eles corresponderem aos interesses da Seção São Paulo em determinado período, desejando forjá-los ou enunciá-los enquanto saberes legítimos. Desse modo, compreende-se que o saber escolar era mais concebido como um conhecimento requerente de uma conformidade com o científico. A interpretação da entidade em relação ao saber escolar começou a mudar a partir da década de 1970, quando os textos fazem críticas aos Estudos Sociais, visto que a Geografia estava em jogo nos ensinos básico e superior – discussão essa que será tratada no próximo capítulo.

4. Novos pontos acerca do saber escolar na Seção São Paulo (1970-1980)

Instigados pelos movimentos de redemocratização que ocorria no país, membros da Seção São Paulo da AGB se envolveram tanto em engajamentos políticos na academia quanto nas lutas sociais, sendo uma delas a educação, conforme observado no primeiro capítulo. Será visto que as reformas educacionais realizadas pelos militares despertaram um enfrentamento maior da entidade, principalmente pelo fim dos Estudos Sociais e pela emergência do movimento de renovação da Geografia nas escolas. Supõe-se que o diálogo da associação com a educação e o saber geográfico escolar tenha sido mais cotidiano e intenso, primeiramente, em decorrência da mudança do estatuto de 1979, que não distinguia categorias entre os associados, permitindo a participação de todos os professores da rede básica e dos estudantes de graduação interessados nas assembleias, alcançando maior representatividade política dentro da entidade.

A princípio será recuperada parte dos dispositivos legais gerados a partir da LDB nº 5.692/1971, que subtraiu a disciplina Geografia e História em parte do currículo do ensino básico. Para isso, faz-se necessário compreender a concepção de Estudos Sociais e qual a apropriação que a ditadura militar fez dela. As matérias de Educação Moral e Cívica (EMC) e Organização Social e Política do Brasil (OSPB) também passaram a ocupar um espaço maior no currículo em detrimento das disciplinas das Ciências Humanas. Todos esses ataques no ensino básico reverberaram negativamente no ensino superior, com a implantação dos cursos das chamadas licenciaturas curtas. Em seguida, analisaremos as produções da Seção São Paulo e o seu posicionamento em relação aos Estudos Sociais durante as intervenções do governo militar nos ensinos básico e superior.

Preocupou-se em analisar a contribuição da Seção São Paulo junto à universidade e ao sindicato na elaboração do currículo da CENP. Nesse mesmo período, a associação paulista organizou uma comissão específica de ensino que, além de ser um lugar de estudo e reflexão dos referenciais teórico-metodológicos da Geografia, organizou formações de professores e encontros de ensino de Geografia, além de participar de fóruns de luta na Constituinte pela educação pública de qualidade como um direito social. Todos esses fatos serão apresentados e compreende-se que não ocorreram de forma isolada em São Paulo. Outras seções também se comprometeram e realizaram diferentes intervenções relacionadas ao ensino de Geografia e todo esse acúmulo de ações das seções contribuiu para a AGB consolidar o primeiro Fala Professor em 1987.

4.1 Impasses com a lei nº 5.692 de 1971

Durante a ditadura militar, sucederam-se diversas intervenções que foram nocivas ao ensino brasileiro. Dentre elas está a comentada a reforma universitária de 1968, que causou impactos severos no sistema de ensino superior, na formação de professores e na produção acadêmica do país. Em 11 de outubro de 1971 promulgaram a Lei Federal de Diretrizes e Bases nº 5.692, que procurou reorganizar o ensino básico brasileiro. Primeiramente, chama-se atenção para a terminologia “reforma”, propositalmente usada para confundir a população, por trazer uma conotação muitas vezes positiva, pois a palavra traz o sentido de mudança para o “avanço e o progresso” (VIÑAO, 2002). Por isso, ressalta-se que essas leis sancionadas pelos militares devem ser entendidas como uma ação mais profunda e um processo de reordenação do sistema educacional (MARTINS, 2002)²¹².

Dentro da nova organização da estrutura da educação brasileira, com a LDB nº 5692/71, o ensino obrigatório passou de quatro anos (antigo primário)²¹³ para oito anos, sendo denominado de 1º grau e o 2º grau, com duração de três ou quatro anos (no último caso, para o ensino técnico). O aumento dos anos de escolarização obrigatória para os estudantes brasileiros na nova LDB não visou atender apenas os apelos sociais, mas principalmente as pressões das organizações internacionais, visto que a escolarização brasileira tinha um tempo reduzido em comparação aos outros países do Cone Sul. Apesar da obrigatoriedade no aumento dos anos de escolarização ser uma lei federal, com o passar do tempo a realidade mostrou não haver avanços para a sociedade brasileira. Na prática, o Estado não garantiu oferta de vaga e condições básicas para a permanência dos estudantes durante os oito anos de escolarização do ensino de 1º grau, demonstrando que essa política do governo militar não atendia um propósito progressista.

O CFE²¹⁴, conforme previsto na legislação, ficou responsável pela formulação das diretrizes curriculares da lei nº 5.692/71. O conselho fora um órgão auxiliar do Estado que, utilizando-se de prerrogativas legais, realizou diferentes intervenções diretas, transformando a

²¹² Maria do Carmo Martins (2002) desenvolveu uma pesquisa histórica sobre a configuração da disciplina História nos currículos para o ensino fundamental durante o período da ditadura militar no Brasil (1964-1985), intitulada *A História prescrita e disciplinadora nos currículos escolares: quem legitima esses saberes?* Apesar das suas diferenças, é honesto dizer que essa pesquisa foi fundamental na escolha do tema deste doutoramento.

²¹³ Eliminaram também o exame de admissão.

²¹⁴ O autoritarismo e a centralização do governo militar levaram o Ministério da Educação e Cultura (MEC) a destituir o Conselho Nacional de Educação, criando e reformulando a composição do CFE, como forma de garantir que o órgão colegiado elaborasse doutrinas e diretrizes que assegurassem os seus interesses. Durante o governo do Itamar Franco, entre 1992 e 1995, desativaram o CFE em 19 de outubro de 1994. O CFE foi colocado sob suspeita de irregularidade, sendo questionada principalmente a sua relação próxima com o sistema privado de ensino. “O órgão não foi simplesmente suprimido da administração pública, mas foi reestruturado com o nome de Conselho Nacional de Educação, aprovado em 24/11/95 sob lei nº 9.131” (MARTINS, 2002, p. 72).

educação no país de modo conveniente aos militares. O poder do CFE passou a ser extremamente significativo, aumentando ou diminuindo a capacidade de legitimação de várias ciências, em grande medida, por meio das disciplinas prescritas no currículo escolar (MARTINS, 2002, p. 54). O parecer do CFE nº 853/1971 organizou o saber escolar em núcleos comuns, previstos na LDB nº 5.692/1971: Comunicação e Expressão, Estudos Sociais, e Ciências. Estudos Sociais abrangeria as disciplinas de Geografia e História e OSPB. Os núcleos comuns seguiram um escalonamento, de acordo com o art. 4º da Resolução nº 08, durante as etapas de escolarização: os quatro primeiros anos seriam desenvolvidos como atividades; nas quatro últimas séries do 1º grau, como área de estudo; e, finalmente, no 2º grau assumiam a forma de disciplina²¹⁵.

O parecer do CFE prescreveu o ensino de Estudos Sociais²¹⁶ no currículo do primário; em contrapartida, tirou a disciplina de Geografia e História. O percurso dessa política proporcionou diversos ônus para o saber escolar e para o ensino superior dessas disciplinas, os quais serão apresentados e analisados neste capítulo. Na prática, as legislações educacionais desse período, sobretudo, visaram reafirmar as questões de ordem política e ideológica da ditadura militar. A partir delas, o Estado demonstrou o poder que exercia na sociedade de forma autoritária, excluindo ou incluindo o conhecimento no currículo de acordo com o seu interesse.

No ensino de 2º grau mantiveram as disciplinas de Geografia e História, justificando que eram séries consideradas de aprofundamento e detalhamento de conhecimento. Com o tempo, a EMC²¹⁷ e OSPB²¹⁸ passaram a ser matéria incorporadas aos currículos de 1º e 2º graus. Os militares transferiram à EMC e à OSPB prescrições relacionadas ao civismo, como uma

²¹⁵ De acordo com Santos (2015, p. 170), “o uso do termo ‘matéria’ abrangia as atividades, as áreas de estudo e as disciplinas, consoante o nível de aprendizagem para o qual cada matéria seria trabalhada. As matérias possuíam componentes ou disciplinas específicas. Nesse sentido, os Estudos Sociais constituíam uma matéria e a História e Geografia eram disciplinas que a compunham. Uma matéria representava um recorte do conhecimento que constituía o núcleo comum e pelas disciplinas da parte diversificada”.

²¹⁶ De acordo com Martins (2002), nos documentos oficiais os Estudos Sociais eram às vezes pensados como disciplina, às vezes como área do conhecimento.

²¹⁷ A EMC esteve em outros momentos nos programas curriculares no Brasil, com propósitos diferentes, por exemplo: Na década de 1980, a formação cívica e moral estavam presentes nos programas curriculares paulistas, deveria fazer parte de toda situação escolar, principalmente das disciplinas de história e geografia, com o propósito de cultivar um amor à Pátria e oferecer base para uma formação republicana. Na década de 1920, a Instrução Moral e Cívica foi incluída no ensino primário, com a reforma de Rocha Vaz, fazendo parte de todo o currículo secundário do país. Em 1931, na Reforma Francisco Campos, que era católico, retirou do currículo a EMC, para introduzir o ensino religioso, colocando que a moral católica deveria ser uma doutrina de Estado (FILGUEIRAS, 2006).

²¹⁸ Em 1962, o CFE criou a disciplina OSPB, que comporia parte dos currículos para o ensino ginásial. De acordo com Martins “a iniciativa do CFE fora anterior à reforma educacional da ditadura militar, mas mostrou-se perfeitamente adequada quando essa reforma foi efetivada, ocorrendo sua manutenção no conjunto da disciplina” (2014, p.43) pois, seu conteúdo era “capaz de legitimar quaisquer que fossem as estruturas organizacionais do Estado, seu organograma e bases legitimadoras” (2014, p.45).

forma de combater as ideias que eles consideravam subversivas, como o comunismo, além de criar uma moral religiosa (FILGUEIRAS, 2006). Corrobora-se com Bittencourt (2011), a transformação de Geografia e História em Estudos Sociais, assim como a introdução de EMC e OSPB, não consistiu em uma simples reforma, existiu uma preocupação e um controle do regime autoritário quanto ao saber das Ciências Humanas a ser veiculado nas escolas. Ainda que os documentos curriculares tenham estabelecido limites para a produção de saberes escolares, entende-se que diversos professores, ao lecionarem essas disciplinas, fizeram resistências e criativamente conseguiram driblar a repressão ao não trabalhar com o seu conteúdo doutrinador, mas sim abordar de forma inteligente um conhecimento mais progressista.

É comum à nossa memória associar os Estudos Sociais às políticas educacionais adotadas a partir da ascensão da ditadura imposta pelos militares. Por essa razão, é relevante trazer a tese de doutorado do Bernardo Issler (1973)²¹⁹, intitulada *A Geografia e os Estudos Sociais*, na qual o geógrafo analisou o quanto a lei federal nº 5.692/1971 deturpou o ensino de Estudos Sociais. A discussão acerca da concepção dos Estudos Sociais tem início na década de 1920, sendo uma proposta de ensino da Escola Nova, com Delgado de Carvalho, o geógrafo mais emblemático desse período no país. Delgado se aproximou da área de Estudos Sociais, sendo o seu grande difusor na década de 1930 até 1960, sendo que suas principais referências foram os educadores estadunidenses das metodologias ativas. A conceituação dos Estudos Sociais nos Estados Unidos não pode ser obtida a partir de uma única definição, em razão das tendências variadas ao longo das diferentes fases marcantes de sua trajetória na educação desse país. Issler (1973) defendeu que o ápice dos Estudos Sociais foi quando se tornaram uma investigação reflexiva, a partir da Filosofia e Pedagogia de John Dewey, que buscava soluções práticas para os problemas cotidianos e considerava que o papel do professor consistia em:

ajudar os alunos a identificar problemas em sua sociedade, a encontrar soluções imediatas e a definirem melhor seus próprios valores e saberem o porquê e a razão daquilo em que acreditam. O conteúdo é definido com os dados da investigação. O método consiste no reconhecimento de problemas como tais e na investigação e pesquisa, em conjunto com o professor para chegar a algumas conclusões imediatas. (ISSLER, 1973, p. 199)

²¹⁹ É importante comentar que Bernardo Issler foi diretor da SRSP no ano de 1968 e professora da FE-USP. Ele concluiu a segunda pesquisa de doutorado no país com o tema Ensino de Geografia, em 1973, intitulada *A Geografia e os Estudos Sociais*. A princípio, a pesquisa se propôs a interpretar o ensino de Geografia no Brasil partindo da criação do Colégio Imperial D. Pedro II, em 1837, até a Reforma Francisco de Campos. No entanto, o pesquisador estendeu a temporalidade, concluindo o seu trabalho com a análise da lei nº 5.692/1971. O autor utilizou como principais fontes as próprias leis que orientaram a educação brasileira, currículos oficiais e livros didáticos.

A área de Estudos Sociais vinha sendo implantada de forma experimental no país, no Distrito Federal²²⁰, em Minas Gerais (década de 1950) e em São Paulo (com as escolas vocacionais e o Colégio de Aplicação da USP na década de 1960). Em geral, a proposta experimental de Estudos Sociais nessas escolas consistia na integração dos conhecimentos dos componentes curriculares no estudo da realidade dos estudantes, bastante distinta da imposição feita pelo governo militar. De acordo com Issler (1973), a legislação educacional imposta pelos militares trouxe diversos problemas e contradições em relação aos Estudos Sociais. Os pontos mais discutidos foram o desconhecimento do que viria a ser Estudos Sociais na legislação ou, então, a tomada de um conceito refletindo uma ou outra das tradições dos Estudos Sociais; a apreensão em relação às divergências de interpretação legal, especialmente quanto ao destino da Geografia e da História; a disseminação de licenciaturas curtas ou reduzidas; e a apreensão resultante “da inclusão de conteúdos de Organização Social e Política do Brasil, na área de Estudos Sociais, o que se afigura como uma redundância, pois tais conteúdos emanam da própria História ou da Geografia” (ISSLER, 1973, p. 229).

Em 1966, o parecer nº 106 do CFE reforçou os núcleos comuns com a implantação do curso de licenciatura polivalente em Estudos Sociais, com duração de três anos e total de 2.025 horas. Os cursos superiores de Estudos Sociais, segundo Martins (2002, p. 12), caracterizaram-se mais pela informação em vez da formação, por não possuírem uma preocupação maior com a parte teórico-metodológica das ciências de referência. Além de habilitar para a matéria de Estudos Sociais nas séries iniciais do 1º grau, nos seus anos finais oferecia habilitação para trabalhar com as disciplinas de História, Geografia, EMC e OSPB. Enquanto isso, as universidades e faculdades que ofereciam os cursos de História e Geografia habilitariam preferencialmente para o 2º grau, afetando diretamente a permanência e a continuidade dessas ciências nos cursos de licenciatura plena nas universidades públicas e privadas.

A princípio, o parecer da formação polivalente em Estudos Sociais visou contornar a falta de docentes, causada pela ausência de professores licenciados em decorrência do aumento das matrículas nas escolas. Por sua vez, o setor empresarial da educação, que cada vez mais apresentava um significativo crescimento, agradeu-se com a licenciatura polivalente, porque conseguia oferecer um curso com baixo investimento e, conseqüentemente, com maior lucro. A privatização da educação superior no país já se manifestava antes da ditadura militar, mas se

²²⁰ Durante a gestão de Anísio Teixeira (1931-1935), “na Secretaria de Educação e Cultura do Distrito Federal, os Estudos Sociais foram introduzidos nos currículos das escolas elementares (primárias). O revolucionário projeto educacional permitiu uma grande divulgação nacional das ideias oriundas da Escola Nova e mais especificamente da obra de John Dewey, várias delas traduzidas para a língua portuguesa pelo próprio Anísio Teixeira” (SILVA, 2015, p. 156-157).

agravou principalmente ao vincular os interesses do setor privado na reforma universitária de 1968, possibilitando o crescimento acelerado dessas instituições.

Em 1972, o parecer nº 554 do CFE aprovou a licenciatura curta em Estudos Sociais²²¹, com duração mínima de apenas três semestres e totalizando 1.200 horas. A formação oferecia a habilitação para lecionar Estudo Sociais, EMC e OSPB para o 1º grau e EMC para o 2º. Em apenas três semestres, o futuro docente deveria estudar História Geral e do Brasil, Geografia Física, Humana e do Brasil, Elementos de Ciências Sociais e as matérias pedagógicas, além da realização dos estágios supervisionados.

Em 1976, a partir da portaria ministerial nº 790, o curso de licenciatura plena sofreu mais um duro golpe: os profissionais formados em Geografia ou História não estariam mais habilitados para lecionar no 1º grau a matéria de Estudos Sociais. Arditosamente, a lei permitia que os licenciados plenos em Geografia lecionassem apenas a disciplina de Geografia no ensino de 1º grau; no entanto, ela não era mais prescrita como obrigatória nessa etapa do ensino escolar.

Todas as reformas educacionais realizadas pelos militares propiciaram um crescimento vertiginoso do ensino superior e das faculdades de Educação no país. A necessidade de ampliação de vaga era necessária; no entanto, a legislação em favor da eficiência e da produtividade consentia a economia de tempo e de recursos financeiros, principalmente após a reforma universitária, que possibilitou que os cursos ocorressem sem preocupação com a qualidade da formação dos futuros professores. O setor privado se beneficiou, sendo substancialmente o responsável pela expansão de vagas no período de “1960-1972, o crescimento das matrículas nesses estabelecimentos foi de 983%, enquanto o das universidades não superou os 40%. [...] Em São Paulo, por exemplo, em 1968, 80% dos estabelecimentos isolados eram predominantemente privados” (CACETE, 2017, p. 91). Pode-se dizer que o Estado transferiu a responsabilidade de oferecer formação profissional para os professores ao ensino privado e essa política contribuiu para acentuar ainda mais a diferenciação social, isto porque:

[...] o setor privado, sobretudo as instituições isoladas, foi se constituindo como um setor de massa, com uma qualidade de ensino substancialmente inferior ao setor público basicamente universitário, configurado como setor de elite, estabelecendo uma complementariedade em termos da divisão do trabalho intelectual. (CACETE, 2017, p. 94)

²²¹ De acordo com Cacete (2017, p. 83), “do curso de licenciatura curta em Estudos Sociais, achava-se regulamentada apenas a habilitação específica em EMC. As habilitações em História e Geografia só seriam regulamentadas dez anos depois, em 1983”.

O poder do CFE passou a ser tão significativo que colocou em risco a capacidade de legitimação de algumas ciências, como a Geografia e a História, em grande medida, por meio dos pareceres que as diminuíram no currículo oficial. Isso fez com que existissem resistências contra as ações do CFE. Diferentes setores se mobilizaram e se opuseram à instrumentalização da educação que favorecia a agenda política do Estado antidemocrático, como as associações de professores, as entidades científicas e a própria sociedade civil. Martins (2002) analisou que a ANPUH, em parceria com as universidades, outras associações e professores da rede pública, estimulou debates críticos sobre a situação da educação no país, influenciando na eliminação dos Estudos Sociais enquanto disciplina no currículo oficial. A historiadora reconheceu que, a princípio, os professores acadêmicos que participaram da ANPUH não se preocuparam em discutir a qualidade dos serviços escolares e o ensino escolar de História. A visão da entidade dos historiadores sobre o ensino básico mudou depois de 1971, momento em que os Estudos Sociais passaram a ter maior presença nos currículos escolares. Foram motivados, principalmente, porque algum tempo depois essa intervenção nos saberes escolares dos currículos proporcionou também interferência direta no campo de trabalho acadêmico dos historiadores.

O trecho a seguir, extraído do jornal *O Estado de São Paulo* de 1978, expõe a articulação da AGB e da ANPUH pressionando o CFE ao questionar os critérios profissionais de quem ministraria os Estudos Sociais. Após algumas intervenções, o CFE não eliminou os Estudos Sociais do currículo, apenas tornou os critérios mais flexíveis e abrangentes, sendo uma ação mais imediatista ao permitir que o profissional com licenciatura plena em Geografia e História lecionasse no ensino de 1º grau:

O parecer do CFE, de autoria do conselheiro Paulo Natanael, faz um histórico do problema que provocou protestos em todo o País, quando as normas editadas pelo CFE e, posteriormente, a portaria 790 do Ministério da Educação, autorizam a docência na matéria de Estudos Sociais, dela afastando os licenciados em História e Geografia que passaram a ter direito a lecionar apenas no ensino de 2º grau.

Antes e depois da portaria 790, de 1976, os professores de História e Geografia, através de suas associações, dirigiram vários memoriais ao Conselho, denunciando os prejuízos que a medida traria ao ensino dessas disciplinas no País, além do conseqüente desemprego dos professores.

“A grita tornou-se de tal forma generalizada – diz o conselheiro – que o ministro da educação suspendeu a vigência da portaria 790 no que diz respeito ao registro de professores da área de Estudos Sociais pelo prazo de dois anos, que vence agora”. Com o vencimento do prazo o ministro Euro Brandão voltou ao CFE com um aviso para destacar “a necessidade de ser estudada maneira mais adequada de valorizar as disciplinas de História e Geografia e também caracterizar melhor o exercício da atividade docente nessa área”. (*O Estado de São Paulo*, 1978, p. 16)

No ano de 1983, publicou-se o parecer do ensino CFE nº 635, que colocou o curso superior de Estudos Sociais como um tronco comum e ciclo básico de 1.200 horas, porque, após

sua conclusão, o curso poderia oferecer mais uma habilitação com duração mínima de 1.500 horas, em EMC, Geografia ou História. O parecer justificava que:

[...] estoques de professores dessas disciplinas estão desfalcados por haver inúmeros cursos superiores de Geografia e História paralisando suas atividades, através da suspensão dos vestibulares ou, até mesmo pela inexistência de candidatos, em virtude da exiguidade de carga horária que lhes era destinada nos currículos plenos de 1º e 2º graus. (CFE, parecer nº 634/1983)

Cacete (2017) analisou que esse modelo de formação de professores perdurou por quase 30 anos em diversas faculdades privadas do estado de São Paulo, sob jurisdição do CFE. Eram essas as faculdades responsáveis por formar parcela significativa dos futuros professores do ensino secundário da rede pública. Depois da redemocratização do país, em 1996, passou a valer a LDB nº 9.293, processo no qual os cursos de licenciatura curta foram extintos, tornando-se licenciaturas individualizadas “que deveriam tomar como referência os currículos mínimos estabelecidos para as licenciaturas plenas até a fixação do novo currículo” (CACETE, 2017, p. 89).

Apresentar todas essas reformas educacionais no ensino básico e superior foi importante para reforçar o quanto os conhecimentos presentes nos currículos não são aleatórios e inocentes. Buscou-se mostrar como o período tratado implantou estruturas como o CFE para ter mais controle do conhecimento a ser ensinado nas escolas. Apesar de todas as adversidades, as associações de professores e pesquisadores, em diversas ocasiões, manifestaram e confrontaram essas reformas, a partir de órgãos representativos e/ou por intermédio da imprensa. Como dito, será visto a seguir o caso da Seção São Paulo da AGB, inicialmente com as publicações em seu periódico.

4.1.1 Publicações da Seção São Paulo e os Estudos Sociais

Neste momento, o texto se debruçará novamente sobre as publicações da Seção São Paulo da AGB, para assim compreender o envolvimento e o movimento em defesa do saber geográfico na escola e no ensino superior, em decorrência da ampliação dos Estudos Sociais a partir da LDB nº 5.692/1971.

Após a ascensão da ditadura militar no país, a Seção São Paulo continuou com o mesmo perfil de publicações científicas no BPG. Apenas em 1976, na gestão de Myrna Therezinha Viena, o periódico passou por uma reforma editorial, com a qual o perfil científico continuou, mas que também abandonou o discurso de neutralidade ao expor um posicionamento político

da entidade paulista. A partir dessa mudança editorial ocorreu a primeira publicação criticando as reformas educacionais do período, no BPG nº 51, em 1976, escrito por José Bueno Conti.

Porém, anterior a esse artigo, em 1971, um grupo com 21 professores do Departamento de Geografia da FFLCH-USP, representantes da AGB na Seção São Paulo, escreveram e assinaram uma carta enviada ao CFE um mês após a reforma da lei nº 5.692, publicada no BPG apenas em 1976, como um anexo do texto de Conti. A partir dela, compreende-se a existência de uma agilidade desses professores em se posicionarem e se mostrarem atentos à reforma. Isto porque a carta se propôs a esclarecer a importância da disciplina de Geografia no ensino de 1º e 2º graus aos conselheiros federais, visto que o novo currículo seria ainda elaborado.

A carta consiste no primeiro documento dos geógrafos paulistas expondo a importância da permanência da Geografia no currículo escolar, contendo um teor aconselhador. Para isso, traz a importância da disciplina de Geografia na formação do sujeito, porque ela contribuiria na construção de uma consciência da realidade por meio da sua visão, sua síntese de saberes e sua dimensão global. Além disso, apresentou exemplos de países considerados modelos, como França, Itália, Grã-Bretanha e União Soviética, reconhecidos como centros produtores de ciência, nos quais a disciplina de Geografia tinha espaço relativamente importante no currículo escolar – ao passo que nos Estados Unidos a Geografia era ensinada em conjunto com História, Sociologia e Economia “sob o rótulo de Estudos Sociais” e por isso o país era reconhecido como tendo um sistema de ensino falido, não atendendo “as necessidades da vida moderna” (CONTI, 1976, p. 72).

Vale lembrar que a Geografia da USP, em relação aos outros cursos da Faculdade de Filosofia, a princípio, não era reconhecida como um departamento crítico e de resistência à ditadura militar. Observa-se que a carta expressou apenas a preocupação com a disciplina de Geografia se manter no ensino escolar. A partir dela, os geógrafos paulistas requeriam um diálogo com os agentes do governo e, quiçá, uma ampliação de seu espaço no currículo oficial:

Estamos confiantes em nossas autoridades e não acreditamos que, ao se fazer uma reforma tão importante para o destino da Nação, como a que está sendo realizada, não se aproveite para recolocar a Geografia no seu devido lugar, do qual foi inexplicavelmente desalojada, quando da implantação da Lei de Diretrizes e Bases (nº 4.024 de 20/12/1961). Principalmente agora, quando grande parte das metas prioritárias do governo são de fundo geográfico, temos necessidade de dar aos nossos alunos suficiente conhecimento das reais possibilidades e problemas a se enfrentar, para um aproveitamento integral do país. (BPG nº 51, 1976, p. 72)

No entanto, apesar da crítica realizada pelos geógrafos à antiga LDB de 1961, o governo militar se aproveitou do contexto anterior e tornou Estudos Sociais obrigatório no 1º grau do ensino básico a partir da LDB nº 5.692/1971.

O artigo escrito por José Bueno Conti, “Reforma do ensino de 1971 e a situação da Geografia”, publicado no BPG em 1976, faz uma rápida apresentação da inserção da matéria Estudos Sociais no currículo escolar e do surgimento da licenciatura curta no país entre as décadas de 1960 e 1970, principalmente a partir das medidas legais dos conselhos de educação, tanto federal quanto estadual. O geógrafo apresentou um rol de manifestos elaborados nessas décadas, inclusive da Seção São Paulo, contra as políticas educacionais que contribuíram para a ascensão dos Estudos Sociais.

O geógrafo analisou a lei nº 5.692/1971 e pareceres do CFE que fortaleceram a presença dos Estudos Sociais no currículo oficial; sobretudo, ressaltou os prejuízos trazidos para o ensino e o profissional de Geografia: a) imprecisão do que vem a ser e a se ensinar em Estudos Sociais nas escolas; b) restrição de mercado de trabalho para os professores formados em licenciatura plena em Geografia e História nas séries finais do 1º grau; e c) expansão dos cursos superiores de licenciatura em Estudos Sociais, enquanto ocorria o fechamento de cursos em licenciatura plena de Geografia e História.

Em decorrência do parecer nº 554 do CFE, em 1972, que aprovou a licenciatura curta em Estudos Sociais, com duração mínima de três semestres (totalizando em 1.200 horas), vários cursos de Geografia sofreram com a falta de ingresso e permanência dos estudantes, por esses optarem pela licenciatura curta para se inserirem mais rápido no mercado de trabalho. Ocorreu, conseqüentemente, o fechamento de certos cursos de Geografia no estado de São Paulo existentes há algum tempo. Destaca-se a preocupação de Conti com a ascensão dos Estudos Sociais nos cursos superiores, colocando em risco a permanência da ciência geográfica nos cursos de licenciatura plena:

Em 1972, no Estado de São Paulo, mantinham cursos de licenciatura plena em Geografia os seguintes Institutos de Ensino Superior: Universidade de São Paulo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, F.F.C.L. “Camilo Castelo Branco” (Capital), F.F.C.L. de Araçatuba, F.F.C.L. “Sagrado Coração de Jesus” de Bauru, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, F.F.C.L. de Catanduva, F.F.C.L. de Franca (Estadual), F.F.C.L. de Guarulhos, F.F.C.L. de Jaú, Faculdade “Auxilium” de Lins, Faculdade Salesiana de Lorena, F.C.L. de Ourinhos, F.F.C.L. de Presidente Prudente (Estadual), F.F.C.L. “Barão de Mauá” (Ribeirão Preto), F.F.C.L. “Moura Lacerda” (Ribeirão Preto), F.F.C.L. de Rio Claro (Estadual), F.F.C.L. de Santa Cruz e F.F.C.L. de Sorocaba. Apenas dois anos, em 1974, o panorama havia mudado sensivelmente e, em quase todos esses Institutos, a Geografia passou a ser substituída pelos Estudos Sociais. Isso era fácil de prever pois a Reforma do Ensino de 1971, embora ainda esteja longe de se considerar implantada, já está produzindo visíveis efeitos negativos nas áreas de Geografia e História, em conseqüência da verdadeira “liquidação” que essas duas disciplinas sofreram no currículo escolar do 1º grau. (CONTI, 1976, p. 65-66)

Uma reportagem da *Folha de São Paulo* de 1974 demonstra o quanto a preocupação de Conti era um fato, constatando a sobra de cerca de 1.500 vagas nas faculdades do estado de São

Paulo, sendo que parcela significativa delas correspondia aos cursos das faculdades de Filosofia, Ciências e Letras. De acordo com o prof. Eurípedes Simões de Paula, chefe do Departamento de História da FFLC-USP, em declarações publicadas pela imprensa, a introdução dos cursos de licenciatura curta era uma das causas do fenômeno.

O mercado de trabalho está muito saturado e também, muito distorcido; quem tem a mini-licenciatura consegue mais facilmente um emprego que um professor formado em cursos pleno. O pessoal do Departamento de História, desde professores e alunos, está bastante desgostoso com tal fato. (*Folha de São Paulo*, 5 de maio de 1974, p. 24)

No entanto, em 1974, a partir da deliberação nº 3 do Conselho de Educação do Estado de São Paulo (CEE-SP), não foi permitida a formação apenas em três semestres de licenciatura curta para os institutos isolados estaduais e municipais que estavam sob sua jurisdição, obrigando que a formação tivesse o mínimo de quatro semestres. As instituições privadas do ensino superior eram jurisdição do CFE, portanto, poderiam continuar restritas a três semestres. Nesse período, as faculdades particulares já representavam parcela significativa dos institutos superiores do estado, cuja expansão, em sua grande maioria, continuou com baixo investimento, fato que não garantiria um bom ensino.

Conti finalizou seu texto com o alerta sobre o indicativo nº 23 do CFE, proposto por Valmir Chagas, que estabeleceria uma nova condição para a Geografia e a História, que seriam reduzidas à categoria de simples “habilitações derivadas da licenciatura plena de Estudos Sociais, a qual passaria a vigorar com exclusividade” (CONTI, 1976, p. 67).

No BPG nº 55, de 1978, está publicado em duas laudas o resumo de uma palestra proferida por José Bueno Conti, intitulada “Origem dos Estudos Sociais”, na qual apresentou as leis supracitadas fortalecendo os Estudos Sociais no currículo escolar a partir da década de 1960. Novamente, o geógrafo mostrou-se preocupado com a formação nas faculdades de Filosofia, que, em sua grande maioria, renunciaram “à pretensão de formar também pesquisadores”:

Portanto, o espírito que norteou a criação dos Estudos Sociais (e demais licenciaturas curtas) foi o de que a faculdade que as adotasse estaria *ipso facto* abdicando da função de pesquisa. Sem pesquisa todos sabem que não há ensino superior, porque as duas atividades são indissociáveis. (CONTI, 1978, p. 176)

Chamou a atenção o fato de José Bueno Conti ser o membro da Seção São Paulo da década de 1970 que se posicionava publicamente em relação à matéria de Estudo Sociais. Está registrado na ata da assembleia da Seção São Paulo de 26 de março de 1973 que Conti foi convidado pela AGB-Nacional para ser um dos representantes da entidade na Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), sendo um integrante da mesa-redonda

Geografia na Reforma do Ensino. No jornal *Folha de São Paulo* (11 de fevereiro de 1974, p. 13) foi publicada uma reportagem na qual Conti foi consultado para avaliar o impacto do curso de Estudos Sociais no ensino de Geografia e História.

Existiram movimentos conjuntos entre a AGB e a ANPUH no sentido de pôr fim aos Estudos Sociais na escola e no ensino superior. Em 1977, durante o IX Simpósio da ANPUH em Florianópolis, José Bueno Conti representou a AGB na comunicação “A reforma educacional de 1971 e a situação da História no ensino de 1º e 2º graus no Estado de São Paulo”. Junto estiveram Raquel Glezer, com “História e Estudos Sociais: um estudo comparativo dos guias metodológicos do MEC”, e Antonieta de Aguiar Nunes, com “O ensino de História em faculdades de Estudos Sociais” (MESQUITA, 2008, p. 133).

Os textos de Conti com certeza foram reveladores para os acadêmicos que substancialmente estavam distantes do contexto educacional do país, ao iniciar na Seção São Paulo o debate dessas políticas educacionais, buscando mostrar os seus prejuízos para a Geografia. Como foi observado, o geógrafo, preocupado com o fim da Geografia no ensino escolar, mostrou como isso traria implicações como redução dos cursos superiores e escassez no desenvolvimento de pesquisa.

O texto de Manoel Seabra, “Estudos Sociais e vulgarização do magistério e do ensino de 1º e 2º graus”, de 1981, no BPG nº 58, ao realizar críticas às políticas educacionais que restringiram o ensino de Geografia e História nas escolas, ampliou e aprofundou o debate em relação aos textos anteriores. Seabra iniciou com críticas ao projeto do CFE, apresentado pelo conselheiro Paulo Nathanael, que desejou criar a licenciatura plena em Estudos Sociais para todo o território brasileiro, como se o fato de aumentar a carga horária do curso superior de Estudos Sociais garantisse uma formação de qualidade ao docente e a melhora da qualidade do ensino no país.

Essa ação foi motivada pela pressão social que a licenciatura curta vinha sofrendo, essencialmente, pelo seu caráter polivalente, sem sua especificidade bem definida. Em decorrência da qualidade duvidosa das licenciaturas curtas, alguns sistemas de ensino optaram por prolongar o tempo de formação, como no caso citado do CEE-SP por Conti (1978), ou mesmo descartaram a sua implantação em algumas universidades públicas. Nathanael foi ardiloso ao aproveitar a crítica à baixa carga horária na licenciatura curta em Estudos Sociais, utilizando-a como argumento para propor a criação da licenciatura plena polivalente. Seabra (1981) fez severas críticas à licenciatura plena e polivalente, por ela interferir de forma mais

drástica nos cursos superiores de licenciatura plena em Geografia e História, inclusive colocando em risco o desenvolvimento de pesquisa científica nessas áreas do conhecimento.

O autor ampliou a sua análise, extrapolando o âmbito apenas da disputa disciplinar, considerando que a melhoria do ensino não viria apenas pelas alterações na formação de professores, sendo necessário discutir sobre as péssimas condições de salários e do trabalho docente. Segundo ele, a precarização da profissionalização do docente faz parte de uma prática política de “desvalorização, a vulgarização do ensino fundamental a que é submetida a maioria da população brasileira” (SEABRA, 1981, p. 125). O autor utilizou a termo “vulgarização” no sentido depreciativo de banalização da educação, um “empobrecimento cultural”. Conclui que, desde a lei nº 5.692/1971, o governo vinha orquestrando políticas para o empobrecimento da educação, interferindo nas estruturas e na organização do conhecimento, contribuindo para a manutenção ou o agravamento de uma desigualdade de conhecimento e, conseqüentemente, social.

Ademais, o caráter de interferir no conhecimento a ser ensinado estava relacionado com o fator econômico, trazendo menor investimento financeiro e gastos para os militares, pois “[...] um só professor ministrando Estudos Sociais e um ministrando Ciências reduziria para cinco o número de professores nas séries finais do 1º grau” (SEABRA, 1981, p. 128).

Em outubro de 1980, realizou-se o Fórum de Debates sobre Estudos Sociais no auditório da *Folha de São Paulo*, no qual o conselheiro Paulo Nathanael Pereira de Souza debateu com os docentes Manoel Seabra (DG-USP e AGB), Maria de Lourdes Janotti (História-USP), Zilda Maria Grícoli Iokoi (História-USP), Maria de Lourdes Mariotto Aldar (CEE-SP), Marilena Chauí (Filosofia-USP) e Maria Nilde Mascellani (Educação-PUC/SP), com a coordenação de Carlos Guilherme Mota (História-USP). De acordo com o jornal *Folha de São Paulo* (14 de outubro de 1980, p. 12), o parecer tinha um caráter autoritário, assim como as outras ações do CFE, por não convocar a sociedade civil para discutir e havia preocupação com o rumo que estava tomando a educação no país. É relevante colocar que Manoel Seabra foi o único docente representante de uma associação científica no debate. A participação do geógrafo nesses fóruns de debate possivelmente lhe trouxe a preocupação com o ensino de Geografia e a Educação, instigando-o para a produção do texto supracitado.

Em suma, é notável um número reduzido de textos no BPG sobre um tema tão delicado para a Geografia, em um período no qual ela perdia espaço nos ensinos escolar e superior. Todos os textos mostraram interesses e disputas para manter a Geografia no currículo escolar, com dimensões diferentes, estando relacionados provavelmente ao período em que foram

escritos. A primeira carta assinada pelos professores do departamento de Geografia da USP possuía um discurso mais técnico, existindo a intenção construir um diálogo, como fosse plausível negociar com o CFE. Conti e Seabra se posicionaram diferentemente, esclareceram e confrontaram as políticas educacionais impostas pelos militares, rompendo com a proposta difusa dos Estudos Sociais. Acrescenta-se que Seabra foi além e não se dedicou apenas ao debate disciplinar: preocupou-se em englobar os dilemas educacionais inseridos de forma proposital durante o governo militar que, dessa maneira, não possibilitariam o desenvolvimento de uma educação verdadeiramente democrática ao não oferecer a oportunidade de uma escolarização de qualidade para a população, sobretudo para os mais carentes, que frequentavam as escolas públicas no país.

O texto de Seabra (1981) ganhou outra dimensão por não pensar o ensino de Geografia ou a educação brasileira a partir de comparações com os centros produtores de ciências, como facilmente é encontrado em alguns textos anteriores, mas sim o contexto real brasileiro, a partir de críticas a uma classe dominante que instrumentalizou a educação para garantir e promover seus privilégios e a desigualdade social. Fora essas publicações no BPG, sabe-se que a associação dos geógrafos realizou inúmeros movimentos contrários em outros meios e eventos (alguns ainda serão vistos neste capítulo). Portanto, a partir do BPG buscou-se entender como o debate se desenvolveu ao longo dos anos; como visto, ele se tornou mais amplo e complexo.

4.2 Abertura política, Seção São Paulo e perspectivas educacionais

No final da década de 1970, iniciou-se um lento processo de redemocratização do sistema político, concedendo mais liberdade para os cidadãos brasileiros se manifestarem. À custa disso, com o passar do tempo, acentuaram-se as mobilizações sociais em prol da educação pública de qualidade e contra uma ideologia liberal de educação. Associações docentes e científicas, estudantes e profissionais do ensino fizeram e eram conclamados a fazer parte desse movimento, para juntos e de forma colaborativa realizarem uma pressão política e social com a finalidade de transformar a educação brasileira.

Nesse período, a Seção São Paulo já tinha vivenciado um momento de questionamento e importantes reflexões, que levou a uma ruptura entorno das proposições teórico-metodológicas da Geografia com caráter positivista, estando mais próxima dos referenciais do marxismo histórico-dialético. Em decorrência dessa mudança de posicionamento político e

referencial teórico, a Geografia crítica desenvolvida na Seção São Paulo se envolveu mais com temas sociais e isso fez com que a mobilização da educação estivesse no seu espectro de interesse.

As reformas curriculares marcaram o período da década de 1980, desencadeando intensas disputas e profundas transformações – primeiro no estado de São Paulo, a partir da proposta da CENP, depois no município de São Paulo, com a proposta interdisciplinar. As propostas curriculares tiveram matrizes pedagógicas diferentes: a da CENP era influenciada pela Pedagogia do Conteúdo, enquanto a do município de São Paulo se apoiou na Pedagogia Popular. Ambas as perspectivas educacionais consideraram que a educação subsidiaria uma mudança social ao contribuir para que os sujeitos compreendessem a sua realidade social. No entanto, entre elas existiram consideráveis divergências, destacando-se a relação com a produção do conhecimento. Os conteudistas se posicionaram favoráveis à organização dos currículos tendo como referência a divisão do saber por disciplinas; teoricamente, defenderam que a escola é o espaço de reprodução e transmissão dos saberes sistematizados. Enquanto isso, a Pedagogia Popular subsidiou o ensino interdisciplinar como superação da divisão do conhecimento sistematizado e uma proposta de produção do saber escolar (ALBUQUERQUE, 2005). Pode-se dizer que as duas perspectivas pedagógicas implicaram o pensamento e as ações dos sócios da Seção São Paulo.

Outro fato relevante, após anos de controle social pelos militares, foi a organização da sociedade em fóruns, conferências públicas e outras formas democráticas para debater e propor na Constituinte de 1988, que após a sua promulgação ficou conhecida como Constituição Cidadã, por ampliar os direitos sociais dos brasileiros. A educação teve vários pontos de importantes conquistas, como a garantia do acesso e da permanência no ensino fundamental, democratizando um pouco mais o processo de escolarização no país. No entanto, durante a sua elaboração ocorreram diversos embates e disputas. Existiram os que incondicionalmente eram a favor da escola pública e, do outro lado, os *lobbies* das escolas privadas e confessionais, estes principalmente em busca de financiamento público. Instituições, associações e sujeitos em favor do ensino público se organizaram e se articularam enquanto força política para construções e aprovações de propostas. A Seção São Paulo se manifestou junto aos principais interlocutores progressistas em defesa do ensino público, estatal e gratuito.

Por fim, para compreender a mobilização tanto interna quanto externa da Seção São Paulo da AGB nesse contexto, foi necessário consultar diversos documentos além da fonte primária da pesquisa, isto é, os BPG. Utilizaram-se inúmeras fontes secundárias arquivadas na

sala da Seção São Paulo, que contribuíram na compreensão histórica da trajetória da entidade paulista com o saber escolar na década de 1980. Como comentado na introdução da pesquisa, os documentos na sala da entidade nunca foram catalogados ou receberam algum tipo de tratamento para a sua manutenção, estão apenas colocados em caixa-arquivo e, certamente, muitos deles se perderam ao longo do tempo. Por isso, nos próximos subcapítulos existiu a preocupação de informar ao leitor qual o documento utilizado, e os não encontrados, quando estes poderiam ser relevantes para construção da narrativa da entidade.

4.2.1 Currículo da CENP e inserção da Geografia Crítica na rede: qual a contribuição da Seção São Paulo no debate dessa construção?

Em 1982, com a eleição livre para governo dos estados brasileiros, sendo eleito Franco Montoro em São Paulo, opositor ao regime militar, deu-se início a expressivas discussões para a reestruturação do sistema de ensino da educação pública paulista. O governo eleito permitiu a descentralização administrativa da educação; assim, tem início a elaboração de uma nova proposta curricular com caráter coletivo, de forma a superar o autoritarismo de reformas anteriores.

Esse movimento de renovação curricular paulista se amparou em uma pedagogia crítica, preocupada com a relevância social dos conteúdos²²² (ALBUQUERQUE, 2005; MOREIRA, 2020), contrapondo-se à hegemonia dos Guias Curriculares em voga desde 1975, mais conhecidos como “Verdões” por possuírem capa verde e fazendo referência ao momento de ditadura militar. Nos Guias Curriculares, o programa de Estudos Sociais para o 1º grau incluía tanto o conteúdo de História quanto o de Geografia. Martins (2007), ao analisar o currículo de Estudos Sociais dos Guias, constatou uma organização nunca observada anteriormente em um currículo oficial, que consistiu em nortear todo o trabalho do professor durante as suas aulas.

²²² “Ao buscar resgatar a importância dos conteúdos e ao ressaltar a função básica da escola – transmissão do saber sistematizado – defendia a existência de um conhecimento científico universal e objetivo, a ser dominado por todos os estudantes. Embora produzido historicamente, no interior das relações sociais, tal conhecimento, ao expressar as leis que regem os fenômenos naturais e sociais, era visto como transcendendo os interesses individuais, origem de classe e restrições históricas. De seu tratamento deviam derivar os conteúdos escolares, a serem criticamente ensinados a todos os estudantes, principalmente aos oriundos das camadas populares, para os quais a escola constituía o espaço em que essa aquisição poderia de fato ocorrer” (MOREIRA, 2000, p. 112).

Em 1977, com o argumento de melhorar a implementação dos Guias de Estudos Sociais, a SEE-SP publicou os Subsídios²²³ para 5ª e 8ª séries do 1º grau, cuja finalidade era sugerir ao professor diferentes assuntos, todos sistematizados e com seu objetivo e conteúdo programático. O novo documento foi organizado por um grupo de professores da USP e do ensino secundário. Pasquale Petrone e José Conti foram os dois professores universitários de Geografia participantes da elaboração do novo documento da SEE-SP²²⁴. É intrigante lembrar que em 1976 Conti havia criticado a SEE-SP pela produção dos Guias Curriculares, conforme texto publicado no BPG nº 51, ao apontar os Estudos Sociais como tendo *status* de disciplina e sem um objetivo de aprendizagem bem definido:

[...] depois de inúmeras tentativas frustradas, conseguiu elaborar um Guia Curricular de Estudos Sociais e, de posse desse manual, pôs em execução um programa de “reciclagem” de professores de Geografia e História, o qual consiste numa espécie de doutrinação dos mestres, durante uma semana, sobre as “vantagens” daquela inovação. Os que foram assim “reciclados” deverão transmitir as “técnicas” aprendidas aos demais colegas, estabelecendo-se um processo eficiente (?) de difusão da nova sistemática curricular.

A respeito desse Guia Curricular, o único comentário que julgamos pertinente fazer é o de que os objetivos gerais nele definidos são demasiado amplos e podem servir para qualquer setor do conhecimento, bastando apenas pequenas adaptações. O conteúdo está consubstanciado em três temas gerais: Criança, Cultura Brasileira e Sociedade Atual, que são nomes novos para os mesmos antigos assuntos de sempre estudados e tudo se resume numa justaposição de Geografia e História do começo ao fim. (CONTI, 1976, p. 68)

Existe uma cultura nas reformas educacionais em relação aos acadêmicos, de considerá-los especialistas das questões educacionais por dedicarem-se às pesquisas científicas (VINÃO, 2002), e antes essa concepção era ainda mais presente. Mesmo a proposta dos Subsídios dos Guias tendo como base a legislação do governo militar, possivelmente esses geógrafos acreditaram que a partir do discurso científico poderiam melhorar a qualidade da proposta de ensino anterior, selecionando os conhecimentos da Geografia que entendiam ser relevantes para o ensino escolar. No entanto, muitas vezes, sem esse propósito, essas ações dos acadêmicos acabaram por legitimar as políticas impostas pelos governos, como aconteceu com os Subsídios dos Guias.

O novo currículo ficou conhecido popularmente como currículo da CENP e teve início a partir da parceria da própria coordenadoria (órgão da SEE-SP) com os professores da rede

²²³ “Os Subsídios foram republicados em 1978 (2ª edição), em 1980 (1ª reimpressão) e em 1981 (2ª reimpressão). Nessas reedições o texto não foi alterado” (MARTINS, 2007, p. 165).

²²⁴ Além dos geógrafos, compuseram a equipe responsável: Maria de Lourdes Monaco Janotti (coordenadora, História-USP), Eduardo Paulo Berardi Jr. (SEE-SP), Elza Nadai (FE-USP), Laima Mesgravis (História-USP), Suely Robles Reis de Queiroz (História-USP) e Zilda Márcia Gricoli Iokoi (História-USP).

pública estadual e das universidades paulistas. Foi concluído apenas em 1988, depois de longos diálogos e entraves políticos e intelectuais.

O currículo da CENP é um documento emblemático para a educação e a Geografia, fazendo parte do movimento crítico de renovação da Geografia no país. São diversos os trabalhos escritos sobre essa proposta de ensino, alguns são memórias e outros, análises documentais sobre a sua elaboração ou os seus conteúdos, posições contraditórias ou progressistas, todos contribuindo para compreender melhor a história desse momento tão relevante para a Geografia Escolar e a educação no estado de São Paulo²²⁵. Nesta pesquisa não cabe aprofundar na discussão o processo de reformas curriculares promovidas pela CENP, não entrando no mérito de avaliar/analisar de alguma forma o currículo da coordenadoria. Cabe-nos entender a contribuição/relação ou não da Seção São Paulo da AGB com a produção ou divulgação desse documento curricular.

O grupo responsável pela elaboração da nova proposta para o 1º grau do núcleo comum, depois de atravessar diversas discussões e polêmicas, a partir de 1984 conseguiu tornar novamente autônomas as disciplinas de História e Geografia. A negociação com a CENP durou mais de seis meses e teve apoio e participação dos docentes de Geografia e História da USP e da PUC, bem como da ANPUH e da AGB.

Os professores da SEE-SP eram afastados temporariamente das suas funções na escola para dedicação exclusiva à elaboração do novo currículo. Em 1983, inicialmente houve a participação de Adaudite Baptista, Lucia de Araújo Marques, Maria Helena Peixoto Camargo, Marísia Margarida Santiago Buitoni, Regina Bega dos Santos, Sálua Assad Abirad, Seleida de Oliveira Batista e Shoko Kimura. Os assessores eram professores universitários²²⁶, inicialmente participando Gil de Toledo e Ariovaldo Umbelino, ambos da USP, cujo objetivo principal era mostrar os novos caminhos que a Geografia estava percorrendo. Por esse motivo, houve uma

²²⁵ ALBUQUERQUE, Maria Adailza Martins de. Currículo de Geografia: da abertura política aos PCNs. *Mercator*, Fortaleza, ano 4, n. 7, 2005; ARAÚJO, Regina; MAGNOLI, Demétrio. Reconstruindo muros: crítica à proposta curricular da CENP. *Terra Livre*, São Paulo, n. 8, p. 111-119, 1991; FRANÇA FILHO, Astrogildo Luiz de. *A Geografia que se ensina nos anos de 1980: uma programática do movimento de Renovação da Geografia*. 2018. 218 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018; KIMURA, Shoko. Território de luzes e sombras: proposta de ensino de Geografia da CENP. *Terra Livre*. São Paulo, v. 1, ano 25, n. 32, p. 17-30, 2009; MORAES, Antonio Carlos Robert. Ideologia e Geografia nos currículos do 1º grau. In: BARRETO, Elba de Siqueira de Sá. *As propostas curriculares oficiais: Análise de propostas curriculares dos estados e de alguns municípios das capitais para o ensino fundamental*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1995.

²²⁶ Ana Fani Alessandri Carlos-USP; Carlos Walter Porto Gonçalves-PUC/RJ; José Pereira de Queiroz Neto-USP; José Willian Vesentini-USP; Jurandir Luciano Ross-USP; Maria Encarnação Beltrão Spósito-UNESP/Presidente Prudente; Mariley Simões F. Gouveia-UNICAMP; Odelte Carvalho de Lima Seabra-USP; Rosângela Doin de Almeida-UNESP/Rio Claro; Sandra Lecioni-USP; Wanderley Messias da Costa-USP.

significativa alusão ao movimento de renovação dito como crítico, com a adoção da abordagem histórico-dialética (KIMURA, 2009) na produção do documento e na formação de docentes da rede pública.

Nesse período, de modo geral, nos movimentos existia a convicção de que os processos educacionais seriam a “mola propulsora do progresso, [...] partia-se da análise marxista para compreender a sua realidade social e simultaneamente, armar estratégia para superá-la” (GONH, 1997, p. 282). De certo modo, os integrantes que participaram da proposta da CENP coadunavam com essa perspectiva.

É importante ressaltar que as relações entre o Departamento de Geografia e a Seção São Paulo continuaram estreitas, por isso pode-se afirmar que existia uma confluência entre as ações deles na construção do currículo da CENP, tanto que parcela significativa dos professores universitários que participaram da proposta curricular eram membros da diretoria ou sócios atuantes na Seção São Paulo.

Os geógrafos acadêmicos envolvidos na elaboração tinham consciência de que a perspectiva teórico-metodológica da Geografia Crítica se limitava principalmente às universidades. Em 1984, Gonçalves, durante uma palestra para professores da rede, voltada para refletir o novo currículo, afirmou que permanecia um largo distanciamento entre as discussões nos cursos de Geografia nas universidades desde 1978 e a realidade das práticas de ensino de Geografia nas escolas brasileiras, em decorrência de diferentes problemas que precisavam ser superados (GONÇALVES, 1987)²²⁷. A Geografia Crítica era uma perspectiva teórico-metodológica relativamente nova, que possivelmente demoraria algum tempo para ser incorporada pela Geografia Escolar. Como já foi comentado com a Geografia Moderna, a articulação dos saberes escolar e científico é complexa; não necessariamente o que se produz na academia será incorporado em um tempo curto pela escola. Outro ponto importante a ser destacado é que parcela significativa dos docentes, mesmo sendo recente o seu egresso do ensino superior, tinha concluído sua licenciatura no curso em Estudos Sociais, realidade que praticamente os inviabilizava de terem um acesso considerável à Geografia Crítica, tendo em vista, sobretudo, o tempo aligeirado da sua formação.

Ademais, emergiu da aliança da Pedagogia do Conteúdo e da Geografia Crítica uma preocupação em desenvolver saberes escolares que contribuíssem para o estudante compreender a sua realidade (ALBUQUERQUE, 2005; MOREIRA, 2002), fundamental para

²²⁷ O texto consiste em uma transcrição da palestra realizada pelo geógrafo na CENP, durante o treinamento para professores de Geografia realizado em setembro de 1984.

que ele agisse nela enquanto uma construção social. Inclusive, por tantas vezes existiram críticas desses geógrafos em relação aos livros didáticos, pela sua falta de criticidade e pela imposição de valores da classe dominante. Para professores universitários e da rede envolvidos no projeto da CENP, a escola era um lugar onde a Geografia Crítica deveria ser efetivada. Existia a convicção de sua contribuição para o desenvolvimento do debate político nesse território, visto o contexto de abertura política pelo qual passava o país, após o trauma de anos vivendo em um governo autoritário.

Além da participação dos professores da SEE-SP e das universidades, a Seção São Paulo e o Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (APEOESP) contribuíram promovendo discussões e reflexões coletivas para incitar a construção do currículo, a partir de um conjunto de atividades em parceria. Por exemplo, organizaram os Encontros Locais de Professores de Geografia, tratados mais à frente neste capítulo, nos quais foram realizadas diversas palestras e cursos, inclusive a palestra supracitada de Gonçalves em 1984. Em vista disso, tanto a AGB quanto a APEOESP contribuíram para descentralizar o acúmulo de discussões na própria CENP.

Existiram docentes da rede que participaram da construção do currículo da CENP que eram membros ativos da Seção São Paulo, como as professoras Shoko Kimura²²⁸, Marísia

²²⁸ Shoko Kimura nasceu em fevereiro de 1942, na cidade de Lins, interior de São Paulo. É a sexta de oito filhos de imigrantes japoneses, que vieram para o país fugindo da Segunda Guerra Mundial. Ela teve uma infância simples na roça, onde seus pais eram sítiantes de um latifúndio de café. Na década de 1950, seu pai decidiu encontrar emprego na cidade de São Paulo. Moraram na periferia e ela iniciou o seu estudo formal em um grupo escolar. Apesar da condição financeira muito precária, decidiu ingressar no curso superior. Perdeu o vestibular de Ciências Sociais da USP e optou em fazer o de Geografia, ingressando em 1961. Quando finalizava o curso, em 1964, em decorrência do golpe militar, ela iniciou sua militância política na Organização Revolucionária Marxista – Política Operária (POLOP). Em 1969, tornou-se professora efetiva da rede estadual. Na década de 1980, durante a proposta da CENP, ela não lecionou, dedicando-se à preparação do currículo, planejando e formando professores. Em 1987, ao sair da proposta da CENP, ela acessou o concurso de diretora, mas não se adaptou à nova função, por isso pediu exoneração. Em seguida, ingressou como professora da Escola de Aplicação da USP, permanecendo três anos. Quando saiu, foi para assumir um concurso de supervisora da SEE-SP, na qual ingressou e permaneceu por mais três anos, até se aposentar. Concluiu seu doutorado em 1998, no PPGH-USP, com o título *Geografia da escola e lugar: violência, tensão e conflito*. Depois continuou lecionando em cursos de Geografia e Pedagogia nas faculdades privadas. Por fim, em 2000, ingressou como docente na UFMG. Informações coletadas no Currículo Lattes e no Museu da Pessoa. Disponível em: <https://acervo.museudapessoa.org/pt/conteudo/historia/por-uma-vida-mais-saudavel-46043>. Acesso em: 5 jun. 2021.

Buitoni²²⁹ e Regina Bega dos Santos²³⁰. As docentes foram interlocutoras importantes, uma ligação entre a produção acadêmica e a escola, bem como contribuíram com a academia levando suas experiências e conhecimentos da realidade escolar que, muitas vezes, era tão distante do ambiente dos acadêmicos. Certamente, a proatividade desses membros favoreceu a criação de fóruns específicos para debater e articular os problemas relacionados ao ensino na seção local, como a criação da Comissão de Ensino, que será vista logo mais.

A participação da Seção Local São Paulo no processo de construção do currículo da CENP gerou discussões procurando abrir espaço para a Geografia Crítica com os docentes da rede estadual paulista, a partir de estudos como os “Conceitos de trabalho e modo de produção e questão relativas às abordagens da natureza e do processo de industrialização” (PONTUSCHKA *et al.*, 2007, p. 70). A discussão da proposta buscou uma ruptura na Geografia ainda com características mnemônicas e com algumas perspectivas positivistas da Geografia Moderna, principalmente relacionadas a suas concepções positivistas. Reforça-se aqui que, com o processo de abertura política do país, o posicionamento e a participação contra a opressão política foram pautas levantadas pelo movimento da Geografia Crítica, convergindo com movimentos de renovação pedagógica, associações de professores, movimento sociais e outros.

De acordo com a professora Shoko Kimura (1987, p. 9), algumas pautas eram barradas por órgãos superiores da CENP e tornaram-se viáveis na entidade dos geógrafos e no sindicato:

Há uma tentativa desse trabalho mais efetivo através dos cursos de convênio SEE-CENP/Universidade. Há também iniciativas de ampliação da discussão por parte da AGB-Seção São Paulo e de eventos da APEOESP. Crê-se na importância desses canais não oficiais, dado que os fluxos institucionais são extremamente problemáticos.

A Seção São Paulo ocupou um lugar além da divulgação e formação da Geografia Crítica, buscando ampliar o debate junto à APEOESP e aos professores da rede, ao compreender a necessidade de discutir quais transformações eram substanciais nas condições do trabalho

²²⁹ Sua formação e sua trajetória profissional sempre estão relacionadas à área de Educação. Graduiu-se em 1970, em Geografia na USP. Concluiu o doutorado em 2001, também na USP. Participou da diretoria da nacional da AGB e da Seção São Paulo, como secretária da Seção São Paulo (1971-1972), diretora da Seção (2002-2004) e vice-presidente da DEN (2004-2006). Foi professora do ensino básico de 1970 a 2008, na SEE-SP. De 2005 a 2013, participou, junto ao MEC, da comissão técnico-pedagógica do Plano Nacional do Livro Didático (PNLD). Entre 1977 e 1997, teve vínculo funcional com a Faculdade de Educação e/ou Escola de Aplicação da USP. Foi professora de graduação e pós-graduação na Geografia da PUC-SP. Atualmente, é professora adjunta na UERJ.

²³⁰ Regina Bega dos Santos graduou-se em 1972, em Geografia na USP. As suas pesquisas de mestrado (1975-1983) e doutorado (1989-1994), realizadas no PPGH-USP, trataram da Geografia Urbana. Participou como membro da diretoria da Seção São Paulo, como coordenadora de Publicação (2002-2004), diretora (2006-2008) e primeira-secretária (2008-2010). Seu vínculo profissional foi mais com o ensino superior, no qual desde 1977 lecionou em faculdades privadas e públicas. Aposentou-se enquanto professora da UNICAMP, onde atuou desde 1988 em serviços técnicos, na graduação e na pós-graduação.

docente e das escolas para uma educação de qualidade e democrática. É possível identificar a preocupação com a condição de trabalho docente e com a formação crítica dos estudantes na apresentação da *Seleção de Textos* nº 17 (1987, p. 1) sobre a temática da Educação:

Entendemos que hoje torna-se cada vez mais necessário que nós, educadores, façamos uma reflexão a respeito da atual situação geral da Educação. Nossa reflexão deve abordar desde as condições de trabalho até os objetivos pedagógicos a serem atingidos. A prática do educador, em nosso entender, não pode estar desvinculada das transformações que se pretendam para a sociedade e para a Educação.

A edição publicou três textos, de Paulo Freire, Fanny Abramovich e Miguel Arroyo. Ao final da *Seleção de Textos*, apresentaram uma série de resenhas e comentários de outros textos de Educação²³¹.

Apesar de a proposta da CENP não ter se finalizado conforme a sua intenção inicial, em decorrência de mudanças de governo e gestão, ela conseguiu ser considerada relativamente democrática ao buscar parceria na sua elaboração com os professores da rede estadual e quebrar com o conhecimento geográfico considerado despolitizado. Nos próximos subcapítulos será visto, a partir da Comissão de Ensino, como ocorreu um aprofundamento do ensino de Geografia e da luta pela educação pública na Seção São Paulo.

4.3 Nídia Pontuschka

É relevante apresentar brevemente a trajetória profissional e acadêmica da geógrafa Nídia Nacib Pontuschka, por ter sido uma das principais sócias que mobilizaram tanto professores da rede básica quanto o saber escolar na Seção São Paulo. A geógrafa teve uma significativa experiência na área de educação e ensino, realidade essa que buscou incorporar à entidade dos geógrafos. Antes mesmo de ser professora de Geografia, Nídia Pontuschka lecionou nas séries iniciais do ensino básico, durante e após a conclusão do seu curso normal no Instituto Padre Anchieta.

Deve-se lembrar a dificuldade de concluir a etapa do ensino básico na década de 1950, em um momento que eram poucas as escolas, principalmente públicas, mesmo na capital paulista. Apesar de não ter sua origem na elite ou na classe média paulista, a família de Nídia

²³¹ Apesar da *Seleção de Textos* ser uma publicação da Seção São Paulo e da AGB-Nacional, ela não está disponível no formato digital como ocorreu com o BPG e a *Terra Livre*. Pela relevância de seu conteúdo, a *Seleção de Textos* mereceria sua digitalização, para ficar disponível on-line à comunidade dos geógrafos e outros interessados, além possibilitar de um estudo em particular desse periódico.

sempre incentivou os seis filhos a estudarem. O fato de Aziz Ab'Saber ser seu irmão mais velho e cursar Geografia certamente contribuiu para a sua escolha profissional. Em uma entrevista, Nídia afirmou que ficava fascinada ao ouvir os relatos de campo que seu irmão fazia enquanto estudante (PINHEIROS, 2011). Os dois irmãos desenvolveram significativos trabalhos que são referências, cada um em sua especificidade. Indubitavelmente, seria muito difícil mensurar em poucas linhas a importância deles para o desenvolvimento da Geografia brasileira.

Nídia ingressou no curso de Geografia em 1959. Optou pelo período noturno, para manter o trabalho na Escola Demonstração, originária da Escola de Aplicação da USP, onde lecionou no ensino primário em período integral. Enquanto professora primária, também trabalhou em uma escola estadual e outra federal. A formação no curso normal e o trabalho com as séries iniciais foram fundamentais para que Nídia tivesse facilidade em desenvolver trabalhos de forma coletiva com outros professores no preparo de aulas e projetos. Levou para a Geografia essa forma de trabalho a partir do desenvolvimento do estudo do meio e de outros projetos educacionais interdisciplinares, enquanto professora da rede pública, professora, pesquisadora universitária e assessora no currículo do município de São Paulo.

Após dois anos de formada, em 1964, ingressou como docente de Geografia na rede estadual de ensino. Nesse período também integrou a equipe da Fundação Brasileira para o Desenvolvimento do Ensino de Ciências – Centro de Ciências de São Paulo (FUNBEC-CECISP), localizada no *campus* da USP, para participar de um projeto cujo objetivo era a elaboração de livros e materiais de Geografia para as escolas públicas. Passado algum tempo, lecionou por 11 anos na Escola Estadual Architiclino Santos, zona oeste de São Paulo, no Parque Continental, próximo à USP. Junto com os seus colegas, realizou importantes estudos e práticas interdisciplinares, como o estudo do meio²³². É interessante comentar que Nídia e Circe Bittencourt²³³ fizeram projetos enquanto professoras no Architiclino, depois estabeleceram novas parcerias quando ambas foram professoras da FE-USP.

O estudo do meio consiste em uma atividade pedagógica desenvolvida a partir de um método ativo e interdisciplinar de aprendizagem, que buscou integrar os conhecimentos escolares fragmentados. Essa proposta didática exige dos professores um olhar interdisciplinar

²³² Realizaram estudos do meio em diferentes lugares: em Iguape, no Jaguaré, na área da cana-de-açúcar de Piracicaba e em Limeira.

²³³ Circe Bittencourt é uma referência no ensino de História, assim como Nídia é uma das principais referências no ensino de Geografia. Em 1996, enquanto docentes de formação de professores na FE-USP, desenvolveram *Um projeto... tantas visões: Educação Ambiental na escola pública*, sendo depois publicado em livro pela Seção São Paulo; contém textos dos estudantes que eram estagiários e dos professores acadêmicos e do ensino básico.

sobre o desenvolvimento do conhecimento escolar, no qual cada disciplina aprofunda o saber da sua especificidade ao mesmo tempo em que o conhecimento é desencadeado a partir de uma metodologia conjunta. No Brasil, o estudo do meio foi introduzido no início do século XX, a partir de escolas fundadas por imigrantes europeus anarquistas (LOPES *et al.*, 2009).

Enquanto lecionou na escola Architiclino, em 1979, concluiu o mestrado na Geografia da USP, sob a orientação da professora Léa Goldenstein, com o título *Impactos da industrialização no município de Suzano* – como já comentado, antes da década de 1980 não era comum a realização de pesquisas de mestrado ou de doutorado em Geografia com o tema de ensino ou educação. O ano de 1986 marcou o seu ingresso como professora de Prática de Ensino de Geografia na FE-USP. No ano seguinte, ingressou no doutorado na FE-USP, sob orientação da Elza Nadai, com a pesquisa recebeu o título *A formação pedagógica do professor e as práticas interdisciplinares*. Como se pode observar, dessa vez ela conseguiu vincular a sua experiência profissional com o tema de sua pesquisa.

De acordo com Nídia, na década de 1970, além de sócia, ela era frequentemente chamada pela Seção São Paulo para relatar a situação da rede pública de ensino. Para ela, a entidade era um importante espaço de formação continuada para os professores de Geografia (PINHEIROS, 2011). Foi uma sócia atuante na Seção São Paulo, sendo uma das principais articuladoras da Comissão de Ensino, contribuindo para a realização de diferentes cursos de formação para professores, assunto que será melhor tratado ainda neste capítulo. Participou enquanto diretora da Seção São Paulo na gestão de 1992 a 1994. A Diretoria Executiva da AGB de 1988 a 1999, durante a sua gestão, ampliou a atuação da entidade, com a criação de oito comissões²³⁴ em que Nídia Pontuschka era representante do “ensino”. Ela sempre foi uma sócia ativa, participando e estimulando os seus orientandos a participarem dos encontros da entidade. Enquanto educadora, compreendia que o ENG era importante porque mostrava quem eram os estudantes, os pesquisadores e a Geografia que se fazia por todo o território brasileiro (PINHEIROS, 2011, p. 14). Em 1989, Nídia foi convidada, junto com Manoel Seabra e Ariovaldo Umbelino, para participar como assistente na elaboração do currículo do município de São Paulo. O currículo era encabeçado pelo secretário Paulo Freire durante o mandato de Luiza Erundina, por isso teve uma concepção a partir da Educação Popular. De acordo com Albuquerque (2005, p. 59), “a Educação Popular se distingue da Pedagogia dos Conteúdos, por

²³⁴ Comissões: Relações Internacionais: Jan Billon (Seção Recife); Agrária: Romeu A. de A. Bezerra (Seção Natal); Urbana: Roberto Lobato Corrêa (Rio de Janeiro); Meio Ambiente: Cláudio Antônio de Mauro (Seção Rio Claro); Pós-Graduação: Zilá Mesquita (Seção Porto Alegre); Geografia Física: Célia Alves Borges (Seção Cuiabá); Assuntos Estudantis: Mario do Céu (Seção Urberlândia).

exemplo, porque entende que toda a produção humana se dá na relação da sociedade com a natureza, assim produzindo cultura”. A partir dessa perspectiva não existe uma hierarquia, a cultura erudita ou popular “é de interesse da escola e deve compor o saber escolar” (ALBUQUERQUE, 2005, p. 59).

A elaboração do currículo também foi realizada de forma coletiva, trazendo concepções de uma educação preocupada com o saber e com a prática, por isso recorria a uma visão interdisciplinar a partir de um tema gerador contextualizando à realidade da comunidade escolar. Tanto que, de acordo com Albuquerque (2005), em decorrência da construção coletiva e da interdisciplinaridade presente na reorientação curricular, não seria possível analisar o documento a partir de uma área ou disciplina específica:

visto que as ações referentes à efetiva elaboração e reelaboração do currículo se davam na prática escolar, no dia-a-dia da sala de aula, no conjunto dos professores, alunos e diretores juntos à comunidade de uma ou mais escolas e, no intercâmbio reflexivo da assessoria que era (re)encaminhado à escola. (ALBUQUERQUE, 2005, p. 65)

Paulo Maluf, ao acessar o cargo de prefeito, não proibiu a continuação do projeto interdisciplinar, mas de forma a prejudicar o seu andamento cortou a equipe pedagógica, porque isso inviabilizaria o diálogo das Diretorias de Ensino e da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo (SME-SP) com as escolas.

De certo modo, parte da concepção da Educação Popular já estava presente nas práticas docentes de Nídia Pontuschka, como a interdisciplinaridade e a importância de se ler a realidade, desde que iniciou em conjunto com outros professores da escola Architiclino os projetos de estudo do meio. A geógrafa entendia que o ensino de Geografia deveria aproximar os estudantes da sua realidade. Por exemplo, de nada adiantaria estudar conceitos abstratos como subdesenvolvimento se eles não tomassem consciência dos seus problemas concretos. Anteriormente a isso, o professor precisaria se aproximar da realidade dos seus alunos.

A Educação Popular permaneceu na trajetória de Nídia ao prestar assessoria a outros municípios em projetos educacionais, principalmente voltados à Educação de Jovens e Adultos (EJA), como Diadema, Santo André e Guarulhos. Além disso, participou do convênio com a Universidade de Vitória, no Canadá, e a USP, atuando em diferentes municípios paulistas com um projeto de Educação Ambiental voltado a resíduos sólidos.

Em 1984, quando a *Revista Orientação* retomou suas publicações com o quinto número, após um período de 15 anos sem publicar, Nídia Pontuschka passou a compor a sua comissão editorial, junto com Ana Maria Marques Camargo Marangoni, Cacilda Margarida Fenerich Silva Massukado e Nelson de La Corte. Deve-se lembrar que a *Revista Orientações* surgiu em

1965 e era uma publicação do Instituto de Geografia, depois passando para o Departamento de Geografia. Tinha o objetivo de divulgar matérias de interesse do ensino em todos os seus níveis.

Em decorrência da extensa jornada da geógrafa de dedicação ao ensino e à pesquisa, este com mais de 39 orientações de alunos e alunas de mestrado e doutorado, a Associação Nacional de Pós-Graduação em Geografia (ANPEGE) conferiu à premiação da área de ensino o nome de Nídia Pontuschka. Um comitê de avaliação da ANPEGE durante o seu encontro nacional, que ocorre a cada dois anos, concede à melhor dissertação/tese na área de ensino de Geografia o prêmio.

A partir da trajetória profissional, acadêmica e de militância agebeana da professora Nídia Pontuschka, a seguir, será possível compreender melhor a contribuição dela para o desenvolvimento de preocupações e práticas em relação à Educação, ao saber escolar e à escola pública na Seção São Paulo.

4.3.1 Surgimento da Comissão de Ensino

A construção da Comissão de Ensino²³⁵ na década de 1980 não consistiu em uma criação orgânica dos professores do ensino básico que eram engajados na Seção São Paulo. Ela ocorreu como uma proposta de chapa da diretoria que atuou de 1980 a 1982²³⁶. Ao total, propuseram-se cinco comissões e ao conjunto se somaram mais: Comissão de Assuntos Profissionais, Comissão para Assuntos Especiais, Comissão de Pesquisa e Comissão de Finanças. A proposta da criação de comissões era engajar os sócios em atividades que necessitavam de um número maior de integrantes, além dos membros da diretoria. A chapa tinha a intenção de propor mais atuação dos seus membros. Com o tempo, a associação se tornaria mais orgânica a partir da sua organização por comissões – portanto, haveria uma construção mais coletiva da entidade.

A princípio, as pautas construídas para a Comissão de Ensino levantaram os seguintes pontos:

1. Para atender ao papel da AGB junto ao Magistério, nos seus diferentes níveis, propomos a reativação da Comissão de Ensino:

²³⁵ A Comissão de Ensino seria o que na atualidade a associação denomina como Grupo de Trabalho (GT).

²³⁶ Diretor executivo: Manoel Seabra; vice-diretor: Ariovaldo Umbelino de Oliveira; primeira-secretária: Maria Beatriz Imenes; segunda-secretária: Sandra Lecione; primeira-tesoureira: Yná Andrighetti; segundo-tesoureiro: Nelson Garcia Pedroso; coordenadora de publicações: Myrna T. Rego Viana; coordenadora de intercâmbio: Ana Fani Alessandri Carlos; coordenadora de biblioteca: Iraci Gomes de Vasconcelos Palheta; coordenadora de divulgação: Rosmari Zenha Kaupatez.

- Organização de cursos de atualização didática e científica para professores de Geografia;
- Discussão e seleção de trabalho de interesse mais direto para professores de Geografia; a fim de constarem de seção especial do BPG;
- Organização de debates sobre livros didáticos;
- Programação sistemática de análise de currículo para o ensino de Geografia de 1º e 2º graus e Cursos Superiores, garantido ao mesmo tempo a difusão. (PROGRAMA DA CHAPA PARA A NOVA DIREÇÃO, 1980, p. 3)

De acordo com a pauta, anteriormente já havia existido uma Comissão de Educação, mas nos arquivos da entidade não foi possível encontrar algum registro da sua atuação anterior a 1980, por isso é possível supor que sua existência foi muito breve e com ações pouco expressivas. Mesmo com a retomada do Comissão de Ensino efetivada, o BPG continuou sem uma seção especial para o ensino de Geografia.

Dentre as ações da Comissão de Ensino, identificaram-se reuniões periódicas para realização de estudos, mostrando as preocupações de seus participantes com a autoformação e a construção coletiva de saberes. Além disso, discutiram e em alguns momentos foram propositivos e/ou críticos das políticas públicas educacionais tanto do ensino básico quanto do superior.

Nídia Pontuschka foi uma das geógrafas que articulou a criação da Comissão de Ensino, bem como esteve à frente em várias das suas ações. Inclusive, por ter contato com a rede pública, era uma das principais pessoas que conseguia aglutinar docentes ao grupo ou aos eventos elaborados por eles. Pode-se afirmar que a Comissão de Ensino contribuiu para uma movimentação diferente na entidade, para reafirmar as vozes dos professores do ensino básico na Seção Local. Segundo um relatório de 1985, a participação dos professores do ensino básico no coletivo da Comissão de Ensino era conseguida gradualmente:

No final do 2º semestre de 1984 contávamos com a presença constante de quatro professores e outros que apareciam esporadicamente. No final do 1º semestre de 1985, houve a seguinte participação: das 20 sessões feitas pela Comissão, nove compareceram a mais de 50%; 2 de 40 a 45% e ainda outras compareceram a apenas algumas reuniões. No total houve, aproximadamente 30 professores envolvidos no processo de discussão²³⁷.

A adesão ao grupo era maior depois da finalização de algum evento, possivelmente por tomarem conhecimento da Comissão de Ensino e acreditarem na sua importância e potencialidade. As condições de trabalho dos professores do ensino básico, principalmente da rede pública, dificultavam sua inserção ou permanência no grupo, pois em decorrência da baixa remuneração salarial eles tinham que acumular uma carga elevada de trabalho, muitas vezes

²³⁷ Relatório da Comissão de Ensino da Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção São Paulo – Agosto de 1985. Fonte: Arquivo da Seção São Paulo.

lecionando de dois a três períodos. No entanto, toda a adesão de professores que atuavam na rede pública era fundamental para a Comissão de Ensino, porque entendia-se que não era possível pensar o ensino de Geografia sem refletir integralmente a escola, essencialmente “a escola pública como um espaço social que apresenta fortes fragilidades e limitações” (PONTUSCHKA, 2007, p. 147).

Em 1987, a preocupação de agregar mais integrantes à Comissão de Ensino é vista no *Boletim* do III Encontro Local de Professores de Geografia, no qual Nídia Pontuschka fez o seguinte relato e chamado:

Na AGB-São Paulo nós temos um trabalho em desenvolvimento em Pró da Educação através da Geografia. Por enquanto é um grupo pequeno mas firme aguardado que outros colegas engrossem o novo pequeno grupo contribuindo com seu trabalho, com seu estudo, com sua inteligência para o ensino público de melhor qualidade. (PONTUSCHKA, 1987, p. 25)

Em um documento deliberativo de uma reunião do coletivo da AGB (ANEXO II), de 14 de setembro de 1980, em Juiz de Fora, encaminhou-se à Comissão de Ensino de São Paulo a responsabilidade de coordenar um movimento nacional, junto à Executiva Nacional, para a construção de uma Comissão de Ensino Nacional (ou um núcleo) da entidade dos geógrafos. Esse documento revela que, nesse momento, a Seção São Paulo foi vanguarda na criação de um fórum específico e teve protagonismo em relação ao tema Educação, tanto que o referido documento expôs a necessidade de articulação com outras direções locais para criarem a sua Comissão de Ensino. O documento conclamou a mobilização das Seções Locais da AGB em conjunto com outras entidades, principalmente com a ANPUH, no intuito de viabilizar discussões em torno do Estudos Sociais após o vazamento do parecer do conselheiro Nathanael²³⁸ para a criação do currículo mínimo dessa licenciatura²³⁹, no qual os cursos de Geografia e História seriam extintos, sendo reduzidos a habilitações no interior da licenciatura plena em Estudos Sociais.

O parecer era uma forma de suprimir radicalmente o ensino superior de História e Geografia, visto que existiam alguns focos de resistência contra a efetivação do curso de Estudos Sociais. Por exemplo, no caso do estado de São Paulo, alguns cursos permaneceram com as licenciaturas de Geografia e História, principalmente nas universidades públicas.

²³⁸ O texto já apresentado de Manoel Seabra, “Estudos sociais e vulgarização do magistério e do ensino de 1º e 2º graus”, de 1981, no BPG nº 58, fez uma análise dessa política.

²³⁹ “Artigo 1º – A formação de professor de História, Geografia, Educação Moral e Cívica e Organização Social e Política do Brasil, para o ensino de 1º e 2º graus, será feita no curso de Estudos Sociais. Artigo 2º – O currículo mínimo do curso de Estudos Sociais terá na sua composição matérias básicas (tronco comum), matérias específicas (segunda habilitação), matérias obrigatórias e matérias pedagógicas, segundo a seguinte distribuição”.

Também existia a ação da CEE-SP, que optou em prolongar o tempo de formação em Estudos Sociais pela sua qualidade duvidosa.

Até meados da década de 1980, a Comissão de Ensino teve a pretensão de lançar uma publicação trimestral, denominada *Revista Ensino*, com artigos de professores universitários e do ensino médio. No entanto, o periódico não se consolidou. A intenção de lançar algo assim supõe a falta de um espaço no BPG voltado diretamente à temática de ensino de Geografia e Educação. Deve-se lembrar que, em uma assembleia de 1974, Myrna Vianna sugeriu a criação de uma revista da entidade paulista voltada diretamente ao ensino de Geografia. No entanto, os outros membros concordaram que a melhor opção seria a inserção de um setor de ensino no próprio BPG, algo que não foi operacionalizado, nem depois da criação da Comissão de Ensino.

Os membros da Comissão de Ensino se preocuparam com a formação interna do grupo, mas também buscaram expandir o debate para outros educadores e estudantes de Geografia, tanto que realizaram diferentes eventos e atividades, o que serão vistos a seguir.

4.3.2 Comissão de Ensino: encontros, saberes e posicionamento político

Identificou o “1º Encontro Local de Geografia da AGB-São Paulo”, como o primeiro evento da Seção São Paulo que aglutinou mais professores da rede básica, onde a Comissão de Ensino teve participação, realizado em 1983, entre o dia 25 a 27 de maio. Uma das suas preocupações foi a preparação de seus participantes para o 4º Congresso Brasileiro de Geógrafos, que ocorreria em julho de 1984, em São Paulo. O encontro foi dividido em quatro mesas e dois cursos (Quadro 6). Os temas debatidos ao longo do evento evidenciaram o que a Seção São Paulo entendia ser importante e necessário a ser debatido naquele momento, como será possível de notar, eram temas referentes ao ensino, evidenciando uma significativa participação da Comissão de Ensino no evento.

Quadro 6. 1º Encontro Local de Geografia da AGB-São Paulo (1983)

Título	Atividade	Participantes
Estudo do meio: tentativa de aproximação do ensino de Geografia	Mesa	Nídia Nacib Pontuschka
Ensino da Geografia e luta de classes	Mesa	José Willian Vesentini
O ensino de Geografia: primeiros elementos para uma discussão	Mesa	Vânia Rubia F. Vlach

União e dicotomia ²⁴⁰	Mesa	José Bueno Conti
Cartografia e Didática	Curso ²⁴¹	Vincenzo Bochicchio
Geomorfologia e Didática	Curso ²⁴²	Gil Sodero de Toledo Rosely Maria de Lima Maria Elena R. Smilelli Rosely P. D. Ferreira Jurandir Luciano S. Ross Lylian Conltrinari

Org. Maria Rita de Castro Lopes.

Na sede da Seção São Paulo encontram-se fotocópias dos textos produzidos pelos palestrantes para mesas e cursos, que provavelmente ofereceram aos participantes. Esse material deu subsídio para compreender a organização e a proposta do evento. Em “Estudo do meio: tentativa de aproximação do ensino de Geografia” há uma troca de experiências. Pontuschka (1983) apresentou uma prática de estudo do meio realizada com os estudantes na Escola Estadual Architiclino Santos, planejada junto com os professores de História, Português, Química e Biologia. Na introdução do texto, a geógrafa ressaltou a importância de o ensino contribuir efetivamente para aumentar a compreensão da realidade social, algo que não seria possível apenas utilizando os livros, muitos carregados de descrições ou com informações ultrapassadas, ou com os conteúdos programáticos emitidos pela SEE-SP (no caso, os Guias Curriculares). A docente trouxe a importância metodológica do estudo do meio como uma oportunidade tanto para os professores quanto para os estudantes produzirem conhecimento de uma forma organizada e que não fosse fragmentada.

Os textos desenvolvidos tanto por Vesentini (1983) quanto por Vlach (1983)²⁴³ para suas respectivas mesas expunham a preocupação de quanto o saber escolar pode inculcar a ideologia da classe dominante. Os textos de ambos os geógrafos possivelmente eram influenciados pelos intelectuais da década de 1970, que fizeram a leitura da escola sob a ótica do simbólico, como Pierre Bourdieu e Jean-Claude Passeron, na qual a escola tinha um papel fundamental de reprodução cultural, viabilizando a reprodução social de classe. No entanto, os

²⁴⁰ Em relação à mesa de Conti (1983), foi encontrada apenas uma lauda e por ela não é possível compreender como o geógrafo tratou o saber escolar e realizou a sua exposição. Na lauda existe um organograma, no qual se encontram três definições para Geografia Humana e outras três para Geografia Física; ao final, elas se encontram na Geografia Regional.

²⁴¹ Os cursos ocorreram nos três dias do evento. O curso “Cartografia e Didática”, conforme o seu programa, teve a proposta de trabalhar com conceitos e instrumentalização para o ensino da Cartografia na escola. Além disso, analisou as produções cartográficas presentes nos livros didáticos do período.

²⁴² O material disponível para o curso “Geomorfologia e didática” apresentava 43 páginas, que consistiam em fotocópias de algum livro que não foi possível identificar.

²⁴³ No momento, ela era aluna do curso de pós-graduação do Departamento de Geografia da USP, sob a orientação de Manoel Seabra.

autores não desenvolveram uma visão determinista da escola ao suscitar sua potencialidade de desenvolver práticas contra hegemônicas a partir de um ensino de Geografia capaz de trazer uma percepção crítica ao educando.

Os três primeiros textos se preocuparam em desenvolver um saber geográfico que contribuísse para o estudante compreender a sua realidade. Existiu uma preocupação em forjar uma Geografia Crítica no cotidiano escolar, pois ela permanecia ainda muito distante da realidade dessas instituições. Uma parcela significativa dos docentes tinha se formado em cursos de Estudos Sociais, e não nas universidades, e nelas essa área se fazia mais presente na formação. É importante ponderar apenas uma diferença do texto de Pontuschka (1983) em relação aos de Vesentini (1983) e Vlach (1983): a geógrafa teve uma preocupação maior com a didática de trabalho com o estudante; possivelmente, essa preocupação surgiu em decorrência de sua vasta experiência como docente do ensino básico.

Além do Encontro Local de Geografia da AGB-São Paulo, a entidade paulista construiu também o I Encontro Local de Professores de Geografia. Localizaram-se poucos documentos sobre o evento, que recebeu o tema “A prática e a crítica do ensino de Geografia”, sendo realizado entre os dias 9 e 11 de novembro de 1983. Sabe-se que na plenária final aprovaram assinaturas da Comissão de Ensino em manifesto em favor do ensino de Geografia.

Em relação ao II Encontro Local de Professores de Geografia, sabe-se que ocorreu em agosto de 1984, organizado em conjunto com APEOESP, Associação dos Professores e Especialistas em Educação do Ensino Municipal de São Paulo (APEEEM)²⁴⁴ e CENP. Um dos propósitos do evento era que os professores tivessem contato com os referenciais teórico-metodológicos da Geografia Crítica e, de alguma forma, contribuir para construção do currículo da CENP. Segundo o jornal *Folha de São Paulo* (16 de agosto de 1984, p. 27), o evento reuniu mais de 450 professores que discutiram, além dos problemas da categoria, como os baixos salários, “a importância política da função docente na formação intelectual dos estudantes de 1º e 2º graus”.

O II Encontro Local do Geógrafos foi realizado no dia 13 de junho de 1986, apresentando as seguintes mesas: “Reurbanização e revalorização dos bairros centrais da cidade de São Paulo”, “O ensino de Geografia para 1º e 2º graus”, “Questões da Terra” e “Questões profissionais – O geógrafo na sociedade”. Houve também os cursos “Teoria e método em Geografia”, pela Comissão de Pesquisa, “Espaço escolar: interação professor-alunos” e “O uso

²⁴⁴ Criada em 1978, a APEEEM, depois, em 1988, foi sucedida pelo atual SINPEEM. Após a ditadura militar, a organização política dos trabalhadores a partir dos sindicatos foi dissolvida, por isso existiam as associações.

da fotografia como recurso na assimilação de conceitos”, estes últimos promovidos pela Comissão de Ensino. Existiu um concurso sobre experiências e técnicas aplicadas ao ensino de Geografia, organizado pela Comissão de Ensino. Nesse encontro, apesar de se apresentar mais diversidade de temas nas mesas, o ensino de Geografia continuou com certa ênfase, a partir dos cursos e do concurso.

Com o passar do tempo, a Comissão de Ensino potencializou o debate que, além do saber escolar da Geografia Crítica, anexou à sua pauta a preocupação com a necessidade de melhoras nas condições do trabalho docente. É possível se observar em 1987²⁴⁵, a partir da realização do III Encontro Local de Professores de Geografia: Significado e Viabilidade das Propostas Curriculares de Geografia – E Agora, Professor?, em parceria com a APEOESP, realizado entre os dias 2 e 4 de abril, que:

O ensino de Geografia nas escolas públicas de 1º e 2º graus passa por momentos de grandes dificuldades. Além da degradação geral das condições de ensino e trabalho dos professores, a Geografia vê-se diante de um impasse. De um lado, temos nas Universidades um movimento crítico em relação às concepções tradicionais da Geografia, e todo um processo de reformulação que repercute no ensino através do surgimento de novas propostas curriculares. De outro, encontramos os professores mergulhados em desânimos, dúvidas e frustrações diante de uma escola onde pouco se ensina e aprende. (BOLETIM DO III ENCONTRO LOCAL DE PROFESSORES DE GEOGRAFIA, 1987, p. 1)

A proposta de reforma da CENP continuou em evidência no III Encontro Local de Professores de Geografia. Contudo, seus membros tinham consciência de que um currículo com bases na Geografia Crítica e na realidade do estudante somente se efetivaria na prática se houvesse melhoras em diferentes dimensões, como espaço de formação permanente para os docentes, dentro e fora da escola; melhoria material na estrutura escolar; diminuição do número de estudantes por sala; valorização salarial dos profissionais da educação, para que o docente conseguisse diminuir sua carga horária diária; e fim da desmoralização da escola pública pelo próprio Poder Público e pelas mídias e outras vias. É possível notar essa preocupação no editorial, sendo elas concretizadas ao conceber a formação das mesas-redondas (Quadro 7).

²⁴⁵ O III Encontro Local de Professores de Geografia era previsto para 1985, a princípio. Foi adiado para que os membros da Comissão de Ensino tivessem tempo de elaborar um material de apoio para as discussões do evento. Depois acreditaram que seria importante retomar a discussão sobre currículo e conteúdo programático, por isso adiaram ainda mais o encontro.

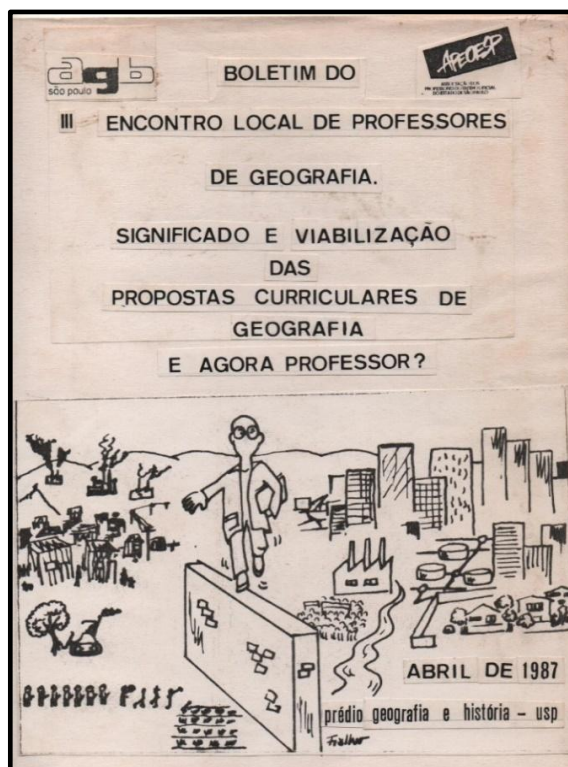
Quadro 7. Mesas-redondas do III Encontro Local de Professores de Geografia, 1987

Títulos	Participantes
Significado e viabilização das propostas curriculares 02/04/1987	Eliane de Melo Garcia (APEOESP) José Marinho de Gusmão Pinto (professor estadual e municipal) Maria Amabile (APPEM) Shoko Kimura (CENP)
Apresentação das propostas da CENP-SE de São Paulo e da Secretaria de Educação do Município de São Paulo 03/04/1987	Ariovaldo Umbelino de Oliveira Elizabeth Auricchio de Carvalho
Escola pública e condições de trabalho 04/04/1987	Frederico Lopes Neto (rede estadual de ensino) Mansur Lutfi (Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP) Nídia Nacib Pontuschka (AGB-São Paulo) Sônia Sampaio (APEOESP)

Fonte: Boletim do III Encontro Local de Professores de Geografia, 1987.

Ao final do encontro, a Seção São Paulo produziu um *Boletim* (Figura 19). É importante chamar atenção para o fato de que os professores da rede básica produziram parcela significativa dos seus textos. Compuseram a comissão editorial Bernardo Mançano Fernandes, Maria Clara Di Pierro Siqueira, Maria da Glória Carrilho e Nídia Pontuschka. Segundo o editorial, o encontro teve a participação de 100 professores. Nesse evento, a parceria com a CENP não ocorreu, tanto que no boletim existe uma crítica à SEE-SP por não darem devolutiva em relação ao pedido de abono dos professores para participarem do encontro. Por isso, o número de participação de docente foi bem menor do que no segundo encontro. Com as mudanças de governadores, também se alteraram os secretários da Educação e, conseqüentemente, alteraram parcela das concepções iniciais da proposta da CENP pelos gestores.

Figura 19. Boletim do III Encontro Local de Professores de Geografia



FONTE: Acervo AGB-SLSP

Em relação às mesas do encontro que trataram do saber geográfico, existia uma convergência de ideias, pensando um currículo com o qual a criança ganhasse uma centralidade, fato importante para a sua vida. Assim, “para o aluno a realidade seria um ponto de partida e também chegada” (OLIVEIRA, 1987, p. 13). Inclusive, pontuaram que a visão sobre a realidade do estudante diminuiria as reprovações e, conseqüentemente, a evasão escolar (GARCIA, 1987). Existia uma forte crítica às propostas curriculares desenvolvidas pelas gestões dos militares, por serem conteudistas, compreendendo que o foco consistia em uma instrumentalização do trabalho docente.

Durante o terceiro encontro ocorreram os painéis, espaços para debater alguns temas e conceitos (Quadro 8), que tiveram o seguinte procedimento: cada painel tinha seus coordenadores, responsáveis por preparar um texto para provocar o assunto; após o debate do grupo, alguns painéis apresentaram conclusões e encaminhamentos das reflexões realizadas.

Quadro 8. Painéis do III Encontro Local de Professores de Geografia, 1987

TEMAS/CONCEITOS	COORDENADORES
Modo de produção e trabalho – 03/04/1987	Roberto Giansanti Maria da Glória M. Carrilho
Questão racial – 03/04/1987	Maria Carmem Ribeiro Eliane de Melo Garcia
Conceito de industrialização – 03/04/1987	Maurício Utiyama João Evangelista de Souza Lima Neto
Natureza/Questão ambiental – 03/04/1987	José Carolos dos Santos Pilar Martin Pi Lopez
Desigualdades sociais – 03/04/1987	Bernardo Mançano Fernandes Eliane de Melo Garcia
Teoria e método – 03/04/1987	Nídia Nacib Pontuschka Shoko Kimura
Multidisciplinaridade – 04/04/1987	Maurício Utiyama Nídia Nacib Pontuschka
Ensino de Geografia e Constituinte – 04/04/1987	Maria Clara Di Pierro Siqueira Shoko Kimura

Fonte: Boletim III Encontro Local de Professores de Geografia.

Em relação aos painéis, acredita-se na importância de destacar o de “Ensino de Geografia e Constituinte”, tendo em vista que o grupo decidiu apoiar o Fórum Nacional da Educação Pública (FNEP)²⁴⁶ na construção da luta em defesa do ensino público gratuito, que iniciou com 15 entidades e chegou a congregar mais de 30, dentre elas, movimentos sociais, sindicatos, correntes parlamentares e instituições científicas. São exemplos: Associação Nacional de Educação (ANDE), Sindicato Nacional de Docentes do Ensino Superior (ANDES-SN), Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), Conferência Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), Central Única dos Trabalhadores (CUT), Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), SBPC, União Nacional dos Estudantes (UNE) e outros. Ao final, foi aprovado na plenária do Encontro Local de Geografia que a Comissão de Ensino se comprometeria com a divulgação e a coleta de assinaturas para um abaixo-assinado com as ementas elaboradas coletivamente pelo FNEP:

1. A educação é direito de todo cidadão, sendo dever do Estado oferecer ensino público, gratuito e laico para todos, em todos os níveis.
2. O governo Federal destinará nunca menos de 13% e os Estados e Municípios aplicação no mínimo 25% de sua receita tributária na manutenção do ensino público.

²⁴⁶ O FNEP surgiu em 1986, mas foi oficialmente lançado em 9 de abril de 1987, a partir da Campanha Nacional pela Escola Pública e Gratuita. Seguindo a tradição adotada pelo movimento dos pioneiros da Escola Nova, o FNEP também publicou um manifesto, denominado *Manifesto em defesa da escola pública e gratuita*. O movimento conseguiu aglutinar entidades com concepções distintas, mas que conseguiram chegar a uma plataforma educacional unitária para a Constituinte, na qual o foco foi a luta em defesa incondicional da escola pública, gratuita, universal e laica, algo muito valoroso na história da educação brasileira (GOHN, 1997). O Fórum influenciou na Constituinte em 1988 e na LDB, além de propor o Plano Nacional de Educação (PNE).

3. As verbas públicas destinaram-se exclusivamente às escolas públicas federais, Estaduais e Municipais;
4. A democratização da escola em todos os níveis deve ser assegurada quanto ao acesso, permanência e gestão. (SIQUEIRA et al., 1987, p. 59)

De acordo com o painel, era importante essa união e mobilização em favor da escola pública na Constituinte, a construção de uma agenda que não se deu sem conflitos de interesses e derrotas. Existia uma campanha para a sua desmoralização a partir de um forte *lobby* das escolas particulares, organizado pela Federação Nacional do Estabelecimentos Particulares de Ensino (FENEN), cujo objetivo era pressionar os deputados para ampliarem o subsídio público ao ensino particular (SIQUEIRA *et al.*, 1987, p. 60). Desse modo, é possível observar que a Seção São Paulo buscou se integrar aos movimentos em favor da educação pública que tomavam corpo desde a década de 1980, com o processo de redemocratização do país, opositores aos dispositivos impostos pelos governos militares.

Existiram subdivisões do FNEP, por estados e regiões, como forma de ampliar a participação e fortalecer os movimentos educacionais, com o objetivo de se mobilizarem politicamente junto às Assembleias Legislativas Estaduais. A Comissão de Ensino atuou junto com o Fórum Estadual em Defesa da Escola Pública (FENEP), que continuou em atuação durante a década de 1990, principalmente na elaboração e aprovação do projeto da LDB.

Existiram outros espaços de interlocução com professores, sendo possível localizar um conjunto de cinco materiais de cursos para formação docente oferecido pela Comissão de Ensino²⁴⁷, entre 1985 e 1986, em parceria com outras entidades (Quadro 9).

Quadro 9. Cursos oferecidos pela Comissão de Ensino da Seção São Paulo (1985-1986)

CURSO	PERÍODO	PROFESSORES	PARCERIAS
Curso de Estudos Sociais: espaço, tempo e relações sociais	13 e 15/06/1985	Helena Mirabelli Teluko Yonemoto	IBECC APEEEM
A cartografia como técnica auxiliar no ensino fundamental. Noções básicas para a leitura de mapa para os professores do 1º e 2º graus	27 e 28/09/1985	Maria Elena R. Simielli	APEEM IBECC
O tempo e o clima	18 e 19/10/1985	José Bueno Conti Nídia Pontuschka Teluko Yonemoto	APEEEM IBECC
Estudo do meio: a importância dessa prática educativa nas escolas de 1º e 2º graus ²⁴⁸	24, 25 e 26/10/1985	Nídia Pontuschka Cacilda M. S. Massukado Mansur Lutfi	APEEEM IBECC

²⁴⁷ Esses documentos estavam guardados de forma aleatória e preservados em algumas caixas arquivos na sala da sede da Seção São Paulo.

²⁴⁸ Não será apresentado o conteúdo sobre esse curso, porque se aproxima do conteúdo já apresentado sobre a palestra “Estudo do meio: tentativa de aproximação do ensino de Geografia”, do I Encontro Local de Geografia da AGB-São Paulo, em 1983.

O problema da habitação na Grande São Paulo	08 e 09/11/1985	Arlete M. Rodrigues Manoel Seabra	APEEEM IBECC
O espaço escolar: intervenção professor/aluno. A formação do educador e o espaço escolar. O espaço social e a integração no ensino.	16 a 17/05/1986	Circe Bittencourt	IBECC

Org. Maria Rita de Castro Lopes.

Os parceiros dos cursos correspondem ao Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura (IBECC) e à APEEEM. O IBECC está relacionado à FUNBEC-CECISP, antes com sede no *campus* Butantã da USP, lugar em que Pontuschka, Yonemoto e Mirabelli possivelmente se conheceram ao trabalharem juntos na produção de material didático. Essa aproximação pode ter contribuído para a efetivação da parceria com o instituto. O curso “O tempo e o clima” foi inspirado pelo livro escrito por Pontuschka e Yonemoto²⁴⁹, que recebeu o mesmo título, lançado pela EDART- FUNBEC em 1980. Como parcela da Comissão de Ensino era composta por professores da rede pública municipal, a aproximação com a APEEEM deve ter se dado por algum ou alguns deles.

Os três primeiros trataram mais de uma formação direta de teorias e práticas pedagógicas de ensino de Geografia em sala de aula. Ao se ler o título do primeiro curso, “Curso de Estudos Sociais: espaço, tempo e relações sociais”, existiu uma certa estranheza do que viria a ser a sua abordagem – no caso, se contemplaria os requisitos dos Estudos Sociais enquanto disciplina, mais próximo aos Guias Curriculares, ou se traria uma abordagem mais crítica. Ao observar o material produzido por Helena Mirabelli, professora de História, e Teluko Yonemoto, professor de Geografia, vê-se que nele os Estudos Sociais eram entendidos enquanto uma área do conhecimento, sendo voltado para os professores do 1º grau. O curso se preocupou em mostrar formas de conduzir a aprendizagem a partir de sugestões de atividades cartográficas, por um processo gradual de aproximação e estabelecendo uma etapa de pré-requisito da criança, muito próxima das concepções da Psicologia Evolutiva de Jean Piaget. Em decorrência do sucesso do primeiro curso, a Comissão se sentiu motivadas a propor um plano de atividade, momento em que foram elaborados os demais cursos posteriormente realizados.

Existiu toda uma construção propositiva na elaboração dos cursos da Comissão de Ensino. A ideia de realizar o “Curso de Estudos Sociais: espaço, tempo e relações sociais” surgiu a partir de debates que ocorreram em 1984, cujo tema foi Currículo e Conteúdo Programático, analisando o currículo do Departamento de Planejamento e Orientação

²⁴⁹ O objetivo desse livro era proporcionar atividades que facilitassem a compreensão dos principais processos físicos responsáveis pelo comportamento atmosférico.

(DEPLAN) da SME-SP²⁵⁰. Após o debate, os membros da comissão identificaram um grave problema na falta de integração entre os conteúdos geográficos nas quatro primeiras séries do 1º grau com as quatro últimas.

Os dois últimos cursos não trazem propostas de atividades como os anteriores. O ministrado por Rodrigues e Seabra tem como base um texto que recebeu o mesmo título e sua preocupação trouxe uma visão da realidade da habitação da cidade de São Paulo do período. O mesmo texto do curso oferecido pela Comissão de Ensino, apenas com raras alterações, foi publicado no BPG nº 64, em 1986. A partir do texto publicado no BPG, constatou-se que inicialmente foi um trabalho de campo do 4º Congresso Brasileiro de Geografia, em 1984, São Paulo. Desse modo, em decorrência da relevância do tema e da qualidade do trabalho de campo, certamente os membros da Comissão de Ensino compreenderam a importância de oferecê-lo novamente para os professores do ensino básico.

O único curso encontrado de 1986, promovido pela historiadora Circe Bittencourt²⁵¹, trabalhou uma ampla bibliografia sobre formação política e teorias sociais voltadas ao saber docente e à compreensão das diferentes realidades das escolas, como o ensino noturno, a democratização do ensino, o ensino supletivo e o papel político do professor. Dentre as bibliografias do curso, destaca-se o texto “Formação de educador: profissional e político”, de Florestan Fernandes, sendo a fala de abertura do Congresso de Educação, com mais de seis mil professores inscritos, organizado por 19 entidades relacionadas ao ensino e à ciência, sendo uma delas a AGB (*Folha de São Paulo*, 28 de março de 1985). Florestan Fernandes (1985, p. 5), na sua fala, defendia a seguinte posição: “a luta do professor neste momento é política e não necessariamente partidária. O professor que se nega no plano político e ideológico se nega como educador”.

Entende-se que a reativação da Comissão de Ensino em 1980 surgiu pela necessidade de discutir o ensino de Geografia, visto que o saber escolar era ainda entendido como descritivo, não conseguindo assim realizar uma tarefa considerada fundamental nesse momento, que era a

²⁵⁰ Currículo elaborado durante o governo Mario Covas, pelos professores Carlos Monarcha, Elizabeth Auricchio de Carvalho e Regina Inês Villas Bôas Estima, contando com a assessoria de José Marinho de Gusmão Pinto. Gusmão fez a seguinte avaliação do currículo do DEPLAN e da CENP: “ambas as propostas significam um avanço na história do Ensino de Geografia. A proposta da Prefeitura é mais ‘feijão com arroz’, priorizando conteúdos e cuidando da simplificação da linguagem, pois preocupa-se em instrumentalizar o professor e o estudante. Considero a posição do DEPLAN tímida, com preocupação excessiva em promover uma ruptura brusca” (PINTO, 1987, p. 6).

²⁵¹ A relação entre Circe Bittencourt e Nídia Pontuschka desencadeou diferentes atividades conjuntas da ANPUH e da AGB, inclusive um Encontro de Professores de Geografia e História do Estado de São Paulo, sendo o primeiro realizado em 1989, tendo como principal objetivo a discussão da Nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

formação de uma consciência crítica da realidade. A princípio, a Comissão de Ensino viabilizou trabalhos alternativos que contribuíssem com a formação dos professores.

Cabe destacar que, a partir da década de 1980, o ensino de Geografia passou a ser mais reconhecido enquanto um campo de pesquisa acadêmico nos programas de pós-graduação em Geografia²⁵², possivelmente sob influência das experiências de renovação curricular em diferentes partes do território brasileiro, o que aproximou mais a academia às escolas – no que, de certo modo, a Seção São Paulo contribuiu em relação à SEE-SP e à SME-SP. Na Seção São Paulo não foi identificada disputa por perspectivas pedagógicas, seja a partir de uma Pedagogia do Conteúdo ou da Educação Popular, sempre se norteando por perspectivas teóricas que entendia como progressistas. As discussões da Comissão de Ensino não trataram apenas de questões de técnicas de ensino, abarcando também outras dimensões sociais, ideológicas e políticas.

Com o passar do tempo, a Comissão de Ensino se somou aos sindicatos e aos fóruns de Educação, passando a ser mais propositiva ao lutar por uma educação pública de qualidade enquanto direito social. Os encontros, cursos e reuniões organizados pela Comissão de Ensino consistiram em atividades fundamentais para o amadurecimento das concepções educacionais do grupo, mas, principalmente, para circulação de saber e estimular um debate político entre os outros sócios ou mesmo os professores não sócios da Seção São Paulo. Desse modo, a entidade paulista, além de ter uma preocupação mais presente com o saber a ser ensinado na escola, também passou a ter uma maior representatividade política junto às questões do saber escolar.

4.4 Encontro Nacional de Ensino em Geografia – Fala Professor

Na década de 1980, a AGB, além de ser um lugar de representatividade acadêmica, passou também a construir um espaço de militância de diferentes preocupações sociais: educação, habitação, questões agrárias, população indígena e outras. As ações que ocorreram na Seção São Paulo e em outros locais da AGB²⁵³ na década de 1980 basearam-se em uma fonte

²⁵² De acordo com Pinheiros (2005, p. 60), “as dissertações e teses que trataram do ensino de Geografia começaram a crescer no início da década de 1960, e até a década de 1980 apresentavam a mesma média por ano, com exceção de 1982, 1989 e 1990”.

²⁵³ Nesse momento, a AGB possuía um número expressivo de Seções Locais, com um total de 29: Aracajú-SE, Brasília-DF, Campina Grande-PB, Campo Grande-MS, Cuiabá-MT, Curitiba-PR, Florianópolis-SC, Fortaleza-CE, Goiânia-GO, Itajaí-SC, João Pessoa-PB, Londrina-PR, Maceió-AL, Manaus-AM, Maringá-PR, Montes Claros-MG, Natal-RN, Niterói-RJ, Porto Alegre-RS, Presidente Prudente-SP, Recife-PE, Rio Branco-AC, Rio Claro-SP, Rio de Janeiro-RJ, Salvador-BA, São Luís-MA, São Paulo-SP, Teresina-PI e Três Lagoas-MS.

de força para que conjuntamente compreendessem a necessidade de realização de um evento com dimensão nacional, o I Encontro Nacional de Ensino em Geografia – Fala Professor²⁵⁴ (Figura 20). O evento proporcionou um espaço de aglutinação de professores, pesquisadores e estudantes de diversas partes do país, vivendo diferentes realidades, com interesse de conjuntamente debater e pensar ações sobre o ensino de Geografia, bem como a sua relevância social. No momento do encontro existiam duas tônicas importantes: (1) a necessidade de suprimir as políticas dos militares que afetaram negativamente a disciplina de Geografia nos ensinos básico e superior e, ao mesmo tempo, fazer com que os professores se apropriassem do referencial teórico da Geografia Crítica; e (2) a relação com o contexto que vivia o país, com os debates e os embates na elaboração da Constituinte, cujo objetivo era garantir uma educação pública de qualidade e com caráter democrático.

Figura 20. Folder do I Fala Professor



FONTE: Acervo AGB-SLSP.

De acordo com a pesquisa de França (2018), em diferentes Seções Locais, na década de 1980, houve inúmeros acontecimentos importante relacionados ao ensino de Geografia. Dentre eles, o pesquisador destacou que na Seção Porto Alegre, entre 1980 e 1983, realizaram-se três Encontros Regionais de Professores Universitários de Geografia e, a partir de 1981, iniciou-se o Encontro Regional de Professores, existindo regularmente até os dias atuais; a Seção Goiânia,

²⁵⁴ Até a finalização desta pesquisa, o Fala Professor ocorre periodicamente a cada quatro anos e continua sendo o único evento temático da AGB. Apesar de o Fala Professor ter um número menor de participantes, continua sendo um grande símbolo de representatividade docente na associação dos geógrafos. Seu diferencial em relação a muitos eventos acadêmicos da Geografia, além do espaço para debater pesquisas acadêmicas relacionadas à formação de professores, é a interlocução com os professores da rede básica, que ocorre principalmente a partir da apresentação de suas práticas e experiências docentes.

em 1983, realizou o I Encontro Goianiense de Geografia, para discutir questões curriculares e os livros didáticos; a Seção Salvador ofereceu cursos de formação de professores e eventos locais; e a Seção do Rio de Janeiro, em 1984, em conjunto com o Sindicato dos Professores do Município do Rio de Janeiro (SINPRO-RJ), organizou o Encontro de Atualização de Professores. ”. Apesar dessas Seções Locais ocuparem territórios distintos, por isso, possuem identidades²⁵⁵ e demandas diferentes, o tema ensino de geografia atravessou a preocupação de todas elas. Esses eventos contribuíram para produção e circulação de ideias relacionadas ao saber escolar, presentes nos currículos, livros didáticos, práticas em sala de aula e outros.

A demanda para ampliar a discussão do ensino de Geografia também é visível nos eventos nacionais da AGB, o ENG e o CBG. De acordo com o levantamento de Lana de Souza Cavalcanti (1995, p. 39), o percentual de comunicações de trabalhos apresentados com o tema ensino de Geografia teve um aumento significativo de “2,1% em 1978 para 12,6% em 1986”²⁵⁶. No levantamento dos dados, a pesquisadora não distinguiu a porcentagem das inscrições de comunicações realizadas por professores do ensino básico, alunos de graduação ou pesquisadores acadêmicos, fato que seria interessante para observar o crescimento numérico da participação dos professores do ensino básico nessa atividade do evento, pós-reforma estatutária de 1979, que alterou o modo de funcionamento da AGB.

Em 1986, durante o 6º ENG, em Campo Grande, na 34ª Assembleia Geral Ordinária da AGB, os sócios elegeram o tema ensino de Geografia como prioritário para o primeiro encontro específico da entidade, ressaltando a urgência do tema. O I Fala Professor ocorreu em Brasília, sob a coordenação de Seção Brasília, Seção Uberlândia e DEN-AGB, entre os dias 21 e 24 de julho. Conscientes de que dificilmente teriam apoio das secretarias de Educação para dispensarem os professores para participarem do evento, escolheram o período que parte significativa dos docentes do ensino básico no país estariam de recesso ou férias escolares²⁵⁷,

²⁵⁵ De acordo com Rogério Haesbaert (1997, p. 50) identidade territorial consiste em um “conjunto concatenado de representações socioespaciais que dão ou reconhecem uma certa homogeneidade em relação ao espaço ao qual se referem, atribuindo coesão e força (simbólica) ao grupo que ali vive e que nele se identifica”.

²⁵⁶ De acordo com Cavalcanti (1995), as comunicações de Ensino de Geografia corresponderam a: 3,1% em 1980; 5,7% em 1982; e 15,7% em 1984. Chama-se atenção para 1984, quando existiu um número maior de comunicações na área de Ensino, correspondendo ao 4º CBG, sediado pela Seção São Paulo. Foi citado neste capítulo que a Seção São Paulo realizou o I Encontro Local de Geografia da AGB-São Paulo em 1983, com a preocupação de preparar seus participantes para o 4º CBG. O evento paulista aglutinou professores da rede básica, tendo a Comissão de Ensino um papel fundamental na sua organização. Possivelmente, a preocupação da entidade local em apresentar o evento para os professores tenha impactado positivamente no aumento do número de comunicações na área de Ensino de Geografia.

²⁵⁷ No primeiro semestre de 1987 ocorreu uma longa greve nas universidades federais, inclusive na UnB, sede do encontro. Existiu uma mobilização da DEN e das Seções Locais em relação ao MEC pedindo a dispensa de professores e estudantes que deflagraram greve para participar do encontro.

permitindo a participação dos professores sem a necessidade de solicitação de dispensa de ponto com prejuízo de recebimento, mostrando a preocupação que os organizadores tiveram em agregar o maior número de professores, visto que seriam parte de seus principais interlocutores.

O I Encontro Fala Professor foi organizado e divulgado em apenas um ano, sendo pouco o tempo de construção de um encontro com dimensão nacional. Uma estratégia utilizada para a comunicação entre as Seções Locais em conjunto com os seus associados foi a elaboração dos “Informativos do ENEGE AGB/Brasília”, uma lauda frente e verso, publicada de maio até a realização do evento, em julho, com periodicidade quinzenal, de responsabilidade de cada Seção Local na construção do evento. Também trazia informações gerais para viabilizar a participação dos seus sócios.

O primeiro “Informativo do ENEGE AGB/Brasília” requeria que as Seções Locais organizassem ônibus alugados para levar os interessados até o evento em Brasília, tornando a viagem menos custosa e, assim, aumentando a possibilidade de professores e estudantes participarem. A Seção São Paulo organizou um ônibus, no qual viajaram 39 participantes, dentre eles principalmente professores do ensino básico, mas também do ensino superior e estudantes de graduação.

Em decorrência da dimensão territorial do Brasil, com realidades socioeconômicas diversas e discrepantes, no I Fala Professor, de certo modo, a partir da troca de experiências entre os seus participantes, a associação conseguiria sistematizar as condições do ensino e os saberes geográficos produzidos e ensinados em diferentes realidades regionais e socioeconômicas. Para dinamizar o encontro, criaram 16 GT que aglutinaram diferentes eixos temáticos (Quadro 10). Ofereceram aos seus participantes um caderno de textos elaborados pelos coordenadores dos GT como forma de fomentar e qualificar as discussões. Depois esses textos sofreram acréscimos: após os debates, os GT inseriram suas propostas e reflexões; em seguida publicaram nos *Anais* do encontro. Cabe ressaltar que parte dos coordenadores e responsáveis pelos textos eram professores da rede básica, e a outra parcela era de professores universitários ou pós-graduandos.

Quadro 10. Eixos temáticos do I Fala Professor (1987)

GT	Eixo Temático	Coordenadores
01	Geografia e Constituinte	Antônio Carlos R. de Moraes – USP
02	O lugar da teoria geográfica no ensino de 1º e 2º graus	Marília Pelluso de Oliveira – UnB
03	A geografia na integração social	Valéria Trevisan B. de Abreu – UFRJ
04	Os trabalhadores em ensino e a organização sindical	Janildo Chaves – Sindicato dos Professores do PE
05	Livro didático	Diamantino A. C. Pereira

06	Geografia e Terceiro Mundo	Horieste Gomes – UFG
07	As bases filosóficas da Geografia	Ignez Costa Barbosa Ferreira – UnB Leonor Bertone – UnB
08	Conceitos, categorias e princípios lógicos para a reformulação da Geografia	Ruy Moreira
09	Estudos Sociais	Antônio Castrogiovani
10	O ensino de Geografia na escola noturna	Márcia Maria Spyer Resende – FE/UFMG
11	Propostas de grades curriculares	Shoko Kimura – SEE-SP
12	O ensino da Cartografia no 1º e 2º graus	Antônio Teixeira Neto – UFG
14	A questão do método no ensino de Geografia no 1º e 2º graus	Vânia Rúbia Farias Vlach – UFU
15	Formas alternativas de educação em Geografia	Maria Lúcia Estrada – UFMG
16	Pós-Graduação	Miriam Lourenção

Org. Maria Rita de Castro Lopes.

Os eixos dos GT abrangeram diversos temas, por trazer o diálogo entre a academia, a escola e a graduação, sendo todos pertinentes naquele momento – inclusive, alguns bastante debatidos pela Comissão de Ensino da Seção São Paulo, como visto anteriormente. Pode-se dizer que os temas inclusive foram genéricos, não trataram com especificidade alguma questão regional, que no caso poderia ser atravessada ao longo do debate.

Brasília foi uma escolha estratégica para a realização do I Fala Professor, concomitante ao período que ocorria o Simpósio Nacional de História da ANPUH²⁵⁸ e o Congresso da SBPC. Estava instalado o Congresso da Constituinte e o conselheiro Nathanael Pereira de Sousa tinha realizado mais um ataque às disciplinas de Ciências Humanas ao propor o Parecer nº 233/1987, acenando a possibilidade de transformar os cursos de Ciências Sociais em cursos de Estudos Sociais, cuja habilitação serviria para Geografia, História, EMC e OSPB. A AGB, em seu *Boletim Informativo*, esclareceu que o parecerista estava ligado ao ensino privado e buscava “atender aos anseios de proprietários de escolas/faculdades” (VLACH *et al.*, 1987, p. 4). As associações conjuntamente organizaram uma passeata pela Esplanada dos Ministérios, os participantes se manifestaram com faixas e cartazes contra as políticas oficiais que privilegiavam o ensino de Estudos Sociais nas escolas e no ensino superior. As associações produziram um documento no qual expuseram a falta de diálogo do CFE com as entidades científicas e as universidades, agindo de maneira autoritária, rejeitaram veementemente as alterações nos cursos de licenciatura e pediram canais de comunicação com o MEC e o CFE. De acordo com Schäffer (1988), as mobilizações resultaram em uma reunião das diretorias da AGB e da ANPUH com o secretário do Ensino Superior do MEC, Ernani Bayer. Este afirmou

²⁵⁸ Durante o simpósio em Brasília, a ANPUH se comprometeu a realizar, no ano seguinte, um encontro voltado para o ensino de História, conhecido como Perspectivas do Ensino de História. De acordo com Mesquita (2008), o encontro da ANPUH surgiu da necessidade de aprofundar o tema após polêmicas que ocorreram durante a construção da CENP.

que faria consultas prévias às associações interessadas e comunicou o envio “ao CFE parecer contrário à licenciatura em Estudos Sociais, Moral e Cívica e OSPB e se comprometeu a defender, como conselheiro no CFE, o fim das licenciaturas curtas” (SCHÄFFER, 1988, p. 11).

Embora o processo de democratização no país estivesse em curso, a AGB e a ANPUH continuaram tendo conflitos com o CFE, mantendo-se em um alerta contínuo para mobilização caso alguma ação insistisse na diminuição das Ciências Humanas nos currículos em prol dos Estudos Sociais.

Ao final, realizou-se uma plenária política na qual apresentaram e debateram as propostas elaboradas pelos GT ao longo do evento, sendo 21 delas aprovadas e encaminhadas para a AGB:

- Promova encontros regionais e locais que discutam as propostas curriculares existentes, enfatizando os Eixos “Produção do Conhecimento e Construção de Conceitos” e “As Relações Sociedade/Natureza pelo Trabalho”;
- Elabore e encaminhe textos para as seções locais para discussão sobre Grades e Propostas Curriculares;
- Reivindique assento junto aos órgãos financiadores de pesquisa;
- Seja um agente de estímulo, acompanhamento e avaliação dos cursos de Pós-Graduação “lato-sensu”;
- Lute pela introdução do curso de Antropologia Social, Filosofia e Sociologia nos currículos de Geografia em nível 3º grau;
- Envie aos participantes do Encontro e Congressos os textos de apoio com antecedência para serem trabalhados;
- Através de sua Diretoria Executiva Nacional e da Seção DF, acompanhe a tramitação do parecer 233/87 – CFE;
- Promova a publicação de análises críticas de livros didáticos;
- Coordene todas e quaisquer capacitações profissionais de professores de 1º, 2º e 3º graus, desenvolvidos pelas AGB’s locais;
- Promova maior intercâmbio com outras entidades de representação de classe;
- Incentive a participação dos profissionais nas entidades sindicais de forma organizada;
- Participe de todos os movimentos referentes à ocupação do solo e do subsolo no país;
- Através da Diretoria Executiva Nacional, estabeleça contato com o MEC e outras instituições ligadas ao ensino a fim de viabilizar a promoção de cursos de reciclagem;
- Lute pela alteração definitiva das leis nº 6664-73 e Dec. 85138, bem como suas regulamentações e normatização no sentido de mudar a visão a respeito do geógrafo; afirmar que o geógrafo é um profissional de geografia.
- Encampe a luta contra a discriminação do licenciado em geografia dentro do IBGE;
- Inicie campanha de discussão dos cursos de Licenciatura em Geografia do tipo “fim de semana” e/ou “semestrais”;
- Organize um Centro de Serviços permanente de recepção sistematização e divulgação de atividade de professores, grupos, associações de apoio às solicitações de professores (particularmente, para a obtenção de materiais didático);
- Promova discussão a respeito da Geografia do ensino noturno;

- Incentive cursos a nível nacional sobre “O Papel do Brasil na Economia Capitalista”;
- Promova discussão com o conjunto de trabalhadores desde a Pré-escola até a Pós-Graduação a respeito do papel das Centrais Sindicais e dos Partidos Políticos;
- Proporcione maior engajamento dos profissionais de Geografia na luta do povo brasileiro. (ANAIS I ENEGE, 1988, p. 7-9)

Algumas propostas extrapolam as questões referentes ao ensino de Geografia, mas parcela significativa dos encaminhamentos reforçaram a preocupação com o saber escolar enquanto um conhecimento crítico e a necessidade de oferecer uma formação permanente aos professores. Outro fator importante é a existência de tópicos que buscam consolidar o ensino de Geografia enquanto um campo de pesquisa acadêmica. AGB deveria ser reconhecida como um espaço de militância, de articulação política dentre os sócios e com demais entidades, sindicatos, partidos políticos e outros. De certo modo, dentro da entidade dos geógrafos, passou a ser inconcebível um professor de Geografia ser neutro, ao entender que a educação nunca seria neutra, visto que ela significa valores; sendo assim, deveria estar sempre em favor do ensino público e democrático.

Em 1986, a AGB-Nacional lançou a sua revista, a *Terra Livre*, com objetivo de “veicular artigos que manifestem compromissos com as lutas da sociedade, assim como sobre questões mais gerais e diretamente relacionadas com os principais problemas enfrentados pela sociedade brasileira” (DEN, 1986, p. 1). A urgência em debater o ensino de Geografia também esteve presente no segundo número da *Terra Livre*, lançado no mesmo ano do I Fala Professor, que recebeu o título *Ensino de Geografia em questão e outros temas*, com cinco artigos que trataram de forma diferenciada temas como Geografia Tradicional e ideologia nacional, percepção espacial a partir da teoria de Piaget, o ensino da Geografia Crítica e outros:

Todos os autores, em que pese as salutares diferenças, são nomes representativos frentes ao tema, possuindo vários anos de experiência a nível de 1º, 2º e 3º graus, além de leituras, reflexões e pesquisa sobre aspectos do ensino da geografia. É importante que isso fique ressaltado, pois nenhum deles pretendeu falar de cima, de fora do universo árduo da labuta cotidiana do professor de geografia. E nem poderia ser diferente: afinal a intensa e crescente valorização da questão educacional nos Encontros e Congressos geográficos realizados no Brasil nos últimos anos, a par da aguda percepção do ensino como elemento catalizador das preocupações, das dúvidas e dos questionamentos dos geógrafos sensibilizados com a reinvenção da democracia, são fatos inegáveis que derivam de uma maior ligação da geografia com o social e da feliz descoberta, por parte de uma ampla parcela dos docentes, da possibilidade de também produzir e criar um saber geográfico na atividade pedagógica. A elaboração, sempre permanente, de um ensino crítico da geografia, como vai ficando cristalino, não pode dispensar a pluralidade de opções e a constante troca de experiência. (VESENTINI, 1987, p. 9)

Os textos da *Terra Livre* são acadêmicos, desenvolvidos por pesquisadores que tiveram vivência com o ensino básico. Existiu essa preocupação com o periódico para manter um diálogo com a realidade dos professores que viviam o cotidiano escolar.

Houve uma preocupação da AGB como um espaço de sociabilização própria que se voltou ao saber escolar crítico transmitido; também desenvolveu uma preocupação externa, ao pressionar o governo militar e desenvolver comprometimento com a realidade social na luta por uma educação democrática, menos seletiva, menos excludente e menos autoritária.

4.4.1 Encontro Nacional de Prática de Ensino de Geografia

Na década de 1980, ocorreu o ENPEG, outro evento nacional de significativa importância. Em decorrência da sua relevância para a área de ensino e formação de professores, é pertinente compreender o seu surgimento para realizar distinções e/ou aproximações com o Fala Professor. Em 1985, na UNESP-Rio Claro, ocorreu I ENPEG, organizado e coordenado pela professora Lívia de Oliveira, uma das principais idealizadoras do evento.

De certo modo, o surgimento do ENPEG também está relacionado a disputas e conflitos internos que ocorreram na Geografia, o que viabilizou a reforma estatutária da AGB em 1979. Lívia de Oliveira, não corroborando algumas mudanças estatutárias que ocorreram na AGB, por entendê-la enquanto uma associação científica, desvinculou-se dela. Para a geógrafa, os estudantes deveriam participar da associação, mas não fazer parte da diretoria, visto que ainda estavam em formação acadêmica, como é possível observar na entrevista a seguir:

A AGB teve um papel que mudou desde Fortaleza. Como que ela pretende representar os geógrafos brasileiro permitindo que alunos integrem a diretoria? Nunca fui contra a participação dos alunos, mas não na diretoria. E ainda hoje, apesar dos pesares, continuam alunos na diretoria. Nenhuma outra associação se depara com esta situação. [...] Não, eu saí depois de Fortaleza. Houve um encontro e pretendia enviar um trabalho em ensino da Geografia, mas quando soube que a mesa-redonda seria dirigida por um aluno do segundo ano da graduação que nem havia ainda cursado a disciplina de Didática da Geografia e eu já livre-docente, achei que era demais. E nunca mais fui, nem mandei trabalho algum. Não é uma questão de discutir, como eu faço com os meus alunos. Tenho ido a encontros que a AGB apoia, mas não em encontros da AGB. (OLIVEIRA, 2007, p. 225-226)

Como já mencionado, a trajetória acadêmica da professora Lívia de Oliveira está atrelada ao desenvolvimento e à consolidação da área de pesquisa de Ensino de Geografia no Brasil, sendo a responsável pela primeira pesquisa de doutorado com o tema e vários outros feitos. Em 1962, ingressou como professora de Didática Especial de Geografia no recém-

fundado instituto isolado em Rio Claro. O convite para ingressar no ensino superior foi realizado por João Dias da Silveira, seu antigo professor na FFCL-USP, que se tornou diretor do *campus* de Rio Claro. Ele exigiu que Livia pesquisasse na área de Ensino de Geografia e não utilizasse o seu ingresso na faculdade como um “trampolim” para outra área, como Climatologia, pela qual nutria interesse (OLIVEIRA, 2012, p. 169). De acordo com a geógrafa, João Dias da Silveira foi pioneiro em pensar a disciplina de Didática Especial de Geografia, que nem existia na FFCL-USP. A princípio, como era escassa a bibliografia do tema, ela se apegou à sua experiência como docente no ensino secundário para elaborar as suas aulas. Alguns anos depois, para se manter na docência do ensino superior, precisou ingressar no doutorado, no qual realizou uma pesquisa sobre o currículo de Geografia, sob a orientação de José Ribeiro de Araújo Filho. A autora enfrentou dificuldades para conseguir geógrafos que participassem da sua banca examinadora do doutorado, porque, nesse período, abordava um tema que não recebia mérito enquanto pesquisa acadêmica entre os geógrafos.

Na década de 1970, após estudar intelectuais voltados à área de Educação, Livia teve novamente contato com os estudos de Jean Piaget, o que lhe gerou muito interesse, visto que sempre se preocupou com o ensino-aprendizagem, como o estudante aprende ou não Geografia.

A partir disso, a geógrafa passou a ser pioneira em âmbito internacional²⁵⁹ nos estudos acerca da aprendizagem cartográfica e do desenvolvimento da espacialidade a partir das teorias piagetianas, sendo tema da sua livre-docência na década de 1980.

Apesar de Livia, quando jovem, ter feito o curso normalista, a princípio ela não tinha interesse de ser professora, tanto que fez o curso superior de Enfermagem. Com 27 anos, atuando como enfermeira na saúde pública, com especialização nos Estados Unidos e na Europa, após algumas divergências com o seu superior optou por realizar o vestibular para o curso de Geografia e História, sendo aprovada em primeiro lugar em 1952. Antes de ingressar como docente no ensino superior de Rio Claro, atuou por volta de cinco anos enquanto professora de Geografia do ensino secundário na cidade paulista Pedro de Toledo. Na Geografia ela também teve oportunidade de estudar no exterior, em Genebra, no Instituto de Epistemologia de Jean Piaget, onde aprofundou a sua pesquisa sobre desenvolvimento da espacialidade.

²⁵⁹ “O valor de Livia no cenário geográfico brasileiro foi reconhecido ao receber a Comenda da Sociedade Brasileira de Cartografia, pelos serviços prestados à Cartografia Infantil, e um quadro da União Geográfica Internacional (UGI), em reconhecimento pelos trabalhos realizados em Educação Geográfica” (MARANDOLA JÚNIOR *et al.*, 2003, p. 9).

Após inúmeras visitas que Livia de Oliveira realizou a outras instituições do ensino superior para falar de “uma didática mais científica, mais psicológica”, ela concluiu que existia a ausência de um espaço de socialização para os professores de licenciatura, principalmente os da disciplina Prática de Ensino²⁶⁰, para debaterem o ensino e a formação de professores com “base científica” (OLIVEIRA, 2007, p. 221). A geógrafa liderou, em conjunto com outros professores, em 1985, a realização do I ENPEG, que se constituiu em um espaço acadêmico, porque nele participariam apenas professores e pesquisadores do ensino superior. Mesmo o trabalho dos professores de licenciatura estando interligado com os dos professores do ensino básico, estes, por não serem reconhecidos como acadêmicos, não participaram do evento. Contudo, entende-se que os organizadores do evento, ao não agregarem os professores da rede básica, impossibilitaram que os acadêmicos da área de Ensino e Formação de Professores conhecessem os saberes geográficos produzidos nas escolas, em diferentes partes do território nacional, e compreendessem os limites e as possibilidades dos sistemas de ensino e das escolas públicas e privadas, que contribuiriam na construção de pautas nos debates científicos e nas reflexões de práticas pedagógicas.

Em 1987, mesmo ano que a AGB construiu o I Fala Professor, realizaram o II ENPEG, em Aracajú, na Universidade Federal de Sergipe, sob a coordenação da Dra. Maria Tereza Souza Cruz, que foi orientada pela geógrafa Livia de Oliveira. O perfil do segundo evento continuou semelhante ao do primeiro, com apresentação e discussão de experiências e produções de pesquisas relativas a Ensino e Formação de Professores em Geografia.

Reportar a trajetória acadêmica da geógrafa Livia de Oliveira foi importante para compreender o caráter inicial do ENPEG, que, apesar de também surgir na década de 1980, teve uma concepção diferente do Fala Professor, porque sustentava um *status* acadêmico. O evento teve um papel fundamental na constituição e na valorização do Ensino e Formação de Professores de Geografia enquanto um campo de pesquisa acadêmico, sendo uma estratégia para legitimar o tema, contribuindo para se tornar uma linha de pesquisa em pós-graduação nas universidades brasileiras.

Compreende-se que, após 1979, para Livia de Oliveira não seria possível a AGB comportar um evento com o propósito do ENPEG, por não a entender mais como uma associação científica ao buscar a integração entre diferentes categorias de geógrafos, como professores dos ensinos básico e superior, além do geógrafo em formação. No entanto, à medida que ocorreram outros ENPEG, os seus organizadores compreenderam que o diálogo entre

²⁶⁰ Na atualidade, corresponde à disciplina de Estágio Supervisionado.

professores universitários e do ensino básico era profícuo para a discussão e pesquisa na área de Ensino e de Formação de Professores. A partir de 2000, ocorreu a participação de pós-graduandos, estudantes de graduação com iniciação científica e professores do ensino básico, o que proporcionou um saldo significativo nas colaborações de pesquisa, nas trocas de experiências de práticas docentes e na construção do debate (DEL GAUDIO *et al.*, 2017).

Apesar de o ENPEG ainda possuir um caráter diferente do Fala Professor, mantendo sua identidade enquanto um fórum acadêmico, ele trouxe para o diálogo a escola e a graduação, resultando em um desdobramento dos focos temáticos que enriqueceu ainda mais o evento e o campo de pesquisa no país. Inclusive, é relevante comentar que, no último ENPEG, em 2019, na cidade de Campinas-SP, inseriram no eixo 1, “Trajetória do ensino e a produção do conhecimento da Geografia Escolar no Brasil”, um GT voltado especificamente para debater e divulgar pesquisas sobre a “História da Geografia Escolar: conteúdo, recursos didáticos e ideologias”.

4.5 Breves considerações do capítulo

Durante a ditadura militar, inúmeras reformas nocivas foram facilmente impostas com o objetivo de exercer controle sobre o ensino básico ou superior. Dispositivos legais foram criados pelo CFE, visando à diminuição da presença das disciplinas das Ciências Humanas nos currículos escolares em prol dos Estudos Sociais, além de EMC e OSPB. Corroborando Goodson (2001), os conhecimentos selecionados em um currículo possuem intencionalidades políticas, ideológicas e culturais da sociedade à qual ele serve. Por isso, afirma-se que estrategicamente os militares valorizaram o ensino das matérias de seu interesse próprio, com objetivo de desenvolver fortes valores morais e nacionalistas. Além disso, a implantação dos cursos de licenciatura curta contribuiria para a resolução de um problema: a carência desses profissionais nas escolas. Em um tempo rápido, esses cursos formaram grande número de professores. No entanto, o governo militar, tecnocraticamente, visou resolver um problema independentemente de algum critério ou mesmo garantindo algum padrão aceitável de qualidade para educação que era oferecida.

Vale lembrar que, em meados da década de 1970, o BPG passou por uma reforma editorial, com a qual fez críticas a princípios da Geografia Moderna, principalmente à neutralidade científica. Era o início do movimento de renovação teórico-metodológica

conhecido como Geografia Crítica, e os geógrafos paulistas se aproximaram dos referenciais de análise marxista. Apesar desse contexto de mudança, nos BPG constaram poucas análises críticas feitas às reformas curriculares dos militares. Em decorrência disso, ao longo deste capítulo muitas das fontes secundárias foram utilizadas para compreender a trajetória do saber escolar a partir dessa conjuntura. Apesar de todo o impacto negativo que a LDB nº 5692/1971 teve para o ensino de geografia, apenas Conti (1976; 1978) e Seabra (1981) se manifestaram no BPG. Ambos os textos mostraram a preocupação dos geógrafos em disputar com o CFE espaço no currículo prescrito para a permanência e legitimação do saber geográfico.

Conti (1976) fez inúmeras críticas, dentre as quais se destacou a feita sobre o aumento da dualidade formativa entre o professor e o pesquisador, tornando a formação do professor ainda mais reduzida em relação à outra. Essas reformas também trouxeram perdas para o espaço acadêmico, com o aumento da implantação do curso de Estudos Sociais, encerrando diversos cursos de Geografia, a partir de uma aliança empresarial e tecnocrata que se implantou na educação brasileira durante o governo militar. O geógrafo comentou diferentes manifestos, inclusive da Seção São Paulo, realizados em defesa do saber geográfico no ensino escolar e nos cursos de licenciatura plena. Seabra, em 1981, corroborou Conti, excedendo seu posicionamento para além de inclusão e exclusão da disciplina de Geografia no currículo escolar. Discutiu que a defesa da disciplina não se valeria do discurso da importância de conhecer melhor o país para o seu desenvolvimento, como acreditava-se, mas viria em conjunto com a defesa da educação e das dinâmicas políticas, econômicas e sociais norteadoras das reformas no currículo oficial.

É revelador observar a década de 1980, sendo a Seção São Paulo vanguarda na articulação de um fórum específico de ensino dentro da AGB, que ficou conhecido como Comissão de Ensino. Esta surgiu como uma proposta da diretoria de 1980, mas logo em seguida atingiu uma organização e atuação orgânicas. É incontestável que nas práticas da comissão existiram reflexão e preocupação com a qualidade do conteúdo de Geografia nas escolas. A professora Nídia Pontuschka, uma de suas principais articuladoras, atuava enquanto docente da rede básica, fato que contribuiu para ela aglutinar mais professores nos eventos de ensino. A comissão se constituía na intersecção entre a Geografia produzida na academia e o saber geográfico produzido na escola, sendo um espaço de formação e militância em favor do ensino de Geografia nas escolas e do ensino público de qualidade.

Na década de 1980, era posto em evidência que os docentes acadêmicos operavam substancialmente distantes da realidade escolar, tanto que alguns geógrafos reconheciam que

existia um grande descompasso entre o que era produzido e ensinado na universidade em relação à escola (GONÇALVES, 1987). A Comissão de Ensino da Seção São Paulo teve esse papel central em forjar a Geografia Crítica para os professores do ensino básico, junto com os professores universitários que participaram da reformulação curricular da CENP. Após algum tempo, os responsáveis pela elaboração do currículo compreenderam que a falta de investimento na educação (que implica precárias condições das escolas estaduais e do trabalho dos seus docentes) inviabilizava a efetivação da nova proposta. A Seção São Paulo e a APEOESP, por não serem um espaço institucional da SEE-SP, permitiam a realização de reflexões e debates que iriam além da seleção de saber escolar do currículo da CENP, relacionados às condições precárias do sistema de ensino. É possível afirmar que os fundamentos epistemológicos e políticos da Geografia Crítica se somaram, nesse momento, ao discutir a realidade, compreendendo a sociedade e o espaço geográfico nas suas contradições.

Na década de 1980, aumentou o número de pesquisas voltadas para o ensino de Geografia. A participação das universidades e da AGB nas reformas curriculares fez com que houvesse mais contato com a realidade da sala de aula, contribuindo para entender a complexidade do ensino de Geografia, que abarca diferentes dimensões – por exemplo, a do saber, a do pedagógico, a do político e a de valores. A concepção positivista de neutralidade da Geografia Moderna não era mais vista como possível, assim como uma educação neutra: ambas passaram a ser compreendidas como escolhas, compromissos e valores. Nesse período, o saber escolar passou a ser valorizado como um saber fundamental para preparar o sujeito para compreender sua realidade, agir nela e participar da sua construção social. Os acadêmicos começaram a pensar o ensino de Geografia e a Educação a partir de um processo que traria mudança para a sociedade. Aqui, corrobora Candido (1979, p. 86), afirmando que a educação não transforma a sociedade, mas pode contribuir para a sua transformação, uma vez que “a instrução por si só é incapaz das grandes transformações do progresso; mas sem ela estas não podem efetivar. Daí ser preciso reavaliar e revalorizar a escola, a função do professor e a filosofia da educação”.

Os dispositivos legais que o governo militar implantou – com intencionalidades políticas e ideológicas sobre os conhecimentos que eram selecionados nos currículos – fizeram com que, a princípio, a Seção São Paulo buscasse um diálogo. Com a continuidade do ataque ao saber geográfico, a entidade, isoladamente ou em conjunto com outras associações, produziu e divulgou manifestos a partir de cartas ou outros documentos, muito relevantes para marcar seu posicionamento perante os sócios, outras associações e, principalmente, o próprio governo. No

entanto, com o passar do tempo, a Seção São Paulo foi além dos manifestos, organizando-se politicamente junto com outras entidades, como sindicatos e fóruns de Educação, para debater e se articular na construção de um enfrentamento mais combativo, com o objetivo de efetivar uma educação pública, democrática e de qualidade. Todo esse movimento está relacionado com a proximidade que a entidade teve com os professores da rede básica e o movimento de renovação crítica da Geografia, somando-se a situação da conjuntura nacional, com a abertura democrática e a realização da Constituinte. Desse modo, a Seção São Paulo passou a ser mais uma instância importante de representatividade para qualificar o debate e de mobilização dos professores do ensino básico, acadêmicos e estudantes em favor do ensino de Geografia e da educação.

Outras Seções Locais passaram por processos que levaram a emergir o saber escolar e a educação, tanto que em 1987 os sócios da AGB expressaram a necessidade de construir um evento nacional, o I Fala Professor. O evento buscou ser um espaço de socialização de professores da rede básica, professores de licenciatura e estudantes de graduação, todos os que tivessem de alguma forma interesse pelo ensino de Geografia, sendo que fundamentalmente era um momento de ouvir os professores do ensino básico. O Fala Professor teve um propósito diferente do ENPEG, que a princípio foi apenas um espaço ocupado pelos professores universitários, no qual sociabilizavam o conhecimento acadêmico desenvolvido por eles. O ENPEG ainda consiste em um evento muito relevante na Geografia, essencial no debate e na difusão de pesquisa, sendo que o último incorporou a prática de ensino.

Ao realizar uma compreensão histórica da Seção São Paulo e da AGB, é possível afirmar que ela não só reagiu às políticas, a partir de manifestos, mas também produziu mudanças; por exemplo, em conjunto com outras entidades, ela contribuiu para o fim dos Estudos Sociais no ensino escolar e, por conseguinte, na formação de professores. Em decorrência da representatividade que a AGB conquistou diante da comunidade científica e de professores do ensino básico, a associação participou de inúmeras propostas políticas, seja na sua elaboração, avaliando ou contestando.

Considerações finais

O trabalho teve a pretensão de desenvolver uma compreensão histórica do saber escolar na Seção São Paulo da AGB. A associação se constitui enquanto uma construção social e histórica, estruturada com base em padrões e valores possíveis de serem modificados pelo contexto, de acordo com os seus associados. Para a interpretação dos posicionamentos da Seção São Paulo em relação ao saber escolar, foi necessário abordar uma série longa, de 1949 a 1987, para a possibilidade de compreender rupturas em relação às posições predominantes na entidade.

O período delimitado para esta investigação não foi uma escolha aleatória: a pesquisa se inicia com o surgimento do *Boletim Paulista de Geografia*, que consistiu na principal fonte da investigação, por ser uma produção da diretoria da Seção São Paulo, na qual circularam suas ideias e valores. Os Boletins são considerados um dos maiores patrimônios culturais da entidade paulista. Pode-se afirmar que são registros relevantes da história da Geografia no país. Os periódicos se constituem em um *corpus* documental de vasta dimensão, sendo necessário realizar uma catalogação dessas fontes. Ao analisá-los, é possível observar o quanto eles testemunham a expressão social e política da Geografia no geral e do período que vivia o país. Outros registros também foram utilizados como fontes secundárias, como atas de reuniões e das assembleias, jornal *O Estado de São Paulo*, revistas, anuários da FFCL, cartas e outros documentos.

Toda interpretação histórica depende de um sistema de referência, portanto, optou-se em utilizar Horácio Capel (1977, 1989, 1999) e Ivor Goodson (1990, 2001, 2018). Os estudos realizados pelos dois referenciais teóricos foram fundamentais para a leitura e interpretação das fontes coletadas ao longo da pesquisa e para a construção da narrativa da história social do saber escolar na Seção São Paulo da AGB.

A origem da AGB se confunde com a institucionalização da Geografia no ensino superior no país, tendo sua origem com o curso de licenciatura de Geografia e História da FFCL-USP, que passou a ser mais um lugar de sociabilização de docentes e estudantes e de conformação do *campus* de pesquisa da ciência Geográfica. A princípio, era um lugar eminentemente acadêmico e, em geral, suas pesquisas tiveram o objetivo de investigar mais o território brasileiro e, subsequentemente, o desenvolvimento regional, vinculadas ao interesse econômico da classe dominante paulista. No entanto, gradualmente, ao longo da sua trajetória ocorreram disputas internas de caráter teórico-metodológico e político que resultaram em mudanças significativas na associação.

O BPG inicialmente serviu como um mecanismo de reforço a um consenso da Seção São Paulo: divulgar a Geografia dita moderna, de base francesa, enquanto um saber legítimo. Aroldo de Azevedo, por um longo tempo, teve um papel proeminente na Seção São Paulo, tendo sido um dos fundadores do BPG e seu diretor por 12 anos consecutivos. Durante toda a sua vida acadêmica deu continuidade e se limitou principalmente ao referencial teórico-metodológico da Geografia Moderna, sendo um dos principais discípulos de Pierre Monbeig. Com o passar dos anos, gradualmente, novas formas de se fazer a Geografia apareceram, sendo elas divulgadas nos BPG. A mudança esteve relacionada a uma nova geração de geógrafos e a uma demanda gerada pelo contexto político e social, ocasionada principalmente pela ditadura militar. Uma ruptura significativa iniciou-se na década de 1970, com a organização e centralização de algumas ideias que foram importantes para a emergência do movimento conhecido como Geografia Crítica e o tensionamento entre os sócios da AGB, que resultou em uma nova reforma estatutária em 1979.

Quanto ao saber escolar no BPG, por um longo tempo, existiu um discurso de desqualificação e apagamento da tradição do saber mnemônico na Geografia no Brasil. Anterior ao BPG, como visto na revista *Geografia* e no *Boletim da AGB*, a entidade dos geógrafos procurou atuar de forma burocrática ao selecionar, classificar e avaliar os saberes que eram ou não legítimos para serem ensinados nas escolas. A associação buscou participar da seleção dos saberes escolares ao elaborarem duas propostas curriculares encaminhadas às autoridades educacionais dos governos federal e estadual. A entidade participou da seleção e da avaliação do conhecimento culturalmente válido no concurso para o ingresso de docente no ensino secundário estadual paulista. A preocupação da AGB em São Paulo era deixar o saber escolar em conformidade com os princípios teórico-metodológicos da Geografia Moderna; as preocupações pedagógicas eram mínimas. É interessante lembrar que os saberes geográficos das propostas curriculares da AGB não asseguraram uma Geografia em conformidade com o sentimento patriota, fato que era identificado nos programas curriculares do período do Estado Novo.

Documentos mostraram que bibliotecas, professores universitários e graduandos de diferentes cursos requisitaram o BPG. Apesar de constatar que os textos do *Boletim* não eram produzidos com especificidade para o ensino de Geografia, o periódico serviu como um importante material de referência, pesquisa ou estudo para os cursos superiores formadores dos futuros professores. Para a Seção São Paulo, era importante que diferentes cursos superiores adquirissem o BPG, pois isso, além de divulgar e circular as ideias e os conhecimentos

selecionados pela entidade, significaria uma forma de consolidação enquanto um periódico nacional, devido a sua relevância acadêmica.

Ao investigar diferentes camadas que permitiram o reposicionamento do saber escolar na Seção São Paulo, o contexto político deve ser um dos primeiros elementos a serem entendidos, porque a partir de um momento em que se acentuou o autoritarismo do governo militar, um grupo de geógrafos passaram a questionar mais incisivamente o referencial teórico e metodológico que era hegemônico, por propiciar uma ciência geográfica com base positivista, marcada pelo discurso de neutralidade científica do período. Alguns estudantes de graduação e pós-graduação e professores do Departamento de Geografia da USP tiveram papel preponderante nessa ruptura epistemológica. A princípio, os seus referenciais eram de base marxista, tendo o BPG um importante papel de divulgação das suas concepções em outras partes do território brasileiro. Esse movimento que ocorria na Seção São Paulo é fundamental para compreender as transformações em curso na Geografia no Brasil, pelo caráter aglutinador que existia nas seções locais da AGB.

A reforma 5.296/1971 e os pareceres do CFE impactaram a permanência das disciplinas de Ciências Humanas nos currículos escolares e nas licenciaturas dos cursos superiores; eram mecanismos de caráter arbitrário e autoritário, que deslegitimaram esses saberes. Até esse momento, a Seção São Paulo não tinha se posicionado em relação à ditadura militar: manteve-se em silêncio enquanto uma associação científica, colocando-se como neutra em qualquer manifestação política. No início da reforma, a entidade acreditou ser possível um diálogo com os militares a partir de cartas, nas quais se expôs a importância da permanência do saber geográfico no ensino escolar.

No entanto, conforme o CFE deflagou mais dispositivos para prejudicar a Geografia, a Seção São Paulo rompeu com a neutralidade em relação ao posicionamento político, passando a se envolver em uma agenda de enfrentamento contra os Estudos Sociais. José Bueno Conti foi um geógrafo importante nesse debate na década de 1970, ao criticar a falta de especificidade dos Estudos Sociais nas escolas e os problemas dos cursos de licenciatura curta. Manoel Seabra, em 1980, além de se preocupar com questões relativas aos saberes geográficos na escola, trouxe problemas relacionados à estrutura educacional do país, como a sua precarização intencional pelos militares para prosseguir reproduzindo a mesma estrutura de classe.

Apesar de os professores do ensino básico representarem parcela significativa dos formados em Geografia no país, a AGB, por um longo tempo, foi um lugar de sociabilização de um grupo restrito de acadêmicos. Todavia, gradualmente se modificou e alguns profissionais

do ensino básico passaram também a ocupá-la, principalmente após a reforma estatutária de 1979.

Pode-se afirmar que a Seção São Paulo avançou sobre o debate do saber escolar a partir da década de 1980. A diretoria criou a Comissão de Ensino, que se tornou um grupo orgânico, com preocupação tanto na formação de conhecimento quanto de políticas educacionais e curriculares. Iniciou-se a proposta curricular da CENP e, depois de muito tempo de disputa, a disciplina de Geografia voltou a ocupar seu espaço anterior no currículo paulista, sendo uma proposta reconhecida pela sua construção coletiva, elaborada por professores da rede e acadêmicos, com contribuições da Seção São Paulo e da APEOESP. A Comissão de Ensino e a proposta da CENP contribuíram para aproximar a academia da realidade escolar. Nídia Pontuschka teve papel primordial ao ser uma das interlocutoras do ensino de Geografia na entidade, conseguindo realizar várias práticas pela Comissão de Ensino. Da mesma forma, as professoras Shoko Kimura e Marísia Buitoni foram fundamentais na articulação da associação e na elaboração da proposta da CENP. A experiência dessas professoras no ensino básico permitiu que as suas ações na Seção São Paulo dialogassem de forma mais aberta entre seus pares, propiciando significativas contribuições e convergência entre o ensino básico, a Seção São Paulo e, conseqüentemente, o âmbito acadêmico. É importante comentar que essas professoras possuem relevantes trabalhos e contribuições acadêmicas na área de ensino de Geografia, que dialogam e levam em consideração suas experiências como docentes nas escolas.

Na Seção São Paulo, sobretudo na Comissão de Ensino e na proposta da CENP, existiu uma preocupação de autoformação dos professores e de estruturar os alicerces para uma Geografia Crítica nas escolas, o que a entidade catalisou em diferentes matrizes pedagógicas. No entanto, existia um requisito: a Pedagogia deveria apresentar um caráter progressista, visto que o ensino não deveria ser desligado e alienado da realidade do estudante. No que concerne ao saber escolar, o seu propósito utilitário mudou: antes era voltado mais a ser um divulgador de uma ciência dita moderna e, em um momento seguinte, tornou-se um saber de formação crítica para a compreensão da realidade.

A interseção entre a Seção São Paulo, a academia e os professores do ensino escolar contribuiu para a legitimação do campo de pesquisa em ensino de Geografia, tanto que nessa década aumentou o número de produções de pesquisas de pós-graduação nessa área.

As práticas da Seção São Paulo não ficaram apenas no âmbito do saber escolar: os professores do ensino básico contribuíram com a qualificação dos debates, compartilhando as

pautas de lutas relacionadas a políticas educacionais, a partir de uma discussão eminente de classe, ao valorizar a importância da escola pública. As práticas realizadas nas Seção São Paulo conduziram a entidade a ser identificada como um lugar de representatividade da categoria docente do ensino básico, muito relevante para um momento de abertura política e da Constituinte.

Durante a pesquisa, observou-se que a AGB e a ANPUH tiveram trajetórias e ações que se aproximaram. Ambas as entidades, durante muitos anos, possuíam um caráter estritamente acadêmico. Após a LDB 5.296/1971, as duas associações se voltaram mais ao saber escolar, manifestando-se contra a legalização dos Estudos Sociais no ensino básico e no ensino superior e a expansão das licenciaturas curtas. Na década de 1980, a ANPUH (MARTINS, 2002) e a AGB intensificaram as suas ações e articulações em relação ao ensino das suas disciplinas. No entanto, acredita-se que seja em decorrência da criação da Comissão de Ensino da Seção São Paulo que os geógrafos a princípio estavam se articulando mais politicamente nos fóruns educacionais.

A AGB, a partir do Fala Professor, reafirmou nacionalmente a sua posição em relação ao ensino de Geografia, proveniente de uma necessidade histórica, evidenciando a necessidade de debater o ensino e a educação naquele momento, provando que não era uma especificidade apenas da Seção São Paulo ou de outra seção local. O encontro marcou uma aproximação entre a academia e os professores da rede básica; estes seriam seus principais interlocutores.

Além do Fala Professor, na década de 1980, a comunidade geográfica criou o ENPEG, outro evento importante relacionado ao ensino de Geografia no país. Ele emergiu da preocupação de discutir e sociabilizar as pesquisas desenvolvidas na área de ensino e formação de professores de Geografia, surgindo como um espaço de discussão estritamente acadêmico. Lívia de Oliveira, a principal liderança na criação do ENPEG, compreendia a existência de uma carência de espaços de divulgação e de diálogo entre os pesquisadores da área do ensino de Geografia. Para Lívia de Oliveira, havia uma hierarquia entre os conhecimentos, em que a academia era o lugar de produção e legitimação do saber a ser ensinado. É pertinente lembrar que, após a reforma estatutária de 1979, a geógrafa se retirou da AGB por não concordar e não a entender mais como uma associação científica.

Entende-se que a diferença entre os dois eventos está diretamente relacionada com os sujeitos que os conceberam. O Fala Professor emergiu do movimento ocorrido internamente nas Seções Locais da AGB, como visto especificamente no caso da Seção São Paulo, vindo da necessidade dos professores de serem ouvidos, e não apenas ouvir o discurso acadêmico-

científico. Nele também pretendeu-se organizar a luta dos professores, compreendendo a importância do momento político para fazer enfrentamento às propostas da Constituinte que não priorizariam a escola pública. As discussões centraram-se nas questões de mudanças curriculares e na importância de um saber crítico sobre a realidade.

A pesquisa identificou que a participação dos docentes do ensino básico na Seção São Paulo da AGB contribuiu para o avanço e a qualificação do debate acerca do saber escolar e das políticas educacionais, proporcionando uma ampliação na sua função social. A entidade buscou ocupar espaços importantes de debate sobre o saber escolar e a educação, tendo o papel de unir, articular e organizar a comunidade geográfica para enfrentar e propor políticas públicas. De certo modo, essas preocupações e lutas coletivas em favor da educação eclodidas na década de 1980 continuam presentes na associação, em alguns momentos com avanços e em outros com retrocesso, mas permanecendo um lugar de aglutinação dos professores da rede básica, estudantes e acadêmicos para representar a Geografia e o ensino de Geografia no país. Por exemplo, em 1996, durante a elaboração do Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), as autoridades educacionais enviaram documentos para que a AGB emitisse seu parecer em relação à produção da disciplina Geografia²⁶¹. Essa reforma curricular recebeu críticas severas da entidade, por estar comprometida com as iniciativas neoliberais no campo da educação. Na formulação da BNCC, a Seção São Paulo e outras Seções Locais organizaram debates para compreender o propósito de padronizar um currículo nacional. As Seções da AGB se articularam em manifestos e participaram das plenárias públicas regionais com os seus representantes; apesar de não obterem resultados positivos, não deixaram de se colocar contra essa reforma que visa aprofundar ainda mais as políticas neoliberais na educação brasileira.

Espera-se que a pesquisa também auxilie a comunidade geográfica em suas reflexões sobre a importância da AGB como um espaço de representatividade, democrático e de luta coletiva para pensar e valorizar o saber escolar e realizar enfrentamento em relação às políticas neoliberais que estão em curso. Enfim, como qualquer outra, esta pesquisa não tem um ponto final, espera-se que ela seja questionada e tensionada, e que contribua de alguma forma para pesquisas futuras relacionadas à área da história do saber escolar e à história da Seção São Paulo e da Associação dos Geógrafos Brasileiros.

²⁶¹ Segundo Cacete (1999), a AGB e a ANPUH questionaram o caráter arbitrário e autoritário do processo de elaboração do PCN, constituído por profissionais acadêmicos que estavam distantes das práticas pedagógicas do 1º grau.

Referência Bibliografia

Fontes Selecionadas

Anuário da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, ano: 1934-1936. São Paulo: Empresa Gráfica da “Revista dos Tribunais”, 1936.

Anuário da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, ano: 1950. São Paulo: Seção Gráfica; Indústria Gráfica José Magalhães Ltda., 1953.

ASSOCIAÇÃO DOS GEÓGRAFOS BRASILEIROS. Boletim da Associação dos Geógrafos Brasileiros: Histórico. Ano I, n.1. In. **Revista Brasileira de Geografia**. IBGE, Rio de Janeiro: v. 3, n. 1, jan./mar. de 1941.

ASSOCIAÇÃO DOS GEÓGRAFOS BRASILEIROS. Estatuto de 1945. **Anais da AGB**, 1949.

ASSOCIAÇÃO DOS GEÓGRAFOS BRASILEIROS. Estatuto. 2009.

IEB. Acervo Caio Prado Júnior. Doc 01.02.01.

IEB. Acervo Caio Prado Júnior. Doc. 01.02.04.

IEB. Acervo Caio Prado Júnior. Doc. 01.02.07.

IEB. Acervo Caio Prado Júnior. Doc. 01.02.10.

IEB. Acervo Caio Prado Júnior. Doc. 01.02.13.

IEB. Acervo Caio Prado Júnior. Doc. 01.02.14.

IEB. Acervo Caio Prado Júnior. Doc. 01.02.15.

IEB. Acervo Caio Prado Júnior. Doc. 01.02.17.

IEB. Acervo Caio Prado Júnior. Doc. 01.02.18.

IEB. Acervo Caio Prado Júnior. Doc. 01.02.23.

IEB. Acervo Caio Prado Júnior. Doc. 02.01.01.07.

IEB. Acervo Caio Prado Júnior. Doc. 02.01.01.09.

IEB. Acervo Caio Prado Júnior. Doc. 02.01.03.07.

IEB. Acervo Caio Prado Júnior. Doc. 02.02.03.

IEB. Acervo Caio Prado Júnior. Doc. 02.02.14.

IEB. Acervo Caio Prado Júnior. Doc. 02.02.16.

IEB. Acervo Caio Prado Júnior. Doc. 02.02.46.

IEB. Acervo Caio Prado Júnior. Doc. 02.02.50.

IEB. Acervo Caio Prado Júnior. Doc. 02.02.51.

IEB. Acervo Caio Prado Júnior. Doc. 02.03.01.05.

Seção Regional São Paulo. **Boletim Paulista de Geografia**. São Paulo, n° 1, 1949, p. 46.

PROGRAMA DA CHAPA PARA A NOVA DIREÇÃO, 1980.

Relatório da Comissão de Ensino da Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção São Paulo – Agosto de 1985. Fonte: Arquivo da Seção São Paulo.

Texto do Memorial Assinado por 21 professores da USP. **Boletim Paulista de Geografia**. São Paulo, n°51, p.71-72,1971.

Jornais

Alice Piffer Canabrava. Turma de 37 anos da USP faz festa. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 15 maio 1988. Caderno Educação, p.24.

BASTIDE, Arbousse. Documento: O Brasil escapa às soluções simplistas. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 14 out. 1979, p.180.

COELHO, Ruy. Documento: O Brasil escapa às soluções simplistas. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 14 out. 1979, p.180.

Folha de São Paulo. **Congresso de Educação reúne 6 mil professores**. São Paulo, 28 mar. 1985. Caderno Educação e Ciências, p. 34.

Folha de São Paulo. **2º Congresso de Geografia reúne mais de 450 docentes**. São Paulo, 16 ago. 1984. Caderno de Educação, p. 27.

Folha de São Paulo. **Aumentam os cursos de curta duração**. São Paulo, 05 maio 1974. Caderno de Educação, p. 24.

Folha de São Paulo. **Geografia: entidade comemora**. São Paulo, 10 out. 1974. Caderno de Educação, p. 19.

Folha de São Paulo. **Aumentam os cursos de curta duração**. São Paulo, 14 maio 1974. Caderno Educação, p. 24.

Folha de São Paulo. **Estudos Sociais, uma ameaça ao ensino de História e Geografia**. São Paulo, 11 fev. 1973. Caderno de Educação, p. 13.

MONBEIG, Pierre. Congresso Geográficos. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 28 de março de 1946, p.04.

MORAES REGO, Luiz Flores de. A expansão econômica de São Paulo e a Associação dos Geographos Brasileiros. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 28 mar. 1935, p.08.

O Estado de São Paulo. A Associação dos Geographos Brasileiros: a adesão dessa entidade ao Conselho Nacional de Geographia – O que será o orgam de divulgação do Conselho – caso da revista “Geographia” – A colaboração da Associação dos Geographos Brasileiros no Conselho Nacional”. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 12 jun. 1938, p.13.

O Estado de São Paulo. **O CFE libera o ensino de Estudos Sociais**. São Paulo, 15 dez. 1978, p.16.

O Estado de São Paulo. **Universidade de São Paulo, 45 anos depois**. São Paulo, 28 jan. 1979, p.178.

O Estado de São Paulo. **Mapa- Mundi**: em projeção azimutal, tendo como centro a cidade de S. Paulo. São Paulo, 4 set. 1949, p.12.

Boletim Paulistas de Geografia, Revista Geografia e Boletim da AGB

AB’SABER, Aziz Nacib. Entrevista. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 81, p. 09-36, 2004.

AB’SABER, Aziz Nacib. Vinte e cinco anos de Geografia em São Paulo. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, p.71-82, 1960.

ANDRADE, Manuel Correia de. O pensamento geográfico e a realidade brasileira. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 54, 1977, p.05-28, 1977.

ANTUNES, Charlles da França; SOUSA NETO, Manoel Fernandes de. Os Estudantes, a Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB) e o Movimento de Renovação Crítica da Geografia. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 88, p. 73-88, 2008.

ARAÚJO, Eloy. Entrevista. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 81, p.37-44, 2004.

ARAÚJO FILHO, José Ribeiro. Editorial. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 50, 1976.

ARAÚJO FILHO, José Ribeiro. Nota Explicativa. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 43, p. 4, 1966.

ARAÚJO FILHO, José Ribeiro. Nota Explicativa. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 40, 1964.

AZEVEDO, Aroldo de. A Geografia e a geração dos anos setenta. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 50, p. 07-28, 1976.

AZEVEDO, Aroldo de. O LIVRO DIDÁTICO: sua grande missão e suas condições mínimas. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 38, p. 38-42, 1961.

AZEVEDO, Aroldo de. A Geografia a Serviço da Política. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 21, p. 42-68, 1955.

AZEVEDO, Aroldo de. A Geografia em São Paulo e sua evolução. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 16, p. 45-65, 1954.

AZEVEDO, Aroldo de; SILVEIRA, João Dias da. O Ensino de Geografia na Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 03, p. 76-85. 1949.

AZEVEDO, Aroldo de. Palavras de Apresentação. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 01, p. 02, 1949.

AZEVEDO, Aroldo de. Os concursos para o magistério secundário. **Boletim da Associação dos Geógrafos Brasileiros**, São Paulo, n. 05, p. 85-89, 1944.

AZEVEDO, Aroldo de. O ensino da Geografia no curso secundário. **Geografia**, São Paulo, n. 04, p.02, 1936.

CONTI, José Bueno. Aroldo de Azevedo. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 50, p.31-35, 1976.

CONTI, José Bueno. Resumo da apresentação feita por José Bueno Conti sobre a “Origem dos Estudos Sociais”. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 51, p.32-35, 1976.

CONTI, José Bueno. Resumo da Apresentação feita por José Bueno Conti sobre a “Origem dos Estudos Sociais”. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 55, p.176-177, 1978.

CONTI, José Bueno. Entrevistas. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 88, p.17-25, 2008.

CONTRINARI, Lylian. Editorial. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 63, p.03-04, 1986.

DEFFONTAINES, Pierre. A associação dos geógrafos brasileiros (Introdução). **Geografia**. **Geografia**, São Paulo, ano 1, n. 01, p. 07-09, 1935a.

DEFFONTAINES, Pierre. Apresentação. **Geografia**, ano 01, n. 02, p.1, 1935b.

DEFFONTAINES, Pierre. Regiões e paisagens do Estado de São Paulo- Primeiro esboço de divisão regional. **Geografia**, ano 01, n. 02, p. 117-169, 1935c.

FLORENÇANO Paulo C; AB' SABER, Aziz N. A Serra do Mar e a Mata Atlântica em São Paulo. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 04, p.61-70, 1950.

FRANÇA, Ary. Programas de Geografia para os colégios. **Boletim dos Geógrafos Brasileiros**, São Paulo, ano 4, n. 5, 1944.

FRANÇA, ARY. Entrevistas. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 81, p. 45-55, 2004.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. A Geografia está em crise. Viva a Geografia. **Boletim Paulista de Geografia**. São Paulo: AGB. n.º 55, p. 05-30, 1978.

LECIONI, Sandra. Aroldo de Azevedo: um geógrafo da Universidade de São Paulo. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 92, pp. 37- 49, 2015.

MONBEIG, Pierre; AZEVEDO, Aroldo de; CARVALHO, Maria Conceição Vicente de. O ensino secundário de Geografia. **Geografia**, São Paulo, ano 01, n. 01. p.77-85, 1935.

MONBEIG, Pierre. Aroldo de Azevedo: geografia Humana (curso pre-juridicos); Geografia para quarta série. Vols. XXVI e XXXVIII da Biblioteca Pedagógica Brasileira. Companhia Editora Nacional, São Paulo. **Geografia**, ano 01, n. 04, p. 96-97, 1934/1935.

MÜLLER, Nice Lecoq. Aspectos da vida da Associação dos Geógrafos. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 38, p.43-56, 1961.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. Entrevistas. **Boletim Paulista de Geografia**. São Paulo: AGB. n. 88, p.07-16, 2008.

ORLANDI, José de Oliveira. Cadeira de Geografia. **Geografia**, São Paulo, ano 02, n. 01, 1936.

ORLANDI, José de Oliveira. Methodologia do ensino de geographia. **Geografia**, São Paulo, 1936.

ORLANDI, José de Oliveira. O film cinematographico na geographia. **Geografia**, São Paulo, ano 02, n. 01, 1936.

PRADO Jr., Caio. A evolução da Geografia em a posição de Aires de Casal. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 19, p.52-66, 1955.

ROMARIZ, Dora do Amarante. Entrevista com a geógrafa Dora do Amarante Romariz. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 89, p.83-89, 2009.

SANTOS, Douglas. Entrevistas. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 88, p. 31-40, 2008.

SANTOS, Milton. Sociedade e espaço: a formação social com a teoria e com o método”. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 54, p.81-99, 1977.

SCARIM, Paulo Cesar. A Construção da Geografia Acadêmica no Brasil. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 88, pp.41-71, 2008.

SEABRA, Manoel. Estudos Sociais e Vulgarização do Magistério e do Ensino de 1º e 2º graus. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 58, pp.121-133, 1981.

Seção Regional São Paulo. Editorial. **Boletim Paulista de Geografia**. São Paulo, n. 60, p. 03-04, 1984.

Seção Regional São Paulo. Editorial. **Boletim Paulista de Geografia**. São Paulo, n. 59, p. 03, 1982.

Seção Regional São Paulo. Fortaleza Decide Reforma dos Estatutos. **Boletim Paulista de Geografia**. São Paulo, n. 55, p. 154, 1978.

Seção Regional São Paulo. Conselho Consultivo. **Boletim Paulista de Geografia**. São Paulo, n. 52, 1976.

Seção Regional São Paulo. Apresentação. **Boletim Paulista de Geografia**. São Paulo, n. 41, p. 02, 1964.

Seção Regional São Paulo. Apresentação. **Boletim Paulista de Geografia**. São Paulo, n. 06, 1950.

Seção Regional São Paulo. Regulamento da Seção Regional de São Paulo Estatuto. **Boletim Paulista de Geografia**. São Paulo, n.º 2, p. 54-57, 1949.

SILVA, Armando Corrêa da. A Renovação Geográfica no Brasil -1972/1983 (as Geografia Crítica e Radial em perspectiva teórica). **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 60, p.73-140, 1984.

SILVA, Armando Corrêa da. A Geografia e ideologia. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 52, p.93-99, 1976.

SILVEIRA, João Dias da. A excursão no ensino da Geografia. **Geografia**, n. 04, 1936.

SOUKUP, João. Levantamentos expeditos em pesquisa de Geografia. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 20, p.76-97, 1955.

SOUKUP, João. Os cartogramas e sua aplicação em Geografia. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n.15, pp.53-61, 1953b.

SOUKUP, João. Diagramas Geográficos e suas Aplicações. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 14, p.38-49, 1953a.

SOUKUP, João. Mapas em projeção azimutal equidistante e oblíqua. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 03, p.03-20, 1949.

VIANNA, Myrna T. Rego. Editorial: Por que mudar? **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 51, p.06-07, 1976.

Referências bibliográficas no geral

AB'SABER, Aziz Nacib. Pierre Monbeig: a herança intelectual de um geógrafo. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 08, n. 22, p.221-232, 1994.

ALBUQUERQUE, Maria Adailza Martins. Dois Momentos na História da Geografia Escolar: a Geografia clássica e as contribuições de Delgado de Carvalho. **Revista Brasileira de Educação em Geografia**. Campinas, v. 01 n. 02, 2011. pp. 19-51.

ALBUQUERQUE, Maria Adailza Martins. Currículo de Geografia: da abertura política aos PCN's. **Mercator**, Ceará, ano 04, n. 07, p. 57-74, 2005.

ANDRADE, Manuel Correia de. Entrevista. Manuela Correia de Andrade. **Revista Geografares**, Vitória, n. 02, p.13-23, 2002.

ANDRADE, Manuel Correia de. A AGB e o pensamento geográfico no Brasil. **Terra Livre**, São Paulo, n. 09, p. 143-152, 1991.

ANTUNES, Charles da França. **A Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB) – origens, idéias e transformações**: notas de uma história. 2008. 307 f. Tese (Doutorado) - Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.

ANTUNES, Charles da França. **Os Estudos e a Construção da Geografia Brasileira: um encontro nos Encontros Nacionais de Estudantes de Geografia**. 2001. 311 f. Dissertação (Mestrado) - Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2001.

ARANHA, Patricia Marinho. Geografia como profissão: campo, auto-representação e historiografia (1934-1955). 282 f. Tese (Doutorado) – Pós-Graduação em História Social do Instituto de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

ARAUJO, Larissa Soares de. **A luta pela reforma urbana através do olhar da geografia: origens e inserção da AGB**. 2020. 124 f. Dissertação (Mestrado) –Pós- Graduação em Geografia Humana, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

ASSOCIAÇÃO DOS GEÓGRAFOS BRASILEIROS (AGB)/ Diretoria Executiva Nacional (2018-2019). Panorama do IX Fala Professor (A)! **Terra Livre**, São Paulo, v. 02, n. 53, p. 517-523, 2019.

ASSOCIAÇÃO DOS GEÓGRAFOS BRASILEIROS (AGB). **Anais do 1º Encontro Nacional de Ensino de Geografia- Fala Professor**, Brasília. São Paulo: AGB, 1987, 127 p.

AZEVEDO, Fernando. **A Cultura Brasileira**. 3ª ed. Melhoramentos: São Paulo, 1958. p. 219-268.

BERDOULAY, Vincent. **A Escola Francesa de Geografia**. São Paulo: Perspectiva, 2017. 253 p.

BERDOULAY, Vincent. A Abordagem Contextual. **Espaço e Cultura**, n. 16, p. 47-56, 2003.

BICCAS, Maurilene de Souza. Impressos pedagógicos como objetivo e fonte para a História da Educação em Minas Gerais: revista do ensino (1925-1940). In: MORAIS, C. C; et al. (Org). **História da Educação: ensino e pesquisa**. São Paulo: Autêntica, 2008, p.71-106.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2011. 408 p.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Pátria, Civilização e Trabalho: o ensino de história nas escolas paulistas (1917-1970)**. São Paulo: Loyola, 1990. 227 p.

BONTEMPI Jr., Bruno. Do Instituto de Educação à Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo. **Caderno de Pesquisa**. Fundação Carlos Chagas: São Paulo. p. 188-207. 2011.

BOURDIEU, Pierre. **Os usos sociais da ciência: por uma sociologia crítica do campo científico**. São Paulo: Editora Unesp, 2003, p. 17-34.

CACETE, Núria Hanglei. **O ensino Superior no Brasil e a Formação de Professores (1930-2000)**. Jundiaí: Paco, 2017. 229 p.

CACETE, Núria Hanglei. H. A AGB, os PCNs e os professores. In. OLIVEIRA, A. U. et al. (orgs). **Reforma no mundo da educação: parâmetros curriculares e geografia**. São Paulo: Contexto, 1999. p. 36-42.

CAMPOS, Rui Ribeiro. **Análise crítica da obra de Vidal de La Blache e de sua influência no ensino de Geografia no Brasil**. 2014. 436 f. (Pós-Doutorado) - Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014.

CANDIDO, Antonio. Professor, escola e associações docentes. **Almanaque: São Paulo**, nº 05, p.83-87, 1979.

CAPEL, Horácio. **O nascimento da ciência moderna e a América: o papel das comunidades científicas, dos profissionais e dos técnicos no estudo do território**. Maringá: Eduem, 1999, 198 p.

CAPEL, Horácio. História de la ciencia e história de las disciplinas científicas: objetivos y bifurcaciones de un programa de investigación sobre historia de la geografía. **Cuadernos críticos de Geografía Humana**. Barcelona, ano 12, n. 84, 1989. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/geo84c.htm>>.

CAPEL, Horácio. Institucioalizacion de la Geografía y estrategias de la comunidad científica de los Geografos. Cuardenos Críticos de Geografía Humana. Barcela: Universidad de Barcelona. ano 1, n. 8, 1977. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/geo8.htm>>.

CAVALCANTI, Lana de Souza. A problemática do ensino de Geografia veiculado nos Encontros Nacionais da AGB (1976-1986). **Boletim Goiano de Geografia**, Goiânia, v. 01, n. 15, p. 35-55, 1995.

CERTEAU, Michel. **A Invenção do cotidiano: artes de fazer**. 22. ed. Petrópolis: Vozes, 2011. 315 p.

CHERVEL, André. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. **Teoria & Educação**, Porto Alegre, n. 02, p. 177-229, 1990.

COSTA, Celio Juvenal. Fontes jesuítas e a educação brasileira. In: Costa C. J. et al. (orgs). **Fontes e métodos em história da educação**. Dourados: UFG, 2010, p.193-214.

CUNHA, Luiz Antônio. **A Universidade reformada**: o golpe de 1964 e a modernização do ensino superior. 2. ed. São Paulo: Ed. Unesp, 2007. p.10-38.

CUSTÓDIO, Vanderli (Org.) **Fundamentos teóricos-metodológicos do ensino e da pesquisa em Geografia**: textos selecionados das primeiras publicações da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB)- Geografia (1935-1936) e Boletim da AGB (1941-1944). São Paulo: AGB, 2012, 89 p.

DALLABRIDA, Norberto. A Reforma Francisco Campos e a modernização nacionalizada do ensino secundário. **Educação**, Porto Alegre, v. 32, n. 2, p. 185-191, 2009.

DEL GAUDIO, Rogata Soares. A “ideologia” no Boletim Paulista de Geografia (1949-2018). **Revista da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa de Geografia**, Dourados, v.15, n. 26, p. 89-113, 2019.

DEL GAUDIO, Rogata Soares; VALADÃO, Roberto Célio; SOUZA, Carla Juscélia de Oliveira; ASCENÇÃO, Valéria de Oliveira Roque. Ensino de Geografia e Formação de professores: Desafios e possibilidades na contemporaneidade. In: ASCENÇÃO, Valéria de Oliveira Roque; VALADÃO, Roberto Célio; DEL GAUDIO, Rogata Soares; SOUZA, Carla Juscélia de Oliveira (Orgs.). **Conhecimento da Geografia: percurso de formação docente e práticas na educação básica**. Belo Horizonte: IGCE, 2017. p. 01-27.

DEN. Apresentação. **Terra Livre**, São Paulo. ano 01, n. 01, p. 1, 1986.

DIAS, Angélica Maria de Lima. **LINGUAGEM LÚDICA COMO ESTRATÉGIA METODOLÓGICA PARA GEOGRAFIA ESCOLAR NA REVISTA DO ENSINO DE MINAS GERAIS (1925-1935)**. 2013. 95f. Dissertação (Mestrado) – Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 23. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003. p. 243-514.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. Quarenta anos da reforma universitária: significado, questões e desafios. In. MANCEBO, Deise et al. **Reformas da educação superior: cenários passados e contradições do presente**. São Paulo: Xamã, 2009. p. 63-91.

FERNANDES, Florestan. Formação de educador: Profissional e político. **Revista de educação da Apeoesp**, São Paulo, n. 1, p.5, 1985.

FERNANDES. Florestan. Entrevista: sobre o trabalho teórico. **TRANS/FORM/AÇÃO**. Marília: UNESP, v.02, p. 5-86, 1975.

FILGUEIRAS, Juliana Miranda. **A Educação Moral e Cívica e sua produção didática: 1969-1993**. 222 f. Dissertação (Mestrado) - Programa em Educação: História, Política, Sociedade, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2006.

FRANÇA FILHO, Astrogildo Luiz de. **A Geografia que se Ensina nos anos de 1980: uma programática do movimento de Renovação da Geografia**. 2018. 218 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

FRANÇA FILHO, Astrogildo Luiz de; ANTUNES, Charlles da França; FERNANDES, Felipe Moura. A Construção do Fala Professor como fórum dos professores de Geografia: o ensino como pauta prioritária no movimento de renovação. In: SACRAMENTO, Ana Claudia; Antunes, Charlles da França; SANTANA FILHO, Manuel Martins (Orgs.). **Ensino de Geografia: produção do espaço e processos formativos**. Rio de Janeiro: Consequência, 2015. p.341-368.

FRANÇA FILHO, Astrogildo Luiz de. Considerações sobre a renovação crítica da Geografia Brasileira. **Geografia em Questão**, Marechal Cândido Rondon, v. 05, n. 01, p.11-27, 2012.

GARCIA, Eliane de Melo. Questão Racial. **Boletim do III Encontro Local de Professores de Geografia**, São Paulo, p. 07, 1987.

GIROTTI, Eduardo Donizete. Os impactos do programa de formação de professores nas práticas de Formação Docente no Departamento de Geografia da USP. **Revista do Departamento de Geografia da USP**, São Paulo, v.29, p.342-366, 2015.

GOLOMECK, Patrícia. **Caetano de Campos: a escola que mudou o Brasil**. São Paulo: Edusp, 2016. 823 p.

GOMES, Daniel Mendes. **Geografia no ensino secundário em São Paulo (1834-1896)**. 2016. 246 f. Tese (Doutorado) – Programa em Educação: História, Política, Sociedade, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2016.

GOMES, Daniel Mendes. **A Geografia ensinada: mudanças e continuidades do conhecimento geográfico escolar (1960-1989)**. 2010. 126 f. Dissertação (Mestrado) - Programa em Educação: História, Política, Sociedade, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2010.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. Reflexões sobre a Geografia e Educação: notas de um debate. **Terra Livre**, São Paulo. ano 01, n. 02, p. 09-42, 1987.

GONH, Maria da Glória. **Teoria dos Movimentos Sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Loyola, 1997.

GOODSON, Ivor. **Currículo: teoria e história**. 15 ed. Petrópolis: Vozes, 2018. 160 p.

GOODSON, Ivor. **O Currículo em Mudança: estudos na construção social do currículo**. Porto: Porto Editora, 2001. 230 p.

GOODSON, Ivor. Tornando-se uma matéria acadêmica: padrões de explicação e evolução. **Teoria & Educação**. Porto Alegre, n. 2, p. 230-253, 1990.

HAESBAERT, Rogério. **Des-territorização e identidade**: a rede gaúcha no Nordeste. Niterói: Uduff, 1997, 293p.

HEIDEMANN, Heinz Dieter. O Dossiê AGB do acervo Caio Prado Júnior no Instituto de Estudos Brasileiros (IEB) da Universidade de São Paulo. In: IUMATTI, Paulo *et al.* (orgs). **Caio Prado Jr. e a Associação dos Geógrafos Brasileiros**. São Paulo: Edusp, 2008. p. 09-11.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Boletins de Associação integradas no C.N.G. Boletim da Associação dos Geógrafos Brasileiros (São Paulo). **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro: IBGE, v. 3, n. 1, p. 179-188, 1941.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Histórico da criação do Conselho Nacional de Geografia. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 1, n.1, p. 09-19, 1939.

IUMATTI, Paulo; SEABRA, Manoel; HEIDEMANN, Heinz Dieter (orgs). **Caio Prado Jr. e a Associação dos Geógrafos Brasileiros**. São Paulo: Edusp, 2008. 356 p.

ISSLER, Bernardo. **A Geografia e os Estudos Sociais**. 253f. Tese (Doutorado) – Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 1973.

KIMURA, Shoko. Território de Luzes e Sombras: proposta de ensino de Geografia da CENP. **Terra Livre**, São Paulo, ano 25, v. 01, n. 32, p. 17-30, 2009.

LACOSTE, Y. **A Geografia**: isso serve, em primeiro lugar para a guerra. 2. ed. Papirus: Campinas, 1989. 263 p.

LAMEGO, Mariana. **Práticas e Representações da Geografia Quantitativa no Brasil**: a formação de uma caricatura. 2010. 247 f. Tese (Doutorado) – Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

LEITE, Miriam Lifchitz Moreira. A Memória da Faculdade de Filosofia (1934-1994). **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 08, n. 22, p. 167- 177, 1994.

LESTEGÁS, Francisco Rodrigues. Concebir La Geografia Escolar desde una nueva perspectiva: uma disciplina a serviço de la cultura escolar. **Boletín de la Asociación Española de Geografía**. Espanha, n. 33, p. 173- 186, 2002.

LIMONGI, Fernando de Magalhães Papaterra. **Educadores e empresários culturais na construção da USP**. 1988. 279 f. Dissertação (Mestrado) – Pós-Graduação em Ciências Política, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1988.

LIRA, Larissa de Alves. **Pierre Monbeig e a Formação da Geografia Brasileira**: uma ciência no contexto do capitalismo tardio. Erosão de valores literários, “tentação à ação” e sistematização do método (1925-1957). 2017. 418 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

LOPES, Claudivan Sanches; PONTUSCHKA, Nídia Nacib. Estudo do Meio: teoria e prática. **Revista do Departamento de Geografia**, v. 18, n 2, p. 173- 191, 2009.

LUCA, Tania Regina de. **Práticas de pesquisa em História**. São Paulo: Contexto, 2020. 144 p.

MACHADO, Mônica Sampaio. **A Geografia Universitária Carioca e o campo científico-disciplinar da Geografia Brasileira**. 2002. 182 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

MAIA, Eduardo José Pereira. **A Geografia Escolar na Província de Minas Gerais no período de 1854 a 1889**. 2014. 185 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Educação: História da Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.

MAMIGONIAN, Armen. A AGB e a produção geográfica Brasileira: avanços e recuos. **Terra Livre**, São Paulo, n. 08, p.157-162, 1991.

MARANDOLA Jr., Eduardo; GRATÃO, Lúcia Helena Batista. **Do sonho à memória: Livia de Oliveira e a Geografia Humanista no Brasil**. **Geografia**, Londrina. v. 12, n. 2, p. 05-19, 2003.

MARTINS, Maria do Carmo. Reflexos reformistas: o ensino das humanidades na ditadura militar brasileira e as formas duvidosas de esquecer. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 51, p. 37-50, 2014.

MARTINS, Maria do Carmo. **A História prescrita e disciplinada nos currículos escolares: quem legitima esses saberes?** Bragança Paulista: EDUSF, 2002. 274 p.

MESQUITA, Ilka Miglio de. **Memórias/identidades em relação ao ensino e formação de professores de História: diálogos com fóruns acadêmicos nacionais**. 263 f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.

MIRANDA, Maria Eliza. A atualidade de Pierre Monbeig e o direito a aprendizagem. **Revista do Departamento de Geografia**, São Paulo, n.10, p. 52-67, 2012.

MONBEIG, Pierre. Papel e Valor do Ensino da Geografia e de sua pesquisa. **Boletim Carioca de Geografia**, Rio de Janeiro, ano 07, n. 1 e 2, p. 52-73, 1954.

MONBEIG, Pierre. A Geografia no Ensino Secundário. **Boletim Geográfico**. Rio de Janeiro, v. 3, n. 26, p. 163-171, 1945.

MONTEIRO, Carlos Augusto de Figueiredo. **A Geografia no Brasil (1934-1977): avaliação e tendências**. Instituto de Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1980. p. 155.

MORAES, Antonio Carlos Robert. Geografia, História e História da Geografia. **Revista Terra Brasilis**, São Paulo, n. 2, p. 6, 2012.

MORAES, Antonio Carlos Robert. Departamento de Geografia: linhas de pesquisa. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 08, n. 22, p. 359-365, 1994.

MOREIRA, Antonio Flavio Barbosa. Proposta curriculares alternativas: limites e avanços. **Educação e Sociedade**, Campinas, ano 21, n. 73, p. 109-134, 2000.

MOTOYAMA, Shozo. O Saber na Sociedade: a Universidade de São Paulo. In. MOTOYAMA, Shozo (org.). **USP 70 anos: Imagens de uma história vivida**. São Paulo: edUSP, 2006. p. 17-68.

NOGUEIRA, Carlos Eugênio. **O lugar na fronteira de Pierre Monbeig**. 2013. 361 f. (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

NUNES, Clarice. As políticas públicas de educação de Gustavo Capanema no governo Vargas. In. BOMENY, Helena (org.). **Constelação Capanema: intelectuais e políticas**. Rio de Janeiro: FGV, 2001. p.103-124.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. A Natureza da Proposta Curricular de Geografia da CENP-1º GRAU. **Boletim do III Encontro Local de Professores de Geografia**, São Paulo: AGB/Seção São Paulo, 1987, p. 11-15.

OLIVEIRA, Fábio Ruela de. Antônio Candido: uma história de luta em defesa da universidade pública e dos trabalhadores. **Universidade e Sociedade**, São Paulo, n. 62, p. 150-161, 2018.

OLIVEIRA, Geórgia Stefânia Picelli Laubstein. **História do ensino de Geografia como campo de investigação: contribuições de Livia de Oliveira**. 2012. 241 f. Doutorado (Tese em Geografia) – Pós-Graduação em Geografia: Área Concentrada de Organização do Espaço, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2012.

OLIVEIRA, LÍVIA. Entrevista com a Professora Lívia de Oliveira. **GEOSUL**, Florianópolis, v.22, n. 43, p. 215-231, 2007.

PEDROSA, Breno Viotto. **Entre as ruínas do muro: a história da geografia crítica sob a ótica da ideia de estrutura**. 2013. 316f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

PEREIRA, Diego Carlos. **Movimento Escola Nova e Geografia Moderna Escolar: em manuais para o ensino secundário brasileiro (1905-1941)**. 2019. 227f. Doutorado Tese (Doutorado) – Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2019.

PETRONE, Pasquale. Pasquale Petrone e a Geografia na USP. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 08, n. 22, p. 139-150, 1994.

PETRONE, Pasquale. O ensino da Geografia nos últimos 50 anos. **Orientação- Revista do Departamento de Geografia**, São Paulo, n.10, p. 719, 1993.

PETRONE, Pasquale. Anotações sobre o Departamento de Geografia. **Revista do Departamento de Geografia**, São Paulo, n. 01, p.07-19, 1982.

PILETTI, Nelson. Fernando de Azevedo. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 08, n. 22, p. 181-184, 1994.

PINHEIRO, Carlos Antonio. Entrevista com a professora Nídia Pontuschka: trajetória escolar, profissional e atuação no ensino de Geografia. **Revista Brasileira de Educação em Geografia**, Rio de Janeiro, v.01 n. 01, p.01-13, 2011.

PINHEIRO, Carlos Antonio. **O ensino de Geografia no Brasil**: catálogo de dissertações e teses (1967-2003). Goiânia: Vieira, 2005, 283 p.

PINTO, José Marinho Gusmão Pinto. Significado e viabilização da Proposta Curricular da CENP e da Secretaria de Educação Municipal. **Boletim do III Encontro Local de Professores de Geografia**. São Paulo: Seção Local São Paulo/AGB, p. 06, 1987.

PONTUSCHKA, Nídia Nacib; TOMOKO, Iyda Paganelli; CACETE, Núria Hanglei. **Para ensinar e aprender Geografia**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2007. 383 p.

PONTUSCHKA, Nídia Nacib. A Quem interessa a desmobilização da Escola Pública? **Boletim do III Encontro Local de Professores de Geografia**. São Paulo: AGB/Seção São Paulo, p. 24-25, 1987.

PONTUSCHKA, Nídia Nacib. Estudo do meio: tentativa de aproximação do ensino de Geografia. **1º Encontro Local de Geógrafos**. São Paulo: AGB/Seção São Paulo, p. 02-18, 1983.

PRÉVE, Orlandina da Silva Damian. **A participação do Boletim do IBGE na produção da metodologia do ensino da Geografia**. 1989. 227 f. Mestrado (Dissertação) – Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual de Campinas, 1989.

ROCHA, Genylton Odilon Rêgo da. Uma breve história da formação do(a) professor(a) de Geografia no Brasil. **Terra Livre**, São Paulo, n. 15, p. 129-144, 2000.

ROCHA, Genylton Odilon Rêgo da. **A trajetória da disciplina geografia no currículo escolar brasileiro (1837-1942)**. 1996. 302 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Educação: Currículo, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 1996.

ROMERO, Maria Helena Cicci. **Universidade do Ar**: em foco a primeira iniciativa de formação de professores secundarias via rádio no Estado Novo (1941-1944). 2014. 167 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal, Minas Gerais, 2014.

SAVIANI, Dermeval. O Legado da Educacional do Regime Militar. **Cad. Cedes**, Campinas, vol. 28, n. 76, p. 291-312, 2008.

SCABELLO, Andréa Lourdes Monteiro. **Carlos Miguel Delgado de Carvalho**: A imagem como recurso didático- um estudo de caso- geografia do Brasil (1913) e Geografia Física e Humana (1943). 2004. 142 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

SCARIM, Paulo Cesar. **Coletânea da Crítica**: contribuição ao estudo do movimento de renovação da Geografia brasileira. 248 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

SCHÄFFER, Neiva Otero. Os Estudos Sociais ocupam novamente o espaço da discussão. **Terra Livre**, São Paulo, n. 04, p. 97-106, 1988.

SEABRA, Manoel. Caio Prado Jr. e os Primeiros Anos da AGB. In: IUMATTI, Paulo *et al.* (orgs). **Caio Prado Jr. e a Associação dos Geógrafos Brasileiros**. São Paulo: Edusp, 2008. p. 13-126.

SEABRA, Manoel. Os primeiros anos da associação dos geógrafos brasileiros: 1935-1945. **Terra Livre**, São Paulo, v. 1, n. 22, p. 13-68, 2004.

SILVA, Divina Aparecida; ARAÚJO, Iza Antunes. **Auxiliar de biblioteca: técnicas e práticas para formação profissional**. 5. ed. Brasília: Thesaurus, 2003, p. 25-61.

SILVA, Maria Ediney Ferreira da. **A construção da identidade nacional no livro didático de Geografia – 1842-1945**. 2018. 316f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

SILVA, Jeane Medeiros. **A Bibliografia de Geografia: história e pensamento do ensino geográfico no Brasil (1814-1930...)**. 2012. 414 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Área Concentrada: Geografia e Gestão Territorial, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2012.

SILVA, Jorge Luiz Barcellos. **Notas introdutórias de um itinerário interpretativo sobre a formação do pensamento geográfico brasileiro**. 1996. 227 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

SIQUEIRA, Maria Clara Di Perro; KIMIRA, Shoko. Grupo de trabalho sobre ensino de Geografia e constituinte. **Boletim do III Encontro Local de Professores de Geografia**, São Paulo, p. 58-60, 1987.

SPIX, Johann Baptist et al; MARTIUS, Carl Von. Viagem ao Brasil ao mando de sua majestade: Maximiliano José I, rei da Baviera. **Revista Nacional de Educação**, Rio de Janeiro, n. 11 – 12, p. 144-152, 1933.

SOARES, Luciana Dias Gontijo. **O continente que virou uma nação?** Aspectos do Brasil e da Geografia Brasileira nos textos de Aroldo de Azevedo. 2020. 249 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais, 2020.

SOUKUP, João. Contribuição cartográfica. **Boletim Geográfico do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, n. 12, p.61-63, 1961.

SOUSA NETO, Manoel Fernandes de. **Um geógrafo do poder no Império do Brasil**. Rio de Janeiro: Consequência, 2018, 156 p.

SOUSA NETO, Manoel Fernandes de. Geografia nos trópicos: História dos naufragos de uma jangada de pedra? **Terra Livre**, São Paulo, n. 17, p. 119-138, 2011a.

SOUSA NETO, Manoel Fernandes de. A formação e o exercício profissional dos professores de geografia antes da institucionalização universitária do Brasil (1838-1934). In: Vasconcelos Júnior et al (Orgs.). **Cultura, Educação, Espaço e Tempo**. Fortaleza: UFC, 2011b, p. 587-604.

SOUZA, Rosa Fátima de. A renovação do currículo do ensino secundário no Brasil: as últimas batalhas pelo humanismo (1920-1960). **Currículo sem fronteira**, v. 09, n.01, p.72-90, 2009.

THOMPSON, Paul. História de vida como patrimônio da humanidade. WORCMAN, K & PEREIRA, J. V. (orgs.). **História falada: memória, rede e mudança social**. São Paulo: Imprensa Oficial, 2006. p. 17- 46.

TOLEDO, César de Alencar Arnaut de; SKALINSKI JUNIOR, Oriomar. A imprensa periódica como fonte para a História da Educação: Teoria e Método. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. 48, p. 255-268, 2012.

TOLEDO, Gil Sodero de. Entrevistas: Gil Sodero de Toledo. **Revista Paisagens**, São Paulo, n. 01, p.06-09, 1997.

VERDI, Elisa Favaro. **Produção Geográfica e Ruptura Crítica: a Geografia Uspiana entre 1962 e 1983**. 2016. 261 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

VESENTINI, José William. Apresentação. **Terra Livre**, São Paulo, n. 02, p. 09-10, 1987.

VESENTINI, José William. Ensino da Geografia e luta de classes. **1º Encontro Local de Geógrafos**. São Paulo: AGB/Seção São Paulo, p. 19-27, 1983.

VIÑAO FRAGO, A. **Sistemas educativos, culturas escolares y reformas: continuidades y cambios**. Madrid: Morata, pp. 71-120, 2002.

VLACH, Vânia Rubia Farias. **A propósito do ensino de geografia: em questão, o nacionalismo patriótico**. 212 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1988.

VLACH, Vânia Rubia Farias; VESENTINI, José Willian. Notas sobre o “Fala Professor”. **Boletim Informativo da Associação dos Geógrafos Brasileiros**. n. 2, ano I, p. 4, 1987.

VLACH, Vânia Rubia Farias. O ensino da Geografia: primeiros elementos para uma discussão. **1º Encontro Local de Geógrafos**. São Paulo: AGB/Seção São Paulo, p. 28-34, 1983.

XAVIER, Libânia N. Universidade, pesquisa e educação pública em Anísio Teixeira. **História, Ciências, Saúde**. Manginhos, v. 19, n. 02, p. 669-682, 2012.

ZUSMAN, Perla. Brígida. **Sociedades Geográficas na promoção dos saberes a respeito do território: estratégias políticas e acadêmicas das instituições geográficas na Argentina (1879-1942) e no Brasil (1838-1945)**. 209 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

ANEXO I
Catálogo do BPG (1949-1987)

Março/1949	Ano 1	N. 01		
Forma textual	Título		Págs.	Autor
Dados	Diretoria, sede provisória e endereço para correspondência.			
	Sumário, diretor e comissão redatorial.		01	
Apresentação	Palavras de apresentação.		02	Aroldo de Azevedo
Artigo	Regiões de Circundesnudação pós-cretáceo, no planalto brasileiro.		03-21	Aziz Nacib Ab'Saber
Artigo	Uma vila do litoral paulista.		22-30	Nice Lecocq Müller
Artigo	Cultura e comércio da laranja, na região da Guanabara.		31-39	Renato da S. Mendes
Artigo	A feira de burros de Sorocaba.		40-44	F. L. d'Abreu Medeiros
Relatos	Atividades Culturais da Seção Paulista da A.G.B., no período 1945-1948.		45-46	
Julho/ 1949	Ano 1	N. 02		
Forma textual	Título		Págs.	Autor
Dados	Diretoria, sede provisória e endereço para correspondência.			
Propaganda	Livros indispensáveis ao conhecimento dos Geógrafos.			
Propaganda	A França continua na liderança no campo da Geografia.			
	Sumário, diretor e comissão redatorial.		01	
Informe	Informe sobre os direitos autorais, publicação e aquisição do periódico.		02	
Artigo	A Floresta Amazônica.		03-06	Paul Le Cointe
Artigo	O caiçara na região de Itanhaém.		07-18	J. R. de Araujo Filho
Artigo	Oxford, cidade de ontem e de hoje: primeiras observações.		19-31	Nice Lecocq Müller
Artigo	Vigilendas do Baixo-Amazonas.		32- 42	Antônio Rocha Penteadado
Artigo	Planalto Brasileiro e o problema da classificação de suas formas de relevo.		43- 53	Aroldo de Azevedo
Noticiário	AGB: regulamento da seção regional de São Paulo.		54-57	
Noticiário	Quarta assembleia geral da A.G.B. (Goiânia, dez/ 1948).		57-58	
Noticiário	União Geográfica Internacional: XVI Congresso internacional de Geografia (Lisbôa, abril de 1949).		58-61	
Índice	Índice.		62	
Propaganda	O estudo da evolução das paisagens brasileiras baseia-se em grande parte, nas obras dos viajantes antigos – Livraria Martins.		63	
Out. / 1949	Ano 1	N. 03		
Forma textual	Título		Págs.	Autor
Dados	Diretoria, sede provisória e endereço para correspondência.			
Texto	Obras hidrelétricas da serra do mar, em São Paulo” – (dados gentilmente fornecidos por ‘The São Paulo Tramway, Light and Power Co Ltda’).			
Divulgação	A rádio Cultura de São Paulo.		01	
	Sumário, diretor e comissão redatorial.		02	
Artigo	Mapas em projeção azimutal equidistante e oblíqua.		03- 20	João Soukup
Artigo	Relêvo de ‘cuestas’ na bacia sedimentar do Rio Paraná.		21-33	Fernando F. M. de Almeida
Artigo	Habitação rural na região do Paraitinga.		34-50	Carlos Borges Schmidt
Propaganda	Livros indispensáveis ao Conhecimento dos Geógrafos- Companhia Ed. Nacional.		51	
Propaganda	A sociedade de Intercâmbio Franco-Brasileiro- Livraria Francesa.		53	
Artigo	Evolução das vias de comunicação no estado do Rio de Janeiro.		54	Odilon Nogueira de Matos
Artigo	O ensino da Geografia na Faculdade de Filosofia na Universidade de São Paulo.		76-83	Aroldo de Azevedo João Dias da Silveira
Notas prévias	Algumas observações geológicas e geomorfológicas.		84	Aziz Nacib AB'Saber

Arquivos da A.G.B.	Os primeiros passos de nossa associação – primeira ata.		86-88	
Índice	Índice.		89-90	
Propaganda	Mapa-Múndi em projeção azimutal equidistante e oblíqua; Caixa Econômica Federal de São Paulo.		91	
Propaganda	Sociologia: Revista Didática e Científica.		92	
Propaganda	Esportes Magalhães Padilha; Casa Clovis Beviláqua: Material fotográfico, revelação, cópias, fotocópias, papelaria, presentes.		93	
Março / 1950	Ano 2	N. 04		
Forma textual	Título		Págs.	Autor
Dados	Diretoria, sede provisória e endereço para correspondência.			
Propaganda	Atualidades pedagógicas- Companhia Editora Nacional.			
Propaganda	A rádio Cultura de São Paulo.			
	Sumário, diretor e comissão redatorial.		01	
Informe	Informe sobre os direitos autorais, publicação e aquisição do periódico		02	
Artigo: Fisiografia	Contribuição ao estudo do Sudoeste Goiano.		03-26	-Aziz Nacib AB'Saber -Miguel Costa Júnior
Artigo:Geo. econômica	Contribuição ao Estudo da Vinha em São Paulo: a região de São Roque.		27-47	Dirceu Lino de Matos
Artigo: Crítica	O espírito Geográfico na Obra de Euclides da Cunha.		48- 60	José Veríssimo da Costa Pereira
Artigo: Fotografia	A Serra do Mar e a Mata Atlântica em São Paulo.		61-69	Paulo C. Florençano - Fotografias aéreas Aziz Nacib AB'Saber- Cometarista
Noticiário	Atividades culturais durante a ano de 1949; Quinta Assembleia Geral Ordinária da AGB –Belo Horizonte, janeiro de 1950.		71-72	
Bibliografia	Publicações recebidas.		73-77	
Índice	Índice.		78	
Propaganda	Livros úteis, livros indispensáveis, livros que ficam- Livraria Civilização Brasileira.			
Propaganda	A sociedade de Intercâmbio Franco-Brasileiro - Livraria Francesa.			
Propaganda	Marien S/A – Indústria e Comércio; Sweaters Esportivos: artigos para inverno; Marcel Modas.			
Dados/ Propaganda	Sede Provisória da A.G.B; Endereço para correspondência; Mapa-Múndi.			
Dados	Conselho Diretor de 1950-51			
Julho / 1950	Ano 2	N. 05		
Forma textual	Título		Págs.	Autor
Dados	Diretoria, sede provisória e endereço para correspondência.			
Propaganda	Livraria Civilização Brasileira.			
Propaganda	A sociedade de Intercâmbio Franco-Brasileiro- Livraria Francesa.			
	Diretor do BPG e Comissão Redatorial.		01	
Informe	Informe sobre os direitos autorais, publicação e aquisição do periódico.		02	
Artigo:Geo. Humana	Novas diretrizes em Geografia Humana.		03-11	Ary França
Artigo: “habitat” rural	Alguns aspectos da paisagem rural no município de Olímpia.		12-22	Ely Goulart de Araújo
Artigo: Crítica	Os sertões e a geografia.		24-44	Aroldo de Azevedo
Notas prévias	O problema da idade das camadas de São Paulo.		45-52	Josué Camargo Mendes
Fotogeografia	São Paulo, Metrópole Moderna.		53-62	Fotografia Aéreas: Paulo Florençano;Comentários: Aroldo de Azevedo

Resenha bibliográfica	Maurice Le Lannou, <i>La Géographie Humaine.</i>	63-66	Nice Lecocq-Müller
Resenha bibliográfica	André Meynier Aimé Perpillou Louis François et Robert Mangin – <i>Les principales puissances et la vie économique du Monde.</i>	66-68	Renato da Silveira Mendes
Resenha bibliográfica	Fernand Braudel, <i>La Méditerranée et le Monde méditerranée à l'époque de Philippe II.</i>	68-69	Aroldo de Azevedo
Resenha Bibliográfica	Viktor Leinz – Contribuição à Geologia dos Derrames Basálticos do Sul do Brasil.	70-71	Aroldo de Azevedo
	Índice.		
Propaganda	Atualidades Pedagógicas: Companhia Editora Nacional.		
Dados/ Propaganda	Sede Provisória da A.G.B; Endereço para correspondência; Mapa-Múndi.		
Out. /1950	Ano 2	N. 06	
Forma textual	Título	Págs.	Autor
Dados	Diretoria, sede provisória e endereço para correspondência.		
Agradecimento	Ao Deputado Juvenal Lino de Mattos, pelo projeto de lei concedendo uma subvenção de cem mil cruzeiro, durante cinco anos.		João Dias da Silveira; Aroldo de Azevedo
Dados	Objetivos do BPG, sede provisória e endereço para correspondência.		
	Diretor do BPG e Comissão Redatorial.	01	
Informe	Informe sobre os direitos, publicação e aquisição do periódico.	02	
Artigo: Geog Urbana	A 'Vila' de Itanhaém.	03-22	J.R. de Araújo Filho
Artigo: Geog. Agrária	Os sistemas de cultura e suas modalidades.	23-31	Louis Papy
Artigo: Metodologia	Regiões Clímato-Botânicas do Brasil.	32-43	Aroldo de Azevedo
Notas prévias	Povoamento ao longo de uma estrada paulista: resultado de um caminho realizado entre a Serra da Quebra-Cangalha e a cidade de Cunha.	44-51	Carlos Borges Schmidt
Fotografia	Paisagens do Tietê.	52-61	- Fotografia: Paulo C. Florençano; Comentário: Antônio Rocha Penteadó.
Noticiário	A baixada do rio Itanhaém: estudo de Geografia regional: defesa de tese de doutorado na Fac. de Filosofia da USP.	64-	José Ribeiro de Araújo Filho.
Bibliografia	Publicações recebidas.	71-76	
	Índice.	77	
	Índice das matérias publicadas nos números 1949-1950.	78-80	
Março / 1951	Ano 3	N. 07	
Forma textual	Título	Págs.	Autor
Dados	Objetivos do BPG, diretoria, sede provisória e end. para correspondência.		
Propaganda	A sociedade de Intercâmbio Franco-Brasileiro- Livraria Francesa; Departamento Regional do Serviço Social da Indústria-Sési.		
	Diretoria do BPG e Comissão Redatorial.	01	
	Formas de aquisição do BPG.	02	
Artigo: Geomorfologia	Relêvos Policíclicos na Tectônica do escudo Brasileiro.	03-19	Ruy Ozório de Freitas
Artigo:Fisiografia e população	Bases Geográficas da vida econômica do Vale do Itapecuru (Maranhão).	20-37	Dirceu Lino de Mattos
Artigo: 'habitat' rural	Paisagens rurais do Sudoeste Goiano, entre Itumbiara e Jataí	38-63	- Aziz Nacib Ab'Saber; - Miguel Costa Júnior.
Fotogeografia	Paisagens do Litoral Norte de São Paulo.	64-73	Fotografia aéreas: Paulo C. Florença; Comentário: Ary França.

Noticiário	Atividades culturais durante o ano de 1950; Eleições: os dirigentes da seção São Paulo para 1951; O atual quadro social da A.G.B. paulista (Sócios efetivos e Sócios Cooperadores); Sexta assembleia geral ordinária da A.G.B. (nova Friburgo, janeiro de 1951).	75-78	
Noticiário	Concurso: para cátedra de Geografia Física da Universidade de São Paulo – concorreu e obteve a cátedra o Prof. João Dias da Silveira como se processaram os trabalhos.	79-81	
Índice	Índice.	82	
Dados	Divulgação do Conselho Diretor da A.G.B. (Nacional) 1951-1952.		
Julho / 1951	Ano 3	N.08	
Forma textual	Título	Págs.	Autor
Dados	Diretoria, sede provisória e endereço para correspondência.		
Propaganda	Novidades bibliográficas a respeito da Geografia do Brasil		
Propaganda	Mapa-Múndi em projeção azimutal equidistante e oblíqua;		
	Diretoria do BPG e Comissão Redatorial	01	
Dados	Formas de aquisição do BPG	02	
Artigo: Geomorfologia	Notas sobre alguns sambaquis e terraços do litoral de Laguna (Santa Catarina).	03-18	Antônio Teixeira Guerra
Artigo: O homem e o meio	O folclore brasileiro e a geografia.	19-34	Roger Bastide
Artigo: Crítica	Considerações em torno da Geografia Tropical.	35-44	João Dias da Silveira
Artigo: Ensino	Traços essenciais da Geografia Física do Perú.	45-58	Alfonso Trujillo Ferrari
Artigo: Fotogeografia	Teresina, capital do Piauí.	59-67	Aroldo de Azevedo
Resenha Bibliográfica	J. Tricart; Cours de Géomorphologie- Primeira parte: <i>Géomorphologie Structurale</i> [...].	68-69	Aziz Nacib AB'Saber
Resenha Bibliográfica	P. Chombart de Lauwe – <i>Photographies aériennes</i> [...].	69-71	Roger Bastide
Resenha Bibliográfica	Louis Chevalier – <i>La Formation de la Population Parienne au XIX^{ème}. Siècle.</i>	71-72	Roger Bastide
Resenha Bibliográfica	Renato da Silveira Mendes – Paisagens Culturais da Baixada Fluminense [...].	72	Aroldo de Azevedo
Resenha Bibliográfica	J. R. de Araújo – A Baixada do Rio de Itanhaém: estudo de geografia regional [...].	73	Odilon Nogueira de Matos
Resenha Bibliográfica	Aroldo de Azevedo e Dirceu Lino de Matos. Viagem ao Maranhão [...].	73-74	Odilon Nogueira de Matos
Índice	Índice.	75-76	
Dados	Objetivos do BPG, sede provisória e end. para correspondência.		
Dados	Conselho Diretor da A.G.B. (Nacional) – 1951-1952.		
Out. / 1951	Ano 3	N. 09	
Forma textual	Título	Págs.	Autor
Dados	Diretoria, sede provisória e endereço para correspondência.		
Propaganda	Novidades bibliográficas a respeito da Geografia do Brasil.		
Propaganda	Mapa-Múndi.		
	Diretoria do BPG e Comissão Redatorial	01	
Dados	Formas de aquisição do BPG.	02	
Artigo: Geomorfologia	A propósito dos 'relêvos policíclicos na tectônica do escudo brasileiro'.	03-18	Fernando F. M. de Almeida
Artigo: Geog. Urbana	A cidade de Olímpia: Estudo de geografia urbana.	19-37	E. Goulart Pereira de Araújo
Artigo: Geog. Agrária	Propriedades de Japoneses na região de Cotia.	38-59	-Emília C. Nogueira; -Francisca M. Nunes.
Notas prévias	Sobre a origem da Bacia de São Paulo.	60-64	Ruy Ozório de Freitas
Fotogeografia	Belém, Metrópole da Amazônia.	65-74	R. Penteado
Noticiário	Bases Geográficas da industrialização de Sorocaba - Defesa de tese de doutorado na FFCL da USP.	75-80	Elina de Oliveira Santos

Bibliografia	Publicações recebidas.	81-87	
	Índice.	88-89	
Dados	Objetivos do BPG, sede provisória e endereço para correspondência.		
	Conselho Diretor da A.G.B. (Nacional) – 1951-1952		
Março/ 1952	Ano 4	N. 10	
Forma textual	Título	Págs.	Autor
	Diretoria, sede provisória e endereço para correspondência.		
	Diretoria do BPG e Comissão Redatorial.	01	
Dados	Formas de aquisição do BPG.	02	
Artigo: Geomorfologia	Contribuição à geomorfologia da região oriental de Santa Catarina.	03-32	Fernando F. M. Almeida
Artigo: Geog. Humana	As paisagens Humanizadas da Ilha de São Sebastião.	33-44	Ary França
Artigo: Geog. Agrária	Paisagens e problemas rurais da região de Santa Isabel.	45-83	Aziz Nacib AB'Saber
Fotografia	Feira de Campina Grande, na Paraíba.	84-89	Fotografia: Ignácio Nabutaka Takeda; Comentário: Nice Lecocq- Müller.
Noticiário	Atividades culturais de 1951; Os dirigentes da Seção Regional de 1952; Sétima assembleia Geral Ordinária da A.G.B. (Campina Grande, jan. de 1952).	90-92	
Noticiário	Concurso para a cátedra de Geografia Humana da USP.	92-95	
	Índice.	96	
Dados	Conselho Diretor da A.G.B. (Nacional) – 1952-1953.		
Julho/1952	Ano 4	N. 11	
Forma textual	Título	Págs.	Autor
Dados	Diretoria, sede provisória e endereço para correspondência.		
	Diretoria do BPG e Comissão Redatorial.	01	
Dados	Formas de aquisição do BPG.	02	
Artigo: Geog. Humana	Aspecto Geográfico e problemas da região de Corumbataí.	03-32	Pasquale Petrone
Artigo: Geog. Agrária	Contribuição ao Estudo da Vinha no estado de São Paulo.	33-52	Dirceu Lino de Mattos
Artigo: Ensino	Textura da drenagem e sua aplicação Geomorfológica.	53-57	Ruy Ozório de Freitas
Antologia	Cidades Mortas.	58-60	Monteiro Lobato
Fotografia	A cidade do Salvador.	61-78	Aziz Nacib AB'Saber
Resenha Bibliográfica	Lauwe (Chombart de) – <i>Photographies Aériennes</i> [...].	79	Pierre Monbeig
Resenha Bibliográfica	Lacour-Gayet (Jacques) – <i>Histoire du Commerce</i> [...].	80	Pierre Monbeig
	Publicações recebidas.	81-82	
	Índice.	83	
	Conselho Diretor da A.G.B. (Nacional) – 1952-1953.		
	Objetivos do BPG, sede provisória e end. p/ correspondência.		
Out. /1952	Ano 4	N. 12	
Forma textual	Título	Págs.	Autor
Dados	Diretoria, sede provisória e endereço para correspondência.		
Dado/Sumário	Diretoria do BPG e Comissão Redatorial.	01	
Dados	Formas de aquisição do BPG	02	
Artigo: Geomorfologia	Geomorfologia da Região de Sorocaba e alguns de seus problemas.	03-29	Eliana O. Santos
Artigo: Habitat Rural	Problemas da zona rural na região de Caraparú e Inhangapí (Baixo Amazonas).	30-45	Antônio Rocha Penteadó
Notas prévias	Paisagens do Rio Grande do Sul (impressões de viagem).	46-64	Aroldo de Azevedo
Fotografia	Aspectos do Marrocos francês.	65-81	João Dias da Silveira.
Índice	Índice.	83	

Índice	Índice das matérias publicadas nos números de 1951 e 1952.	85-87	
Dados	Conselho Diretor da A.G.B. (Nacional) – 1952-1953.		
Dados	Objetivos do BPG, sede provisória e end. para correspondência.		
Março/ 1953	Ano 5	N. 13	
Forma textual	Título	Págs.	Autor
Dados	Diretoria, sede provisória e endereço para correspondência.		
Dados /Sumário	Diretoria do BPG e Comissão Redatorial.	01	
Dados	Formas de aquisição do BPG.	02	
Dados	Cinco anos de existência.	03-04	Aroldo de Azevedo
Artigo: Geomorfologia	O papel das enxurradas no modelado do relevo (Primeira parte).	05-18	Francis Ruellan
Artigo: Metodologia	A Geografia científica na Alemanha de Hoje.	19-30	Karl Heinrich Paffen
Artigo: Antologia	O drama da sêca no sertão Nordeste.	31-45	Gustavo Barroso
Notas Prévias	Tabuleiros de arenito Mesozóico a Nordeste de Cuiabá (Mato Grosso).	46-53	Josué Camargo Mendes
Fotogeografia	O planalto da Borborema, na Paraíba.	54-73	Aziz Nacib AB'Saber
Noticiário	Atividade culturais do ano de 1952; os dirigentes da SRSP do ano de 1953; Oitava Assembleia Geral Ordinária da AGB 1º Congresso Brasileiro de Geógrafos.	74-83	
	Índice.	86	
Dados	Conselho Diretor da A.G.B. (Nacional) – 1952-1953.		
Dados	Objetivos do BPG, sede provisória e end. para correspondência.		
Julho/ 1953	Ano 5	N. 14	
Forma textual	Título	Págs.	Autor
Dados	Diretoria, sede provisória e endereço para correspondência.		
	Diretoria do BPG e Comissão Redatorial.	01	
	Formas de aquisição do BPG.	02	
Artigo: Geomorfologia	O papel das enxurradas no modelado do relevo brasileiro (Conclusão).	03- 25	Francis Ruellen
Artigo: Geog. econômica	As indústrias paulistas e os fatores de sua expansão.	26-37	Pasquale Petrone
Artigo: Ensino	Os diagramas geográficos e sua aplicação.	38-49	João Soukup
Antologia	O fenômeno da Inundação na Amazônia.	50-54	Raimundo Moraes
Fotogeografia	Na região de Manaus.	55-67	Aziz Nacib AB'Saber
Noticiário	Cordialidade Franco-Brasileira: A Universidade de Bordeaux concedeu o título de Doutor 'honoris causa' ao Prof. Aroldo de Azevedo.	68-79	
	Índice.	80	
Dados	Conselho Diretor da A.G.B. (Nacional) – 1952-1953.		
Dados	Objetivos do BPG, sede provisória e end. para correspondência.		
Out. /1953	Ano 5	N. 15	
Forma textual	Título	Págs.	Autor
Dados	Diretoria, sede provisória e endereço para correspondência.		
	Diretoria do BPG e Comissão Redatorial.	01	
Dados	Formas de aquisição do BPG.	02	
Artigo: Geo- morfologia	Considerações sobre a geomorfologia da Serra do Cubatão.	03-17	Fernando F. M. de Almeida
Artigo: Geog. Urbana	A cidade de Manaus (Primeiros estudos).	18-45	Aziz Nacib AB'Saber
Artigo: Crítica	Os modos de pensar na Geografia Humana.	46-51	Pierre Monbeig
Artigo: Ensino	Os cartogramas e sua aplicação em Geografia.	52-61	João Soukup
Antologia	O drama da geada nos cafezais paulistas.	62-68	Monteiro Lobato
Fotogeografia	Cuiabá, capital de Mato Grosso.	69-79	Aroldo de Azevedo
Noticiário	Oitava assembleia geral ordinária (Cuiabá, julho de 1953).	80-81	

Noticiário	Mensagem do general Cândido Rondon à Associação dos Geógrafos Brasileiros.	82-86	Cândido Mariano da Silva Rondon
Índice	Índice.	80	
Dados	Conselho Diretor da A.G.B. (Nacional) – 1953-1954		
Dados	Objetivos do BPG, sede provisória e end. para correspondência		
Março/ 1954	Ano 6	N. 16	
Forma textual	Título	Págs.	Autor
Dados	Diretoria, sede provisória e endereço para correspondência.		
	Diretoria do BPG e Comissão Redatorial	01	
Dados	Formas de aquisição do BPG	02	
Artigo: Geog. Urbana	Aspectos Geográficos do crescimento da cidade de São Paulo.	03-29	Pierre Monbeig
Artigo: Ecologia e demografia	Ecologia e Aspectos Demográficos do Estado de São Paulo.	30-44	Olavo Baptista Filho
Artigo: Crítica e bibliografia	A Geografia em São Paulo e sua evolução.	45-65	Aroldo de Azevedo
Antologia	Viagem Mineralógica província de São Paulo.	66-74	José Bonifácio de Andrade e Silva; Martim Francisco Ribeiro de Andrade.
Fotogeografia	Em menos de um século, a cidade de São Paulo viu alterar-se profundamente sua fisionomia urbana.	75-	Arquivo Iconográfico da prefeitura de SP e da empresa Nacional de Fotografias aéreas; Comentário: Nice Lecocq-Müller.
Arquivo da A.G.B.	O problema da Divisão Regional do estado de São Paulo.	86-87	
Noticiário	Atividades culturais durante o ano de 1953; os dirigentes da Seção Regional para o ano de 1954; Primeiro Congresso Brasileiro de Geógrafos; União Geográfica Internacional: XVIII Congresso Internacional de Geografia (Rio de Janeiro, 1956); Sociedade Brasileira de Geografia: IX Congresso Brasileiro de Geografia (Pôrto Alegre, maio de 1954).	88-95	
Dados	Conselho Diretor da A.G.B. (Nacional) – 1953-1954.		
Dados	Objetivos do BPG, sede provisória e end. para correspondência.		
Out. / 1954	Ano 6	N. 17	
Forma textual	Título	Págs.	Autor
Dados	Diretoria, sede provisória e endereço para correspondência.		
	Diretoria do BPG e Comissão Redatorial.	01	
Dados	Formas de aquisição do BPG.	02	
Artigo: Geo. Urbana	Ensaio de Geografia Urbana de New-York.	03-21	Pierre Deffontaines
Artigo: Geog. Linguística	Uma ‘ilha’ Borôro na Toponímia brasileira.	22-42	Carlos Drumond
Crítica Bibliográfica	A Geografia Moderna em Pernambuco.	43-51	Tadeu Rocha
Antologia	Viagem Mineralógica na província de São Paulo (Conclusão).	52-62	José Bonifácio de Andrade e Silva; Martim Francisco Ribeiro de Andrade.
Fotogeografia	O planalto dos Parecís, na região de Diamantino (Mato Grosso).	63-79	Aziz Nacib AB’Saber
Noticiário	Sócios Honorários e efetivos.	80-82	
Noticiário	Regulamento e regimento interno do 1º Congresso Brasileiro de Geógrafos.	83-92	
Noticiário	Sociedade Brasileira de Geografia: XI Congresso Brasileiro de Geografia (Pôrto Alegre, maio de 1954).	93-96	
Índice	Índice.	80	

Dados	Conselho Diretor da A.G.B. (Nacional) – 1953-1954.			
Dados	Objetivos do BPG, sede provisória e end. para correspondência.			
Out. /1954	Ano 6	N. 18		
Forma textual	Título		Págs.	Autor
Dados	Diretoria, sede provisória e endereço para correspondência.			
	Diretoria do BPG e Comissão Redatorial.		01	
Dados	Formas de aquisição do BPG.		02	
Artigo: Geog. da População	O problema da Emigração Humana no quadro contemporâneo.		03-14	Luís Schwalbach
Artigo: Geog. Urbana	Contribuição à Geografia Urbana de Nagoia.		15-25	Kanji Kagami
Artigo: Comércio Internacional	O Brasil em face do comércio Mundial.		26-33	Oswaldo Benjamim de Azevedo
Antologia	Diário de uma viagem mineralógica pela província de São Paulo no ano de 1805.		34-44	Martim Francisco Ribeiro de Andrade
Crítica	Pluviação e enxurrada.		45-48	Antônio Guerra
Notas prévias	Primeira excursão Geográfica inter-universidade Brasileira.		49-53	Francis Ruellan
Noticiário	1º Congresso Brasileiro de Geógrafos (Ribeirão Preto, julho de 1954); IX Assembleia Geral Ordinária da A.G.B. (Ribeirão Preto, julho de 1954); Canção da A.G.B.; UGI.		54-87	
	Índice.		88-89	
	Índice das matérias publicadas nos números de 1953 e 1954.		90-92	
Dados	Conselho Diretor da A.G.B. (Nacional) – 1953-1954.			
Dados	Objetivos do BPG, sede provisória e end. para correspondência			
Março/1955	Ano 7	N. 19		
Forma textual	Título		Págs.	Autor
Dados	Diretoria, sede provisória e endereço para correspondência.			
	Diretoria do BPG e Comissão Redatorial.		01	
Dados	Formas de aquisição do BPG.		02	
Artigo: Geog. Humana	Contribuição ao estudo da Região do Cariri, no Ceará.		02-29	Pasquale Petrone
Artigo: Geog. Urbana	Pôrto Alegre, Metrópole do Brasil Meridional.		30-51	Jean Roche
Antologia	A evolução da Geografia em a posição de Aires de Casal.		52-66	Caio Prado Júnior
Bibliografia	Duas décadas a Serviço da Geografia.		67-86	Luiz Melo Rodrigues
Noticiário	Atividades culturais do ano de 1954; Dirigentes da Seção Regional de 1955.		87-90	
Noticiário	União Geográfica Internacional: XVIII Congresso Internacional de Geografia (Rio de Janeiro, agosto de 1956).		90-96	
	Índice.		97-98	
Dados	Conselho Diretor da A.G.B. (Nacional) – 1953-1954.			
Dados	Objetivos do BPG, sede provisória e end. para correspondência.			
Julho /1955	Ano 7	N. 20		
Forma textual	Título		Págs.	Autor
Dados	Diretoria, sede provisória e endereço para correspondência.			
Dados/Sumário	Diretoria do BPG e Comissão Redatorial.		01	
Dados	Formas de aquisição do BPG.		02	
Artigo: Pedologia	Os solos do Município de São Paulo (primeira parte).		03-30	José Setzer
Artigo: Geog. Urbana	Crato, 'capital' da região do Cariri.		31-75	Pasquale Petrone
Artigo: Crítica	Os estudos regionais e o papel das universidades.		56-75	Mário Lacerda de Melo
Artigo: Ensino	Levantamento Expeditos em pesquisas de Geografia.		77-97	João Soukup
Noticiário	AGB: Décima Assembleia Geral (Garanhuns, julho de 1955).			
	Índice.		100	
Dados	Conselho Diretor da A.G.B. (Nacional) – 1953-1954.			

Dados	Objetivos do BPG, sede provisória e end. Para correspondência.		
Out. /1955	Ano 7	N. 21	
Forma textual	Título		Págs.
Dados	Diretoria, sede provisória e endereço para correspondência.		
	Diretoria do BPG e Comissão Redatorial.		01
Dados	Formas de aquisição do BPG.		02
<i>In Memoriam</i>	Prof. José Veríssimo da Costa Pereira (1904-1955).		03-10
Artigo: Geog. Econômica	O petróleo de nova Olinda.		11-27
Artigo: Geog. Regional	Mediterrâneo Americano e Mediterrâneo Europeu.		28-41
Artigo: Geog. Política	A geografia a serviço da política.		42-67
Artigo: Ensino	A prancheta e sua utilização em trabalhos geográficos.		69-79
Noticiário	AGB: 10ª assembleia geral ordinária (Garanhuns, julho de 1955); I Semana de Estudos Geográficos de Sorocaba (setembro de 1955); XVIII Congresso Internacional de Geografia (Rio de Janeiro, agosto de 1956).		80-93
Índice	Índice.		94-95
Março /1956	Ano 8	N. 22	
Forma textual	Título		Págs.
Dados	Diretoria, sede provisória e endereço para correspondência.		
	Diretoria do BPG e Comissão Redatorial.		01
Dados	Formas de aquisição do BPG.		02
Artigo: Geomorfologia	Depressões periféricas e depressões semi-áridas no Nordeste do Brasil.		03-18
Artigo: Fitogeografia	Mapa Fitogeográfico do estado de São Paulo.		19-25
Artigo: Pedologia	Os solos do município de São Paulo (Segunda Parte).		26-54
Artigo: Geog. Regional	Contribuição ao estudo do Norte do Paraná.		55-97
Notas prévias	A proposta da cultura do abacaxi em Brodósqui.		98-104
Noticiário	Atividades culturais do ano de 1955; Os dirigentes da Seção Regional de 1956.		
	Índice.		
	Ser AGEBEANO.		
	Conselho Diretor da A.G.B. (Nacional) – 1953-1954.		
	Objetivos do BPG, sede provisória e end. para correspondência.		
Julho /1956	Ano 8	N. 23	
Forma textual	Título		Págs.
Dados	Diretoria, sede provisória e endereço para correspondência.		
	Diretoria do BPG e Comissão Redatorial.		01
Dados	Formas de aquisição do BPG.		02
Informe	Os geógrafos Paulistas e o XVIII Congressos Internacional de Geografia.		03-04
Artigo: Geog. Física	A Terra Paulista.		05-38
Artigo: Geog. Humana	O Homem Paulista.		39-77
Artigo: Geog. Econômica	O Café, Riqueza Paulista.		78-135
Índice	Índice.		136
	Ser AGEBEANO.		
Out. /1956	Ano 8	N. 24	
Forma textual	Título		Págs.
Dados	Diretoria, sede provisória e endereço para correspondência.		
Dados/Sumário	Diretoria do BPG e Comissão Redatorial		01

Dados	Formas de aquisição do BPG.	02	
Artigo: Geomorfologia	O Planalto Basáltico da Bacia do Paraná.	03-34	Fernando F. M. de Almeida
Artigo: Pedologia	Os solos do Município de São Paulo (Conclusão).	35-56	José Setzer
Artigo: Geog. Urbana	Ponta Grossa, capital regional do Oeste do Paraná.	57-80	Eliana O. Santos
Artigo: Geog. econômica	Blocos Econômicos internacionais.	81-98	Oswaldo Benjamim de Azevedo
Artigo: Geografia Regional	Paisagens de Mato-Grosso.	99-104	Desenho: Pierre Deffontaines; Apresentação: Aroldo de Azevedo
Noticiário	XI Assembleia Geral Ordinária (RJ, julho de 1956); UGI: XVIII Congresso Internacional de Geografia (RJ, agosto de 1956).	105-111	
	Índice.	113	
	Índice das matérias publicadas nos números de 1955 e 1956.	114	
	Ser AGEBEANO.		
Março /1957	Ano 9	N. 25	
Forma textual	Título	Págs.	Autor
Dados	Diretoria, sede provisória e endereço para correspondência.		
	Diretoria do BPG e Comissão Redatorial.	01	
Dados	Formas de aquisição do BPG.	02	
Artigo: Geog. Humana	O levantamento dos recursos terrestres.	03-21	L. Dudley
Artigo: Demografia	Pequeno vocabulário de demografia para uso dos geógrafos.	22-30	José Francisco de Camargo
Artigo: Geog. Urbana	Embriões de Cidades Brasileiras.	31-69	Aroldo de Azevedo
Notas prévias	Grutas Calcárias na Serra da Bodoquena, Mato-Grosso.	70-77	Josué Camargo Mendes
Noticiário	Atividades culturais durante o ano de 1956.	78-79	
Divulgação	A Cidade de São Paulo: Estudos de geografia Urbana.	80-87	
Tese de doutoramento	Geomorfologia do sítio urbano de São Paulo.	88-90	Aziz Nacib AB'Saber
Índice	Índice.	91-92	
	Ser AGEBEANO.		
Julho /1957	Ano 9	N. 26	
Forma textual	Título	Págs.	Autor
Dados	Diretoria, sede provisória e endereço para correspondência.		
	Diretoria do BPG e Comissão Redatorial.	01	
Dados	Formas de aquisição do BPG.	02	
Artigo: Geologia	Notas sobre a bacia sedimentar amazônica.	03-37	Josué Camargo Mendes
Artigo: Geomorfologia	O problema das conexões antigas e da separação da drenagem do Paraíba e do Tietê.	38-49	Aziz Nacib AB'Saber.
Artigo: Geog. econômica	O Café na costa do Marfim.	50-79	J. Trincart
Bibliografia	Aspectos atuais da Geografia Francesa.	80-93	Antônio R. Penteadó
Noticiário	XII Assembleia Geral Ordinária (Colatina, julho de 1957); A Cidade de São Paulo (Estudos de Geografia Urbana).	94-96	
	Índice.	97-98	
	Ser AGEBEANO.		
	Conselho Diretor da A.G.B. (Nacional) – 1953-1954.		
	Objetivos do BPG, sede provisória e end. para correspondência		
Out. /1957	Ano 9	N. 27	
Forma textual	Título	Págs.	Autor
Dados	Diretoria, sede provisória e endereço para correspondência.		
	Diretoria do BPG e Comissão Redatorial.	01	
Dados	Formas de aquisição do BPG.	02	

Artigo: Geog. Urbana	Arraiais e corruptelas.	03-26	Aroldo de Azevedo
Artigo: Geog. Econômica	A cultura da banana no Brasil.	27-54	J.R. de Araújo Filho
Artigo: Geog. Regional	No Rio Paraná, de Porto Epitácio a Guaíra (Relatório de viagem).	55-94	Pasquale Petrone
Artigo: Metodologia e crítica	A moderna produção geográfica do Brasil e seus aspectos metodológicos.	95-110	José Veríssimo da Costa Pereira
Noticiário	XII Assembléia Geral Ordinária (Colatina, julho de 1957).	111	
	Ser AGEBEANO.		
	Conselho Diretor da A.G.B. (Nacional) – 1953-1954.		
	Objetivos do BPG, sede provisória e end. para correspondência.		
Março /1958	Ano 10	N. 28	
Forma textual	Título	Págs.	Autor
Dados	Diretoria, sede provisória e endereço para correspondência.		
	Diretoria do BPG e Comissão Redatorial.	01	
Dados	Formas de aquisição do BPG.	02	
Artigo: Geomorfologia	Nota sobre as variações quaternárias do nível marinho.	03-13	J. Trincart
Artigo: Geog. Urbana	Feira de Santana e comércio do gado.	14-36	Ana Dias da Silva Carvalho
Artigo: Geog. Regional	As bases físicas e a ocupação do solo no Rio Grande do Sul.	37-69	Jean Roche
Artigo: Geog. Histórica	A primeira expedição Russa ao Brasil.	70-77	N.G. Chprintsine
Crítica	Geografia e Sociologia, segundo Max. Sorre.	78-80	Antônio Rocha Penteadado
Noticiário	Atividades culturais de 1957; os novos dirigentes; XIII Assembleia Ordinária da A.G.B. (Santa Maria, julho de 1958); Concurso à cátedra de Geografia do Brasil da Faculdade Nacional de Filosofia.	81-85	
Índice	Índice.		
	BPG: representantes autorizados.		
Propaganda	Companhia Editora Nacional.		
Julho /1958	Ano 10	N. 29	
Forma textual	Título	Págs.	Autor
Dados	Diretoria, sede provisória e endereço para correspondência.		
	Diretoria do BPG e Comissão Redatorial	01	
Dados	Formas de aquisição do BPG	02	
Artigo: Geologia	Contribuição à geologia da Região Sul da série Açunguí (Estado do Paraná).	03-19	- João José Bigarella; - Riad Salamuni.
Artigo: Geo. Urbana	Rua da Consolação, uma das artérias da capital paulista.	20-56	José Domingos Trigo
Artigo: Geog. Econômica	Uma região produtora de sorgo nos Estados Unidos.	57-64	Harry Taylor
Artigo: Ensino	Contribuição para um vocabulário Geológico (A-L).	65-99	Aroldo de Azevedo
Noticiário	As assembleias Gerais da A.G.B.	100	
Propaganda	A Companhia Editora Nacional - A Cidade de São Paulo: Estudos de geografia urbana.		
	Ser AGEBEANO.		
	Conselho Diretor da A.G.B. (Nacional) – 1953-1954.		
	Objetivos do BPG, sede provisória e end. para correspondência.		
Out. /1958	Ano 10	N. 30	
Forma textual	Título	Págs.	Autor
Dados	Diretoria, sede provisória e endereço para correspondência.		
	Diretoria do BPG e Comissão Redatorial	01	
Dados	Formas de aquisição do BPG.	02	
	Dez anos de Existência.	03-04	Aroldo de Azevedo

Artigo: Demografia	Migrações Internas e desenvolvimento econômico do Brasil.	05-12	José Francisco de Camargo
Artigo: Geog. Urbana	AIX-EM-Provence, uma cidade do Mediterrâneo Francês.	13-30	Antônio Rocha Penteadó
Artigo: Geog. Agrária	Aptidões agrárias do solo maranhense (notas prévias).	31-37	Aziz Nacib AB'Saber
Artigo: Geog. regional	Impressões de viagem à zona bragantina do Pará.	38-62	Dirceu Lino de Matos
Artigo: Ensino	Contribuição para um vocabulário Geológico (M-Z).	63-93	Aroldo de Azevedo
Noticiário	XIII Assembleia Geral Ordinária (Santa Maria, julho de 1958).	94-96	
	Índice.		
	Índice Gerais – ns 1 a 30 (1949-1958).	99-120	
Propaganda	A Cidade de São Paulo: Estudos de geografia urbana.		
	Ser AGEBEANO.		
	Conselho Diretor da A.G.B. (Nacional) – 1953-1954.		
	Objetivos do BPG, sede provisória e end. para correspondência.		
Março /1959	Ano 11	N. 31	
Forma textual	Título	Págs.	Autor
Dados	Diretoria, sede provisória e endereço para correspondência.		
	Diretoria do BPG e Comissão Redatorial.	01	
Dados	Formas de aquisição do BPG.	02	
Artigo: Geomorfologia	Divisão Morfoclimática do Brasil Atlântico Central.	03-44	J. Trincart
Artigo: Geog. Urbana	A circulação Urbana.	45-67	Michel Tabuteau
Artigo: Geog. Econômica	A cultura do cacau na costa do Marfim.	68-95	Milton Santos
Noticiário	Atividades culturais do ano de 1958; Os dirigentes da S.R.S.P. para o ano de 1959.	96-97	
	Índice.		
Propaganda	A Cidade de São Paulo: Estudos de geografia urbana.		
	Ser AGEBEANO.		
	Conselho Diretor da A.G.B. (Nacional) – 1953-1954.		
	Objetivos do BPG, sede provisória e end. para correspondência.		
Set. /1959	Ano 11	N. 32	
Forma textual	Título	Págs.	Autor
Dados	Diretoria, sede provisória e endereço para correspondência.		
	Diretoria do BPG e Comissão Redatorial.	01	
Dados	Formas de aquisição do BPG.	02	
Artigo: Geog. Humana	Posições da Geografia Humana- Por que Geografia Humana.	03-16	Pierre Deffontaines
Artigo: Geog. Urbana	Contribuição ao estudo dos centros de cidades: exemplo da cidade do Salvador.	17-30	Milton Santos
Artigo: Geog. da Circulação	Tropas e tropeiros.	31-53	Carlos Borges Schmidt
Artigo: Crítica e bibliografia.	Alexandre Von Humboldt, naturalista e geógrafo.	54-72	Aroldo de Azevedo
Comentário	A I reunião de consulta sobre cartografia (SP, outubro de 1958).	73-82	João Soukup
	Índice.		
Propaganda	A Companhia Editora Nacional; A Cidade de São Paulo: Estudos de geografia urbana.		
	Ser AGEBEANO.		
	Conselho Diretor da A.G.B. (Nacional) – 1953-1954.		
	Objetivos do BPG, sede provisória e endereço.		
Out. /1959	Ano 11	N. 33	
Forma textual	Título	Págs.	Autor
	Diretoria do BPG e Comissão Redatorial.	01	
Dados	Formas de aquisição do BPG.	02	

Artigo: Geog. da População	Características e Tendências principais das migrações internas no Brasil, nas suas relações com a urbanização e a indústria.	03-22	José Francisco de Camargo
Artigo: Geog. Urbana	Aldeias e aldeamentos de índios.	23- 40	Aroldo de Azevedo
Artigo: Geog. Agrária	A agricultura itinerante e o problema da fixação do homem ao solo, no Congo Belga.	41-77	Antônio Rocha Penteadó
Crítica e Bibliográfica	Carl Ritter, o homem e o geógrafo.	78-88	Nice Lecocq-Müller
Bibliografia	Milton Santos – O Centro da Cidade do Salvador (Estudo de Geografia Urbana), 200 p., ilustração – publicação da Universidade da Bahia, IV-4, Salvador, 1959.	89- 92	J.R. de Araújo Filho
Noticiário	XIV Assembléia Geral ordinária (Viçosa, julho de 1959); Trabalhos de campo; Associados presentes; Eleição dos novos dirigentes da A.G.B.; Encerramento dos trabalhos.	93-95	
Propaganda	Companhia Editorial Nacional: A Cidade de São Paulo – estudos de geografia urbana- a opinião dos especialistas.	96-97	
	Índice.		
	Representantes autorizados.		
	Ser AGEBEANO.		
Março /1960	Ano 12	N. 34	
Forma textual	Título	Págs.	Autor
Dados	Diretoria, sede provisória e endereço para correspondência.		
	Diretoria do BPG e Comissão Redatorial.	01	
Dados	Formas de aquisição do BPG.	02	
Artigo: Geog. Física	A Paisagem natural na região de Mogi das Cruzes (Primeiros estudos).	03-17	José Domingo Tírico
Artigo: Geog. Urbana	Brazzaville: alguns aspectos de uma cidade da África Francesa.	18-40	Pierre Vennetier
Artigo: Geog. Comercial	Posição do Brasil em face do comércio internacional.	41-51	Oswaldo Benjamim de Azevedo
Artigo: Antropologia	Relevo estrutura e drenagem do Brasil.	52-70	Orville A. Dervev
Comentário	Vinte e cinco anos de Geografia em São Paulo (1934-1959)	71-82	Aziz Nacib Ab'Saber
Bibliografia	A. de Amorim Girão - Um atlas de Portugal, 2ª edição – Instituto de Estudos Geográficos da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1958.	83-85	João Soukup
Noticiário	A cidade de São Paulo: melhor ensaio brasileiros de 1958.	86-87	
Noticiário	Atividades culturais no ano de 1959; XV Assembleia Geral Ordinária (Mossoró, julho de 1960).	88-89	
	Índice	91-92	
	Representantes autorizados		
	Ser AGEBEANO		
Julho /1960	Ano 12	N. 35	
Forma textual	Título	Págs.	Autor
Dados	Diretoria, sede provisória e endereço para correspondência.		
	Diretoria do BPG e Comissão Redatorial.	01	
Dados	Formas de aquisição do BPG.	02	
Artigo: Geologia	Geologia aplicada a barragem do Rio Saracuruna, no município de Duque de Caxias (RJ).	03-31	Ruy Ozorio de Freitas
Artigo: Geog. Urbana	Sousas, Subúrbio de Campinas.	32-54	José Domingos Tírico
Artigo: Geog. econômica	Estrutura econômica do Rio Grande do Norte.	55-73	Aroldo de Azevedo
Notícia	Sócios honorários e efetivos (julho de 1960); Concurso à cátedra de Geografia econômica da Faculdade de Ciências Econômicas da USP; Boletim Baiano.	74-85	
	Índice.	86-87	
	Representantes autorizados.		

	Ser AGEBEANO.			
Out. /1960	Ano 12	N. 36		
Forma textual	Título		Págs.	Autor
Dados	Diretoria, sede provisória e endereço para correspondência.			
	Diretoria do BPG e Comissão Redatorial.		01	
Dados	Formas de aquisição do BPG.		02	
Artigo: Geog. Física	Relêvo e padrões de drenagem na soleira cristalina de Queluz (SP) – Nota prévias.		03-10	Dyrceu Teixeira
Artigo: Geog. Humana	Uma aldeia de pescadores na costa Conguêsa.		11-25	Pierre Venetier
Artigo: Geog. Econômica	A importância da Geografia nos planejamentos florestais.		26-35	Armando Navarro Sampaio
Artigo: Geog. Regional	Aspectos Geográficos, paisagens e problemas de Angola.		36-73	Antônio Rocha Penteadado
Crítica	A obra de Gilberto Freyre examinada à luz da Geografia.		74-82	Aroldo de Azevedo
Noticiário	XV Assembléia Geral Ordinária (Mossoró, julho de 1960).		83-84	
	Índice		85	
BPG	Índice das matérias publicadas nos números de 1959 e 1960.			
BPG	Representantes autorizados.			
	Ser Agebeano			
Março /1961	Ano 13	N. 37		
Forma textual	Título		Págs.	Autor
Dados	Diretoria, sede provisória e endereço para correspondência.			
	Diretoria do BPG e Comissão Redatorial.		01	
Dados	Formas de aquisição do BPG.		02	
Artigo: Geomorfologia	Relevo e padrões de drenagem na Chaminé Vulcânica do Itatiaia.		03-28	Dyrceu Teixeira
Artigo: Geog. Econômica	As crises Mundiais e o Brasil.		29-39	Oswaldo Benjamin de Azevedo
Artigo: Geog. Econômica	Aspectos Geográficos da comercialização do Cacau da Bahia.		40-44	Milton Santos Antônio Déa Erdens
Artigo: Geografia Aplicada	Uma Carreira em Geografia.		45-65	<i>National Research Council e da Association of American Geographers (1954).</i>
Artigo: Ensino	Notas sobre o ensino de Geografia em Universidades dos Estados Unidos.		66-90	Aroldo de Azevedo
Noticiário	Atividades culturais no ano de 1960; os novos dirigentes para o ano de 1961; Boletim Paranaense de Geografia.		91-93	
	Índice.		94-95	
	Representantes autorizados.			
	Ser Agebeano.			
Julho /1961	Ano 13	N. 38		
Forma textual	Título		Págs.	Autor
Dados	Diretoria, sede provisória e endereço para correspondência.			
	Diretoria do BPG e Comissão Redatorial.		01	
Dados	Formas de aquisição do BPG.		02	
Artigo: Geomorfologia	Estudos Geomorfológico a respeito da Serra de Santana, SP.		03-20	Antônio Christofolletti José P de Queiróz Neto
Artigo: Geog. Urbana	Aspectos dos quadros urbanos da baixada do Ribeira, SP.		21-37	Pasquale Petrone
Artigo: Ensino	O livro didático: sua grande missão e suas condições mínimas.		38-42	Aroldo de Azevedo
Crítica	Aspectos da vida da Associação dos geógrafos Brasileiros.		43-56	Nice L. Müller
Bibliografia	Viajantes estrangeiros que percorreram o Brasil durante o século XIX.		57-73	Odilon Nogueira de Matos
Noticiário	XVI Assembleia Geral Ordinária (Londrina, julho de 1961).		74-76	
	Publicações da Associação dos Geógrafos Brasileiros.		77-81	
	Anais da Associação dos Geógrafos Brasileiros.		82-87	

	Índice.		
Propaganda	Coleção Brasileira.		
Propaganda	Livraria Francesa.		
Propaganda	Livraria Teixeira; São Paulo Editora S.A.		
Out. /1961	Ano 13	N. 39	
Forma textual	Título	Págs.	Autor
Dados	Diretoria, sede provisória e endereço para correspondência.		
	Diretoria do BPG e Comissão Redatorial.	01	
Dados	Formas de aquisição do BPG.	02	
Artigo: Geomorfologia	Uma barcana na praia do Pontal em Cabo Frio, RJ.	03-11	Dyrceu Teixeira
Artigo: Geog. Urbana	São Paulo: da Vila Quinhentista à metrópole regional.	12-48	Aroldo de Azevedo
Artigo: Geog. Agrária	Notas Sobre os sistemas de cultura na baixada do Ribeira, SP.	49-65	Pasquale Petrone
Artigo: Geog. Comercial	Intercâmbio mercantil do Brasil, após a segunda Guerra Mundial.	66-81	Oswaldo Benjamin de Azevedo
Bibliografia	Considerações em torno de um atlas de Santa Catarina.	82-84	Antônio Rocha Penteado
	XVI Assembléia Geral Ordinária da AGB (Londrina, 1961).	84-85	
Índice	Índice.		
BPG	Representantes autorizados.		
	Ser Agebeano.		
Julho /1964	Ano 14	N. 40	
Forma textual	Título	Págs.	Autor
Dados	Comissão redatorial e Sumário,	01	
	Forma e valor da aquisição da BPG	02	
	Nota Explicativa	03	J. R. de Araújo Filho
Artigo:Geologia	Aspectos da sedimentação nas praias (Praia Grande/São Paulo).	05-14	Josué Camargo Mendes
Artigo: Geog. Física	Aspectos Físicos da área abrangida pela seção de extensão agrícola de São João da Boa vista.	15-62	João Bertoldo de Oliveira
Artigo: Geog. Humana	Áreas culturais e o folclore brasileiro.	63-74	Alice Maynard de Araújo
Artigo: Geog. Comercial	O comércio do Brasil com os países socialistas.	75-100	Oswaldo Benjamin de Azevedo
Resenha Bibliográfica	<i>Hommes et Terres du nord – Revue de l’Institut de Géographie de Lille; Bulletin de la Societé de Géographie de Lille 1963- nº 1- 1º Semestre.</i>	102-104	Nelson de La Corte
Noticiário	SRSP: Atividades no ano de 1962; os novos dirigentes para 1963; atividades no ano de 1963; os novos dirigentes para 1964; XVII Assembleia Geral Ordinária (Penedo, julho de 1962); XVIII Assembleia Geral Ordinária (Jequié).	103-110	
	Índice.		
	Diretoria Nacional (1963-64).		
BPG	Objetivos.		
Out. /1964	Ano 14	N. 41	
Forma textual	Título	Págs.	Autor
	Dados: Diretoria e sede provisória.		
	Sumário.	01	
	Aquisição do BPG.	02	
Artigo: Pedologia	O estado atual dos estudos dos solos brasileiros.	03-22	José Pereira de Queiroz Neto
Artigo: Geog. Humana	Pirapora do Bom Jesus, centro religioso do Alto Tietê.	23-82	Maria Cecília França
Artigo: Cartografia	Notas sobre triangulação radial.	83- 93	Mauro Ricci; Umberto G. Cordani
Artigo: Geog. Econômica	A Cânfora: uma nova cultura introduzida no litoral Sul do estado de São Paulo.	95-108	Tomotoshi Massukado

Artigo: Geomorfologia	Tipos de ocorrência de cascalheiros marinhos quaternários, no litoral brasileiro.	109-112	Aziz Nacib Ab'Saber
Noticiário	XIX Assembléia Geral Ordinária da A.G.B. (Poços de Caldas, julho de 1964); Instituto de Geografia da U.S.P; Brasil – A Terra e o Homem.	113-121	
	Índice.		
Julho /1965	Ano 15	N. 42	
Forma textual	Título	Págs.	Autor
	Dados: Diretoria e sede provisória		
	Sumário	01	
Artigo: Geog. Urbana	O sítio urbano de Porto Alegre: estudo geográfico.	03-30	Aziz Nacib Ab'Saber
Artigo: Geog. da Colonização	Experiência de colonização em uma área tropical: a baixada da Ribeira.	31-50	Pasquale Petrone
Conferência	Rondon, o geógrafo.	51-63	Aroldo de Azevedo
Artigo: Geomorfologia	Pipkrakes- um fenômeno periglacial na Serra de Itatiaia (nota prévia).	65-77	Dyrceu Teixeira
Noticiário	Atividades no ano de 1964; II Congresso Brasileiro de Geografia (RJ, julho de 1965).	79-80	
	Índice.		
	Ser Agebeano.		
Julho /1966	Ano 16	N. 43	
Forma textual	Título	Págs.	Autor
	- Diretoria Seção São Paulo; Sede.		
	- Diretoria do BPG; Sumário.	01	
	Nota explicativa (sobre o atraso do novo número do BPG).	03	J. R. de Araújo Filho
Artigo:Foto- interpretação	Uso do solo no município de Ribeirão Preto, estado de São Paulo.	05-58	João B. de Oliveira e Adilson Carvalho
Artigo: Geog. industrial	Contribuição ao estudo da indústria têxtil de Americana (Estado de São Paulo).	59-82	Helmut Troppamir
Artigo: Geo. Agrária	Bairros rurais do município de Piracicaba.	83-130	Nice Lecocq Müller
Resenha	Jean Philippe Damais – <i>La Nouvelle Ville Du Havre: Reconstruction et Repopulation. Mémoires et Documents, Tome IX, fasc 2. Centre Nacional de la Recherche Scientifique, Paris, 1963, 120 p.</i>	131-132	Antonio Christofolletti
Resenha	Duas obras sobre Geomorfologia das regiões secas.	132-135	Antonio Christofolletti
Noticiário	Relatório da Diretoria da SRSP da AGB, ano social de 1965.	136	
Out. /1967	Ano 17	N. 44	
Forma textual	Título	Págs.	Autor
	- Diretoria Seção São Paulo; Sede.		
	- Diretoria do BPG; - Sumário.	01	
	Informações sobre o BPG.	2	
	Normas gerais para os autores.	03-04	
	Tendência atuais da Cartografia (tradução Vincenzo R. H. Bochicchio).	05-14	André Libault
	A intensidade do efeito orográfico sobre as precipitações na região do Puy-de-Dôme (França).	15-38	José Bueno Conti
	O problema Rodesiano.	39-62	Pasquale Petrone
	Condições Naturais e sistemas de exploração da Terra no Estado de Pernambuco.	63-84	Manuel Correia de Andrade
	Colonização Ítalo-Germânico no Espírito Santo e seus problemas.	85-102	Adilson Avansi de Abreu
	Estudo Geográfico dos cemitérios de S. Paulo.	103-120	Uyvão Antonio Pegaia

	Geografia e Linguística: sugestão para o ensino.	121-126	Erasmus D' Almeida Magalhães
Noticiário	II Congresso Brasileiro de Geógrafos (Rio de Janeiro, julho de 1965).	127-129	
	Assembleia Geral Anual da A.G.B.; Defesa de Tese; Introdução.	130-133	
Julho /1968	Ano 18	N. 45	
Forma textual	Título	Págs.	Autor
	Diretoria Seção São Paulo; Sede.		
	Diretoria do BPG; Sumário.	01	
	Normas Gerais para os autores	03-04	
Artigo	Reflexões sobre a Noção de Região em Geog. e sua aplicação.	05-15	Pierre George
Artigo	Latifundiário, cana-de-açúcar e coco no Norte de Alagoas.	16-58	Manuel C. de Andrade
Artigo	Ação do escoamento superficial das águas pluviais na Serra de Santana (E.S. Paulo).	59-71	-J.P. Queiroz Neto - A. Christofolletti
Artigo	Aspecto da organização do espaço no bairro rural dos Pires (Município de Limeira, estado de São Paulo).	72-105	Liliana Laganá Fernandes
Artigo	Categorias Dimensionais de propriedade agrícolas: técnicas de agrupamento.	106-123	Antônio Olívio Ceron
Artigo	Capivari – Cachoeira: a grande hidrelétrica paranaense.	124-129	Elsinoe E. Ract de Almeida
Resenha	Claude Chaline – <i>Le Royaume – Uni et la Republique D'Irlande. Presses Universitaires de France, Paris 1966.</i>	131-132	Antonio Christofolletti
Resenha	Os matos de decomposição das rochas nos andes venezuelanos.	132-133	Antonio Christofolletti
	Diretoria Nacional		
Dez. /1971	Ano 19	N. 46	
Forma textual	Título	Págs.	Autor
	Diretoria Seção São Paulo; Sede.		
	Diretoria do BPG; Sumário.	01	
	Informações Gerais sobre BPG	02	
Artigo	Pão de Açúcar e Mar de Morros.	03-28	André Ch. O. Libault
Artigo	Evolução dos sistemas de planificação e gestão das empresas nos países socialistas europeus.	29-37	Pierre George
Artigo	Paraná: o quadro geográfico, histórico e econômico do processo de urbanização.	38-87	Maria Adélia Aparecida de Souza.
Artigo	Os núcleos de colonização oficial implantados no planalto paulista em fins do século XIX.	88-106	Juergen Richard Langenbuch.
Artigo	Sedimentos neo-cenozóicos nos vales dos rios Jundiá, Atibaia e Jaguari.	107-138	Faustino Penalva.
Artigo	Relação das publicações existentes na Biblioteca da A.G.B. – SRSP (até setembro de 1968).	139-148	
	Diretoria Nacional.		
Mai /1972	Ano 20	N. 47	
Forma textual	Título	Págs.	Autor
	Diretoria Seção São Paulo; Sede.		
	Diretoria do BPG; Sumário.	01	
Artigo	Alguns padrões de utilização da terra agrícola no Planalto Ocidental de São Paulo.	03-29	Antonio Oliveira Ceron
Artigo	O bairro industrial do Jaguaré, SP.	30-72	Lea Goldenstein; Rosa Ester Rossini
Artigo	O Simpósio sobre o Quaternário do Brasil de Sudeste, setembro de 1971.	73-88	José Pereira de Queiroz Neto
Artigo	Considerações sobre o VIII Congresso INQUA, Paris 1969.	89-102	José P. de Queiroz Neto
Artigo	Recenseamento na União Soviética (Relatório).	103-109	Dieter Jahn
Noticiário	Novos Estatutos Setor de vendas de publicações da SRSP da AGB; Publicação do Instituto Brasileiros de Geografia.	110-115	

Nov. /1973	Ano 21	N. 48	
Forma textual	Título	Págs.	Autor
	Diretoria Seção São Paulo; Sede.		
	Diretoria do BPG; Sumário.	01	
Homenagem	João Dias da Silveira.	05-14	Eliana de Oliveira Santos
Homenagem	Maria de Lourdes Pereira de Souza Radesca.	15-16	José Bueno Conti
Artigo	Observações sobre os solos da região de Parelheiros: Contribuições ao estudo da pedogênese regional.	17-44	J. P Queiroz e Paulo Nakashima.
Artigo	Alguns problemas de análise das distribuições espaciais: exemplos de variáveis agrícolas no espaço paulista.	45-64	Antônio Olivio Ceron e Miguel Cezar Sanchez.
Artigo	Aspectos da economia agrícola na porção centro-norte do estado de São Paulo.	65-92	Ligia Celoria Poltroniéri
Artigo	Características do espaço econômico industrial.	93-106	Armando C. da Silva
Artigo	Correlações e algumas considerações a respeito do ecossistema da floresta perenifólia paludosa litorânea na região cacauceira baiana.	107-112	João Baptista Soares de Gouvêa.
Noticiário	Regulamento da Seção Regional de São Paulo.	113	
	Diretoria Nacional.		
Julho /1974	Ano 22	N. 49	
Forma textual	Título	Págs.	Autor
	Comissão Diretora (1972-1974); Sede e Endereço para correspondência.		
	Direção do BPG; Sumário.	03	
Artigo	Estudos das formações superficiais do município de Atibaia, SP.	05-22	- Adilson Carvalho, - Carlos Laerte Rotta.
Artigo	Considerações e reconhecimento fitogeográfico em área do baixo curso do Vale do Rio Doce (Espírito Santo).	23-30	- João Baptista Soares de Gouvêa.
Artigo	Desenvolvimento industrial e Geografia (Comentário sobre uma abordagem geográfica).	31-44	Armando Corrêa da Silva.
Artigo	Formação Macacu – Variações texturais e aproveitamento econômico.	45-64	Antonia Maria Ferreira; Ana Luiza C Netto; Maria Regina M. de Meis.
Artigo	Os centros industriais do Estado de São Paulo.	65-142	Beatriz Maria Soares Pontes
	Objetivos e finalidades da AGB-SP.		
Março /1976	Ano 23	N. 50	
Forma textual	Título	Págs.	Autor
	Comissão Diretora (1974-1976); Sede e Endereço para correspondência.		
	Direção do BPG; Sumário.	03	
Editorial		05-06	J. R. de Araújo Filho
Artigo	A geografia francesa e a geração dos anos setenta.	07-28	Aroldo de Azevedo.
Homenagem	Aroldo de Azevedo.	29-36	José Bueno Conti.
Artigo	Tendências atuais das pesquisas de solos em São Paulo.	37-56	José Pereira de Queiroz Neto.
Artigo	O Café em São Paulo.	57-82	J. R. de Araújo Filho.
Artigo	Processo de industrialização em São Paulo.	83-102	Armen Mamigonian.
Artigo	Regionalização: tema geográfico e político – O caso paulista – Anexo: decreto nº 52576 de 12 de dezembro de 1970.	103-142	Maria Adélia A. de Souza.
Artigo	Distância do mercado e intensidade do uso da terra como fatores de localização da força de trabalho agrícola no Estado de SP.	143-158	Antônio Olívio Ceron.
	Objetivos e finalidades da AGB-SP.		
Junho /1976	Ano 23	N. 51	
Forma textual	Título	Págs.	Autor
	Comissão Diretora Regional (1974-1976) e Diretoria Executiva Nacional (1974-1976).		
	Comissão do BPG; Sumário.		
Editorial	Por que mudar?	05-06	Myrna T. Rego Viana

Artigo	Notas sobre os frigoríficos do Brasil central pecuário.	07-14	Armen Mamigonian.
Artigo	Comércio internacional e distribuição espacial da produção de açúcar no Brasil.	15-30	Manoel Correia de Andrade.
Artigo	Considerações a respeito de um artigo de Bernad Kayser.	31-45	Vários autores.
Artigo	Relevos cuestasiformes do Leste Paulista: - O exemplo do alto vale do Ribeira dos Porcos.	47-56	Adilson Avansi de Abreu.
Artigo	A Reforma do ensino em 1971 e a situação da Geografia.	57-74	José Bueno Conti
Transcrição	Seis Mil quilômetros abandonados à seca.	74-82	Howard Brabyn.
Notas	Localização industrial no Brasil.	83-86	Armen Mamigonian.
Notas	Nova fonte estatística para o estudo das funções urbanas.	87-88	Armando Garms.
Notas	Quantificação e sensoriamento remoto na investigação geográfica.	89-94	Adilson Avansi de Abreu.
Notícias	13º Congresso Internacional de Fotografia; 2º Congresso Brasileiro de Floresta Tropicais; XXIII Congresso Internacional de Geografia; 3º Encontro Nacional de Estudos Rurais e Urbanos; II Encontro Nacional dos Geógrafos; 28º Reunião Anual da SBPC; 4º Simpósio sobre o Cerrado; Concursos para o Magistério de 1º e 2º graus; Regulamento da profissão; USO- Universidade de CAEN.	96-98	
Resenha Bibliográfica	HARVEY, David- <i>Social Justice and the City, The Johns Hopkins Unive sity Press, Baltimore, 1975.</i>	99-101	Armando Corrêa da Silva.
	Normas gerais para os autores.	103-104	
	Objetivos e finalidades da AGB-SP.		
Out. /1976	Ano 23	N. 52	
Forma textual	Título	Págs.	Autor
	Informação sobre as comissões redatorial e consultiva do BPG.		
	Sumário.	01-02	
Editorial		03	
Artigo	Estrutura de redes hidrográficas localizadas na região norte-ocidental do Estado de São Paulo.	05-28	Antonio Christofolletti e Jairo Arana.
Artigo	Abastecimento da cidade de São Paulo em produtos hortifrutícolas: problemas e métodos de estudo.	29-54	Judith de La Corte.
Notas	Uma busca de renovação no ensino de geociências.	55-68	Ivan A. do Amaral, Ariel B. Macedo e Celso Dal Ré Carneiro.
Notas	Petróleo e as estatísticas. (Trad: Silvana Pintaudi)	69-74	Jena L. Dulemba.
Notas	Domesticação de novas espécies herbáceas para sua integração à alimentação latino-americana.	75-82	Ciro Hurtado Fuertes.
Notas	Sobre a tipologia da agricultura e análise sistêmica. Uma revisão bibliográfica.	83-92	Lucia Helena de Oliveira Gerardi.
Notas	Geografia e Ideologia.	93-100	Armando C. da Silva.
Notas	Sobre um programa de Climatologia Experimental na região metropolitana de São Paulo.	101-115	José Roberto Tarifa.
Resenha Bibliográfica	Terra, Trabalho e Recursos, de J. H. Paterson.	117-119	Odeibler S. Guidugli.
Noticiários	3º Encontro Nacional de Estudos Rurais e Urbanos; 29º Congresso Brasileiro de Geologia; Colóquio Franco-Brasileiro sobre Estudo e Cartografia de Formações superficiais e suas aplicações; AUPHIB -Associação dos Universitários para Pesquisa em História do Brasil; Curso com bolsa nos EUA; Sócios recém-admitidos pela AGB-SRSP, em 1976.	121-124	
	Normas gerais para os autores.		
	Objetivos e finalidades da AGB-SP.		
Fev. /1977	Ano 24	N. 53	
Forma textual	Título	Págs.	Autor
	Informação sobre as comissões redatorial e consultiva do BPG.		
	Sumário.	01	

Editorial			
	Superfícies Geomorfológicas e Depósitos Superficiais Neocenozóicos em Echapará, SP.	05-34	Igor F. Lepsch
	Desenvolvimento Econômico e Urbanização em Países Subdesenvolvidos: Os Dois Sistemas de Fluxo da Economia e suas Implicações Espaciais.	35-60	Milton Santos
Notas	Geografia e Tecnoburocracia.	61-68	Melhem Adas
Notas	Por menos ensaios e Instrumentações e por uma maior observação da Natureza.	69-82	Álvaro Rodrigues dos Santos
Notas	Sobre povoamento e Estrutura Urbana.	83-94	Armando C. da Silva
Resenha Bibliográfica	Sertãozinho – Uma Sociedade Dependente da Lavoura Canavieira e da Agroindústria Açucareira, de José Dantas.	95-96	Silvio Carlos Bray
Notícias	Geógrafos Solidarizam-se com SBPC; Simpósio de Mineração; Congresso Internacional de Processamento de Minerais; Congresso Brasileiro de Cartografia; Congresso Internacional de Geógrafos de Processamento de Minerais; Congresso Brasileiro de Cartografia; Congresso Internacional de Geógrafos; Será Melhor o século XXVI?	97- 105	
	Normas gerais para os autores.		
	Objetivos e finalidades da AGB-SP.		
Julho /1977	Ano 24	N. 54	
Forma textual	Título	Págs.	Autor
	Informação sobre as comissões redatorial e consultiva do BPG.		
	Sumário – Sobre Teoria e Método– número especial.	01	
Editorial		03	Comissão Redatorial
Artigo	O pensamento Geográfico e a Realização Brasileira.	05-28	Manoel Correia de Andrade
Artigo	Os postulados da Análise Funcionalista na Geografia e seus Aspectos Ideológicos.	29-40	Sílvio Carlos Bray.
Artigo	O ‘Econômico’ na Obra ‘Geografia Econômica’ de Pierre George: Elementos para uma Discussão.	41-52	Ariovaldo Umbelino de Oliveira.
Artigo	Desenvolvimento de Comunidade no Processo de Urbanização: Notas para uma crítica das teorias sociológicas do planejamento.	53-80	Henrique Rattner
Artigo	Sociedade e Espaço: a formação social como teoria e como Método.	81-100	Milton Santos.
Anexos	Instruções e normas para publicação; Publicações recentes; Representantes do Boletim Paulista de Geografia.	101-103	
	Objetivos e finalidades da AGB-SP.		
Nov. /1978	Ano 25	N. 55	
Forma textual	Título	Págs.	Autor
	Informação sobre as comissões redatorial e consultiva do BPG.		
	Sumário.	01-02	
Editorial		03	
Artigo	A Geografia está em crise. Viva a Geografia!	05-30	Carlos Walter Porto Gonçalves.
Artigo	Introdução a um estudo geográfico de bairros rurais em São Paulo.	31-46	Liliana Laganá Fernandes.
Artigo	A estrutura da rede viária terrestre de São Paulo.	47-74	Moacyr Marques.
Notas	A lógica da especulação imobiliária.	75-92	Ariovaldo de Oliveira.
Notas	Limologia, a ciência.	93- 106	Harold Sioli
Notas	Um programa de pesquisa para reserva ecológica do Roncador – IBGE, DF.	107-118	Orlando Valverde.
Homenagem Póstuma	Eurípedes Simões de Paula.	119-123	José Bueno Conti.
Resenha Bibliográfica.	<i>Épistémologie de la Géomorphologie</i> . Alain Reynaud. Masson et Cie. Editeurs, 1971. Paris. 125p.	127-135	Adilson Avansi de Abreu.

Resenha Bibliográfica	<i>La Colonizzazione Italiana nel Rio Grande do Sul (Brasile);</i> Pier Luigi Beretta.	137-142	Pasquale Petrone.
Noticiários	Homenagem a Orlando Valverde; A AGB – Seção Regional de São Paulo – Participa do Congresso Nacional pela Anistia; A AGB – Seção Regional de São Paulo – Manifestação Repúdio à proposta de Emancipação do Índio; Mesa-Redonda sobre o ensino da geografia (resumo da apresentação feita pela equipe de Geografia do IBECC-FUNBEC); Fortaleza decide reforma dos estatutos da AGB; Resumo da apresentação feita por José Conti sobre a Origem dos Estudos Sociais.	143-180	
Março /1979	Ano 26	N. 56	
Forma textual	Título	Págs.	Autor
	Informação sobre a Direção SRSP.		
	Índice.		
Editorial		03-04	
Artigo	Algumas questões relacionadas com os Estudos das Desigualdades Regionais na América Latina.	05-28	José Luis L. Coraggio
Artigo	A propósito da expansão da agricultura paulista.	29-59	Angela A. Kageyama e José F. Graziano da Silva
Artigo	A planificação do desenvolvimento de regiões atrasadas.	61-94	Henrique Ratter
Anexos	Instruções e normas para a elaboração de originais; BPG-publicações recentes; Los Encuentros Latinoamericanos de la Nueva Geografía; Representantes dos BPG.	95-117	
	Direção do BPG.	117	
Dez. /1980	Ano 27	N. 57	
Forma textual	Título	Págs.	Autor
	Índice	1	
Editorial		3-4	Comissão Redatorial
Artigo	Aspectos da Cultura da Laranja em Bebedouro.	5-24	Silvio Carlos Brain
Artigo	Geografia e Formas de Conhecimento – análise crítica de dois estudos sobre migração na literatura alemã.	25-39	D. Heildemann.
Artigo	Cartografia na Regionalização por Modelo de Potencial e de fluxos.	41-75	Marcelo Martinelli
Notas	O Uso do Solo Urbano na Economia Capitalista.	77	Paul Singer.
Notas	Algumas Reflexões sobre luta pela Terra na Cidade.	93-99	Myrna T. Rego Viana
Anexos	Lei n. 6664, de 26 de junho de 1979.	101	
Anexos	Decreto n. 85.138, de 15 de setembro de 1980.	105	
Anexos	Instruções para registro definitivo dos geógrafos no CREA – conselho regional de engenharia, arquitetura, agronomia, geologia e geografia.	109-103	
Anexos	Instruções e normas para a elaboração de originais.	111	
Anexos	Representantes do Boletim Paulista de Geografia.	115	
Anexos	Regulamentação da Seção São Paulo da AGB.	119	
Notícias	Milton Santos recebe o título de Doutor “Honoris Causa”.	133	
1981	Ano 28	N. 58	
Forma textual	Título	Págs.	Autor
	Índice	1	Comissão Redacional.
Editorial		3-4	
Artigos	Agricultura e Indústria no Brasil.	5-64	Ariovaldo U. Oliveira
Artigos	Considerações sobre as Relações em Solos e Relevo na Mantiqueira Norte Ocidental.	65-85	J.P. Queiroz Neto; C. R. Spindola; H. R. Galhego.
Artigos	A Reorganização dos Espaços Mundiais após a Segunda Grande Guerra – 1945/1979.	87	Beatriz Maris Soares Pontes
Artigos	Estudos Sociais e Vulgarização do Magistério e do Ensino.	121	Manoel Seabra
Artigos	O Homem e a Biosfera.	135	Osmar Neto Fernandes
Artigos	AGB na Reunião Anual da SBPC; V Encontro Nacional de Geógrafos; I Encontro Regional de Geografia; XII Semana		

	Rioclarense de Estudos Geográficos; Homenagem ao Professor José Ribeiro de Araújo Filho.			
Artigos	Instruções e normas para elaboração de originais.			
Out. /1982	Ano 29	N. 59		
Forma textual	Título		Págs.	Autor
	Índice		01	
Editorial			03	Comissão Redatorial
Artigo	Para que a Geografia mude sem ficar a mesma coisa.		05-22	Milton Santos
Artigo	A Geografia do Imperialismo: uma Introdução.		23-41	Carlos W. P. Gonçalves; Nilce M. de Azevedo
Artigo	A Geografia e suas implicações no subdesenvolvimento do Terceiro Mundo.		43-58	Horieste Gomes
Artigo	Reflexões sobre o imperialismo: a incorporação do Brasil ao capitalismo internacional.		59- 113	Ariovaldo U. Oliveira
Artigo	A Economia da América.		115	Manoel Seabra
Artigo	Instruções e normas para elaboração de originais.		161	
1983 /1984	Ano 30	N. 60		
Forma textual	Título		Págs.	Autor
	Índice		1-2	
Editorial				
Artigo	Carta aberta de Orlando a Orlando.		5-20	Orlando Valverde
Artigo	O processo de produção do espaço: um exercício teórico-metodológico.		21-46	Maria L. E. Rodrigues
Artigo	Alteração no sistema de corte de cana, de 5 para 7 ruas: implicações para produtores e trabalhadores.		47-55	José J. Seabra; José G. Baccarin.
Artigo	Evolução da intermediação de mão-de-obra e implicações sobre o trabalhador volante na região da Jaboticabal.		57	M. M. Zocoller; J. G. Baccarin; J. J. Gebara.
Artigo	A renovação geográfica no Brasil (1976-1983).		73	Armando C. Silva
Artigo	Barracão- forma de controle da mão-de-obra rural recriada pelo capital: os mineiros na região de Jaboticabal.		141	Antonio T. Junior
Artigo	Aos Trabalhadores nem o bagaço- ou a revolta dos trabalhadores dos canaviais e laranjais.		153- 226	Ariovaldo U. Oliveira
Anexos	Instruções e normas para elaboração de originais.		227	
1984	Ano 31	N. 61		
Forma textual	Título		Págs.	Autor
Artigo	Índice.			
Artigo	Editorial.		3	
Artigo	Mato Grosso e a História: 1870-1929 – Ensaio sobre a transição do domínio da casa comercial para a hegemonia do capital financeira.		5-81	Gilberto L. Alves.
Artigo	A função distributiva dos bens públicos.		83-104	J. Augel.
Artigo	A política do Instituto do Açúcar e do Alcool na década de 70 e seus reflexos na área canvieira do Vale do Paranapanema (SP).		105- 117	S C. Bray
Artigo	Geografia e Planejamento.		119	H. Gomes
Anexos	Instruções e normas para elaboração de originais.		133	
1985	Ano 32	N. 62		
Forma textual	Título		Págs.	Autor
	Índice.		1-2	
Editorial			3	
Anexos	Renda de terra, trabalho, espaço e capital: os tiradores de leite de Catucaba-SP.		5-45	Aparecida Maria P. Rodrigues.
Anexos	Meio ambiente: privatização da Natureza em Cubatão.		47- 66	Amélia Luisa Damiani
Anexos	Paradigma e movimentação social: por onde andam nossas ideias?		67- 87	L. A. Machado da Silva; Ana Clara T. Ribeiro.
Anexos	As transformações na cobertura vegetal de São Simão-SP.		89- 100	Helena Ribeiro W. Sobral
Anexos	O espaço do mesmo.		101	José William Vesentini

Anexos	A produção/organização do espaço Nordeste canavieiro do sistema engenho: ensaio de Geografia Histórica.	109-118	Nilson C. C. Barros
Anexos	A luta dos posseiros em Lagoa São Paulo: a dialética da construção/destruição do território para o trabalho livre.	119-132	
Anexos	Notas introdutórias sobre comercialização de alimentos e concentração de capital- os supermercados no Brasil-São Paulo.	133	
Anexos	Instruções e normas para elaboração de originais.	157	
1986	Ano 33	N. 63	
Forma textual	Título	Págs.	Autor
	Índice - Técnica, Teoria e crítica em Geografia Física	01	
Editorial	Apresentação (à guisa de Editorial)	03-04	Lylian Coltrinari.
Artigos	Procedimentos de campo e gabinete no levantamento de topossêquencia.	05-12	Omar. N. F. Barros.
Artigos	A desertificação como tema de estudo da Geografia Física.	13-21	José B. Conti.
Artigos	A participação das técnicas de sensoriamento remoto na pesquisa geográfica brasileira.	23-29	Evllyn M. L. de M. Novo.
Artigos	1º Conferência Internacional de Geomorfologia.	31-48	José P. de Queiroz Neto.
Artigos	Considerações a respeito dos fundamentos conceituais das classificações geomorfológicas utilizadas no Brasil.	49-59	Adilson A. de Abreu.
Anexos	Instruções e normas para elaboração de originais.	61-70	
1986	Ano 33	N. 64	
Forma textual	Título	Págs.	Autor
	Índice	01	
	Editorial	03	Arlete M. Rodrigues; Manoel Seabra.
Artigos	Estado, divisão social do trabalho e habitação.	05-	J. A. Ronchezel.
Artigos	Habitação e espaço social da cidade de São Paulo.	19-58	A M. Rodrigues; Manoel Seabra.
Artigos	As condições de existência de parcelas da população trabalhadora- Osasco- São Paulo.	59-74	R C. B. Santos.
Artigos	Cubatão: na busca das favelas o encontro de 'peão' que permanece.	75-103	Amélia L. Damiani.
Artigos	Situação habitacional do Brasil e a utilização de processos de autoajuda mútua na produção de moradias.	105-113	R M. Z. Kaupatez.
Artigos	Indústria da Construção- Reflexão sobre 'atraso' tecnológico.	115	Ermínia Maricatto.
Anexos	Instruções e normas para elaboração de originais.	127	
1987	Ano 34	N. 65	
Forma textual	Título	Págs.	Autor
	Índice	01	
Editorial		03	
Artigo	Passado e presente das relações entre sociedade e espaço e localização pontual da indústria moderna no Estado da Bahia.	05-28	Milton Santos
Artigo	Os shopping-centers brasileiros e o processo de valorização do espaço urbano.	29-48	Silvana Maria Pintaudi.
Artigo	Terceirização e espaço metropolitano.	49-92	Christian D. M. de Oliveira.
Artigo	A intervenção do Estado nas transformações do espaço urbano – o caso CURA em Curitiba.	93-	Cornélio S. Vilarinho Neto.
Artigo	As leis da Terra no Brasil.	105	Teresa C Jahnel.
Artigo	O capital técnico e o espaço.	117	Armando C. da Silva.
Artigo	O pequeno e o grande comércio- elementos teóricos.	121	Tuiti T. de Lima.
Anexos	Instruções e normas para elaboração de originais; Representantes do BPG.	127	

ANEXO II

Reunião do coletivo da AGB, 14 de setembro de 1980, em Juiz de Fora

Associação dos Geógrafos Brasileiros

CAIXA POSTAL, 8.105 - SÃO PAULO - BRASIL



RESOLUÇÕES SOBRE A QUESTÃO DOS ESTUDOS SOCIAIS

1. Aproveitar o clima criado pelo vazamento público do texto do parecer do Conselheiro Nathanael, para retomada da luta contra a Lei que instituiu o curso de Estudos Sociais.
2. Empreender a articulação de entidades afins e atingidas pelo parecer (C.As., Departamentos, ANPUH, AGB, etc), visando: a) formar uma coordenação conjunta e única do movimento; b) promover a realização de manifestações públicas contra o documento e suas intenções.
3. Realizar debates em torno dos termos do documento, visando maior conscientização geral sobre seu significado e o significado dos Estudos Sociais.
4. Enviar uma enxurrada de telegramas e cartas ao CFE, em protesto.
5. Levar, em cada Seção Local, o tipo de luta que for possível e de alguma eficácia.
6. Debater amplamente a forma de instituição de um movimento de caráter permanente.
7. Avançar, no bojo do clima, a mobilização do professorado de geografia em torno das suas condições de ensino e trabalho, e forjar a constituição das Comissões de Ensino, dando-lhe a coordenação do movimento junto à Diretoria da Local.
8. Delegar à Comissão de Ensino da Seção de São Paulo a coordenação do movimento nacionalmente, junto à Executiva Nacional, até a constituição de uma Comissão de Ensino Nacional (ou um núcleo).
9. Enviar a cada Seção Local, para reprodução, cópia do documento e de críticas-comentários.
10. Sugerir, em cada local, a realização de um seminário nacional sobre os Estudos Sociais.
11. Sugerir, em cada local, o levantamento da viabilidade de instituição de um dia nacional de luta.

Deliberado em Juiz de Fora, 14/9/80